



Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade


Atena
Editora
Ano 2021



Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Geografia: espaço, ambiente e sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 Geografia: espaço, ambiente e sociedade / Organizador
Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-784-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.847211412>

1. Geografia. I. Basquerote, Adilson Tadeu
(Organizador). II. Título.

CDD 910

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra: “**Geografia: Espaço, ambiente e sociedade 1**”, reúne essencialmente estudos que centram-se na temática da Geografia como ciência, em diferentes contextos e perspectivas. Por meio de pesquisas transdisciplinares, revela-se a constituição do espaço geográfico como sendo o palco das realizações humanas, passíveis de serem analisadas, catalogadas e classificadas pelas inúmeras especialidades da ciência geográfica.

Entre os temas abordados destacam-se processos de ensino e aprendizagem, trabalho informal, crescimento econômico x crescimento social, mobilidade, violência e ocupação urbana, conflitos agrários e criminalidade, patrimônio arqueológico e alimentar, fronteiras raciais, turismo, entre outros. Fruto de esforços de pesquisadores de diferentes regiões e instituições brasileiras, venezuelanas e mexicanas, o livro é composto por quinze capítulos, resultantes de pesquisas empíricas e teóricas, que entrecruzam distintos conceitos da Geografia e de outras áreas do conhecimento.

Nesse interim, o livro reflete o cenário de estudos recentes, contextualizados, e com aprofundamento científico para a área que se propõe. Além disso, seus capítulos se configuram com um contributo no entendimento da construção do espaço geográfico, suas nuances e contradições. Além disso, reforça a prerrogativa da Editora Atena, na publicação de obras que vão ao encontro da dinamização científica nas diferentes áreas do conhecimento.

Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A GEOGRAFIA POÉTICA INDÍGENA DO LUGAR AMAZÔNICO	
Francisco Marqueline Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114121	
CAPÍTULO 2	14
A MAIOR IMPORTÂNCIA DE SE ENSINAR-APRENDER GEOGRAFIA NA ESCOLA SEGUNDO PROFESSORES E ESTUDANTES DE GEOGRAFIA	
Sérgio Luiz Miranda	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114122	
CAPÍTULO 3	28
A INFORMALIDADE NAS RUAS DE FEIRA DE SANTANA – BA	
Alessandra Oliveira Teles	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114123	
CAPÍTULO 4	39
CAMPINAS, A CIDADE MAIS SURPREENDENTE DO BRASIL: ENTRE OS ÍNDICES METROPOLITANOS E AS LEIS MUNICIPAIS	
Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114124	
CAPÍTULO 5	53
DUQUE DE CAXIAS (RJ) SITUAÇÃO PARADOXAL: CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIAL BAIXO	
Fernando Ribeiro Camaz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114125	
CAPÍTULO 6	71
MOBILIDADE URBANA: PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ (RMVRC)	
Maristene Amaral Matos Cornélio Silvano Vilarinho Neto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114126	
CAPÍTULO 7	82
OCUPAÇÃO URBANA DO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA: O AVANÇO SOBRE O SÍTIO ARQUEOLÓGICO SAMBAQUI GAROPABA DO SUL	
Carolina Porto Luiz Geovan Martins Guimarães Bruna Cataneo Zamparetti José Gustavo Santos da Silva Juliano Bitencourt Campos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114127	

CAPÍTULO 8	95
UMA GEOGRAFIA HISTÓRICA URBANA/REGIONAL DA PROVÍNCIA FLUMINENSE	
Valter Luiz de Macedo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114128	
CAPÍTULO 9	109
VIOLÊNCIA URBANA E TRÂNSITO. ANÁLISE ESPACIAL DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, ES	
Liziane de Oliveira Jorge	
Giovanna Souza Piassi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114129	
CAPÍTULO 10	123
ZONIFICACIÓN Y ORDENAMIENTO TURÍSTICO DEL CANTÓN ZAMORA- ECUADOR	
María Gabriela Suasnavas-Rodríguez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141210	
CAPÍTULO 11	135
CONFLITOS AGRÁRIOS, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: BRAVOS CAMPONESES E A LUTA PELA(O) TERRA/TERRITÓRIO EM BALSAS NO MARANHÃO – BRASIL	
Vanderson Viana Rodrigues	
Eliezer Henrique da Silva Sousa	
Ademir Terra	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141211	
CAPÍTULO 12	149
MEDIDAS PARA LA REDUCCIÓN DE LA VULNERABILIDAD DEL ACUEDUCTO RURAL DE POTOSÍ, PARROQUIA LA FLORIDA, MUNICIPIO CÁRDENAS, ESTADO TÁCHIRA, VENEZUELA	
Carmelina González Ramírez	
Betty Judith Ramírez Chaparro	
Sandra Yusbeth Bustillos Leal	
Karena Rodríguez Acero	
Cleomary Oliveros Oliveros	
Daniela Rey Romero	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141212	
CAPÍTULO 13	164
FRONTEIRAS RACIAIS E GENOCÍDIO DAS COMUNIDADES NEGRAS COVID-19	
Elinton Fabio Romão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141213	
CAPÍTULO 14	176
ALIMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Vandrezza Amante Gabriel	
Marilda Rosa Galvão Checcucci Gonçalves da Silva	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141214>

CAPÍTULO 15..... 187

INVESTIGAÇÃO DA CORRELAÇÃO ENTRE OS DADOS DO ENA (ENERGIA NATURAL AFLUENTE) PARA A PRODUÇÃO DE ENERGIA BRASILEIRA ATRAVÉS DA ANÁLISE MULTIVARIADA, COMO FATOR RELEVANTE DE ANÁLISE DA CRISE HÍDRICA

Débora Gaspar Soares

Glenda Rafaela de Sousa Quirino

Juliana Fonseca de Meira

Mariana Torres Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141215>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 199

ÍNDICE REMISSIVO..... 200

CAPÍTULO 1

A GEOGRAFIA POÉTICA INDÍGENA DO LUGAR AMAZÔNICO

Data de aceite: 01/12/2021

Francisco Marqueline Santana

Doutor em Geografia pela universidade Federal de Rondônia, e vice – coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa dos Modos de Vida e Cultura amazônica – GEPCULTURA / UNIR

RESUMO: A originalidade da geopoética é uma inclinação benéfica do berçário ancestral indígena, ela flui no colo dos espíritos da floresta, ela cotidianamente vive ao entorno no encontro de uma cosmogonia devaneante, ela viaja nas asas do imaginário simbólico, onde a sua relação intrínseca com os coletivos amazônicos jamais será dilacerada pelo tempo. A geografia poética encontra aconchego no lugar, mas o lugar sobreviver cotidianamente ameaçado pelo poder da sociedade envolvente. Quais alternativas surgem como meios a resistir coletivamente contra a hostilização dos povos indígenas na Amazônia brasileira? Neste artigo procuramos abordar alguns questionamentos que possam ser úteis as populações originárias e conseqüentemente, a conquista da tão almejada autonomia dessas coletividades.

PALAVRAS – CHAVE: Geografia; Poética; Lugar.

THE INDIGENOUS POETIC GEOGRAPHY OF PLACE AMAZONIC PLACE

ABSTRACT: The originality of geopoetics is a beneficent inclination of the indigenous ancestral nursery, it flows in the lap of forest spirits, it daily lives around the meeting of a daydreaming

cosmogony, she travels on the wings of symbolic imagination, where its intrinsic relationship with the collectives Amazons will never be torn apart by time. Poetic geography finds comfort in the place, but the place survives daily threatened by the power of the surrounding society. What alternatives arise as means to collectively resist the harassment of indigenous peoples in the Brazilian Amazon? In this paper, we seek to address some questions that may be useful to the original populations and, consequently, the achievement of the much-desired autonomy of these communities.

KEYWORDS: Geography; Poetic; Place.

1 | A GEOGRAFIA POÉTICA

A Geografia poética é dotada de uma linguagem singular e plural, e de forma dadivosa vive irmanada na cotidianidade das populações originárias e tradicionais da Amazônia em devaneio. Esta mesma Geografia poética é a capacidade humana de compartilhar os sentimentos e pertencimentos do outro, é a capacidade humana da empatia, é o enleamento à terra e a vida, é a vivacidade do ser cosmopolita e o natural hibridismo de uma autenticidade transcendental e heterotópica.

A poética vivificante do olhar geográfico não é estágio inesgotável do saber, não é suplício nem infortúnio do pesquisador, não é aniquilamento da vivência, não é ciência do deplorável e injusto e não é o bramir do chicote

da pesquisa positivista ou conservadora.

A poética vivificante do olhar geográfico é a tolerância pelo diferente, é a brandura pelas minorias étnicas sociais marginalizadas, é o respeito pelo sentimento estetizante dos modos de vida, é o pertencimento de apropriação da pesquisa de campo, é o entranhamento de ritos e mitos que se estende do material ao imaterial e é o metamorfoseamento transcendental do ato de investigar sem perder o foco da alma da coletividade, nem a sua original poética do devaneio, enfim, é a Geografia poética ontológica que navega nos devaneios do sonhador. Desta forma *“a poética do devaneio deve ser tão somente determinar os interesses de um devaneio que mantém o sonhador numa consciência de tranquilidade”*. (BACHELARD, 1989, p. 123).

A Geografia poética amazônica surge como uma vasta rede de conhecimentos e produções científicas, constituindo uma aguçada complexidade de relações culturais holísticas, embelecida por floresta e coletividades estetizantes e dotada de uma imensurável visão cosmopolita de mundo. Esta geopoética que fascina do real ao surreal, traz no bojo de suas problematizações a experiência do espaço vivido, as representações e presentificações do lugar, a visão heterotópica da vida e o imaginário cosmogônico e transcendental da divinizante ciência das encantarias.

É justamente este vasto mundo da cultura amazônica que nos faz entranhar-nos numa linguagem poética inesgotável dos povos da floresta. Para Loureiro (2001), a cultura de um povo é fonte inesgotável de inspiração, de símbolos, de experiências, de trabalho acumulado, de beleza e de utopias. Segundo o mesmo autor:

Quando se fala aqui de uma dominante poética e estetizante da cultura amazônica, claro está que não se fala de produção de “poemas”, isto é, de uma estrutura de palavras alinhadas em relações de tensão significantes, nem tampouco de poesia como qualidade inerente ao poema, como produção artística que se manifesta no âmbito da linguagem. Fala-se do poético, e mais precisamente, de uma poética como estado coletivo reinocentado. Fala-se de um conjunto de relações culturais com o mundo, reguladas pelo poético que emana do devaneio do imaginário em liberdade e cuja mediação é feita por meio das simbolizações estéticas configuradas na mitologia, na arte, na visualidade amazônica. (LOUREIRO, 2001, p. 87, 88).

Para Loureiro (2001), uma poética que se revela não somente nas criações dos diversos campos da arte, mas que também estabelece a forma de uma ética das relações dos homens entre si e com a natureza, para o mesmo autor, esta é uma poética em ação que se instaura no cerne de uma cultura governada pela função estética do imaginário.

Nesta relevante temática da poética amazônica, o imaginário social inebriante evoca aos espíritos da floresta, que são presentificados nos ritos e mitos, numa demonstração do sagrado que entrelaça o homem a natureza, que entrelaça seus modos de vida à terra e que culmina no divinal entranhamento das encantarias da mata à alma benevolente do ser e ao seu peculiar pertencimento da cotidianidade do espaço vivido.

2 | A ONTOLOGIA POÉTICA DO LUGAR AMAZÔNICO

Na dimensão ontológica do ser frui o original entranhamento com a autenticidade do lugar. Essa relação desmesurada com o ente, os utensílios do lugar, o espaço de ação e as encantarias florestais dos povos amazônicos, provoca o mais esplendor deslumbramento da natureza transcendental estetizante. Para Saramago (2014), Heidegger partiu da premissa de que o único ente capaz de estar à altura e de fazer em face de tal pergunta era, evidentemente, o homem.

Desta forma o ente é apropriado das coisas mundanas, que por sua vez nesta relação com a cotidianidade, o ser vai sendo lapidado no espaço e tempo. A procura do ente pelo ser é uma constante investigação do mundo vivido e neste sentido a fenomenologia surge como relevante suporte na construção deste processo.

Contudo, a ontologia moderna não é uma disciplina isolada, mas mantém uma peculiar imbricação com aquilo que se compreende por fenomenologia em sentido estrito. Somente com a fenomenologia surge um conceito adequado para a investigação. Ontologia da natureza, ontologia da cultura, ontologias materiais: tais são as disciplinas nas quais se realça, em função de seu caráter temático – categorial, o conteúdo objetual dessas regiões. O que assim se alcança serve de fio condutor ao problema da constituição, as conexões da gênese e a estrutura da consciência de objetualidades de um ou outro gênero. (HEIDEGGER, 1995, p. 08).

Neste mesmo sentido, Heidegger (1995), nos diz ainda que somente a partir da fenomenologia é possível levantar a ontologia correspondente sobre uma base problemática firme e manter-se num caminho adequado.

O caráter ontológico do ser é mundo vivido e apropriação do ente com os entes para a construção e reconstrução cotidiana do ser num determinado espaço de ação. Ainda sobre este caráter ontológico, Heidegger (1995) é enfático em dizer que *“o decisivo é tomar o hoje no estabelecimento da análise de maneira tal que se torne visível, algo assim como o caráter ontológico”*. (p. 39).

O homem pode viver num mundo em estesia ou exaurir-se, pode ser o ator do fabuloso mundo, mas pode submeter-se à fúria do próprio lugar ou da sociedade envolvente. O mesmo autêntico lugar pode transformar-se de brioso a uma gólgota, mas será sempre um lugar de enfrentamento e resistência humana. Sobre a relação, lugar, ser e mundo, Saramago (2014, p. 196), nos deixa a seguinte reflexão, inspirada nos estudos de Heidegger:

Heidegger jamais aceitou uma abordagem objetificadora do lugar, calcada apenas num conhecimento teórico: a compreensão sendo mais originária que o conhecimento e mais própria do ser – no – mundo, só ocorreria por meio da apreensão conjunta das relações entre as coisas. E é apenas assim, que podemos compreender o fenômeno do lugar, bem como o da interioridade.

Seguindo a mesma linhagem teórica de Lúcia Saramago, Eduardo Marandola

(2014), e também fazendo uma reflexão sobre o pensamento heideggeriano de mundo e ontologia, o referido pesquisador nos informa que mundo é como um conceito existencial – ontológico da mundanidade, ou seja, este se refere diretamente à presença do ser – aí, ligada ao cotidiano, é o mundo onde somos o ser no mundo. Mas “este mundo”, segundo Marandola (2014, p. 233):

Só faz sentido para Heidegger, do ponto de vista ontológico, em sua mundanidade. Isto significa que este mundo é aquele mais próximo, que envolve o ser e os entes em um cotidiano fático da pre-sença: o mundo circundante.

Este mundo circundante é do homem, a sua pertinácia, sempre relutante na defesa do lugar, mas sempre atento e pertinaz no olhar odioso do outro, às mãos afrontosas e execráveis que insistem na derrocada do lugar de coletividades originárias e tradicionais, como é o caso da Amazônia brasileira, onde nos propomos a falar através de uma Geografia poética ontológica.

Os coletivos originários amazônicos ainda sobrevivem sob um verdadeiro estado de invisibilidade, diante de políticas públicas governamentais consideradas insensíveis diante da riqueza ontológica e sócio – linguística – cultural desses povos da floresta. Nesta cosmogonialidade há uma usurpação de suas identidades, onde os tradicionais ritos e mitos de seus povos são tratados à revelia de ações governamentais inclusivas e democráticas, provocando uma séria ruptura nas relações ontológicas do ser amazônico com os seus autênticos modos de vida.

A ontologia amazônica vive a fluir, não é estática. Talvez como dissera Loureiro tenha sido um ponto de partida no imaginário das estrelas desejando esclarecer a existência do mundo, das coisas e da vida humana. Esta ontologia, se outrora, foi um vazio em extensão imensurável, foi na espacialidade e temporalidade, apropriando naturalmente das atividades do homem no seu espaço de ação na incansável busca pelo ser.

A ontologia amazônica é apreensão, representação e presentificação de uma divinizante fonte hermenêutica de uma Geografia poética do ser do ente. A ontologia amazônica é peculiar e plural e tematicamente imbricada num metamorfoseamento mais rápido do que a passagem quase invisível de uma flecha indígena rumo à caça preferida.

Uma flecha imaginária que visita às estrelas, o sol e a lua e em seguida descansa no colo do arco universal planetário. Neste momento arco e flecha se embrenham numa só corrente e num só propósito: anunciar ao mundo uma Geografia poética ontológica do bem viver amazônico.

Abolir a abominação da absurdez humana não é uma tarefa fácil de se conquistar. A natureza Afável vive em constante derrocada diante das odiosas atrocidades cometidas por ações desequilibradas do homem, que em vez de propor uma aliança de harmonia, promove com rancoriedade a execração do planeta e o infortúnio da vida.

Este infortúnio exacerbado é uma relação de arrogância e altercação em forma de um

insolente embuste para desalojar as almas da floresta e anunciar o caos do habitat natural de coletividades originárias e tradicionais da imensurável Pan – Amazônia planetária.

A soberba humana vive numa insidiosa corrente de ascensão de um ódio profundo contra a natureza, e nesta assuada desordem conflitante, caminha de forma desonrosa para o triste fim dos velórios florestais e para o advento criminoso do ecocídio. Nesta aversão ao lugar e ao outro, o mundo cambaleia desesperançoso e sem alteridade, e nesta avidez aviltante, coletividades inteiras são criminalmente arrebatadas e desterritorializadas da autenticidade do mais ancestral lugar.

A beligerância de um verdadeiro estado de guerra não cessa, e as batalhas continuam deflagradas no meio da mata, onde indígenas, camponeses, quilombolas, ribeirinhos e sem-terra se tornam alvos fáceis da morte em decorrência do desmatamento, do garimpo e da grilagem de terras na Amazônia. O descalabro e o desregramento estatal é uma empáfia embrutecida pela ganância do capital e pela negligência e sucateamento dos órgãos fiscalizadores.

Meio ao escárnio e o espúrio, o quadro social de clamor das minorias étnicas marginalizadas da floresta, continua estigmatizado por uma cortina de silêncio malévola, que execra e extenua o que resta da força dos pobres em agonia. A prática assassina de atos burlescos fragiliza as coletividades, escamoteia a verdade, espolia a terra mátria e sepulta o estesiante sentimento do belo.

Apesar da luta e resistência das minorias étnicas sociais marginalizadas, parece que sentimos suas forças se exaurirem, o fabuloso imaginário parece despedir-se da mata, o entrépito parece mais clarividente, o brioso lugar poético estar sentindo a gólgota como destino breve e a ignávia da ignorância humana, parece, enfim, encurralar e asfixiar a voz dos povos da floresta.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES: O SONHO DO BEM VIVER

Mas diante da mácula da morte anunciada e da incúria estatal frente à falta de visibilidade de políticas públicas eficientes, de que forma será necessário intervir no sentido de enfrentar os desafios de uma situação vigente, combatida, sombria e segregacionista contra os povos indígenas da Amazônia brasileira?

Que alternativas tornar-se-iam imprescindíveis estratégias de políticas públicas que fossem capazes de combater o aniquilamento dos direitos dos povos indígenas?

O bem viver é um relevante tema que precisa ser expandido e fortalecido por entre as coletividades indígenas da Pan – Amazônia no sentido de combater o continuísmo vigente, superar o infortúnio deplorável e injusto, e anunciar novos paradigmas que valorizem práticas inovadoras de resgate ao sentimento, ao pertencimento e ritos e mitos ancestrais estetizantes que podem vivificar a ontologia amazônica do bem viver. Para o Professor da Universidade Federal de São Paulo, Thea Pitman (2019, p. 02):

O tema do bem viver foi inicialmente sugerido pela ONG (Global Challenges Research Fund do Arts And Humanities Research Council da ONU), e adotado por outras pessoas na rede como área onde a pesquisa poderá ser realizado em conjunto com iniciativas comunitárias existentes para promover valores, crenças, e práticas indígenas; iniciativas que são particularmente importante, dado os contextos políticos voláteis em ambos os estados e nação que ameaçam seriamente a sobrevivência dessas comunidades, assim como suas propostas alternativas para a organização social, humana e sua relação com o meio ambiente.

Refletindo no cerne deste mesmo contexto, Salvador Schavelzon, Professor em Antropologia social da Universidade Federal de São Paulo, deixa-nos a seguinte contribuição sobre a autonomia e bem viver:

Como políticas das organizações indígenas e não mais do estado ou do terceiro setor, o bem viver abre um debate relativo ao modelo desenvolvimentista, baseando-se na experiência comunitária de produção e sustento econômico. Em relação a esse projeto de recuperação e reinvenção das formas econômicas fora da dinâmica da inclusão no mercado da economia, da proletarianização e da dependência de recursos monetários estatais, a busca da autonomia se apresenta como uma reivindicação que procura assegurar controle político sobre o território e garantir a plena urgência das formas indígenas de políticas, de justiça e da própria organização. (SCHAVELZON, 2019, p. 12).

Para Schavelzon (2019), bem viver e autonomia como políticas de organizações e não mais do Estado, abrem os desafios de uma autodefesa e de uma construção que é feita de baixo, sem esperar nada de cima, em uma crítica nascida da experiência contra as formas diretas e sofisticadas de controle e tutela. Segundo o mesmo autor, os povos indígenas também desenvolvem uma agenda cosmopolítica, na medida em que se recusam a fazer parte de uma sociedade que oferece exploração e consumo, e buscam construir um lugar de autonomia:

Devido à reinvenção conceitual do bem viver e a autonomia como eixos da política indígena latino americana, é possível vislumbrar o fortalecimento de um novo mundo ou repertório de mobilização e contendas políticas indígenas, estabelecendo novas formas de pensar na defesa do território e outras disputas com os poderes econômicos e com o estado. A continuidade do colonialismo, o anticapitalismo e a abertura para questionar o corte moderno do mundo (representado pelo agronegócio e pelas missões evangélicas nas comunidades e as políticas públicas), dão origem a lutas que já não tem como objetivo a propriedade da terra distribuída individualmente ou por famílias, e que também não são orientadas a propor mudanças legais ou constitucionais. (SCHAVELZON, 2019, p. 16).

Enfim, como podemos observar o professor e pesquisador Abraham Colque, acredita que a proposta do bem viver, que também é uma construção discursiva, tem muito alcance, muita energia, e como projeto de futuro de sociedade é sumamente positivo, porque segundo ele, se contrastam o exterior a modernidade no ocidente e construir esta sociedade que busca sempre viver melhor, mas o homem sempre à custa de outro, então,

segundo Colque, o bem viver significa que estar se vivendo bem, “em relação com”. Para Colque (2019, p. 09):

O bem viver é uma alternativa, é um novo modelo, um novo paradigma de desenvolvimento entre convivas, mas tem que ter bases concretas na realidade. Tem de nos levar a mudanças concretas. As pessoas têm que sentir isso, e se nós não dermos passos a favor deste viver bem o discurso pode se perder.

O teólogo da PUC/Rio, Celso Pinto Carias, já nos diz que por incrível que pareça não se trata de criar algo absolutamente novo, mas de resgatar uma sabedoria que pode ser chamada, em linhas gerais, de bem viver. Observemos:

O bem viver trata-se de buscar relações humanas calcadas não na acumulação, no desperdício, em sugar da natureza tudo o que for possível para um mundo de vida opulento, mas na reciprocidade, na solidariedade, na empatia e na harmonia como conjunto da natureza, (CARIAS, 2020, p. 04).

No dia 14 de novembro de 2020 foi lançado pela (OPLAS), o Manifesto do Movimento pelo bem viver global. Conforme reza o manifesto, o movimento pelo bem viver reúne e entrelaça pessoas, coletivos e movimentos sociais que abraçam ou tem como horizonte o bem viver como outra via às correntes eurocêntricas e reducionistas que dirigem o mundo há 500 anos. De acordo com o manifesto, o fracasso de todas as concepções obscurantistas e projetos contra a natureza levou a buscar outros caminhos, entre eles, a experiência acumulada dos povos indígenas ou milenares, que estão neste continente há pelo menos 20.000 anos, que tem muito a oferecer e compartilhar.

Relacionamos abaixo, trechos extraídos do Movimento pelo Bem viver global que consideramos relevantes instigamentos de novas reflexões sobre o como viver bem:

I – A quebra e ruptura colonizadora imposta pela monarquia não conseguiu acabar com os povos ancestrais, que sobrevivem e resistem uns melhores que outros, e em diferentes níveis.

II – Somos um movimento plural, habitado pela diferença e a diversidade, característica própria da natureza e da qual o ser humano faz parte, e cujo sentido de existir é encontrar o equilíbrio e a harmonia entre seus diferentes lados e posições, para evitar cair em qualquer tipo de dogmatismo ou fanatismo.

III – Totalmente diferente do paradigma civilizatório que busca anular ou eliminar o oponente ou diferente, posição e atitude que basicamente destrói e que gera continuamente guerra, morte, destruição, violência, dor, somos conscientes de que não é fácil viver em harmonia e equilíbrio (bem viver), mas temos a perspectiva, as ferramentas e os conhecimentos para responder a partir desta filosofia da complementaridade, para sempre buscar reestabelecer a estabilidade e manter a equidade como as fontes primordiais de uma vida sustentável e simbólica.

IV – Neste sentido, queremos visibilizar, potencializar e consolidar estas ontologias, epistemologias, axiologias e hermenêuticas, para reconstruir nossas vidas pessoais e comunitárias que nos permitam encontrar outro estilo

de vida, a partir de outro modo de entender a realidade e de estabelecer outras relações às impostas pela civilização e particularmente pela pandemia do capitalismo.

V – Depois de mais de 200 anos, na Europa e em todo o mundo, as mulheres, as diversidades sexuais, as espiritualidades, e os povos indígenas de todas as cores da mãe terra se ergueram para dizer que não querem mais patriarcalismo, machismo, racismo, classismo, sexismo, homofobia, xenofobia, aporofobia, nacionalismo, psicofobia em relação a qualquer ser humano ou povo.

VI – O bem viver é um sistema sócio-político-espiritual que reproduz o sistema da natureza, ou seja, da vida, em uma versão e aplicação humana. Também não é apenas um projeto cultural, mas é um paradigma integral aplicável a todos os elementos que fazem a vida social e natural.

VII – Se você, assim como nós, sente o chamado da mãe terra para aflorar toda a potência e loucura criativa para juntos construir o mundo que queremos para nossos filhos. Se você assim como nós, sente a urgência de agir para construir um mundo de cuidado de todas as formas de vida. Se você assim como nós, está cansado da pandemia do capitalismo, junte-se ao bem viver.

(MOVIMENTO PELO BEM VIVER GLOBAL. Manifesto publicado por OPLAS. 14-11-2020).

O escritor e liderança indígena do povo Baniwa, do Içam no Estado do Amazonas, André Fernando Baniwa, no livro “Bem viver e viver bem – segundo o povo Baniwa do Noroeste amazônico brasileiro”, nos fornece algumas propostas inerentes ao bem viver e o viver bem. Observemos algumas dessas propostas:

I – Os princípios e o guia do bem viver e do viver bem Baniwa são fundamentais para a manutenção, a valorização e o fortalecimento dos conhecimentos tradicionais indígenas: ética Baniwa, cultura, línguas, histórias, e mitos, crenças, artes, plantas medicinais, cosméticos, organização social, família e vida em comunidade.

II – Procurar constantemente viver com sabedoria segundo os princípios do bem viver Baniwa para o convívio social.

III – Incentivar o fortalecimento e ampliação da formação de profissionais indígenas em universidades e escolas técnicas brasileiras.

IV – É de grande importância estarmos sempre bem organizados e fortes, por isso é fundamental para alcançarmos nossas metas coletivas, como a sustentabilidade e o bem viver e viver bem.

(BANIWA, 2020, p. 47, 48, 49).

Como podemos observar as propostas e princípios do bem viver, tanto em nível do manifesto, quanto em nível do povo Baniwa, é um combate à absurdez humana, onde não há espaço de complacência ou comiseração ao outro. O bem viver é cosmopolita, é uma dádiva da esperança dos povos indígenas marginalizados que lutam para se libertar da mentira ardilosa estatal e do enclausuramento abominável da sociedade envolvente usurpadora.

Aloir Pacini (2000, p. 5), antropólogo e pesquisador da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT, nos diz que *“Chegou o momento propício para repensar o voto de pobreza como suplicidade de vida que cultiva o paradigma da complexidade dos mundos virtuais que exploram o mínimo da natureza dado que tudo está interligado”*.

Milton Mejía (2016), professor de Teologia da Universidade Reformada na Colômbia (CUR), nos diz no artigo “Desenvolvimento, bem viver e busca de alternativas”, que a forma como o bem viver ganha espaço no cenário político, mostra como se estão construindo as alternativas na América Latina. Ele nos fala que o bem viver surgiu de várias décadas de lutas indígenas, que se articularam com agendas múltiplas de mudanças sociais dos camponeses, afrodescendentes, ambientalistas, estudantes, mulheres e jovens. Segundo ele, por esta razão, o bem viver apresenta-se como uma oportunidade para a construção coletiva de uma nova forma de pensar e estilo de vida, individual, comunitário e social. Para Mejía (2016, p. 04):

O bem viver nesta perspectiva, não é apenas um projeto cultural – político puramente indígena andino. Este também está influenciado pelas correntes críticas do pensamento ocidental e seu objetivo é influir nos debates regionais e globais sobre a busca de alternativas a partir de outras cosmovisões, racionalidades, formas de viver e pensar.

Diante o exposto, podemos assim dizer que o bem viver indígena diverge dos atos facciosos da sociedade envolvente e do discurso falacioso e hediondo do aparelho estatal hegemônico. O bem viver Kaxarari, o qual nos propomos a executar neste projeto, deve partir da autonomia e das decisões de suas coletividades, respeitando e valorizando seus ritos e mitos ancestrais como novos paradigmas e novas alternativas que acendam a luz do bem viver em seus originários modos de vida.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sumak Kawsay ou bem viver, talvez seja o sacrário natural da natureza, o navegar silencioso da ubá cortando as veias dos rios Abunã e Madeira, a utopia de uma imaginação real, na veemência da força impetuosa que se manifesta em cada ser Kaxarari, ordenado sagradamente pelo Deus Tsurá, a vivacidade e astúcia de Buyá, a volúpia das superações dos infortúnios das execrações hostis ou na fumaça sagrada do xamanismo ancestral.

O bem viver é o vento manso soprando as copas dos vegetais e com a sua força afiada, torna-se o zéfiro que aniquila a xenofobia, que estanca o vitupério linguístico ofensivo do homem branco, que impede a violação dos modos de vida originários com vituperação, através de uma vilania usurpadora e ultrajante.

A geografia poética vive de forma transcendental, entrelaçada aos ritos e mitos das populações originárias e tradicionais da Amazônia brasileira. É uma geografia peculiar que nasce com as singularidades e pluralidades do lugar: o lugar amazônico.

O capital vive desalojando almas, asfixiando o território e desterritorializando diversos povos indígenas do seu habitat natural. A geografia poética apropria-se do ser dessas coletividades e ao internalizar os seus modos de vida no espaço e tempo, denuncia ao mundo as atrocidades e hostilizações que a sociedade envolvente exerce sobre essas etnias milenares da floresta amazônica.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O bem viver – uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Elefante, São Paulo, 2018.

ARKONADA, Katu. Descolonização e viver bem são intrinsecamente ligados. IHU. On-line, 2010.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

BACHELARD, Gaston. **A Poética dos Devaneios**. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

BACHELARD, Gaston. **A Terra e os Devaneios da Vontade**. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

BACHELARD, Gaston. **A Agua e os Sonhos**. São Paulo, Martins Fontes, 1989a.

BANIWA, André Fernando. **Bem viver e viver bem. Segundo o povo Baniwa do Noroeste amazônico brasileiro**. VIANA, João Jackson Bezerra; LUBEL, Aline Fonseca. (ORG). Curitiba, Editora UFPR, 2020.

CASTR, Ricardo Gonçalves. **Ecoética amazônica – o bem viver e o princípio responsabilidade de Hans Jonas**. Curitiba, Editora CVR, 2019.

CARIAS, Celso Pinto. **Nem normal, nem novo normal, mas bem viver**. Instituto Humanitas Usininos, 07-07-2020.

COLQUE, Abraham. **O indígena não é coisa do passado, ele é um projeto de futuro**. IHU on-line. 24 – 03 – 2011.

CITELLI, ADILSON. Linguagem e persuasão. São Paulo, Editora Ática, 2007.

COHEN, Jean. **Estrutura da linguagem poética**. São Paulo, Editora Cultrix, 1974.

COUTO, Alexandre & COUTO, Judith. KAXARARI, Miguel, Edmilson, Clemilda, Aldeir.

Cartilha Kaxarari (1). Porto Velho, Sociedade Internacional de Linguística, 2005.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**. São Paulo, Perspectiva, 2015.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo, Editora Atlas S.A, 2009.

DIAS DE ASSIS, Nívia Paula. **(Cosmo) Ontologias indígenas no semiárido**. Fortaleza, Em Perspectiva, Revista do PPGH/UFC, 2020.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Pesquisar, Participar: Sensibilidades Pós-Modernas**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa participante: O saber da partilha**. 1ª edição. Aparecida – São Paulo, 2006.

GORDON, César. **Bem viver e propriedade: o problema da diferenciação entre os Xikrin – Mebêgôkre (Kayapó)**. Revista MANA, N. 20, p. 95 – 124, 2014.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**. 1989, São Paulo, Martins Fontes.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo, Perspectiva, 2007.

HEIDEGGER, Martin. **Que é isto a filosofia? Identidade e diferença**. Livraria duas cidades, São Paulo, 1971.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

HEIDEGGER, Martin. **Ontologia (Hermenêutica da faticidade)**. Petrópolis, Editora Vozes, 2ª edição, 2013.

WILDE, Guillermo. **Bem viver indígena, muito além do Welfare State**. Instituto Humanitas Usininos – IHU, 29-11-2015.

HOLZER, Werther. **A discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente**. In: Revista Território, Rio de Janeiro, ano IV, (7), 1996, p. 70

HOLZER, Werther. **Mundo e lugar: Ensaio de Geografia fenomenológica**. In: MARANDOLA Jr, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. **Qual o espaço do lugar?** 1ª edição. São Paulo: Editora perspectiva, 2014.

MARANDOLA, Eduardo. **Lugar enquanto circunstancialidade**. In: **Qual o espaço do lugar?** 1ª edição. São Paulo: Editora perspectiva, 2014.

MEJÍA, Milton. **Desenvolvimento, bem viver e busca de alternativas**. ALAI AMLATINA. Tradução de André Langer. Extraído de Instituto Humanitas Usininos, 27-07-2016.

MELO, Elson. **Mata virgem**. Manaus, edição do autor, 1981.

NUNES, Débora. **Bem viver, elemento para o pós – capitalismo?** Outras palavras, 14-09-2017.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Sistematização das experiências: Algumas apreciações**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa participante: O saber da partilha**. 1ª edição. Aparecida – São Paulo, 2006.

KAWA, Nick. **A virada ontológica e a Amazônia: um diálogo** (completo). Amazônia latitude.com, 2017.

KAXARARI, Kamakuna. Marcondes Kaxarari. Entrevista. Março de 2021. Aldeia Paxiuba.

KOPENAWA, Davi; Albert, Bruce. **Palavras de um xamã Yanomami**. Companhia das letras, 2015.

LESBAUPIN, Ivo. **Para salvar a humanidade do desastre: “o bem viver”**. Portal das CEBs, 28-05-2018.

LIEBGOTT, Roberto. **O pacto de morte contra os índios e contra o bem viver**. Revista IHU on-line. N. 478, 30-11-2015.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: Uma poética do Imaginário**. São Paulo, Escrituras, 2001.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **A arte como encantaria da linguagem**. São Paulo, Escrituras, 2008.

BEM VIVER GLOBAL, **Manifesto** pelo. OPLAS. 14-11-2020.

PACINI, Aloir. **Bem morrer é um alerta para o bem viver**. Instituto Humanitas Usininos, 10-06-2020.

PARMIGIANI, Tânia Rocha. **Poesia na escola: presença/ausência**. Dissertação de Mestrado. Universidade estadual de Campinas-Unicamp, 1996.

PITMAN, Thea. **Bem viver: linguagem, criatividade e criticidade**. Revista Periferias, 2019.

RANZI, Pedr. **Vamos falar o acreanes**. Rio Branco, Edufac, 2017.

REZENDE, Maria Idalina Monteiro. **A linguagem jurídica e sua expressão no contexto ribeirinho: a justiça itinerante no baixo madeira**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Rondônia. Guajará – Mirim – Rondônia, 2010.

SANTANA, Francisco Marquelineo. **Os brasivianos do rio Mamu: Modos de vida e a poética fenomenológica do viver**. 2019. 333 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2109.

SARAMAGO, Lígia. **Como ponta de lança: O pensamento do lugar em Heidegger**. In: Qual o espaço do lugar. MARANDOLA, Eduardo; W, Holzer; Oliveira, Lígia de. São Paulo, Editora Perspectiva, 2014.

SCHAVELZON, Salvador. **Bem viver e autonomia nos territórios indígenas Latino – Americanos**. Revista Periferia. 2019.

SILVA. Marcia Alves Soares da. **Por uma Geografia das Emoções**. *GEOgraphia*, v. 18, n. 36, p. 99-119, 2016.

SILVA, Josué da Costa Silva. **Cuniã: Mito e lugar**. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

SOLÓN, Pablo. **Alternativas sistêmicas – Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da mãe terra e desglobalização**. Editora Elefante, São Paulo, 2019.

SOUSA, Gladys Cavalcante. **Aspectos da fonologia da língua Kaxarari**. Campinas, dissertação de mestrado, biblioteca central da Unicamp, 2004.

STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisar é pronunciar o mundo: Notas sobre método e metodologia.** In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. Pesquisa participante: O saber da partilha. 1ª edição. Aparecida – São Paulo, 2006.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues & FONSECA, Dante Ribeiro da. **História regional (Rondônia).** Porto Velho, Rondoniana, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: A perspectiva da Experiência.** Tradução: Livia de Oliveira. Londrina, Eduel, 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **The Good Life.** Madison: The University of Wisconsin Press, 1986.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A floresta de cristal: Notas sobre a ontologia dos espíritos amazônicos.** São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

CAPÍTULO 2

A MAIOR IMPORTÂNCIA DE SE ENSINAR- APRENDER GEOGRAFIA NA ESCOLA SEGUNDO PROFESSORES E ESTUDANTES DE GEOGRAFIA

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 18/09/2021

Sérgio Luiz Miranda

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto
de Geografia
Uberlândia – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/0820692770153275>

Parte desse trabalho foi apresentação no XIX Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) da Associação Nacional dos Geógrafos Brasileiros (AGB), realizado de 1 a 7 de julho de 2018 em João Pessoa-PB, e publicado como artigo na Revista de Ensino de Geografia (v. 9, n. 16, p. 135-154, jan./jun. 2018), sendo revisado e atualizado para esta publicação como capítulo de livro.

RESUMO: Qual é a maior importância de se ensinar-aprender geografia na escola? Esta pergunta foi feita a estudantes e professores de cursos de graduação em Geografia e a professores da disciplina na educação básica que participavam de um evento nacional sobre ensino de geografia. Para a pesquisa de campo, foi utilizada entrevista estruturada com aplicação de questionário. Foram entrevistados 156 sujeitos de doze estados brasileiros, das cinco regiões do país. Na análise dos resultados, as respostas dos sujeitos foram classificadas a partir de ideias nucleares ou centrais e comparadas em termos quantitativos e qualitativos. Para a maioria dos sujeitos da pesquisa, a maior importância da Geografia

na escola não está relacionada com aspectos específicos do conhecimento geográfico, mas com aspectos gerais da formação na educação básica e que são comuns a todas as disciplinas. Nas respostas dos sujeitos podem-se observar aproximações e identificação com o ideário da Geografia Crítica. No entanto, indefinição, desconsideração ou desconhecimento da função própria e da contribuição específica da disciplina na formação do aluno na escola fragiliza sua defesa como componente curricular obrigatório para toda a educação básica, principalmente no contexto da atual reforma do ensino médio em implantação no país.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma educacional. Ensino médio. Conhecimento geográfico. Licenciatura.

THE MAJOR IMPORTANCE OF TEACHING-LEARNING GEOGRAPHY IN SCHOOL ACCORDING TO GEOGRAPHY TEACHERS AND STUDENTS

ABSTRACT: Which is the major importance of teaching-learning geography in school? This question was made to students and teachers of graduating courses of Geography and to teachers of the subject in the basic education who attended a national event on geography teaching. For the field research, a structured interview with a questionnaire was used. 156 subjects from twelve Brazilian states, of the five regions of the country, were interviewed. In the analysis of the results, the answers of the subjects were classified based on core or central ideas and compared in quantitative and

qualitative terms. For most subjects of the research, the major importance of Geography in school is not related with specific aspects of the geographic knowledge, but rather with general aspects of the formation in basic education which are common to all disciplines. In the answers of the subjects, one can observe approximations and identification with the ideology of Critical Geography. However, undefinition, disregard or ignorance of the specific function and contribution of the discipline in the formation of the student in school weakens its defense as a mandatory curricular component for all basic education, especially in the context of the current high school reform being implemented in the country.

KEYWORDS: Education reform. High School. Geographic knowledge. Degree.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo desse texto é apresentar e discutir os resultados da análise das respostas dadas por estudantes e professores de geografia à seguinte pergunta: *Para você, qual é a maior importância de se ensinar-aprender geografia na escola?*

Saber o que professores e estudantes de geografia pensam sobre a importância da presença dessa disciplina no currículo da educação básica pode contribuir para o conhecimento acerca das concepções de geografia presentes na formação tanto nas escolas quanto nas universidades e proporcionar subsídios para o debate na defesa da manutenção da Geografia como componente curricular obrigatório em toda a educação básica.

Defender a presença da Geografia como disciplina obrigatória nas escolas ainda se faz necessário em nosso país no início da terceira década do século XXI. Mesmo diante da realidade socioespacial do mundo na contemporaneidade, em que se multiplicam, se potencializam e se globalizam contradições, desigualdades, crises e conflitos em diferentes esferas e escalas da vida social, envolvendo questões que afetam desde a rotina das pessoas em suas atividades cotidianas, no espaço imediato, até a situação social e econômica do país, a geopolítica internacional e a existência da vida no planeta. Realidade que não pode ser apreendida, compreendida, explicada, apropriada pelos sujeitos sem sua dimensão espacial produzida histórica e socialmente, ou seja, o espaço geográfico, o que torna a Geografia cada vez mais indispensável para a formação do cidadão de fato:

O cidadão se definiria como tal, quando vivesse a condição de seu espaço enquanto espaço social, reconhecendo sua produção e se reconhecendo nela. É infracidadão aquele que não se reconhece em sua obra e vivência, de forma totalmente alienada, suas relações humanas, sendo seu espaço vivido reduzido ao espaço geométrico. Essa restrição da vivência não atinge somente os mais pobres, embora os alcance preferencialmente. Os termos da produção do espaço envolvem a redefinição da qualidade dos espaços produzidos. Prevaecem os espaços redutores, que já não são espaços de vida, mas espaços ressecados, de relações sociais e afetivas reduzidas. (DAMIANI, 1999, p. 52)

Defender a Geografia na formação dos alunos em todas as escolas de educação

básica do país se faz urgente nesse momento diante da ameaça colocada, mais uma vez, pelas reformas neoliberais no campo da Educação que, no Brasil, vêm se desdobrando de governo em governo desde a década de 1990. Nos últimos anos, o alvo principal dessas reformas tem sido o ensino médio, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) e a promulgação da Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017), cujas mudanças profundas que institui afetam diretamente a Geografia no currículo do ensino médio que, inclusive, deixa de ser oferecida como disciplina obrigatória nos dois últimos anos da etapa final da educação básica, assim como outras disciplinas.

Essa situação se configura pelo estabelecimento dos chamados “itinerários formativos”, pelos quais os alunos escolherão as áreas de conhecimento, e seus componentes curriculares, ou de formação técnica que cursarão nos dois últimos anos do ensino médio conforme suas preferências ou projetos de vida ligados ao trabalho ou à continuidade de estudos em nível superior. A Base Nacional Comum Curricular para o ensino médio define como disciplinas obrigatórias nos três anos da educação básica apenas Matemática e Língua Portuguesa.

A defesa da Geografia Escolar na formação básica de todo brasileiro e, portanto, como componente curricular obrigatório da educação básica, se faz necessária para a formação geral do aluno como cidadão, no sentido anteriormente exposto, e, logo, para a construção da cidadania de fato em nosso país. No entanto, essa defesa só terá força e eficácia se houver compreensão e reconhecimento pela sociedade da contribuição própria ou específica da Geografia para a formação do aluno cidadão, o que a diferencia das demais disciplinas e lhe atribui uma importância particular como um saber necessário a todos e que, assim, justifica sua presença obrigatória no currículo escolar de toda a educação básica.

Diante desse quadro é que tomamos para análise um conjunto delimitado de dados coletados em uma pesquisa sobre a docência em Geografia para verificar a importância que estudantes e professores de geografia atribuem a essa disciplina na escola. O que há de comum e diverso nas respostas dadas por estudantes de graduação e professores de geografia da educação básica e da educação superior? A importância que atribuem ao ensino-aprendizagem de Geografia na escola está relacionada com aspectos específicos do conhecimento geográfico que justificam sua presença no currículo da educação básica? Apresentaremos uma análise das respostas dos sujeitos e os resultados dessa análise para uma defesa mais consistente, fundamentada e convincente da Geografia no currículo de toda a educação básica, o que passa pela valorização da Geografia por nossa sociedade.

2 | O CONTEXTO E OS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os dados analisados nesse estudo foram coletados em trabalho de campo realizado no VII Encontro Nacional de Ensino de Geografia: Fala Professor, ocorrido entre os dias

11 e 15 de novembro de 2011 na Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). O trabalho fez parte de uma pesquisa enfocando a docência em geografia, realizada enquanto prática como componente curricular com alunos do curso de graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) do Instituto de Geografia (IG) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), durante o segundo semestre de 2011 e o primeiro de 2012. A pesquisa como um todo, sua metodologia geral e o contexto da realização com duas turmas do curso de graduação foram apresentados por Miranda e Barbosa (2012). A análise que apresentaremos aqui não foi feita por nenhum dos grupos de trabalho formados pelos alunos no desenvolvimento do projeto.

O Encontro Nacional de Ensino de Geografia: Fala Professor, evento quadrienal realizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), reúne estudantes, docentes, pesquisadores e demais interessados em questões relativas à Geografia Escolar, à docência e à formação em Geografia, razão pela qual foi definido como campo para coleta de dados para a pesquisa que se iniciava no semestre em que aconteceria a 7.a edição daquele evento.

Os sujeitos participantes da pesquisa eram alunos de graduação em Geografia, professores da disciplina na educação básica e de cursos de Geografia na educação superior (para os quais empregaremos as abreviaturas AG, PEB e PES, respectivamente). Ao todo, são 156 sujeitos, assim divididos: 71 AG, 54 PEB e 31 PES.

Os alunos de graduação (AG) tinham idades entre 17 e 35 anos, predominando a faixa etária entre 17 e 22 anos (55%), sendo a maioria absoluta de estudantes de universidades públicas (97%) e de cursos de licenciatura (76%), sendo que 20% cursavam licenciatura e bacharelado e apenas 4%, só bacharelado.

Dentre os professores de educação básica (PEB), com idades entre 20 e 57 anos, predominava a faixa etária de 20 a 30 anos (52%), com tempo de magistério variando entre 1 e 30 anos, sendo 76% com até 10 anos de experiência na docência em Geografia na educação básica, 11% de 11 a 20 anos e apenas 9% com esse tempo entre 23 e 30 anos. A maioria cursou graduação em instituições públicas (81%) e exerce a docência nos ensinos fundamental e médio também em escolas públicas (70%), sendo que 17% trabalhavam em escolas públicas e privadas e 13%, apenas em instituições particulares. Quanto à titulação acadêmica, a maioria tem apenas graduação (54%), seguida dos que possuíam especialização (22%), mestrado (17%), pós-doutorado (5%) e doutorado (2%).

Quanto aos professores de educação superior (PES), com idades variando entre 32 e 67 anos, predominava a faixa etária de 32 a 47 anos (68%). A maioria tem graduação em instituições públicas (87%), sendo 70% com licenciatura e bacharelado, 25% só licenciatura e 3% (1 docente) só bacharelado. Em relação à titulação acadêmica, 64% têm doutorado, 19% pós-doutorado, 13% mestrado e 3% (1 docente), apenas especialização. São na grande maioria docentes de instituições públicas (90%) com experiência docente de 5 meses a 27 anos na educação superior, sendo 55% com até 10 anos; 35% de 11 a

20 anos; e 10% de 24 a 27 anos de ensino superior. Importante destacar que a maioria (80%) desses professores de educação superior também possuía experiência docente em Geografia na educação básica em escolas públicas (50%), sendo que 26% ministraram a disciplina em escolas públicas e privadas. O tempo de experiência desses docentes na educação básica antes de ingressarem no magistério superior varia de 2 a 30 anos, sendo que para a maioria (52%, 16 professores) foi de 10 anos ou mais.

As instituições onde estudavam ou trabalhavam os sujeitos da pesquisa se distribuem pelas cinco grandes regiões administrativas do país, mas em apenas 12 estados e fortemente concentradas na Região Sudeste, como se apresenta nos gráficos a seguir (Figuras 1 e 2).

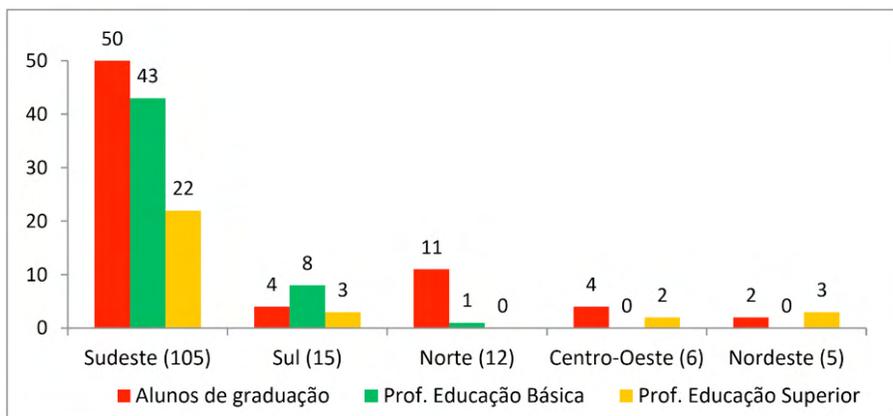


Figura 1: Distribuição por região das instituições em que estudavam ou trabalhavam os sujeitos (Total da região).

Fonte: pesquisa direta.

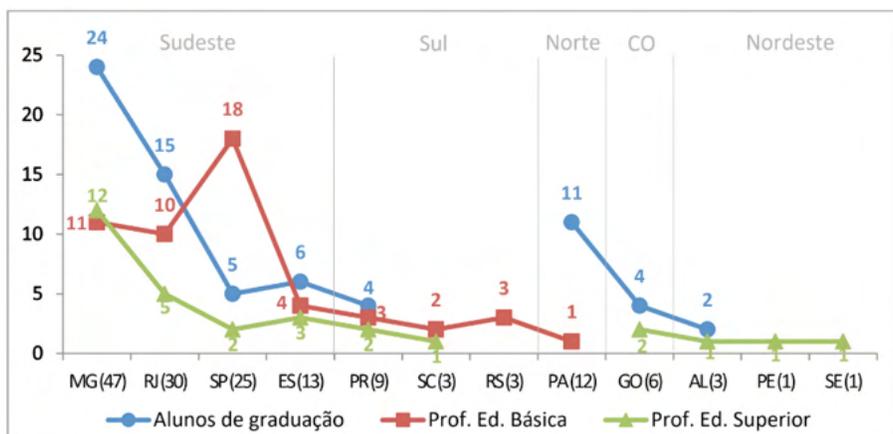


Figura 2: Distribuição por estado das instituições em que estudavam ou trabalhavam os sujeitos (Total do estado).

Fonte: pesquisa direta.

No primeiro gráfico (Fig. 1) os dados demonstram que, na maioria (105 ou 67%), os sujeitos entrevistados estavam vinculados a instituições de ensino do Sudeste, seguida de longe pela Região Sul (15 ou pouco menos de 10%). Essas são as duas regiões que apresentam representantes dos três grupos de sujeitos participantes da pesquisa (AG, PEB e PES). Detalhando melhor os dados no segundo gráfico (Fig. 2), se constata que: predominam instituições de Minas Gerais (47 ou 30%), onde se deu o evento em que foi realizada a coleta dos dados; apenas das Regiões Sudeste e Sul havia sujeitos vinculados a instituições em todos seus estados, mas, no entanto, só na primeira esses sujeitos eram AG, PEB e PES, o que na Região Sul aparece apenas para o Paraná; nos outros sete estados há presença de sujeitos de apenas um ou dois dos grupos; na Região Nordeste havia sujeitos de instituições de três estados e nas Regiões Norte e Centro-Oeste, apenas de um cada.

Os dados considerados para caracterizar os sujeitos da pesquisa nos permitem delinear um perfil dos três grupos e do conjunto dos sujeitos. Os alunos encontravam-se, na maioria, na faixa etária correspondente à graduação iniciada logo após a conclusão do ensino médio e cursando licenciatura em Geografia em instituições públicas. Os professores de educação básica, na maioria, são jovens de até 30 anos, graduados em Geografia em universidades públicas, exercendo a docência da disciplina em escolas públicas e, pode-se considerar, ainda no início da carreira docente (até 10 anos de magistério). Os professores de educação superior são, predominantemente, adultos jovens e docentes de universidades públicas, nas quais cursaram licenciatura, bacharelado e doutorado em Geografia e onde também se encontram no início de carreira no magistério superior, mas já com significativo tempo de experiência docente na educação básica.

Um traço comum predominante e significativo do perfil dos sujeitos participantes da pesquisa é a relação com a Geografia através da educação pública, tanto da escola básica quanto da universidade, tanto pela formação na licenciatura quanto pelo exercício da profissão docente.

3 I ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As entrevistas, realizadas no campo por 25 alunos da graduação participantes do projeto, foram do tipo estruturada, na forma de questionários com itens comuns e outros específicos para cada grupo de sujeitos (AG, PEB e PES). Entre os itens comuns, a última pergunta feita a todos os entrevistados foi: *Para você, qual é a maior importância de se ensinar-aprender geografia na escola?*

A análise das respostas dos sujeitos a essa pergunta se fez em três etapas, procurando-se em cada uma: 1 – identificar a importância atribuída predominantemente ao ensino-aprendizagem de geografia na escola por cada grupo dos sujeitos; 2 – verificar se essa importância está relacionada com contribuições específicas do conhecimento

geográfico; 3 – comparar as respostas dos três grupos de sujeitos e verificar se há diferenças expressivas em relação aos aspectos anteriores. Cada uma dessas etapas iniciou-se tomando diretamente as respostas dos sujeitos de cada grupo, nas quais se buscou identificar as ideias nucleares ou centrais sobre a importância atribuída à disciplina na escola e referências a aspectos específicos do conhecimento geográfico. Em seguida, foram comparadas as respostas dos sujeitos de um mesmo grupo e classificadas de acordo as ideias nucleares ou centrais comuns, sintetizando-as na descrição de cada classe.

Foram analisadas e classificadas primeiro as respostas de AG e, ao se analisar as do segundo grupo, de PEB, já se verificou que algumas classes de respostas se repetiram ou eram muito próximas em termos das ideias nucleares, o que também se observou em relação ao grupo de PES. Essas classes, então, foram descritas nos três grupos da mesma forma, quando reuniam as mesmas ideias nucleares, ou com os mesmos descritores junto a outros que definiam ideias nucleares próximas, mas que não foram expressas da mesma forma nas respostas da classe correspondente dos outros grupos de sujeitos. São exemplos desses casos as classes “A” nos três grupos de sujeitos; a classe “B” nos grupos de AG e PEB e classe “C” de PES; bem como as classes “C” entre AG e PEB e “B” de PES, estas reunindo respostas que mencionavam aspectos específicos do conhecimento geográfico. Em seguida, foi feita a mensuração de cada classe de respostas dos grupos de sujeitos para, por fim, se comparar as classes de respostas dos grupos em termos quantitativos e qualitativos. Apresentamos no quadro a seguir as classes que foram definidas com seus descritores de ideias nucleares e os percentuais de respostas dessas classes nos grupos de sujeitos, destacando com cores iguais as classes que reúnem ideias iguais ou com mais semelhanças (Quadro 1).

Notam-se grandes proximidades entre as classes de respostas predominantes nos três grupos de sujeitos tanto em relação às ideias centrais que sintetizam quanto à distribuição proporcional de respostas que incluem. A ideia de que a maior importância de se ensinar-aprender geografia na escola reside na contribuição dessa disciplina para proporcionar e desenvolver visão e leitura de mundo e entendimento da realidade (classe “A” nos três grupos) é predominante nos grupos de AG e PEB (37% e 38% respectivamente) e no de PES divide o maior número de respostas com a classe “B” desse grupo (34% em cada), empatando com ideias relacionadas com contribuições específicas da Geografia.

Outra ideia bastante presente nos três grupos está relacionada com a formação de cidadãos críticos e atuantes na transformação social, correspondendo à classe “B” nos grupos de AG e PEB e à classe “C” entre os PES, respectivamente, com 28%, 26% e 20%. As classes “D” e “E” dos três grupos são numericamente menos expressivas (até 11% das respostas em cada grupo) e reúnem ideias que remetem à importância da disciplina para a vida e o cotidiano do aluno, a formação humana, a superação da crise socioambiental e do ensino tradicional.

Nos três grupos, apenas uma das classes de respostas relaciona a importância da

geografia na escola com contribuições específicas do conhecimento geográfico. Entre os AG e PEB essa classe é a “C”, terceira posição na ordem das mais expressivas em termos quantitativos, respectivamente com 18% e 19% das respostas desses grupos. Entre os PES é a classe “B”, com 34% das respostas, proporcionalmente bem maior que nos outros dois grupos, mas dividindo o maior número de respostas com a classe “A”, ou seja, dos PES que apontaram a importância relacionada com visão, leitura ou compreensão do mundo.

Embora a Geografia como disciplina escolar possa e deva contribuir para a formação em todos os aspectos apontados nas diferentes classes de respostas dos sujeitos, a grande maioria destacou contribuições que são comuns de todas as disciplinas da educação básica.

CLASSE	DESCRITORES E PERCENTUAIS DAS CLASSES POR GRUPO DE SUJEITOS					
	AG	%	PEB	%	PES	%
A	Para proporcionar visão de mundo e entendimento da realidade.	37	Para proporcionar visão de mundo e entendimento da realidade.	38	Para desenvolver uma visão de mundo, ampliar a leitura e a compreensão do mundo.	34
B	Para formar cidadãos com pensamento crítico.	28	Para formar cidadãos com pensamento crítico e transformadores da realidade.	26	Porque proporcionar leitura racional para compreensão da produção, organização e reprodução do espaço, das relações e dinâmicas socioespaciais em que estamos inseridos e do mundo, para se situar no mundo a partir do conhecimento geográfico.	34
C	Para compreender o espaço, a realidade socioespacial e as relações sociedade-natureza.	18	Para pensar e conhecer o espaço produzido e o mundo com visão e conceitos da Geografia.	19	Para formar cidadãos críticos, como sujeitos e protagonistas sociais.	20
D	Porque a geografia está no cotidiano e é necessária para a vida.	11	Para aprender geografia para a vida, a formação do ser humano, importando mais os aspectos relacionais do que os conteúdos.	11	Para ensinar processos sustentáveis, defender nosso modo de vida e contribuir para a superação da crise social-ambiental.	10
E	Para transformar o ensino através das relações professor-aluno e de métodos não tradicionais.	5	Para relacionar com a vida do aluno e a para a leitura do cotidiano.	6	-	-

Quadro 1: Classificação e percentuais de respostas por grupo de sujeitos da pesquisa. Organizado pelo autor.

A Geografia na escola é importante para a compreensão e a leitura do mundo e

da realidade, mas para isso também contribuem a História, a Biologia, a Matemática, a Sociologia, a Física e todas as disciplinas do currículo, assim como para a formação do cidadão crítico, a formação para a vida, a formação do ser humano, procurando-se estabelecer relações com a vida e o cotidiano do aluno. São aspectos gerais da educação que, inclusive, aparecem em documentos curriculares oficiais como objetivos ou finalidades da educação básica ou como orientações metodológicas para abordagem de temas e conteúdos de ensino das diversas disciplinas, nesses casos quando se refere a estabelecer relações com a vida e o cotidiano do aluno ou a buscar alternativas para se superar o chamado ensino tradicional.

A questão da sustentabilidade e da crise socioambiental também não é exclusividade e nem especificidade da Geografia no currículo escolar, integrando o tema transversal Meio Ambiente, que dev ser abordados por todas as disciplinas com seus enfoques próprios. Tal temática figura também no currículo escolar como conhecimento específico da área de ciências naturais, principalmente em Biologia, no ensino médio, e Ciências, no fundamental.

Cada disciplina escolar tem suas contribuições específicas para a formação geral do aluno e que as justificam no currículo da educação básica. Tais contribuições dizem respeito aos objetos, teorias, conceitos, categorias de análise, métodos, técnicas, enfim, os conhecimentos próprios elaborados, acumulados, desenvolvidos pelas ciências de referência dessas disciplinas acerca da realidade a partir dos objetos, temas, questões e problemas dos quais se ocupam historicamente. Professores de geografia, para fazerem cumprir a função da disciplina na escola, precisam ter claro qual é sua contribuição específica no currículo, o que se define a partir da Geografia como ciência:

Como toda ciência a geografia possui alguns conceitos-chave, capazes de sintetizarem a sua objetivação, isto é, o ângulo específico com que a sociedade é analisada, ângulo que confere à geografia a sua identidade e a sua autonomia relativa no âmbito das ciências sociais. Como ciência social a geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território." (CORRÊA, 2005, p. 16)

Considerando que “a função de qualquer disciplina não é o entendimento de seu objeto de estudo, e sim a partir dele colaborar para a compreensão do todo”, Oliva (1999) acrescenta que “a geografia, por intermédio de seu objeto de estudo – o espaço geográfico – pode, e deve, oferecer elementos necessários para o entendimento de uma realidade mais ampla” (p. 46), tomando o espaço geográfico, no contexto da renovação da Geografia, como elemento componente da sociedade que permite examinar e explicar as questões sociais de uma perspectiva geográfica (p. 36). Assim, a dimensão espacial da realidade é fundamental como potencial explicativo no mundo contemporâneo, ainda acompanhando o autor, que cita John Berger, para quem “o contexto histórico a cada instante contém coisas demais e desiguais, que só são compreensíveis num contexto espacial” (OLIVA, 1999, p.

35).

Mas a simples menção ao espaço geográfico ou a aspectos a ele relacionados pode não ser suficiente hoje para se compreender mais profundamente a importância da Geografia no currículo escolar, para se conquistar maiores reconhecimento e valorização sociais desse saber. Tampouco para a compreensão da importância atribuída ao espaço pela própria Geografia enquanto ciência, pois, como apontado por Oliva (1999), se hoje há praticamente consenso entre os geógrafos de que o espaço geográfico é o objeto central de conhecimento da Geografia, esse conceito, assim como os demais conceitos-chave da Geografia, comporta diferentes acepções e ocupa posições de destaque também diferentes, conforme as principais correntes do pensamento geográfico, o que bem demonstra Corrêa (2005).

Corrêa lembra que espaço não constitui conceito-chave para as correntes da chamada geografia tradicional (positivistas ou historicistas) e que, apesar de todas as críticas à Geografia teórico-quantitativa (lógico-positivista), que surge a partir da década de 1950 como crítica à Geografia Tradicional, é com essa corrente neopositivista que “a geografia passa a ser considerada ciência social” e que “o espaço aparece, pela primeira vez na história do pensamento geográfico, como conceito-chave da disciplina”. No entanto, aparece sob as formas de planície isotrópica e de sua representação matricial, com uma “concepção de espaço derivada de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo”, sob a “visão da unidade epistemológica da ciência, unidade calcada nas ciências da natureza, mormente a Física” (CORRÊA, 2005, p. 17; 20). Concepção abstrata de espaço que desconsidera o caráter histórico, as contradições e relações sociais na constituição do espaço geográfico.

A Geografia Crítica, alicerçada no materialismo histórico dialético e opondo-se radicalmente às geografias tradicional e teórico-quantitativa, recoloca e redefine em outras bases o espaço como conceito-chave da disciplina, o qual só “aparece efetivamente na análise marxista a partir da obra de Henri Lefèvre”, na qual “o espaço é concebido como *locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade” (CORRÊA, 2005, p. 25; 26). Carlos (2002, p. 167) lembra que Lefèvre propõe a leitura crítica do legado de Marx e, ao contrário dos marxistas que abandonaram o marxismo, outros seguiram no caminho da crítica do marxismo por dentro. Sobre a questão do significado de produção no pensamento marxiano, a autora, dentre outras importantes observações quanto a simplificações e mesmo desvirtuamentos do materialismo histórico dialético em muitos trabalhos da Geografia Crítica brasileira, refere-se a uma vertente economicista presente ainda hoje, na qual:

[...] o homem aparece enquanto força de trabalho e o espaço como um produto direto da ação do capital. Nesse sentido, negligenciou-se o significado da noção de produção bem como o sentido social da reprodução. Aqui, a necessidade de se pensar a realidade como uma totalidade em movimento ignora o sentido social da produção do mundo. (CARLOS, 2002, p. 165)

Já a Geografia Humanista, que surge na geografia brasileira na década de 1970, acompanhada da retomada da Geografia Cultural na década seguinte, também se coloca como crítica àquela corrente neopositivista, “contudo, é a retomada da matriz historicista que caracterizava as correntes possibilista e cultural da geografia tradicional” (CORRÊA, 2005, p. 30). Daí também o rebaixamento do espaço como conceito-chave nessas abordagens geográficas. Tendo como base filosófica principalmente a fenomenologia e o existencialismo, centrando-se na compreensão e não na explicação do real, “a geografia humanista está assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal”, para a qual “o lugar passa a ser o conceito-chave mais relevante, enquanto o espaço adquire, para muitos autores, o significado de espaço vivido” (idem, p. 30). Assim, o espaço é focado a partir de aspectos ligados ao afetivo, ao imaginário, às representações simbólicas, ao sagrado e ao místico nas relações do sujeito com o espaço vivido, dos valores e significados que lhe atribui. Daí, a relevância maior do lugar como conceito-chave, no entanto, com abordagens que não buscam explicações e limitam-se à descrição das aparências.

A análise fenomenológica aparece como contemplação desinteressada dos objetos do mundo considerados como fenômenos e estabelece a suspensão de todas ideias prévias sobre a natureza dos objetos.

[...] O postulado básico é o espaço vivido como mundo da experiência imediatamente anterior às ideias científicas. (CARLOS, 2002, p. 166)

Mas se a Geografia Humanista tem predominado em grande parte dos estudos realizados nas últimas décadas na geografia brasileira, não parece ser nessa perspectiva que a maioria dos sujeitos de nossa pesquisa pensa a importância da geografia na educação básica.

Embora as respostas não explicitassem claramente opções por tendências metodológicas do pensamento geográfico, o que não se pretendia nem se esperava com a pergunta feita aos sujeitos, pode-se afirmar que na grande maioria há aproximações e identificação com o ideário da Geografia Crítica para a disciplina escolar. Se considerarmos em conjunto as respostas das classes “A”, “B” e “C” dos três grupos de sujeitos, que correspondem a mais de 80% das respostas de cada grupo, nota-se que são centrais ideias de formação de cidadãos críticos como sujeitos transformadores, de ampliação da capacidade de leitura e compreensão da realidade do mundo, em que o conhecimento geográfico aparece relacionado ao espaço de natureza social, como parte da sociedade, referindo-se à sua produção e reprodução sociais. No entanto, isso não significa que a geografia ensinada, praticada, seja a Geografia Crítica, pois a prática no ensino pode não corresponder às teorias declaradas, como bem demonstrou Mizukami (1986) em seu estudo clássico na área da Didática.

Contudo, se professores e estudantes de geografia de escolas e universidades públicas pensam que o mais importante dessa disciplina no currículo escolar é a formação

de cidadãos críticos capazes de compreender a sociedade a partir do espaço socialmente produzido e transformar a realidade, residindo aí a maior importância de ensinar-aprender geografia na escola, entendemos que, no quadro da geografia brasileira apresentado por Carlos (2002), ainda é só a Geografia Crítica que pode dar essa contribuição para a cidadania, para a formação do cidadão de fato conforme aquela definição de Damiani (1999), que contempla o que a Geografia tem de próprio, de específico e de indispensável para essa formação e para a compreensão do todo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados demonstram que a maioria dos estudantes e professores de geografia de escolas e universidades públicas de várias partes do país que foram entrevistados na pesquisa não menciona aspectos específicos da ciência ou dos conhecimentos geográficos na importância que atribuem ao ensino-aprendizagem de geografia na educação básica. Maioria ainda mais ampla parece identificar-se com o ideário da Geografia Crítica na disciplina escolar.

No entanto, esses sujeitos apresentam um perfil marcadamente de jovens e adultos jovens formados, em formação inicial ou exercendo a docência em escolas e universidades públicas predominantemente da Região Sudeste do país e que participavam de um evento nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) voltado para o ensino de geografia. Esse perfil comum dos sujeitos participantes da pesquisa não permite generalizações para o universo dos estudantes e professores de geografia do país a partir dos resultados apresentados. Sabemos que a maioria destes é formada em instituições de ensino privadas, inclusive, hoje, em cursos a distância, e que geralmente não participa de eventos científicos na área, dentre os quais os realizados pela AGB nos últimos quarenta anos têm historicamente se constituído como espaços de formação crítica na geografia brasileira.

Contudo, os sujeitos da pesquisa constituem parte representativa do importante quadro de geógrafos que estão pensando, debatendo e propondo caminhos para o ensino e a formação em geografia no Brasil a partir de nossa realidade educacional que, neste momento de agravamento da crise política e de retrocessos sociais, coloca em risco a manutenção da disciplina no currículo escolar de toda a educação básica. E, é nesse sentido que os resultados dessa pesquisa podem contribuir para aperfeiçoar e fortalecer a defesa da Geografia na escola.

As ciências e as disciplinas escolares como saberes têm suas particularidades em termos de contextos, abrangências, exigências, demandas, finalidades e procedimentos próprios para produção, circulação e aplicação dos conhecimentos. Ensinar na escola, portanto, não se trata de simples transposição de conhecimentos da ciência de referência para a disciplina escolar. Mas são os conhecimentos científicos e seus métodos de

elaboração que podem proporcionar o desenvolvimento do pensamento teórico-conceitual necessário para a reconstrução crítica das concepções fragmentadas, desarticuladas, equivocadas, preconceituosas, limitadas e limitantes para se compreender a realidade e o funcionamento do mundo social e natural em suas relações e nele intervir racionalmente de forma mais eficaz, eficiente, esclarecida, responsável, propositiva e ética em relação à sociedade e à natureza.

Dessa forma, o conhecimento geográfico como conhecimento científico, mais elaborado, mais sistematizado, mais desenvolvido sobre a realidade socioespacial do mundo, sobre o espaço geográfico, é a referência para o conhecimento escolar em Geografia. E no conhecimento geográfico como um conhecimento específico e indispensável sobre o mundo para a compreensão da realidade como um todo, o que não se alcança sem a consideração do espaço, reside a importância da disciplina escolar. Seu valor educativo, como aponta Oliva (1999), está no pensamento teórico, que caracteriza o conhecimento científico, acerca de seu objeto de estudo, o espaço geográfico.

O pensamento teórico em Geografia na perspectiva da Geografia Crítica é que possibilita compreender e explicar a complexidade socioespacial do mundo para além das aparências e, tendo se renovado intensamente, não deve ser tomado como difícil para os professores, pois, “complicado é preparar aulas sem saber em que consiste a nossa disciplina, qual é sua contribuição no conjunto dos saberes” (OLIVA, 1999, p. 44-45). Ensinar bem essa geografia na escola é a melhor e mais poderosa defesa da sua presença no currículo escolar e contribuição mais ampla e efetiva para sua valorização e seu reconhecimento social, pois é através da escola que todos os não geógrafos podem saber do que se trata a Geografia, qual é a sua importância hoje para todo cidadão e, logo, as consequências para a cidadania se a Geografia for sonogada na escola básica.

Se não temos clareza sobre o que só a Geografia pode proporcionar na formação intelectual e nas práticas sociais das novas gerações, muito possivelmente a geografia ensinada na escola não cumprirá sua função enquanto conhecimento específico e necessário à formação dos alunos e, assim, fragiliza-se a defesa de sua manutenção como componente obrigatório do currículo de toda a educação básica. Essa situação se agrava no atual contexto de reforma curricular envolvendo demanda de carga horária para novos componentes ou aumento da carga de outras disciplinas que gozam de maior valorização. A Lei nº 13.415 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) têm a Geografia, assim como as demais disciplinas da área de Ciências Humanas, como um possível e talvez mais fácil alvo a ser abatido no currículo escolar do ensino médio.

No entanto, no atual contexto sócio-político e educacional do país, tal investida não se daria se os homens do poder desconhecessem a importância da Geografia em sua vertente crítica radical para a construção da cidadania de fato e o perigo que isso lhes representa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Ensino Fundamental. Ensino Médio. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2018.

_____. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Publicação: Diário Oficial da União em 17 de fev. de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em 10/04/2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. **Terra Livre**, São Paulo-SP, Ano 18, v. I, n. 18, p. 191-178, jan./jun. 2002. (Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB)

CORRÊA, R. Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 7.a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 15-47.

DAMIANI, Amélia L. A geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 50-61.

MIRANDA, Sérgio Luiz; BARBOSA, Tulio. Uma pesquisa sobre docência em Geografia com campo no VII Fala Professor: prática como componente curricular na graduação em Geografia. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 17.o, 2012, Belo Horizonte-MG, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2012. Disponível em: <<http://www.eng2012.agb.org.br/trabalhos-completos?start=2320>>. Acesso em: 16/10/2012.

MIZUKAMI, **Base Nacional Comum Curricular**. Ensino Fundamental. Ensino Médio. Área de Ciências Humanas. Geografia. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2018.

OLIVA, Jaime Tadeu. Ensino de geografia: um retardo desnecessário. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 34-49.

CAPÍTULO 3

A INFORMALIDADE NAS RUAS DE FEIRA DE SANTANA – BA

Data de aceite: 01/12/2021

Alessandra Oliveira Teles

Universidade Estadual de Feira de Santana,
Departamento de Ciências Humanas e Filosofia
Feira de Santana – Bahia
ORCID – 0000-0001-9867-6380

RESUMO: A informalidade nas ruas de Feira de Santana é resultado de aspectos culturais, políticos e econômicos numa justaposição de ações. O objetivo desse estudo foi analisar como ambulantes e camelôs atuaram nas ruas da cidade no período de 1980 a 2020. Justifica-se esse estudo pela importância da atividade para a consolidação econômica e organização espacial. O aporte teórico está baseado, principalmente, em Pintaudi (2007), Santos (2008) e Teles (2017). Como procedimentos metodológicos realizou-se análise bibliográfica, observação e pesquisa de campo antes da pandemia. Os principais resultados destacam a relevância do trabalho de ambulantes e camelôs nas principais ruas da cidade e como esse tipo de atividade necessita desse espaço para a sobrevivência dos indivíduos. Como considerações é possível destacar a circulação de pessoas no centro comercial é o principal elemento para que a informalidade esteja consolidada.

PALAVRAS-CHAVE: Camelôs. Comércio de Rua. Feira de Santana. Informalidade.

INFORMALITY IN THE STREETS OF FEIRA DE SANTANA – BA

ABSTRACT: The informality on the streets of Feira de Santana is the result of cultural, political and economic aspects in a juxtaposition of actions. The aim of this study was to analyze how street vendors and street vendors operated in the city from 1980 to 2020. This study is justified by the importance of the activity for economic consolidation and spatial organization. The theoretical contribution is based mainly on Pintaudi (2007), Santos (2008) and Teles (2017). As methodological procedures, bibliographic analysis, observation and field research were carried out before the pandemic. The main results highlight the relevance of the work of street vendors and street vendors in the main streets of the city and how this type of activity needs this space for the survival of individuals. As considerations, it is possible to highlight the movement of people in the shopping center is the main element for the informality to be consolidated.

KEYWORDS: Street vendors. Street commerce. Feira de Santana. Informality.

1 | INTRODUÇÃO

A presença do trabalhador de rua é um fenômeno que ocorre desde o século XV, entretanto, no Brasil, os registros desta atividade datam do século XVII, com grande força no século XIX (DURÃES, 2013). Escravos, libertos, mestiços e brancos pobres buscavam sua sobrevivência em toda a sorte de atividades,

atuando como carregadores, vendedores (aves, leite, frutas, carnes, etc.) ou prestando serviços como pedreiros, carpinteiros, lavadeiras, entre outros serviços. Segundo o autor “[...] no Brasil, o trabalho de rua é mais do que uma resultante de ‘falhas’ econômicas, como vai ser dito em meados do século XX; é sobretudo, parte culturalmente constitutiva das próprias cidades” (DURÃES, 2013, p. 118).

A atividade dos camelôs e ambulantes foi delineada na cidade de forma análoga aos estabelecimentos comerciais, principalmente no centro da cidade. Sua expansão pelas principais vias de circulação da população evidencia que existe procura por este tipo de comércio. Quase sempre estão em pontos estratégicos, mesmo se considerados impróprios.

A espacialização de atividades como comércio e serviços é o destaque entre os processos espaciais que articulam e compõem sua história. A cidade representa um espaço geográfico com transformações promovidas pelo capital nas diversas escalas e com a particularidade de concentrar pessoas, mercadorias e fluxos. Lefebvre (1991, p. 111) destaca essa posição quando escreve: “A cidade atrai para si tudo o que nasce da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações”.

A informalidade nas ruas de Feira de Santana é resultado de aspectos culturais, políticos e econômicos numa justaposição de ações. O objetivo desse estudo foi analisar como ambulantes e camelôs atuaram nas ruas da cidade no período de 1980 a 2020. Justifica-se esse estudo pela importância da atividade para a consolidação econômica e organização espacial. O aporte teórico está baseado, principalmente, em Pintaudi (2007), Santos (2008) e Teles (2017). Como procedimentos metodológicos realizou-se análise bibliográfica, observação e pesquisa de campo antes da pandemia. Os principais resultados destacam a relevância do trabalho de ambulantes e camelôs nas principais ruas da cidade e como esse tipo de atividade necessita desse espaço para a sobrevivência dos indivíduos. Como considerações é possível destacar a circulação de pessoas no centro comercial é o principal elemento para que a informalidade esteja consolidada.

2 | A INFORMALIDADE NAS PRINCIPAIS RUAS DE FEIRA DE SANTANA

Entre 1950 e 1970 o comércio de rua ocorria nas avenidas Getúlio Vargas e Senhor dos Passos, bem como, na rua Marechal Deodoro e Sales Barbosa. Com as mudanças na utilização desse espaço, novas ruas e avenidas foram incluídas na organização territorial do trabalho presente no centro comercial de Feira de Santana.

A concentração de ambulantes e camelôs em determinadas ruas e avenidas do centro comercial ocorrem seguindo uma lógica. Tratando-se de comércio de rua, e seu principal consumidor/cliente é o pedestre, logo, estes trabalhadores precisam estar onde seu público-alvo aparece em maior concentração. Além disso, vive-se um período de exacerbação do consumo e quem não pode pagar por um produto original procura

satisfazer seu desejo com produtos alternativos encontrados nesse tipo de comércio.

Conjuntamente com estes fatos, o crescimento populacional, a expansão das atividades econômicas e a isenção de um relevante segmento social através da elevação da renda familiar contribuíram para a proliferação da atividade comercial seja formal ou informal. A elevação no consumo de bens e serviços inerentes as novas formas de produção, distribuição e consumo expõe a diversidade de estabelecimentos presentes no centro comercial de Feira de Santana. Essa caracterização repercute no fortalecimento e ampliação do comércio de rua, cada vez mais diversificado e com uma expansão nos itens para o consumo.

Os agentes envolvidos na atividade comercial buscam pela localização mais centralizada com o objetivo de tirar o máximo possível de proveito da circulação de pessoas que caracterizam a clientela em potencial. Analisando a presença de ambulantes e camelôs no centro comercial percebe-se a complexidade na sua organização.

A rua Conselheiro Franco, Praça Bernardino Bahia e a Praça Presidente Médici, onde está localizado o Feiraguay, transformam-se de tal maneira, que consolidam a posição da cidade num cenário nacional como relevante ponto na rede de comercialização (Figura 1).



Figura 1 - Feira de Santana

Avenidas e ruas principais utilizadas pelos camelôs - 2014

Destacando-se em razão dos variados níveis de tecnologia, organização e capital das atividades urbanas essa realidade faz parte do circuito da economia urbana (SANTOS, 2008). Devemos observar a ligação entre os circuitos superior e inferior da economia. No caso do circuito comercial, tanto aqueles que se encontram na organização formal como os que estão na informalidade possuem particularidades que promovem, em dado momento, uma aproximação e organização de um todo. Ao mesmo tempo, apresentam oposição em características como divergência no recolhimento de impostos, apresentam complementaridades, se for observado, do seu modo, o circuito informal também dá oportunidade de ocupação e renda.

Para Silveira (2007), o circuito inferior de economia passa por um intenso período de expansão devido a oportunidade de ocupação e renda encontrada por aqueles indivíduos que são cada vez menos necessários nas atividades do circuito superior. Então deparamo-nos com uma grande contradição, ao tempo que o país apresenta um dinâmico circuito superior com conexões globais e moderno espaço produtivo, o circuito inferior destaca-se pela adaptação e expansão em diferentes circuitos com destaque para o comercial.

Feira de Santana apresenta uma realidade que, em parte, ratifica a discussão dos autores mas, em outros pontos, desconsidera a proposta. Segundo Santos; Silveira (2001), os agentes envolvidos no circuito inferior promovem um circuito central ao se instalar nos espaços de maior circulação de pessoas, sejam eles desvalorizados ou degradados, uma vez que nesses locais vão conseguir obter a renda referente a seu labor. No caso da cidade em estudo, esses espaços ocupados são disputados e valorizados gerando diversos conflitos por sua ocupação irregular por parte dos informais que não contribuem tributariamente auferindo lucros totalmente livres dos custos que são dispensados aos formais.

Nos períodos que sucedem a década de 1990 tanto o circuito formal quanto o informal revelam a precariedade e regressão nos direitos trabalhistas. Contribuindo para o fortalecimento da informalidade a falta de um limite entre o formal e o informal é consequência da movimentação capitalista que se beneficia dessa situação ao não deixar claro o limite entre trabalho produtivo e improdutivo, emprego e desemprego, produção e lucro real (TAVARES, 2004).

O circuito informal apresenta uma dinâmica que se ajusta as estruturas necessárias a sua reprodução e expansão. As transformações no modo de produção e nas relações de trabalho terão um impacto direto na operacionalização dessa atividade. Além disso, articula-se e associa as funções do centro como espaço principal na popularização do consumo e consolidando as atividades comerciais como mais relevantes na economia da cidade.

A discussão sobre economia informal apresenta relevância tanto nos meios de comunicação quanto no universo acadêmico, nessa passagem do século XX para o século XXI. Para Cacciamali (2000), esse termo apresenta significados bem diferentes,

como exemplifica: “[...] evasão e sonegação fiscais; terceirização; microempresas, comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes, trabalho temporário, trabalho em domicílio, etc.” (CACCIAMALI, 2000, p. 153). O destaque para uma conceituação tão variada e distinta demonstra um fator em comum no pensamento das pessoas. Ainda segundo Cacciamali “[...] são atividades, trabalhos e rendas realizadas desconsiderando regras expressas em lei ou em procedimentos usuais”. Percebe-se as repetidas referências a esta temática, atualmente, bem como, faz-se necessário compreender as particularidades do capital ao criar e recriar relações distintas ao seu sistema. Segundo Dantas (2005, p.2) “urge considerar esse processo a partir do que se convencionou chamar de lei do desenvolvimento desigual, que tornará possível compreender o porquê da reprodução da atividade do comércio ambulante nos países em via de desenvolvimento”.

Sua expansão pelas principais vias de circulação evidencia que existe procura por este tipo de comércio. Quase sempre estão em pontos estratégicos, mesmo se considerados impróprios. Para Pintaudi (2007, p. 145) “[...] as formas comerciais são, antes de mais nada, formas sociais; são as relações sociais que produzem as formas que, ao mesmo tempo, ensinam relações sociais”.

Segundo dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015), no ano de 2015, 51,1% da força de trabalho brasileira estava concentrada na informalidade. Parte desses atuou no comércio de rua como ambulantes e camelôs, ocupando ruas, avenidas e praças, sendo excluídos dos direitos e também dos deveres trabalhistas. Considerando que não possuem carteira assinada, não têm direito a seguro-desemprego, auxílio-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria ou outro benefício oferecido pelo INSS. Também não recolhem para os cofres nenhum tipo de tributo, o que vem chamando a atenção do governo que passa a criar meios de formalizar e ordenar o trabalho desse segmento. Com isso, ambulantes e camelôs passam a fazer parte da pauta institucional, da iniciativa privada, da mídia e da academia.

Esse é o resultado da relação direta entre o meio técnico e o político, promovendo uma elevação do número de pessoas participando do comércio informal presente nas ruas. O que se percebe, desde os anos 1990, trata de uma acentuação no desemprego, refletindo especialmente nas classes econômicas menos favorecidas, e nos postos de trabalhos formais. Neste contexto, o mercado informal aparece como alternativa para a falta de oportunidade. A imprevisibilidade do comércio de rua é marcada pela insalubridade, risco de assalto, excessos de todo tipo por parte dos agentes fiscalizadores, fenômenos climáticos, entre outras incertezas.

Em Feira de Santana a situação é a mesma, o desemprego no mercado formal de trabalho colocou significativa faixa da população na informalidade que ocupa as vias públicas de forma crescente, a ponto do poder municipal realizar ações de ordenamento do uso do espaço público.

Não há dados precisos sobre o número de ambulantes e camelôs ocupando as ruas da cidade. Com base em Oliveira (2010), uma das justificativas para essa ausência de informação se deve a desvalorização e desconsideração dessa atividade por décadas. Em áreas como Economia e Administração recebe os adjetivos de economia invisível ou economia subterrânea, poucos se voltaram para seu estudo, referência ou contagem. Segundo Pacheco (2008), alguns historiadores, ao se voltar para as feiras livres citam estimativas.

O IBGE iniciou um levantamento do pessoal desocupado, nos diversos circuitos, porém suas estatísticas ainda estão limitadas as principais regiões metropolitanas do país. A própria Prefeitura Municipal realizou, no ano de 2013, um cadastramento dos ambulantes e camelôs que estão no centro comercial de Feira de Santana, mesmo assim, não apresenta números precisos.

Considerou-se ambulante aquele indivíduo que comercializa seus produtos sem ponto fixo, caminhando e oferecendo as mercadorias do modo que consegue transportar, nos próprios braços, carro-de-mão ou bicicleta (PINTAUDI, 2007). Camelôs foram definidos como aqueles que tem ponto fixo para realizar sua atividade. Nesta pesquisa, juntamos as duas categorias por considerar sua aproximação na atividade do comércio de rua e pela situação de informalidade que ambos apresentam.

A concentração de ambulantes e camelôs em determinadas ruas e avenidas do centro comercial ocorre seguindo uma lógica. Em se tratando de comércio de rua, o seu principal consumidor/cliente é o pedestre, logo, estes trabalhadores precisam estar onde seu público-alvo aparece em maior concentração. As ruas Marechal Deodoro, Sales Barbosa e Benjamin Constant, bem como a avenida Senhor dos Passos e Praça do Nordeste oferecem o maior agrupamento.

A sociedade vive um período de exacerbação do consumo e quem não pode pagar por um produto original procura satisfazer seu desejo com produtos alternativos, encontrados nesse tipo de comércio. Em Feira de Santana, o comércio representa um papel fundamental na expansão da economia e na dinâmica territorial urbana. A cidade apresenta uma diversidade de fluxos populacionais, matérias-primas e mercadorias. (TELES, 2017).

Segundo informação da SETTDEC existem aproximadamente 1.680 ambulantes e camelôs trabalhando nas ruas pesquisadas, número utilizado para esta pesquisa. O universo de pesquisa consta de uma amostragem de 217 pesquisados, distribuídos pela Rua Marechal Deodoro (46), Rua Sales Barbosa (98), Avenida Senhor dos Passos (36), Rua Benjamin Constant (22) e Praça do Nordeste (15).

No caso dos ambulantes e camelôs de Feira de Santana, independente de trabalharem com produtos originais ou falsificados, sua presença nas principais ruas e avenidas do centro comercial promovem um grande impacto financeiro entre os lojistas. Na comercialização de seus produtos sonegam uma série de impostos, circunstância que prejudica os lojistas que veem seus lucros diminuídos por essa atividade paralela e

concorrente.

Periodicamente, pressionam a prefeitura, a polícia militar, em especial o corpo de bombeiros, e a mídia contra esse ramo de atividade, relacionando a um problema social, de mal ordenamento do espaço público e um cenário negativo da economia brasileira. De fato, fogem às regras formais estabelecidas pelo poder público em seus níveis hierárquicos. Mas, a primeira premissa a ser considerada é o fato de que estão atuando nesse mercado em busca de sua sobrevivência. (CACCIAMALI, 2000).

A pesquisa de campo revelou que o comércio de rua é consequência do enfraquecimento das relações formais de trabalho. Os dados da pesquisa demonstram que um número significativo de camelôs presentes nas ruas de Feira de Santana teve uma ocupação anterior e tornaram-se vendedores nas ruas por não conseguirem se recolocar no mercado formal de trabalho.

Apesar de um número expressivo informar que sempre atuou como camelô, percebe-se a variedade de atividades anteriormente exercidas por estes trabalhadores. Ao mesmo tempo que o comércio é o principal responsável pela dinâmica econômica do município, tem sido também o que mais tem demitido. Coube a quem se encontra no desemprego procurar alternativas para a sua sobrevivência e essa chance foi adquirida através do comércio de rua, seguido pelos trabalhadores que atuavam como auxiliar na produção industrial e dos trabalhadores domésticos e rurais. (TELES, 2017).

As informações acima demonstram que em todos os circuitos econômicos o desemprego é realidade, o que ratifica a discussão de Durães (2013), pois nesse processo de reestruturação produtiva, os trabalhadores estão à mercê das políticas adotadas pelos governos que repercutem localmente e atingem, inclusive, segmentos extremamente frágeis na cadeia produtiva, como é o caso das ocupações relacionadas ao circuito informal.

A forma de funcionamento e organização das barracas depende fundamentalmente da capacidade de negociação de cada ambulante e camelô. No comércio dos logradouros pesquisados, a predominância na forma de pagamento é o dinheiro. A utilização da máquina de crédito/débito ocorre com maior frequência entre os ambulantes e camelôs da rua Sales Barbosa, seguido dos que trabalham na avenida Senhor dos Passos e numa frequência bem inferior, entre aqueles que estão localizados na rua Benjamin Constant.

Os ambulantes e camelôs que ocupam a praça do Nordeste só comercializam com dinheiro. Duas formas de comercialização quase extintas ainda são utilizadas por ambulantes e camelôs da rua Sales Barbosa e rua Marechal Deodoro que são a venda através de nota promissória e o recebimento de cheques.

O destaque nesse quesito refere-se ao uso da máquina de débito/crédito ser aceita predominantemente pelos comerciantes de confecções, pois estes apresentam uma melhor e maior organização de suas barracas. Os que trabalham com calçados também apresentam boa estrutura em seus espaços, mas quando questionados sobre o motivo de não utilizarem a máquina de crédito/débito, quase todos alegaram que negociando

em espécie podem barganhar um preço melhor e, na maioria das vezes, conquistam os clientes que voltam para a compra de outras mercadorias.

Historicamente, tem-se um cenário de ocupação das ruas do centro da cidade. A feira livre, importante elemento para a origem do município até a década de 1970, tinha alimentos, calçados, confecções, utilidades para a casa, ferramentas, entre outros produtos. Consumidores de vários locais convergiam para Feira de Santana em busca dessa variedade.

A inauguração do Centro de Abastecimento, em 1977, marca a dinâmica territorial do centro comercial de Feira de Santana e seu ordenamento territorial. A retirada das barracas das ruas permitiu maior e melhor circulação de pedestres. Mas, os problemas neste novo espaço são revelados pelos jornais da época, estes registram a constante insatisfação dos feirantes transferidos.

A complexidade organizacional da cidade varia de acordo ao seu direcionamento político, seu nível técnico e a economia. Em relação ao comércio, a presença de concorrência é um fato concreto. Entre os ambulantes e camelôs não é diferente. Por esse motivo, a localização é um dos elementos preponderantes para conseguir realizar vendas e se manter no mercado.

Os agentes envolvidos na atividade comercial buscam pela localização mais centralizada com o objetivo de tirar o máximo possível de proveito da circulação de pessoas que caracterizam a clientela em potencial. Analisando a presença de ambulantes e camelôs no centro comercial percebe-se a complexidade na sua organização.

A circulação de pessoas no centro da cidade para realizar compras é fato. A atividade comercial atrai consumidores em potencial já que o centro é considerado o espaço principal para a materialização dessa atividade. Conforme consumidores entrevistados, a variedade de produtos ofertados, a presença tanto de lojas formais quanto ambulantes e camelôs facilitam a escolha dos produtos, preços inferiores aos seus locais de origem, facilidade na locomoção até Feira de Santana, concentração do comércio numa mesma área são fatores considerados positivos quando se pensa em comprar.

As notícias que seguem revelam que cansados de solicitar melhorias do local alguns feirantes, a partir de 1979, começam a retornar para o centro comercial e ocupar a rua Marechal Deodoro com a venda de alimentos, destaque para frutas e hortaliças. A rua Sales Barbosa, também nesse período passa por uma reforma realizada pela Prefeitura Municipal, transformando-a numa via de circulação exclusiva para pedestres. A partir dessa realização, observa-se dois fatos: a) o uso do termo camelô como referência ao indivíduo que de forma pontual começa a se estabelecer nesse logradouro; b) a venda de produtos como relógios, brinquedos, calçados, confecções vai fazer concorrência aos estabelecimentos presentes e incomodar os lojistas que já se encontravam instalados.

Esse zoneamento existente entre os produtos comercializados pelos ambulantes e camelôs no centro comercial de Feira de Santana indica que a discussão teórica que inicia

esta pesquisa é válida. A presença de determinados produtos predominando em certos logradouros constitui, então, a apropriação de um espaço específico configurando um território. Segundo Corrêa (1996), é possível definir território como um espaço no qual são atribuídas as dimensões política, afetiva ou ambas. No caso do local pesquisado, ambas as dimensões estão presentes.

Os alimentos aparecem com maior frequência na rua Marechal Deodoro, na avenida Senhor dos Passos predominam os ambulantes e camelôs que comercializam bijuterias/acessórios. Na rua Sales Barbosa e na Praça do Nordeste há uma variedade de produtos. Na rua Benjamin Constant ambulantes e camelôs trabalham com alimentos (lanches e almoço), comercializam CD/DVD prestam serviço consertando relógios, gravação de música em celular ou pen drive, tiram arranhões de celular ou relógio, cortam chip, afiam tesouras e alicates.

O circuito informal contribui na consolidação do comércio na medida que indica as relações de complementaridade e concorrência. A hierarquia existente não desaparece, ao contrário, na maioria dos casos, o circuito informal necessita da presença do circuito formal para sua existência e manutenção, tanto que procura se instalar nas vias onde o circuito comercial ocorre com maior dinâmica. Além disso, o circuito comercial empresta seus fornecedores, transportadoras e potenciais consumidores para o funcionamento do circuito informal.

Feira de Santana apresenta uma realidade que em parte ratifica a discussão dos autores aqui apresentados, mas, em outros pontos, desconsidera a proposta. Segundo Santos e Silveira (2001) os agentes envolvidos no circuito inferior promovem um circuito central ao se instalar nos espaços de maior circulação de pessoas, sejam eles desvalorizados ou degradados, uma vez que nesses locais vão conseguir obter a renda referente a seu labor. No caso da cidade em estudo, esses espaços ocupados são disputados e valorizados gerando diversos conflitos por sua ocupação irregular por parte dos informais que não contribuem tributariamente auferindo lucros totalmente livres dos custos que são dispensados aos formais.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o processo de reestruturação produtiva novas relações de trabalho vão surgir. Determinando normas mais flexíveis na utilização da força de trabalho vão também compor o circuito informal que cada vez mais é visível dentro da economia pela sua contribuição, em especial pela absorção de mão-de-obra.

A flexibilidade do mercado de trabalho contribui para que o circuito informal impacte na economia. As consequências mais visíveis do processo de reestruturação produtiva são os baixos níveis de trabalho e renda e o enfraquecimento do mercado formal de trabalho. A década de 1990 é marcante para o entendimento dessas transformações, trabalhadores

que até esse período atuavam com direitos trabalhistas se veem na necessidade de exercer atividades sem regulamentação, redução ou mesmo ausência de direitos.

Nos períodos que sucedem a década de 1990 tanto o circuito formal quanto o informal revelam a precariedade e regressão nos direitos trabalhistas. Contribuindo para o fortalecimento da informalidade, a falta de um limite entre o formal e o informal é consequência da movimentação capitalista que se beneficia dessa situação ao não deixar claro o limite entre trabalho produtivo e improdutivo, emprego e desemprego, produção e lucro real (TAVARES, 2004).

No entendimento de Montessoro (2006), a circulação de pessoas contribui para a consolidação tanto do circuito formal como do informal pois ao transitar pelo centro comercial e ter a possibilidade de consumir produtos e serviços de ambos os segmentos promovem complementaridade e disputa pelo espaço ocupado. No espaço urbano o circuito comercial apresenta grande importância econômica, cria empregos, gera renda e tributos. Também tem sua contribuição na organização espacial quando ocupa novas localizações ou se reorganiza em seus espaços considerados tradicionais revela os interesses e direcionamentos da população consumidora.

O circuito informal apresenta uma dinâmica que se ajusta as estruturas necessárias a sua reprodução e expansão. As transformações no modo de produção e nas relações de trabalho terão um impacto direto na operacionalização dessa atividade. Além disso, articula-se e associa as funções do centro como espaço principal na popularização do consumo e consolidando o circuito comercial como mais relevante na economia da cidade.

REFERÊNCIAS

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e Processo de Informalidade. **Economia e Sociedade**. n. 14, p. 153-174, jun 2000.

DANTAS, Eustógio W. C. Apropriação do Espaço Público pelo Comércio Ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em Evidência (1975 a 1995). **Scripta Nova**. Universidad de Barcelona, vol. IX, n. 202, 1 de diciembre de 2005. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-202.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

DURÃES, Bruno J. R. **Camelôs Globais ou de Tecnologia**: novos proletários da acumulação. Salvador: EDUFBA, 2013.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

OLIVEIRA, Edilson Luís. Circuito Inferior da Economia Urbana e Mídia Impressa em Londrina/PR. **Anais do VI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.agb.org.br>>. Acesso em: 17 de jan. 2014.

PACHECO, Larissa B. P. **Trabalho e Costume de Feirantes de Alimentos**: Pequenos Comerciantes e Regulamentações do Mercado em Feira de Santana (1960/1990). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.

PINTAUDI, Silvana M. A Cidade e as Formas do Comércio. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos Caminhos da Geografia**. 5 ed.; São Paulo: Contexto, 2007. (Caminhos da Geografia).

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**: Os Dois Circuitos da Economia. São Paulo: EDUSP, 2008a. 1 reimpressão.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA, Maria Laura. **Confines de la racionalidad**: el espacio geográfico contemporáneo. Texto apresentado no XI Encontro de Geógrafos da América Latina, Bogotá D.C, 2007.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TELES, Alessandra Oliveira. **O Comércio Informal em Feira de Santana (BA)**: Permanências e Mudanças. Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão. 2017. Tese de Doutorado.

CAPÍTULO 4

CAMPINAS, A CIDADE MAIS SURPREENDENTE DO BRASIL: ENTRE OS ÍNDICES METROPOLITANOS E AS LEIS MUNICIPAIS

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 06/09/2021

Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
<http://lattes.cnpq.br/9187905255102435>

RESUMO: O objetivo do texto é estabelecer um diálogo entre a maneira como Campinas tem vendido a sua imagem, por meio de índices que a distinguem de outros municípios e a realidade que expõe um município desigual que elabora leis que vão na contramão desta imagem enaltecida. Esse diálogo foi elaborado de três formas: primeiro foi realizada uma análise do IBEU (Índice de Bem-Estar Urbano), detalhando o modo como Campinas e sua Região Metropolitana foram apontadas no índice; em seguida houve uma apreciação da lei que Campinas aprovou recentemente, que dispõe sobre a qualificação de entidades, como organizações sociais; e, então, foi realizada uma discussão sobre como a produção do espaço urbano tem sido apreendida pelo IBEU, pelas Leis Municipais e as contradições que surgem da relação índices-realidade.

PALAVRAS-CHAVE: IBEU (Índice de Bem-Estar Urbano), Organizações Sociais, Índices-Realidade.

CAMPINAS, THE MOST AMAZING CITY IN BRAZIL: BETWEEN METROPOLITAN INDEX AND MUNICIPAL LAWS

ABSTRACT: The aim of the text is to establish

1 O vídeo "Campinas: a cidade mais surpreendente do Brasil" (2013), disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GdskyRs->

a dialogue between the way Campinas has sold its image, through indexes that distinguish it from other municipalities, and the reality that exposes an unequal municipality that draws up laws that go against this exalted image. This dialogue was elaborated in three ways: first, an analysis of the IBEU (Urban Welfare Index) was carried out, detailing how Campinas and its Metropolitan Region were identified in the index; then there was an assessment of the law that Campinas recently has approved, which provides for the qualification of entities, such as social organizations; and, then, there was a discussion held about how the production of urban space has been apprehended by IBEU, by Municipal Laws and the contradictions that arise from the index-reality relationship.

KEYWORDS: IBEU (Urban Welfare Index), Social Organizations, Index-Reality.

INTRODUÇÃO

"Imagine uma cidade com uma economia forte, ensino, pesquisa e tecnologia de ponta, infraestrutura logística, hotelaria de serviços entre as melhores do país [...] quarta maior praça bancária do Brasil, PIB entre os 10 maiores do país com um montante de 40,5 bilhões de reais, município sede da região metropolitana que alcançou o 1º lugar no estudo de bem-estar urbano". (Vídeo - Campinas: a cidade mais surpreendente do Brasil¹, 2013).

Imagine também se seria possível, um município de tal porte, com características econômicas que se sobressaem no contexto nacional e com atributos sociais que o elevam ao primeiro lugar no ranking do IBEU (Índice de Bem-Estar Urbano), como é destacado no vídeo, aprovar uma lei que autoriza a terceirização de serviços públicos municipais básicos, tais como saúde e educação, ou seja, transferir atribuições de responsabilidade do poder público para a administração das referidas organizações sociais que, em essência, são reguladas pela lógica do mercado. Essa transferência é, em síntese, a aprovação de uma lei que possibilita o descumprimento da lei maior (VAINER, 2011). Diante de tal façanha, admite-se que o município de Campinas é, de fato, surpreendente, como expõe o vídeo elaborado pela prefeitura.

A lei em questão é a LC nº 101, de 19/03/2015, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, e tem por objetivo “qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado” (LC nº 101/2015), logo, o município repassa suas atribuições legais para o cuidado do terceiro setor, por meio das denominadas organizações sociais.

Tal repasse tem trazido muita preocupação, pois, atualmente, as organizações sociais têm sido um dos principais instrumentos utilizados na terceirização dos serviços públicos e, como consequência dessa ação, tem ocorrido a precarização dos serviços públicos em vigor no país. Campinas já possui experiência com uma organização social na gestão do hospital Ouro Verde, que tem se mostrado insatisfatória e com resultados bem ruins, segundo os próprios funcionários e o pessoal atendido pelo hospital.

Sendo assim, o que motiva a elaboração de uma lei de âmbito municipal que visa terceirizar atividades de competência estatal? Por que um município, que apresenta uma arrecadação econômica tão significativa, se isenta da responsabilidade de cuidar dos serviços públicos municipais, repassando essas atividades para as organizações sociais? O que leva um município, que alcançou as melhores posições no IBEU, principalmente nas dimensões destinadas à pesquisa de serviços públicos municipais (condições ambientais, condições de serviços coletivos e infraestrutura urbana), se vangloriar de tal colocação em um primeiro momento, para, em seguida, se abdicar de tal obrigação? Esses são alguns dos questionamentos que têm motivado esse trabalho.

Portanto, o objetivo deste texto é estabelecer um diálogo entre a maneira como Campinas tem vendido a sua imagem, por meio de dados e informações que a distinguem e a enaltecem diante dos demais municípios, e a realidade que apresenta um município extremamente desigual e que elabora leis que vão na contramão desta imagem distinta.

O diálogo foi elaborado em três seções: primeiramente, foi realizada uma apresentação e análise do IBEU (Índice de Bem-Estar Urbano), detalhando a maneira

-Zfo>, foi elaborado pela Prefeitura Municipal de Campinas em 2013, logo após a publicação do IBEU. O vídeo destaca as inúmeras características (em sua maioria de cunho econômico) que qualificam Campinas como um município surpreendente, atrativo, e que se diferencia dos demais.

como a Região Metropolitana de Campinas (RM de Campinas) foi apontada no documento; em seguida, há uma apreciação das leis (federal e municipal) que dispõem sobre as organizações sociais, a fim de compreender os motivos que deram suporte à promulgação da referida lei e à abertura da atuação das organizações sociais na prestação de serviços de cunho estatal; e, por último, foi elaborada uma discussão sobre como a produção do espaço urbano tem sido apreendida pelo IBEU, pela lei que dispõe sobre as organizações sociais e as contradições que surgem da relação índices (imagem enaltecida) e realidade (espaço desigual).

1 | O ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO (IBEU)

Com a finalidade de compreender melhor a complexidade urbana que permeia os espaços metropolitanos, instituições e órgãos de pesquisa têm elaborado índices que englobam uma diversidade de temas e assuntos sobre a sua dinâmica; dentre eles, tem-se o IBEU (Índice de Bem-Estar Urbano, 2013) um índice elaborado pelo INCT (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Observatório das Metrôpoles). O IBEU é um documento importante, primeiro porque coloca em evidência as regiões metropolitanas e, também, por trazer, em sua composição, elementos diretamente relacionados àquilo que o poder público disponibiliza aos moradores das cidades e não ao que eles obtêm por sua própria conta.

Contudo, o que tem chamado a atenção em relação ao IBEU foi sua ampla repercussão, resultando em uma série de matérias na mídia (impressa e virtual), que buscavam fomentar a sua publicação, entender a metodologia utilizada pelo índice e, principalmente, destacar a classificação das regiões metropolitanas pelo IBEU.

O índice realiza uma análise comparativa entre 15 regiões metropolitanas² do país³, tendo por objetivo “avaliar a dimensão urbana do bem-estar usufruído pelos cidadãos brasileiros promovidos pelo mercado, via consumo mercantil e pelos serviços sociais prestados pelo Estado” (RIBEIRO e RIBEIRO, 2013, p. 7).

O IBEU se diferencia dos demais índices em dois aspectos: primeiramente, é um índice que privilegia elementos de alcance coletivo e não individual, ou seja, aquilo que “a cidade deve proporcionar às pessoas em termos de condições materiais de vida” (RIBEIRO e RIBEIRO, 2013, p. 9), e se distingue, também, pois permite uma análise comparativa entre as regiões metropolitanas, entre os municípios que compõem as regiões metropolitanas e entre as áreas de ponderação de cada região metropolitana.

O IBEU foi concebido de duas maneiras: o Global e Local. O IBEU Global foi estruturado para o conjunto das regiões metropolitanas, que permite comparar as condições do bem-estar urbano em três escalas (entre as metrôpoles, entre os municípios

2 A opção por essas 15 regiões metropolitanas analisadas ocorreu, pois, segundo o INCT - Observatório das Metrôpoles, estes são os quinze grandes aglomerados urbanos que foram identificados, em outros estudos prévios, como as principais metrôpoles brasileiras, por exercerem funções de direção, comando e coordenação de fluxos econômicos.

3 As regiões metropolitanas analisadas foram as de Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Grande Vitória, Manaus, Porto Alegre, Recife, RIDE-DF, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

metropolitanos e entre os bairros⁴), no qual se pretende trazer uma dimensão abrangente de cada região metropolitana. Já o IBEU Local foi calculado especificamente nas metrópoles, possibilitando constatar o bem-estar urbano em cada uma.

A fim de apreender a análise de bem-estar urbano, para as escalas Global e Local, o índice foi estruturado em cinco dimensões: (D1) mobilidade urbana; (D2) condições ambientais urbanas; (D3) condições habitacionais urbanas; (D4) condições de serviços coletivos urbanos e (D5) infraestrutura urbana. Cada dimensão apresenta um conjunto de indicadores, como pode ser identificado na Tabela 1, os quais foram elaborados a partir da amostra do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), do Censo Demográfico de 2010, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O resultado do índice varia de 0 a 1; quanto mais próximo de 1, melhor o bem-estar urbano.

Dimensões	Indicadores
D1- Mobilidade Urbana	1- Deslocamento casa-trabalho
D2- Condições Ambientais Urbanas	1- Arborização do entorno dos municípios; 2- Esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios; 3- Lixo acumulado no entorno dos domicílios
D3- Condições Habitacionais Urbanas	1- Aglomerado Subnormal; 2- Densidade Domiciliar; 3- Densidade morador/banheiro; 4- Material das paredes dos domicílios.
D4- Condições de Serviços Coletivos Urbanos	1- Atendimento de água; 2- Atendimento de esgoto; 3- Atendimento de energia; 4- Coleta de lixo.
D5- Infraestrutura Urbana	1- Iluminação Pública; 5- Bueiro ou boca de lobo; 2- Pavimentação; 6- Rampa para cadeirantes; 3- Calçada; 7- Identificação de logradouro. 4- Meio-fio/Guia;

Tabela 1 - Indicadores utilizados em cada uma das dimensões do IBEU

Fonte: IBEU (2013) elaboração própria.

A RM de Campinas se sobressai no ranking do IBEU Global, ocupando a primeira colocação, dentre as quinze analisadas. O índice da RM de Campinas foi de 0,873, seguido pela RM de Florianópolis, em segundo lugar (0,754), e a RM de Curitiba (0,721), em terceiro. A Tabela 2 apresenta a posição alcançada pela RM de Campinas em cada uma das dimensões avaliadas.

⁴ A designação de bairro, para este estudo, é a mesma denominada pelo IBGE, como área de ponderação que constitui um conjunto de setores censitários – a menor unidade territorial de coleta de dados durante a realização do censo demográfico.

Dimensões do IBEU Global	Colocação RM de Campinas
Mobilidade Urbana (D1)	2º lugar
Condições Ambientais Urbanas (D2)	1º lugar
Condições Habitacionais (D3)	3º lugar
Condições Serviços Coletivos Urbanos (D4)	1º lugar
Infraestrutura Urbana (D5)	2º lugar
IBEU Global Final	1º lugar

Tabela 2 - Posição da Região Metropolitana de Campinas nas 5 dimensões do IBEU Global

Fonte: IBEU (2013), elaboração própria.

O município de Campinas tem constantemente destacado que a sua região metropolitana alcançou o primeiro lugar no IBEU Global, contudo, no ranking de todos municípios que compõem as regiões metropolitanas analisadas, Campinas ocupa a 29º posição, dentre os outros 289 municípios, o que é, de fato, uma colocação confortável. Entretanto, o posicionamento de Campinas, com relação aos demais municípios de sua própria região metropolitana, não é nada satisfatório, ficando com a 15ª posição, logo, o destaque pelo 1º lugar no IBEU Global se deve muito mais a outros municípios do que a Campinas propriamente.

A ênfase deste trabalho é retratar algumas das dimensões estruturadas pelo IBEU, mais especificamente as denominadas de serviços públicos municipais, ou seja, que dependem de atribuições do poder público para se concretizar (independente se o serviço é oferecido pelo poder público ou privado), logo, as dimensões delineadas são: Condições Ambientais Urbanas (D2) e Condições Serviços Coletivos Urbanos (D4), e a RM de Campinas ocupou a primeira colocação.

Dimensão	Indicadores	Posição Final da RM de Campinas
D2- Condições Ambientais Urbanas	1 - Arborização no entorno dos domicílios;	Valor: 0,992
		Ranking: 1
	2 - Esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios;	Valor: 0,860
		Ranking: 9
	3 - Lixo acumulado no entorno dos domicílios.	Valor: 0,867
		Ranking: 2
		1º lugar

Tabela 3 - D2 - Condições Ambientais Urbanas

Fonte: IBEU (2013), elaboração própria.

De acordo com o IBEU, na dimensão Condições Ambientais Urbanas (Tabela 3), a RM de Campinas apresenta a melhor colocação; contudo, apresenta uma situação não

muito satisfatória em termos de esgoto a céu aberto - a respeito desse indicador, a RM de Campinas fica em nono lugar, apresentando um valor apenas um pouco superior à média (0,809) das outras regiões metropolitanas.

É relevante destacar que, no ranking elaborado pelo IBEU com os 40 melhores municípios que compõem as regiões metropolitanas, em termos de condições ambientais urbanas, a RM de Campinas apresenta treze dos seus dezenove⁵ municípios⁶, contudo o município sede não aparece nesse ranking. Assim, Campinas se apropria do ranking global, sobre as regiões metropolitanas de primeiro lugar, mas o próprio município não fica entre os 40 melhores.

Na dimensão Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos são pesquisados quatro indicadores que “expressam os serviços públicos essenciais para a garantia de bem-estar urbano, independente de ser ofertado por empresas públicas ou por empresas privadas” (IBEU, 2013, p. 20).

Dimensão	Indicadores		Posição Final da RM de Campinas
D4: Atendimento de serviços coletivos urbanos	1) Atendimento de água:	Valor: 0,981	1º lugar
		Ranking: 4	
	2) Atendimento de esgoto:	Valor: 0,999	
		Ranking: 1	
	3) Atendimento de energia:	Valor: 0,936	
		Ranking: 4	
	4) Coleta de lixo:	Valor: 0,879	
		Ranking: 1	

Tabela 4 - D4 – Atendimento de serviços coletivos urbanos

Fonte: IBEU (2013), elaboração própria.

Nessa dimensão, Campinas ocupou a 1ª posição na colocação geral, com uma média de 0,959. E, segundo a Tabela 4, fica evidente que a região se destaca na maioria dos indicadores, com exceção apenas do Atendimento de água, no qual ocupa a quarta posição.

É válido destacar que o ranking dos 40 melhores municípios em termos de condições ambientais urbanas que compõem as regiões metropolitanas, a RM de Campinas apresenta 14 municípios⁷; entretanto, novamente o município sede não aparece nesse ranking.

5 A RM de Campinas é composta por vinte municípios, pois Morungaba foi agregada à região em janeiro de 2014, logo não está representada no IBEU, que data de 2013.

6 Os municípios presentes no ranking dos 40 melhores municípios em termos de condições ambientais urbanas da RM de Campinas são: Santa Bárbara d'Oeste (3), Americana (6), Valinhos (10), Indaiatuba (16), Holambra (19), Itatiba (20), Artur Nogueira (24), Cosmópolis (24), Vinhedo (27), Sumaré (30), Paulínia (31), Pedreira (39) e Nova Odessa (40).

7 Os municípios presentes no ranking dos 40 melhores em termos de atendimento de serviços coletivos urbanos da RM de Campinas, são: Santa Bárbara d'Oeste (1), Americana (3), Itatiba (4), Nova Odessa (5), Engenheiro Coelho (6), Artur Nogueira (7), Cosmópolis (8), Pedreira (10), Indaiatuba (14), Sumaré (15), Valinhos (19), Jaguariúna (25), Paulínia

Em síntese, deve-se destacar a importância do IBEU, primeiro, por ser um índice que prioriza as regiões metropolitanas; segundo, porque traz, em sua composição, elementos diretamente relacionados àquilo que o poder público disponibiliza aos moradores das cidades, além de ser uma ferramenta de interpretação que, embora não modifique a realidade, nem consiga abranger a totalidade, pode ser utilizado com o intuito de constatar possíveis problemas e contradições, e ser de grande relevância social.

A análise do IBEU da RM de Campinas revela, por um lado, que a maioria dos seus municípios está em condições satisfatórias de bem-estar urbano, o que tem contribuído para seu destaque nacional, quando comparada com outras regiões metropolitanas do país. Entretanto, apesar dessa posição favorável, também é observado que o município sede da região metropolitana, Campinas, nem sempre apresenta a mesma desenvoltura que a sua região metropolitana, contudo, isso não impede que ele se utilize de informações tão preciosas e importantes para se auto promover.

21 AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 101/2015

A qualificação de entidades como Organizações Sociais se dá juridicamente por meio da Lei Federal nº 9.637/98, a qual aponta que o poder executivo poderá qualificar como Organizações Sociais as pessoas jurídicas de direito privado (associações civis e fundações) que, sem fins lucrativos, desempenhem atividades arroladas na referida lei (ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, preservação do meio ambiente, cultura e saúde), desde que observados os preceitos específicos elencados no art. 2º.

A lei municipal nº 101/2015 dispõe sobre o tema e traz em seu documento sobre a qualificação das organizações sociais (art. 1º e 2º), o mesmo texto da lei federal. Percebe-se que o termo “qualificação”, utilizado por ambas as leis, indica que as organizações sociais ocupam uma faixa intermediária entre o setor público e o privado, que são comumente chamadas de terceiro setor. E, nas palavras de Pinto Ribeiro (2008):

Tem sido entendido o terceiro setor como aquele em que estão as entidades de direito privado que se propõe a adotar ações com a iniciativa de pessoas e com a constituição de um patrimônio, a prestar colaboração com o Estado na execução e no desempenho de ações de interesse público. (PINTO RIBEIRO, 2008, p. 3).

Segundo Di Pietro (2002), o primeiro setor é representado pelo Estado, que atua em atividades públicas, com fins públicos, tendo por desígnio o bem comum. Compõem o segundo setor a iniciativa privada, o mercado, que com meios privados, desenvolve

(33), Vinhedo (38).

8 I - Comprovar o registro de seu ato constitutivo (e todas as disposições ali referidas). II - haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social e do Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado.

atividades de cunho privado, tendo por objetivo a valorização do capital. E conclui que o terceiro setor são “entidades da sociedade civil de fins públicos e não lucrativos” (DI PIETRO, 2002, p. 413).

Assim, o terceiro setor está vinculado a um regime jurídico de direito privado, no qual, entende-se como o uso de recursos privados na execução de atividade de interesse público e tendo como objetivo, somente, o pleno desenvolvimento desta, não visando primordialmente o lucro (PINTO RIBEIRO, 2008).

De fato, as normas que regulamentam as organizações sociais despontam como atípicas, pois não operam nos moldes de concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, como também não podem ou deveriam almejar desígnios lucrativos. Assim, não executam serviços públicos nos moldes do art. 175 da Constituição Federal, não integram a Administração Pública indireta, mas recebem delegação (a “qualificação” do art. 2º da Lei nº 9.637/98).

Por outro lado, as organizações sociais estão comprometidas em oferecer ampla publicidade de suas ações, responsabilizando-se com o cidadão-cliente e podendo, desta forma, receber recursos públicos (com ônus para origem), assim como permissão de uso de bens públicos (FREITAS, 1998). Em síntese, Freitas (1998) descreve sobre o posicionamento das organizações sociais, que:

ocupam lugar característico que as diferenciam das demais organizações da sociedade civil de caráter público, porquanto a “publicização” do regime aparece em maior escala, embora não sejam catalogáveis como pessoas jurídicas integrantes da estrutura da Administração Pública Federal indireta. (FREITAS, 1998, p. 100, grifo do autor).

Assim, uma organização social não apresenta uma estrutura jurídica inovadora, mas ela possui um título jurídico especial, designado pelo poder público, em virtude do atendimento de pré-requisitos gerais de constituição e funcionamento previstos em lei (PINTO RIBEIRO, 2008).

Deste modo, tal título legitimou a transferência da responsabilidade do poder público, de prestar serviços sociais, para as organizações sociais, por meio do recebimento de uma série de benefícios e incentivos por parte do Poder Público (ZOLET, 2011). Dentre as medidas utilizadas para delegar as atividades a serem repassadas às organizações sociais, a principal é o contrato de gestão (instituído na mesma Lei nº 9.637/98), no qual “entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1º”.

É a partir da sanção do contrato de gestão que as organizações sociais adquirem a incumbência pelos serviços sociais (arrolados no art. 2º); em substituição à responsabilidade estatal, os encargos do contrato ocorrem mediante os interesses e necessidades do poder público. Para além do repasse de atribuições, as organizações sociais possuem autonomia

gerencial, administrativa e financeira ilimitadas durante a gestão dos recursos e bens públicos auferidos para a execução do contrato.

O artigo 5º da Lei Municipal de Campinas, nº 101/2015, revela que podem ser dispensadas as licitações para realização do contrato de gestão, o que significa que não haverá nem a concorrência pública. Uma emenda também já foi aprovada, que retira a necessidade de cinco anos de atuação das organizações sociais antes dela assumir suas novas atribuições, ou seja, qualquer organização social recém fundada pode ter uma licitação milionária.

Diante dos benefícios excessivos e atípicos concedidos às organizações sociais por intermédio do contrato de gestão, tem-se discutido a constitucionalidade de diversas disposições da Lei nº 9.637/98. De acordo com Zolet (2011), isso ocorre porque,

as vantagens auferidas pelas entidades privadas através do mencionado contrato e a liberalidade na utilização dos recursos auferidos contrariam frontalmente princípios da Administração Pública como a impessoalidade, moralidade e eficiência, princípios esses cuja observância não pode ser afastada, haja vista, principalmente, a utilização de receitas e bens públicos na consecução dos serviços. (ZOLET, 2011, p. 2).

Quando analisamos a Constituição Federal, a situação é clara ao responsabilizar o Estado como ator importante - e talvez principal - na questão social, principalmente na educação, saúde e assistência social. O próprio art. 193 dispõe que a ordem social objetiva o bem-estar social e a justiça social, deixando claro o caráter social de nossa Constituição.

3 | A IMAGEM DA CIDADE, ENTRE OS ÍNDICES METROPOLITANOS E AS LEIS MUNICIPAIS

A partir dos anos 1980, com o surgimento do modelo capitalista neoliberal as cidades passam a ser vistas, sobretudo, como unidades econômicas, como empresas individuais que concorrem num mercado global; como consequência, o capital neoliberal tem sido o responsável por ditar, na atualidade, o direcionamento dos investimentos econômicos que passaram a ser coordenados nas últimas décadas de uma forma, como Harvey (2006) coloca, “empreendedora” [grifo nosso].

Dessa forma, as políticas públicas sujeitadas ao capitalismo se voltaram para a venda de uma imagem da cidade cada vez mais intensa e, nesse contexto, surge uma política estratégica de valorização das características mais importantes das cidades, o chamado “City Marketing” (SÁNCHEZ, 1997). Esse instrumento passa a ser utilizado por diversos municípios, que têm por intuito angariar investimentos e tornar-se um lugar mais atrativo ao capital. Ocorre, portanto, uma valorização do espaço ou de partes da cidade, que são tomadas como a totalidade da cidade, mas que, na verdade, contribuem apenas para desenvolvimento de determinadas frações de classe, já que os investimentos são sempre direcionados para as classes mais altas da sociedade.

Nesse sentido, a elaboração de índices contribui para a construção de imagens e identidades singulares de espaços; como exemplo, a RM de Campinas é a que tem melhor índice de bem-estar urbano do Brasil, ou seja, ela se diferencia das demais regiões metropolitanas, é um espaço distinto.

O vídeo destacado no início do texto também converge para essa lógica empreendedora, uma vez que traz informações que visam sustentar a “imagem” de que Campinas é a cidade mais surpreendente do Brasil, tais como: “quarta maior praça bancária do Brasil; PIB entre os 10 maiores do país, com um montante de 40,5 bilhões de reais; possui o aeroporto de cargas mais importe do Brasil, e o maior da América Latina nesse setor; terceiro maior parque industrial do Brasil; maior número de depósito de patentes do Brasil” (Vídeo: Campinas, a cidade mais surpreendente do Brasil, 2013); e, além de todas essas informações, em sua maioria de cunho econômico e que, sem dúvida, são de grande valia para o capital.

Todavia, essas imagens criadas, subordinadas ao sistema capitalista, se tornam mercadorias. E, como mercadorias, há uma concorrência entre espaços que levam em consideração os melhores modelos de desenvolvimento econômico, clima de negócios, relações comerciais mais fluídas, ou seja, vantagens competitivas que sejam atraentes para o mercado.

Da mesma forma, Campinas tem se destacado nessa competitividade, seja porque apresenta uma economia forte, seja porque se utiliza de índices sociais que qualificam sua região metropolitana, tais como: 1º lugar em Condições Ambientais Urbanas, 1º lugar em Atendimento de Serviços Coletivos e 2º lugar em Infraestrutura Urbana, rankings que destacam Campinas no contexto nacional. Assim, Campinas é uma cidade paradoxal, supostamente rica e bem infraestruturada, mas desigual, onde sua pobreza deve ser ocultada.

Em outras palavras, há informações que, no contexto urbano, não são boas nem para a imagem da cidade, nem para o mercado capitalista, e que devem ser ocultadas o máximo possível, como a pobreza. Novamente, os índices parecem convergir na direção do sistema capitalista, pois auxiliam na invisibilidade dos problemas sociais quando abordam questões socioespaciais, como é o caso do IBEU, e legitimam de maneira hierárquica (valorativa) sua análise, na qual a pobreza parece ser camuflada.

Tal ocultamento se deve, também, porque o índice destaca o contingente de pobreza absoluta e não a de pobreza relativa (PMH, 2011). A distância entre a pobreza absoluta e a pobreza relativa pode ser constatada na maioria dos espaços urbanos do país, principalmente nas áreas metropolitanas que apresentam riqueza concentrada e pobreza dispersa. Isso explica, em parte, porque a RM de Campinas, que se destaca nacionalmente em termos de bem-estar urbano, também possui desigualdades internas significativas.

Desejando compreender o processo que envolve a construção da imagem da cidade perante esse discurso empreendedor, Harvey (1993) aponta, como expressão

máxima, a flexibilidade. “É preciso ser flexível para aproveitar as ‘janelas de oportunidades’, senão a cidade perde a concorrência para outras, suas rivais” (VAINER, 2013, s/p, grifo do autor). E, como consequência deste fenômeno há “a conclusão de que, os municípios precisam ser geridos como corporações, com seus métodos de planejamento estratégico, cortes de gastos e concorrência” (VAINER, 2013, s/p, texto online), como também precisam ser geridas por quem entende de negócios. O autor destaca, ainda, que essa flexibilidade é executada no que diz respeito às leis e regulamentações que gerem o espaço urbano, que devem se contorcer, o quanto for preciso, para satisfazerem o capital na sua busca de locais para se reproduzir.

O conceito Estado de Exceção, formulado por Agamben (2004), é um ponto chave para o debate em questão, pois institui o excepcional como regra, se apresenta como “a forma legal daquilo que não pode ter forma legal”, “essa terra de ninguém, entre o direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida” (AGAMBEN, 2004, p. 12). Vainer (2011) complementa que:

A cidade de exceção se afirma, pois, como uma forma nova de regime urbano. Não obstante o funcionamento (formal) dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativa, os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes. A lei torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do estado são transferidas a agências “livres de burocracia e controle político”. (VAINER, 2011, p. 10, grifo do autor).

Um ótimo exemplo disso, em Campinas, é a aprovação da recente Lei nº 101/2015, que dispõe sobre a qualificação de Entidades como Organizações Sociais, que têm, por essência, transferir a responsabilidade do poder público sobre as atividades de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, preservação do meio ambiente, cultura e saúde, para as denominadas organizações sociais. Além da aprovação da referida lei ser, por si, um caso típico da cidade de exceção, o seu processo de instituição, se mostra também exemplar.

O Projeto de Lei nº 10/2015 foi enviado à Câmara no dia 11/03/2015, tendo tramitado em regime de urgência, onde sua aprovação ocorreu por meio da realização de duas sessões extraordinárias da Câmara, na data de 17/03/2015. A aprovação da implantação das organizações sociais ocorreu com vinte e seis votos da bancada governista a favor, quatro votos foram contra e dois se ausentaram⁹, “ou seja, é uma lei que autoriza o descumprimento da lei” (VAINER, 2013, s/p).

Campinas já se tem uma experiência com uma organização social na gestão do hospital Ouro Verde, com resultados muitíssimo insatisfatórios. A experiência ocorre desde

⁹ “O Observatório da Gestão Pública entrou com mandado de segurança contra a Câmara de Campinas, pois relata que a aprovação da lei ocorreu “sem qualquer debate com a população”, e na noite do dia 16 de março, os vereadores da base governista convocaram uma sessão extraordinária para o dia seguinte, às 10h, para a aprovação do projeto de lei do executivo. Disponível em: <<http://cartacampinas.com.br/2015/03/campinas-observatorio-de-gestao-publica-entra-com-mandado-contra-camara-de-campinas/>>.

junho de 2008, quando o Complexo Hospitalar Ouro Verde iniciou suas atividades sob a gestão da SPDM, uma entidade privada, que apresenta diversos processos na justiça trabalhista e no Ministério Público. O hospital foi construído e equipado com recursos 100% públicos. Quando o hospital estava pronto e prestes a iniciar suas atividades, a Secretaria de Saúde anunciou que o hospital seria entregue à gestão da organização social SPDM,

Amplios segmentos dos movimentos sociais da área da saúde sentiram-se duramente golpeados por essa ação do governo municipal e denunciaram a entrega do patrimônio do povo de Campinas. A terceirização se deu por razões que nunca ficaram totalmente claras, pois as justificativas apresentadas não se sustentavam diante de qualquer análise mais aprofundada. Esse é um exemplo da política de privatização da gestão de serviços públicos através das chamadas organizações sociais que lutamos por reverter. (Movimento Campinas contra a privatização, 2008, disponível em: <<http://campinascontraprivatizacao.blogspot.com.br/>>).

“A cidade exceção é a nova forma de regime urbano” [...] “A exceção surge como norma e as leis estão completamente livres de controle político, é o que chamo de democracia direta do capital”, resume Vainer (2011, p. 14). Como exemplo máximo da concretização da cidade exceção, agora, dia 16/04/2015, o Supremo Tribunal Federal votou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que estava em tramitação desde 1998 e que “questionava a legalidade das Organizações Sociais perante Constituição brasileira” (ZOLET, 2011, p. 28).

Em outras palavras, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu confirmar a possibilidade de que entidades privadas conhecidas como organizações sociais possam prestar serviços públicos nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, meio ambiente, cultura e saúde.

A decisão do STF determina que, por usarem recursos públicos, as organizações sociais deverão seguir princípios, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, próprios da Administração Pública e previstos na Constituição Federal.

Um questionamento importante, trazido pela Adin, era a possibilidade de firmar convênios sem necessidade de licitação. Contudo, “ao analisar a constitucionalidade da lei, a maioria dos ministros votou no sentido de permitir a prestação dos serviços, mas com limitações. As licitações, por exemplo, só poderão ser dispensadas em casos especiais, de forma pública e impessoal” (RAMALHO, 2015, s/p.), e são exatamente nesses casos especiais que exceção se faz valer como regra.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do espaço urbano contemporâneo está extremamente centrada nos processos políticos e culturais dinâmicos, que têm como fragmentos relevantes a construção de imagens da cidade (SÁNCHEZ, 2001). As imagens criadas pelo processo de valorização das cidades, que tornam os espaços em mercadorias a serem vendidas,

trazem consigo um ambiente onde o capitalismo não mostra sua face negativa.

Assim, é possível entender a contradição do processo de produção do espaço urbano em Campinas, que tem se destacado nessa competitividade, por representar a imagem de uma economia forte, indústria diversificada e índices sociais (inclusive os serviços sociais de responsabilidade estatal) entre os melhores do país, como o IBEU assegura. Ao mesmo tempo em que o município aprova a Lei nº 101/2015, que dispõe sobre qualificação de entidades como organizações sociais, que têm por essência a terceirização de atribuições do poder público para as ditas organizações sociais, ou seja, ocorre a desobrigação do Estado perante os serviços públicos essenciais à população.

Isso ocorre, segundo Vainer (2011), pois se trata de uma nova forma de governar, que tem por intuito beneficiar o capital e determinados grupos que dele fazem parte, logo, trata-se de uma forma em que as relações entre interesses privados e estado se reconfiguram completamente e entronizam novas modalidades de exercício hegemônico. Neste contexto, as formas institucionais são as mesmas. “O governo eleito governa, o legislativo municipal legisla. Mas a forma como governam e legislam produz e reproduz situações e práticas de exceção, em que poderes são transferidos a grupos de interesse empresarial” (VAINER, 2011, p. 11).

As denominadas organizações sociais representam um exemplo perfeito da cidade de exceção, no qual a lei que a qualifica, concede flexibilidade nos processos decisórios, desobrigando o Estado de suas competências e concedendo poder e espaço de atuação ao capital. E, com a recente decisão do Supremo Tribunal Federal em aprovar a atuação das organizações sociais na prestação de serviços públicos, por meio de um discurso camuflador das verdadeiras intenções, apenas se confirma que a exceção agora é regra.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.637**, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. Brasília: DOU, 18.5.1998, ret. 25.5.1998.

CAMPINAS. Câmara Municipal. **Lei Complementar nº 10**. Aprova a contratação de Organizações Sociais pelo município de Campinas para gerir serviços de Saúde, Educação, Cultura, Pesquisa, Esporte e Assistência Social.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Social e Turismo. **Campinas: a cidade mais surpreendente do Brasil**. Campinas: SDEST/PM, 2013. [vídeo]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GdsKyRs-Zfo>>. Acesso em: 29/03/2020.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria de Habitação. **Plano Municipal de Habitação (PMH)**. Campinas: SH/PM, 8.8./2011. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/habitacao/plano-habitacao.php>>. Acesso em: 25/03/2020.

DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. **Direito Administrativo**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FREITAS, Juarez. Regime peculiar das organizações sociais e o indispensável aperfeiçoamento do modelo federal. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, 1998.

HARVEY D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **Do administrativismo ao empreendedorismo**: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2006. p. 164- 190.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

PINTO RIBEIRO, Juscimar. As Organizações Sociais e os Contratos de Gestão – uma Discussão Jurídica ainda em Aberto. **Prof.**, Revista electronica sobre a Reforma do Estado, 2008.

RAMALHO, Renan. STF dá permissão para entidade privada prestar serviço público. **Jornal G1**, Política, Brasília, 16/04/2015. [on line]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/stf-confirma-permissao-para-servico-publico-prestado-por-entidade-privada.html>>. Acesso em: 25/03/2020.

RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. G. (Orgs.). **IBEU - Índice de Bem-estar Urbano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, M. G.; COSTA, G. H. P. IBEU Local: Região Metropolitana de Campinas. **Observatório das Metrôpoles**, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodasmטרopolis.net/images/abook_file/campinas_ibeulocal.pdf>. Acesso em: 25/03/2020.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: FFLCH/USP, 2001.

_____. **Cidade espetáculo**: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997.

VAINER, Carlos Bernardo. A cidade de exceção representa o exercício da democracia direta do capital. **Fundação Rosa Luxemburg**, [texto online], 18/10/2013. Disponível em: <<http://rls.org.br/texto/%E2%80%9Ccidade-de-exce%C3%A7%C3%A3o-representa-o-exerc%C3%ADcio-da-democracia-direta-do-capital%E2%80%9D>>. Acesso em: 29/03/2020.

_____. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. **Anais... XIV Encontro da Associação Brasileira de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)**, Rio de Janeiro, 2011.

ZOLET, Rachel. O contrato de gestão entre o poder público e organizações sociais como instrumento de fuga do regime jurídico administrativo. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2792, 22 fev. 2011. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/18550>>. Acesso em: 29/03/2020.

CAPÍTULO 5

DUQUE DE CAXIAS (RJ) SITUAÇÃO PARADOXAL: CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIAL BAIXO

Data de aceite: 01/12/2021

Fernando Ribeiro Camaz

UERJ/IE/PPFH
Rio de Janeiro - RJ

RESUMO: Avaliar o desempenho social de um município tão rico como Duque de Caxias, os aspectos econômicos tão importantes para o processo de desenvolvimento, verificando se esse crescimento econômico é acompanhado de melhorias nos fatores distributivos e na qualidade de vida das pessoas: IDH X PIB.

PALAVRAS-CHAVE: Município, Baixada Fluminense, desenvolvimento.

DUQUE DE CAXIAS SITUATION PARADOXICAL: ECONOMIC GROWTH X DOWN SOCIAL DEVELOPMENT

ABSTRACT: Evaluate the social performance of a municipality as rich as Duque de Caxias, the economic aspects so important for the development process, verifying if this economic growth is accompanied by improvements in distributive factors and the quality of life of people: HDI X GDP.

KEY WORDS: County, Lowland Fluminense, development.

1 | INTRODUÇÃO

O município de Duque de Caxias nosso objeto de observação, está localizado na

Baixada Fluminense, esta região engloba desde a área da Baía da Ilha Grande até Campos dos Goytacazes, no limite com o Espírito Santo. Para nos situarmos, quanto as suas peculiaridades que envolvem o município em questão, vamos acompanhar as regras usadas pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), que classificam para efeito de estudo, o território em seis níveis hierárquicos. Esta sistemática parte do macro para o microuniverso, começando pelo país, passando replicando pelas regiões, estados, mesorregiões e microrregiões; até os municípios de forma individual.

Segundo esta linha de classificação e seus conceitos, as mesorregiões são subdivisões dentro dos estados brasileiros que congregam diversos municípios dentro de uma área geográfica específica, que apresentam similaridades econômicas e sociais. Criadas pelo IBGE são utilizadas para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa.

Como já dito, e, seguindo esta linha de raciocínio, microrregião, de acordo com a Constituição brasileira de 1988, é um agrupamento de municípios limítrofes, cuja finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual.

No Brasil, os municípios são uma circunscrição territorial dotada de personalidade

jurídica e com certa autonomia administrativa, sendo as menores unidades autônomas da Federação. Atualmente, são 5.570 municípios distribuídos em 27 unidades da Federação. O estado do Rio de Janeiro está dividido em 92 municípios.

O município de Duque de Caxias, está localizado na região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, possui população de 855.046 habitantes, apresentando densidade demográfica de 1.826 pessoas por km², a 8ª maior do estado, segundo o Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O total de 590.370 eleitores representou 5,09% dos 11,6 milhões de eleitores do Rio de Janeiro, configurando-se o 3º colégio eleitoral fluminense. Ainda de acordo com o Censo de 2010, 99,6% da população é urbana e apenas 0,4% é rural. Conforme podemos visualizar na figura 1, a localização do município de Duque de Caxias no estado do Rio de Janeiro.



Figura 1: Município de Duque de Caxias região metropolitana do Rio de Janeiro.

Fonte: <http://sfb.org.br/fr/connaitre-sfb/map/>, adaptado.

No ranking dos municípios que representavam 25% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 2002, Duque de Caxias ocupava a 6ª posição, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus e Belo Horizonte, respectivamente. Segundo o relatório publicado pelo IBGE sobre o PIB dos municípios do país em 2004, Duque de Caxias ocupava a 7ª posição na região Sudeste, ficando atrás apenas das capitais São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e dos municípios de Campos, Macaé (RJ) e Guarulhos (SP). O PIB per capita do município em 2007 era de R\$ 33.398,00.

2 | DESENVOLVIMENTO

O município de Duque de Caxias tem como base do seu crescimento econômico o refino do petróleo, operado na Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), localizado no seu segundo distrito, chamado de Jardim Primavera, onde também está localizada a sede municipal desde 1991. Em 1999 este município correspondia a 0,8% do PIB do Brasil e em 2002 ele já apresentava o 6º lugar no ranking do PIB brasileiro, com 1%. O setor de Petróleo e Gás, especificamente a participação da área petroquímica, foi responsável pela

inclusão de municípios fluminenses, como Campos, Macaé e Duque de Caxias entre os nove primeiros.

2.1 Localização da Refinaria Duque de Caxias

O município de Duque de Caxias apresentou um grande crescimento nos últimos anos, com ênfase em dois setores: indústria e do comércio, entre as suas principais atividades econômicas. O município possui cerca de 810 indústrias e 10 mil estabelecimentos comerciais instalados. Segundo o IBGE, o município de Duque de Caxias registrava o sexto maior PIB (Produto Interno Bruto 1999 - 2002) no ranking nacional e o segundo maior do estado do Rio de Janeiro, em um total de R\$ 14,06 bilhões. A cidade ainda hoje, ocupa o segundo lugar no ranking de arrecadação de ICMS do Estado, perdendo somente para a capital. Podemos visualizar na figura 2, a localização da Refinaria de Duque de Caxias e a Baía de Guanabara.

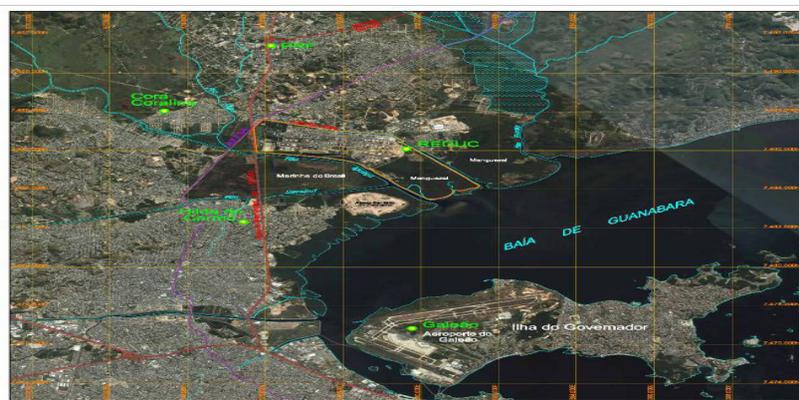


Figura 2 – Localização da Refinaria de Duque de Caxias

Fonte: Digital Globe (2007).

Quanto à educação no município, podemos afirmar, segundo dados do Estudo Socioeconômico dos municípios fluminenses, elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, o número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio de Duque de Caxias, em 2009, foi de 209.209 alunos, tendo involuído para 193.376 em 2010, apresentando variação de -7,6% no número de estudantes.

Empresas de vários segmentos têm-se instalado em Duque de Caxias, tais como o Jornal O Globo e o Carrefour, aproveitando a privilegiada posição do município, próximo das principais rodovias brasileiras: Linha Vermelha, Linha Amarela, Rodovia Presidente Dutra, Rodovia Washington Luiz e Avenida Brasil, além da proximidade do Aeroporto Internacional Tom Jobim e a distância de apenas 17 km do Centro do Rio, levando seus produtos facilmente para grandes centros consumidores: São Paulo, Minas Gerais e Sul

do Brasil.

2.2 Parque industrial

O maior parque industrial do Rio de Janeiro fica no município, tendo empresas cadastradas como Texaco, Shell, Esso, Ipiranga, White Martins, IBF, Transportes Carvalhão, Sadia, Ciferal, entre outras. O segmento está mais concentrado nos setores de química e petroquímica, estimulados pela presença da REDUC, a segunda maior do país que possui um Polo Gás-Químico e conta com a Usina Termelétrica (Leonel Brizola), conhecida como Termorio.

A Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) embora seja a maior empresa do setor petroquímico no município e, a maior geradora de empregos, tem 70% de sua mão de obra importada de outros municípios do Estado o que compromete a inserção na economia local da riqueza produzida pela empresa. Fica, portanto a população local restrita a empregos indiretos gerados por empresas terceirizadas, cujas atividades são menos sofisticadas com níveis de remuneração menores.

No cadastro industrial da Firjan, Duque de Caxias ocupa a segunda posição em número de empregados no Rio de Janeiro e a terceira em número de estabelecimentos, atrás apenas da própria capital e de Petrópolis.

Os principais segmentos industriais são: químico, petroquímico, metalúrgico, gás, plástico, mobiliário, têxtil e vestuário. Apesar de um contexto que combina forte crescimento econômico nacional e consistente diversificação da economia fluminense, Duque de Caxias não experimenta um ciclo virtuoso caracterizado por elevados níveis de investimentos produtivos e em infraestrutura dentro do município, atraídos por suas vantagens comparativas.

Conforme podemos visualizar na figura 3, através do número de pessoas admitidas e desligadas por setores de ocupação formal em Duque de Caxias (período de janeiro a outubro de 2010).

De forma correspondente, são essas três áreas que mais movimentam o mercado com admissões e desligamentos ao longo do ano (figura 3).

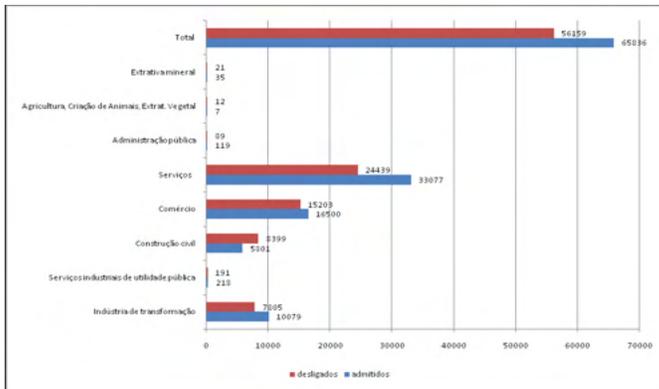


Figura 3: N°. de pessoas admitidas e desligadas por setores de ocupação em Duque de Caxias.

Fonte: www.caged.gov.br – acesso em 06/12/2010.

Com isso, a expansão dos níveis de emprego e renda, não estão combinados a uma melhoria generalizada da capacidade dos atores públicos e privados em reduzir os desequilíbrios socioambientais, com resultado no incremento da qualidade de vida da população duque caxiense, aliado a integração ao processo de desenvolvimento da cidade.

2.3 Caracterização do mercado de trabalho formal

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), foi possível caracterizar o perfil do mercado de trabalho formal do município. As três principais atividades que empregam a população caxiense são: serviços, comércio e indústria de transformação, respectivamente (figura 4).

Conforme podemos visualizar na figura 3, os principais setores econômicos e o percentual de empregabilidade por áreas, em 06 de dezembro de 2010, Duque de Caxias.

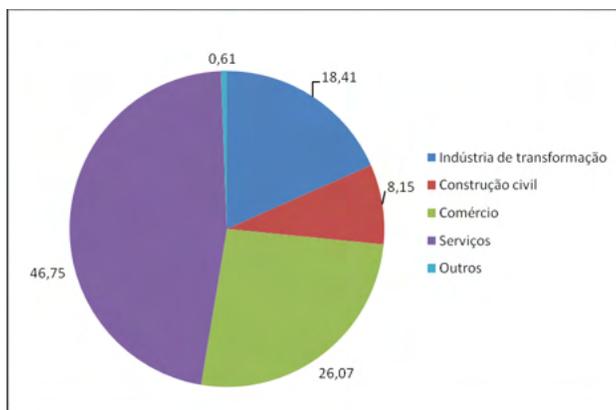


Figura 4: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

Fonte: www.caged.gov.br

Desde a emancipação do município, vários fatores econômicos e sociais contribuíram para o seu crescimento populacional que aumentou em 1.422% nas suas três primeiras décadas de existência.

Na década de 1960, a instalação da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) e a formação de um complexo industrial composto por petroquímicas e distribuidoras de gás de cozinha e combustível tornaram-se atrativos à migração de habitantes do interior do Rio de Janeiro e de outros Estados.

Outro fator que concorreu para o aumento populacional em Duque de Caxias, ainda na década de 1960, foi à especulação imobiliária na cidade do Rio de Janeiro, quando uma parcela da população carente deste município, em sua maioria de baixa escolaridade e sem qualificação profissional, transferiu-se para os municípios próximos, mantendo vínculo empregatício no centro da metrópole.

Contudo, segundo Albuquerque, (1994:89) e Lago (2000), essa ocupação crescente não teria sido acompanhada de obras suficientes de infraestrutura urbana.

Segundo IBGE, Duque de Caxias é o quarto município do Estado em população, com densidade demográfica alta e crescimento populacional, acelerado. A densidade demográfica do município é de 1800 pessoas por Km², a 8º do estado.

A taxa média geométrica de crescimento anual para os anos de 91/96 foi de 1,38%, muito maior do que as médias do Estado (0,92%) e da região metropolitana (0,76%). A taxa de crescimento anual estimada de 0,7% com esperança de vida ao nascer de 67,49 anos. A população residente estimada do município, em 2009, era de 872.762 habitantes.

Conforme podemos visualizar na figura 5, o gráfico mostra o crescimento populacional de Duque de Caxias de 2000 a 2009.

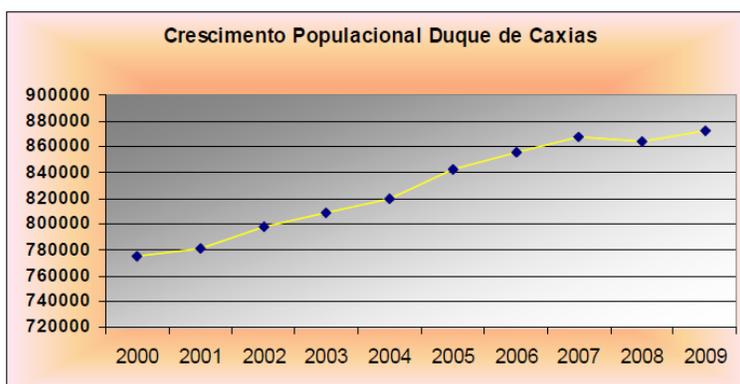


Figura 5: População residente/Estimativas utilizadas pelo TCU para determinação das cotas do Fundo de Participação dos Municípios — FPM.

Fonte DATASUS.

2.4 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o PIB per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH pretende ser uma medida geral, sintética do desenvolvimento humano. Ele parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa obtida pela média aritmética simples de três dimensões ou subíndices: longevidade (esperança de vida); educação (taxa de alfabetização de adultos e taxa de escolarização) e da renda (PIB per capita ajustado) e é uma forma padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população.

2.4.1 O índice varia de zero até 1, sendo considerado:

- muito alto, maior ou igual a 0,800 até 1,000 (1 município);
- alto, quando maior ou igual a 0,700 até 0,799 (57 municípios);
- médio, de 0,600 a 0,699 (34 municípios);
- baixo, entre 0,500 e 0,599 (nenhum município);
- muito baixo, entre 0 e 0,499 (nenhum município).

O IDH de Duque de Caxias calculado em 2000, pelo IBGE, revela um IDH de 0,753, ocupando o 52º lugar no Estado do Rio de Janeiro onde o Município de Niterói tem o 1º maior valor de IDH (0,886).

Mas se na virada do milênio, Duque de Caxias começava a expressar um crescimento econômico de fôlego, o mesmo não se vê em sua situação social. O IDH-M brasileiro em 2002 teve a média de 0,764. O IDH-M de Duque de Caxias teve no ano 2000 o valor de 0,753, estando em 56º lugar no estado e em 1796º no Brasil.

Já IDH de Duque de Caxias calculado em 2010, ano do último censo completo do IBGE, revela um discreto aumento no IDH que subiu para 0,711, ocupando o 49º lugar no Estado do Rio de Janeiro e a modesta posição de 1574º no Brasil. Conforme podemos visualizar na figura 6, a tabela com o ranking do IDHM dos Municípios de 2010 (com dados dos Censos 1991, 2000 e 2010).

Ranking IDHM Municípios 2010					
Ranking IDHM 2010	Município	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
1 °	São Caetano do Sul (SP)	0,862	0,891	0,887	0,811
2 °	Águas de São Pedro (SP)	0,854	0,849	0,89	0,825
3 °	Florianópolis (SC)	0,847	0,87	0,873	0,789
4 °	Balneário Camboriú (SC)	0,845	0,854	0,894	0,805
5 °	Vitória (ES)	0,845	0,876	0,855	0,807
6 °	Santos (SP)	0,84	0,861	0,852	0,773
7 °	Niterói (RJ)	0,837	0,887	0,854	0,771
8 °	Joaçaba (SC)	0,827	0,823	0,891	0,768
9 °	Brasília (DF)	0,824	0,863	0,873	0,742
10 °	Curitiba (PR)	0,823	0,85	0,855	0,768
45 °	Rio de Janeiro (RJ)	0,84	0,845	0,719	0,799
220 °	Volta Redonda (RJ)	0,771	0,763	0,833	0,72
249 °	Resende (RJ)	0,768	0,762	0,839	0,709
304 °	Macaé (RJ)	0,764	0,792	0,828	0,681
1514 °	Nova Iguaçu (RJ)	0,713	0,691	0,818	0,641
1574 °	Duque de Caxias (RJ)	0,711	0,692	0,833	0,624
2105 °	Itaboraí (RJ)	0,693	0,69	0,813	0,593
2439 °	Queimados (RJ)	0,68	0,659	0,81	0,589

Figura 6: Ranking do IDHM dos Municípios de 2010.

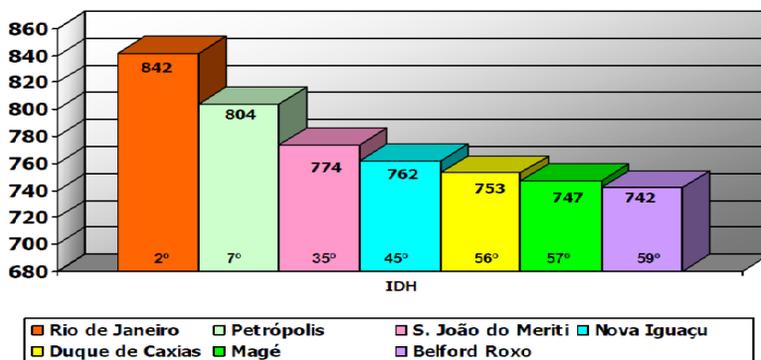
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

O município de Niterói apesar de uma pequena queda continua em 1º lugar no Estado com o maior valor de IDH (0,837) e ocupando o 7º lugar a nível nacional.

O gráfico abaixo compara o IDH de Duque de Caxias com o da capital e com o dos outros municípios da região, com os quais estabelece fronteiras, mostrando o lugar que ocupam no ranking estadual.

2.4.2 Comparações do IDH de Duque de Caxias com o da capital e com o dos outros municípios da região.

A figura 7, o gráfico compara o IDH de Duque de Caxias com a capital e com outros municípios da região, com os quais estabelece fronteiras, mostrando a posição que ocupam no ranking estadual.



Fonte: Plano Municipal de Saúde 2010-2013.

Os dados do quadro acima constataam que, as condições de vida da população de Duque de Caxias, em relação aos demais municípios da região adjacente a ele não é boa, pois Duque de Caxias possui o terceiro pior IDH dentre os municípios vizinhos.

Estes indicadores sugerem que as condições materiais de vida são bastante desfavoráveis em todas as áreas do Município. Sabendo-se que a esperança de vida ao nascer em Duque de Caxias é de 67,49 anos (dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) / Fundação João Pinheiro (FJP)) e que o município possui a segunda maior economia do Estado, como possui um IDH que é o 56º do estado e o 1796º do Brasil?

O fato de Duque de Caxias ter um PIB tão expressivo e uma colocação tão ruim no IDH-M é intrigante, logo, temos que questionar como é possível a geração de recursos substanciais, e tudo isso não refletir internamente na melhoria da qualidade de vida da população. A partir disto, indaga-se se: o cerne do desempenho social de Duque de Caxias, não estaria relacionado à gestão de seus recursos?

A Região Sudeste, onde se situa o município de Duque de Caxias e o Estado do Rio de Janeiro, é a região geoeconômica mais importante do país, respondendo, juntamente com os estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, por 55,4% do PIB brasileiro. O território fluminense, com uma área de 43.766,6 km², está dividido em 92 municípios agrupados em oito Regiões de Governo (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Serrana, Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba, Centro-Sul Fluminense e Região da Costa Verde).

De uma forma geral, as capitais concentram especialmente atividades do setor de serviços, como bancos, financeiras, comércio e administração pública. Além das capitais, 11 municípios se destacam na participação do PIB, todos com equilíbrio entre serviços e indústria, agregando 8,6% da renda do país: Guarulhos, Campinas e Osasco, todos em São Paulo têm cada, 1% do PIB nacional; São Bernardo do Campo (SP), 0,9%; Betim (MG), 0,8%; Barueri e Santos (SP), 0,7% cada; Duque de Caxias e Campos dos Goytacazes (RJ)

têm 0,7% cada; São José dos Campos (SP), 0,6%; e Jundiaí (SP), 0,5%.

A Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro continua concentrando 67,6% do PIB, apesar de ter perdido 7,5% em participação no período de 2002 a 2010. Já as Regiões Norte Fluminense (3,7%), Costa Verdes (1,8%) e Baixadas Litorâneas (1,1%) aumentaram suas participações no PIB. Já o município do Rio de Janeiro, com 46,7%, teve a maior participação, e São José de Ubá, a menor 0,02%. Estes dados são uma ferramenta de análise setorial, para estudos e planejamento do desenvolvimento sustentável.

Em relação ao desempenho municipal em 2010, cinco municípios se destacaram na liderança das participações no PIB do Estado, mantiveram suas posições no ranking e concentraram 64,9% da economia fluminense, contra 66,3% em 2009: Rio de Janeiro (48,2% em 2009 e 46,7% em 2010); Duque de Caxias (6,9% e 6,5%); Campos dos Goytacazes (5,7% e 6,2%); Niterói (2,8% e 2,7%); e Macaé (2,7% e 2,8%).

A perda de participação do Rio de Janeiro refletiu, em parte, a moderada recuperação do setor extrativo mineral na maior parte dos municípios produtores de petróleo. Já o município de Duque de Caxias sofreu com o aumento nos preços desta matéria prima, que impactou a atividade de refino, na medida em que expandiu os custos intermediários, reduzindo o valor adicionado do município. A participação do interior retomou sua trajetória de ascensão, passou de 51,8% para 53,3%, registrando acréscimo de 1,5 %.

A Região Metropolitana continuou a ter participação preponderante, com 69,1% em 2009 e 67,6% em 2010. Dentre as demais regiões, cinco melhoraram seu desempenho: Norte Fluminense (10,3% em 2009 e 11,2% em 2010); Médio Paraíba (6,4% e 7,2%); Baixadas Litorâneas (5,0% e 5,3%); Costa Verde (2,6% e 2,9%); e Centro-Sul Fluminense (1,0% e 1,1%). Ao contrário, as Regiões Serrana (4,2% e 3,8%) e Noroeste Fluminense (1,0% e 0,9%) registraram perda de participação.

Cabe ressaltar que no Norte Fluminense e nas Baixadas Litorâneas é de suma importância o papel desempenhado pela atividade de extração de petróleo e gás. Na região do Médio Paraíba, a atividade automobilística é a que mais influencia o resultado da sua economia.

O maior PIB per capita em 2010 é o de Porto Real, seguido de Quissamã, São João da Barra, Carapebus e Angra dos Reis, repetindo as cinco primeiras colocações de 2009. Porto Real se destaca pelas atividades do setor automobilístico, Angra dos Reis pela geração de energia elétrica - usina nuclear - e os demais pela exploração do petróleo e gás natural.

Os menores PIB per capita encontra-se em Conceição de Macabu, Trajano de Moraes e Aperibé, onde se destaca a presença do setor de Administração Pública.

2.5 PIB alto X IDH baixo

PIB alto não significa, contudo, alto desenvolvimento humano, mostra a pesquisa, e os municípios com as maiores rendas per capita do país aparecem mal colocados no Índice

de Desenvolvimento Humano (IDH). Essa situação paradoxal é explicada porque a renda per capita é resultado matemático simples da receita do município dividida pela população, sem levar em conta a distribuição dessa renda nem estatísticas sociais, como saúde ou educação.

O exemplo limite dessa situação é São Francisco do Conde (BA) que, com 33.172 habitantes, tem a mais alta renda per capita do país (R\$ 296.885,00), mas que amarga a 2.743ª posição na lista do IDH dos municípios brasileiros.

A distorção acontece porque o município, com IDH de 0,714, tem uma população pequena, mas abriga uma das maiores refinarias do país. Em segundo lugar, na lista do IBGE, está Porto Real (RJ) que tem 16.574 habitantes e uma renda per capita de R\$ 290.834,00, mas um IDH baixo, de 0,743, ocupando o 2.082º lugar no país. Lá existe uma grande montadora de automóveis, o que explica a alta renda per capita.

Em terceiro lugar, o município de Louveira (SP) abriga centros de distribuição de grandes empresas; com 37.153 habitantes, e tem um PIB per capita de 239.951,00, mas amarga um IDH de 0,80, ficando na 565ª posição no país.

Em quarto, está o município de Confins (MG), com 5.943 habitantes e renda per capita de R\$ 239.774,00 (puxada pela presença do maior aeroporto do estado), tem IDH de 0,773, ficando no 1.233º lugar. Em quinto lugar está Triunfo (RS), com 25.811 habitantes e PIB per capita de R\$ 223.848,00 (lá há um polo petroquímico), tem IDH de 0,788, em 869º lugar.

Ao entender que o município não se resume a uma mera unidade administrativa, sendo um ente federativo do Estado, e que tão pouco se resume ao seu governo, mas reúne governo, sociedade e demais organizações não governamentais, percebe-se que a gestão dos recursos de um município está nas mãos de um amplo corpo social. Neste ponto é pertinente pensar no conceito de desenvolvimento local para elucidar o pífio desempenho social de um município tão rico em cifras como Duque de Caxias.

O conceito de espaço no livro, *Por uma geografia nova* (1978), o conceito de espaço é focal. “O espaço é no plano microscópico, como a eletrosfera de um átomo, com um campo de forças com energias desiguais. Em função disso, no plano macro a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. (Santos, p.122).

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa outros, pela seleção de localização, atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

Milton Santos também denomina o espaço como uma instância da sociedade, fator social e não somente como um reflexo social. Ainda, segundo o autor,

(...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de certa autonomia.

(SANTOS, 1978, p. 145).

A partir do conceito de desenvolvimento local, que nega o progresso material como suficiente para o processo de desenvolvimento, mas que afirma a participação popular, o protagonismo comunitário, o empenho pessoal, a endogenia, ou seja, iniciativas e recursos endógenos atuando pelo bem-estar coletivo, como partes suas imprescindíveis, tentaram compreender esta dinâmica como pode esta vultosa entrada de recursos, replicarem em indicadores sociais pífios.

A economia do município começa a ganhar relevo a partir da metade da década de 90. Mas, nosso diálogo com alguns indicadores será no período de 2000 a 2010, quando analisaremos e compararemos o desenvolvimento social com o desenvolvimento econômico, considerando alguns municípios em torno. Sendo urgentes as demandas sociais da população duque caxienses, é possível pensar em mais uma “demora” nos avanços sociais.

Portanto, teremos que acompanhar o comportamento de seus indicadores, sociais e econômicos. Sinteticamente, a questão a ser respondida é, há avanços sociais associados ao crescimento econômico local?

A partir desta premissa, então podemos analisar esta problemática do desenvolvimento econômico versus desenvolvimento social. Pois, tendo-se avanços sociais, podemos questionar, até onde a participação comunitária, os recursos endógenos, o protagonismo do cidadão, estão envolvidos nestas melhorias, ou, não havendo avanços sociais, podemos questionar quais são os enclaves ao desenvolvimento em escala local.

Por fim, esta leitura tem o objetivo específico de propor este diálogo; levantando quais fatores, quais aspectos geográficos em escala interna caracterizam-se como enclaves ou fomentos ao desenvolvimento local em Duque de Caxias. Objetivamos encontrar seus aspectos internos, mas não esquecemos que para um município reverter uma situação de desigualdade social, este necessita estar inserida em um plano mais amplo, de políticas regionais, mesorregião, microrregiões que promovam o desenvolvimento integrado de um conjunto de municípios afins.

A concepção de desenvolvimento econômico e social a partir da geografia não pode prescindir do conceito de lugar. A justificativa para o uso da escala local no estudo sobre Desenvolvimento Regional é que o lugar é o intermédio entre o mundo e o indivíduo (SANTOS, 1996), ou seja, é o lugar que materializa as potencialidades do mundo e o coloca em simbiose com o indivíduo. “O Mundo, porém, é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares”. (SANTOS, 1996, p. 23)

Como nada acontece fora do espaço, o input transformador do desenvolvimento local é o uso que se faz do espaço, o cotidiano. O cotidiano como conjunto repetitivo longe de ser um conjunto de ações coordenadas, expresso cooperação, mas também conflito de

interesses. As ansiedades, preocupações e necessidades são o que move as pessoas em seus afazeres diários, organizando suas ações e criando uma rede de relações. (MARTINS, 2002)

Esta concepção de cotidiano permite cogitar racionalmente a participação comunitária e o desenvolvimento intermunicipal tendo como alavanca a objetivação de um futuro melhor. A aceleração do tempo vivido também contribui para desinflar o historicismo, uma vez que a inovação suplanta a tradição, forçando a reconstituição constante dos lugares no novo meio técnico científico informacional. É o embate do tempo da instantaneidade frente ao tempo das tradições.

“Mas sabemos também que os eventos apagam o saber já constituído, exigindo novos saberes. Quando, como nos dias atuais, os eventos são mais numerosos e inéditos em cada lugar, a reinserção ativa, isto é, consciente, no quadro de vida, local ou global, depende cada vez menos da experiência e cada vez mais da descoberta”. (SANTOS, 1996, p. 31)

A velocidade com que a informação circula globalmente imbuí o cotidiano em igual velocidade, forçando as pessoas a desenvolverem novos saberes à medida que são expostas a novos cenários e experiências. Assim, o cotidiano abre novas e plenas possibilidades para a participação comunitária em um plano de desenvolvimento intermunicipal.

O desenvolvimento econômico e social liga-se ao planejamento de médio e longo prazo de políticas públicas e projetos integrados para a cidade. Servindo de referência institucional e territorial para articular a discussão do planejamento local, criando espaço para a democratização das decisões, não apenas de demandas imediatas, como a resolução de problemas imediatistas nas áreas sociais e econômicas locais, mas também daquelas decisões que definirão a trajetória do investimento na cidade e seus reflexos na região de influência para as próximas décadas.

Lugar e cotidiano são as potências gerais para o desenvolvimento, que se traduzem na gestão de recursos humanos, materiais e imateriais. A gestão dentro de um projeto de desenvolvimento local não deve abrir mão da participação comunitária. Participação comunitária sob o conceito de desenvolvimento local é utilizado nesta pesquisa, sugere deliberação popular sobre as ações governamentais de forma qualificada, se a mesma não possuir as informações necessárias, em uma linguagem clara, não poderá auferir o custo-benefício desta ou aquela proposta, nem poderá contribuir, refletir e sugerir de forma relevante para a resolução dos problemas vividos pela mesma. Para tanto a participação implica descentralização do poder e de informações, valorização dos recursos internos, inclusive o humano, e um planejamento adequado a este fim.

A comunidade participa da vida política de seu município quando percebe que pode fazer a diferença, quando não se vê mais como uma força completamente esmagada pela imponência do aparelho estatal. É necessário que o governo não seja visto como algo maciço, movido pelos mesmos tradicionais grupos de poderosos, e inacessível ao cidadão

anônimo.

Floriano de Oliveira, alerta quanto à limitação dos planos estratégicos imposta nos planos de desenvolvimento local.

“Com efeito, multiplicam-se os instrumentos de elaboração de planos de desenvolvimento, sem que sejam explicitados os mecanismos que poderiam concorrer para a distribuição da riqueza e a gestão compartilhada do território. São, nesse caso, propostas que mobilizam os poderes públicos para que estes atuem como indutores de um “desenvolvimento econômico local” que, no entanto, é entendido como o resultado da execução de planos estratégicos que visam mobilizar os recursos sociais e naturais, existentes no território, para viabilizar os interesses do capital. Para além das possibilidades reais de desenvolvimento, tais instrumentos, predominantemente, apenas viabilizam o uso do território para os capitais corporativos e isso se evidencia no fato de que apenas os lugares que sejam de interesse direto das empresas logram algum tipo de aprimoramento das forças produtivas”. (OLIVEIRA, 2007)

Para tanto, a descentralização política se concretiza em uma estrutura institucional mais paritária, clara e fluida. Além disso o governo local não pode achar que os recursos endógenos, serão suficientes para o desenvolvimento. Há de se fazer convergir às forças atuantes no município: comunidade e recursos internos; e governos local, estadual e federal. Esta articulação feita de modo transparente desqualifica o coronelismo presente em alguns municípios como impedimento à descentralização.

Mais do que simplesmente acompanhar os processos já em andamento, a apresentação dos projetos antes de sua implementação, possibilita a comunidade avaliar quais benefícios e danos serão causados, e poderá intervir a fim de otimizar os recursos utilizados sobre aquela área. O Máximo da utilização dos recursos leva em conta outra premissa importante do desenvolvimento local, a valorização dos recursos internos, e estes podem ser de diferentes.

Logicamente, se as soluções são locais, isto não significa que são estanques à comunidade. É importante a presença dos governos estadual e/ou federal subsidiando este processo iniciado e conduzido pela população local. A contribuição destas forças deve promover o equilíbrio entre as atividades econômicas do município, o desviando de completos atrasos tecnológicos ou ainda de progressos verticais, formando ilhas tecnológicas que não dinamizam economicamente o município como um todo, por serem demasiadamente isoladas da realidade da força produtiva local. Logo o conceito de investimento amplia-se: É a ultrapassagem do entendimento de investimentos como construções materiais, ou reposição de capital sobre os serviços públicos. Campanhas de conscientização sobre direitos trabalhistas, educação ambiental, cuidados domésticos com a própria saúde, e coisas afins são exemplos de ações simples, ao alcance do poder municipal, que representam investimentos no capital humano, ou em outras palavras, “investimento não material”. (DAWBOR, 1987)

Se os recursos humanos dependem também de investimentos não materiais, ao

alcance da administração municipal, isto não difere quanto às infraestruturas físicas ou a situação de domicílio. Mas, neste caso, não se prescindiu de uma propriedade política que permita articular o projeto de desenvolvimento local com as outras esferas administrativas. E esta articulação deve estar exposta nitidamente para a comunidade.

Floriano de Oliveira, faz considerações quanto à perspectiva de gestão compartilhada e ao uso deste instrumento, relativamente a favor das lutas sociais.

“Do ponto de vista da economia, a escala local não se confunde com a esfera municipal, embora tenha se disseminado no Brasil que projetos de desenvolvimento devam ser produzidos nessa esfera. Na esfera do município, é possível a realização de mudanças sociais importantes que melhorem as condições de vida e organização social. Mas como esses objetivos não se dissociam da melhoria geral das condições de trabalho e geração de renda, os planos de integração e crescimento econômico dependem de um uso racional do solo e compartilhamento de fatores situados em espaços sociais muito mais amplos que os territórios municipais. Defendemos, por isso, a gestão compartilhada, tanto internamente ao município, como forma de restringir o patrimonialismo e o jogo de interesses de grupos econômicos locais, quanto para criar maiores níveis de integração econômica entre os municípios, reconhecendo que os fatores produtivos numa economia globalizada não se restringem a uma cidade ou município”. (OLIVEIRA, 2007)

Os programas desenvolvidos pela prefeitura têm este papel, de articular recursos endógenos e exógenos a fim de maximizar as potencialidades do município. Esta tarefa, ainda árdua, foi potencializada pela elevação do município a ente federativo, com a nova constituição brasileira de 1988. Hoje os municípios têm maior poder de arrecadação e de autorregulação, permitindo que desenvolvam em sua estrutura, mecanismos de associação e ajuda mútua como os consórcios, e de participação popular como os conselhos municipais ou ainda o orçamento participativo. São as possibilidades abertas ao desenvolvimento local a partir da constituição de 1988.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando o panorama, é fácil concluir que as dimensões do país e a diversidade regional farão com que a solução para a questão da dicotomia entre o IDH versus PIB e a criação de mecanismos que combinem princípios da democracia representativa brasileira e a descentralização das políticas públicas.

Caso não haja uma mudança no rumo e foco nos investimentos que se arrastam por algumas décadas, isto porque, historicamente, os grandes investimentos em ciência, tecnologia e desenvolvimento estão nos centros e bolsões de riqueza, já formados mantendo um círculo vicioso. Círculo este que se resume na criação de mais universidades, escolas técnicas, centros de pesquisas, cultura e lazer nestas áreas desenvolvidas economicamente (capitais, áreas metropolitanas, etc.) mantendo esta concentração em áreas específicas nas cidades. Os governos municipais, estaduais e federal devem estimular e liderar de

forma integrada os investimentos em educação, geração de empregos, novos centros de pesquisas e cultura em áreas carentes ou com índices de desenvolvimento humano baixo.

Porém, o que observamos é um tipo de política imediatista que deve ser desestimulado, pois atende apenas aos interesses financeiros de cunho fortemente empresarial, e, estes não refletem os interesses pautados em um projeto de desenvolvimento regional e nacional consistente, que integrem o país. Desta maneira, todos os cidadãos e cidadãs poderiam gozar de oportunidades de acesso a melhor qualidade de vida, com reflexos nos índices de educação, trabalho e saúde, palavras-chave de uma nação que pretende atingir, ou melhor, atender até o final do ano de 2015, as 8 (oito) Metas do Milênio, compromisso internacional com as Organização das Nações Unidas.

Para que este tipo de integração, diga-se melhoria do índice de desenvolvimento humano, se torne real, devemos considerar que todas as regiões do país, cada uma com suas peculiaridades, diferentes contextos, merecendo atenção urgente dos Poderes Públicos. A priorização deve começar já. E, poderá ser consolidada quando constatarmos que uma região por mais remota e de menor representatividade econômica, possa contar com condições de saúde, educação e saneamento básico.

Este “conforto”, que para os moradores de áreas urbanizadas, passa despercebido pela maioria no cotidiano. Mas, que para os moradores de áreas remotas, como por exemplo, ribeirinhos da Região Amazônica, estes serviços são urgentes e de valor incalculável.

Podemos inferir, que para disseminar o sentimento de mando e prioridades em um país de proporções continentais, consolidando a presença do Estado, desde as áreas mais prósperas até as mais longínquas. A educação é um exemplo e pode ter um papel fundamental. Mas esta ferramenta deveria ser amplamente patrocinada pelo Poder Público, mobilizando a sociedade e replicando estes valores em toda nação.

As estratégias de política educativa podem e devem explorar as margens de autonomia do sistema educativo; podem e devem apostar na repercussão ao longo da rede da ação exercida sobre um dos nós principais. Um e outro processo requerem, contudo, a consciência clara da compatibilidade entre as políticas ensaiadas no nó educativo e aquelas em curso na pluralidade de outros nós estruturais, o que, em democracia, entenda-se bem, passa menos pela imposição de um plano único e central e mais pela consolidação de um quadro regulador onde possam integrar-se, exprimir-se e concorrer os múltiplos projetos sociais que atravessam a sociedade.

Assim, a educação profissional e tecnológica tem de ter, necessariamente, a intencionalidade estratégica do desenvolvimento, recusando, pois, reduzir o seu alcance a mera adaptação da formação escolar e para escolar a necessidades dos empregadores, das forças vivas, do mercado de trabalho, sempre imprecisamente esclarecidas, o que vem a ser, em regra, definido em função do estado conjuntural de diversas relações de força. Avanços substantivos poderão ser possíveis no esclarecimento da questão, levando-se em conta que o sistema educativo, não constituindo apenas um subproduto da estrutura

social, antes um campo de forças nela atuante, deverá estar atento à organização social do trabalho, sob pena de os mesmos progressos educativos desencadear efeitos sociais perversos.

Não é possível aceitarmos que hoje, quando observamos o desejo de diversas nações em se apropriarem dos recursos naturais do País, os cidadãos brasileiros continuem tendo suas habilidades e competências desperdiçadas, por falta de uma política educacional, clara e objetiva. Evidenciamos a necessidade de geração de novos profissionais cidadãos que possam desenvolver a integração nacional.

As soluções já foram encontradas, os meios existem, o que falta apenas é vontade política. Este quadro de carências, associado à tradição de centralização política, produziu uma estrutura viciada, onde é bastante comum o exercício de práticas clientelistas, que minam os canais de participação cidadã. Nestes casos, a descentralização e municipalização são insuficientes para garantir o exercício da cidadania.

O país necessita, portanto, de um projeto de desenvolvimento humano que mescle os fatores econômicos e sociais, integrando os diversos saberes e as fontes de produção. O direito aos serviços essenciais como atendimento médico, educação, habitação, são tão importantes quanto o direito à informação para a conformação de cidadãos habilitados a atuarem de forma direta na política local. O exercício dos direitos políticos é indissociável dos direitos civis e sociais.

Daí a crítica permanentemente presente segundo Freire (1996, p. 14), “em mim à malvez neoliberal, ao cinismo de sua ideologia fatalista e a sua recusa inflexível ao sonho e à utopia”. E, que literalmente, não estejamos abrindo mão dos recursos naturais e humanos por ineficácia de ações governamentais, facilmente superáveis por meio de um projeto de educação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023. Informação e documentação: referências - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

CAMAZ, Fernando Ribeiro. **COMPERJ: Os Aspectos e Impactos Socioambientais Entorno dos Grandes Empreendimentos.** SIMPURB 2013. <http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GT10-1514-Fernando.pdf>

DAWBOR, Ladislau. **Introdução ao Planejamento Municipal.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO DE DUQUE DE CAXIAS; NOVA IGUAÇU; E NITERÓI – 2004 e 2006. Tribunal de Contas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?id=1&idnoticia=354&t=pib-municipios-revela-concentracao-desigualdades-geracao-renda&view=noticia>>. Arquivo consultado em 28 de fev. de 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

MARTINS, Sergio Ricardo de oliveira. **Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas**. In: Revista Internacional de desenvolvimento Local. Vol. 3, n. 5, p. 51-59, Set. 2002.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. **Reestruturação econômica, poder público e desenvolvimento social: possibilidades de disputas e de recomposição do poder no território**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (65). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24565.htm>> [ISSN: 1138-9788]

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1996.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e governo local: dilemas e reforma municipal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Revan: FASE, 1996.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de geografia, nº 54, 1977.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SOUZA, Aluisio Gama de. **Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 2010**. TCE/RJ, 2011.

MOBILIDADE URBANA: PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ (RMVRC)

Data de aceite: 01/12/2021

Maristene Amaral Matos

Acadêmica do Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Geografia-IGHD-UFMT

Cornélio Silvano Vilarinho Neto

Docente do programa de Pós-Graduação
Mestrado em Geografia-IGHD-UFMT

RESUMO: Este artigo tem como objetivo discutir a mobilidade urbana e a intervenção do estado nas transformações urbanas no âmbito da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC), principalmente no que se refere a integração física e tarifária entre os municípios metropolitanos de Acorizal, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger e Várzea Grande. Foi realizada pesquisa para conhecer a formação histórica da região metropolitana do vale do rio Cuiabá, desde sua instituição em 2009 até o ano de 2018. O aumento da urbanização nas duas maiores cidades da RMVRC – Cuiabá e Várzea Grande - que nos últimos tempos apresentam taxas de crescimento populacional maior que as demais cidades metropolitanas, e a falta de transporte coletivo de qualidade que atenda a demanda existente, fomentou a aquisição de veículos individuais, o que tornou o trânsito caótico nas duas cidades. O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (PDDI/VRC) é um instrumento de planejamento que foi elaborado pelo órgão gestor da Região Metropolitana (RM), a Agência

de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (Agem/VRC), aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo governo do estado em 2018, por meio da Lei Complementar n°. 609/2018, que traz orientações em relação a mobilidade urbana no âmbito da RMVRC e define diretrizes a respeito da articulação e da integração da mobilidade urbana. O PDDI é o primeiro instrumento que trata efetivamente sobre a questão de mobilidade urbana na região. A RMVRC ficou por um longo período sem o devido planejamento das funções públicas de interesse comum. Durante esse tempo, sem a elaboração de políticas públicas direcionadas à mobilidade urbana, o processo foi acontecendo de forma desordenada e desarticulada, acarretando problemas que comprometeram a integração na região. Diante do quadro existente, uma das soluções é a implementação de ações que estimulem o uso do transporte público coletivo. Atualmente, somente entre Cuiabá e Várzea Grande acontece a integração física e tarifária do transporte coletivo. Os municípios menores foram os que mais sentiram a falta da integração, pelo fato de terem grande interdependência, principalmente a econômica, com o município núcleo da RMVRC, Cuiabá. O Excesso de automóveis coloca em risco a sustentabilidade e a qualidade de vida de quem mora nas duas maiores cidades da RMVRC. O desafio está na busca de solução para sistema de integração física e tarifária vigente somente entre Cuiabá e Várzea Grande, com o intuito de aperfeiçoar e integrar os demais municípios metropolitanos. Espera-se com esse estudo contribuir para a elaboração de políticas

públicas de mobilidade urbana voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população que vive na RMVRC.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento; Mobilidade; Região Metropolitana.

URBAN MOBILITY: PROCESS OF INTEGRATION INTEGRATION PROCESS BETWEEN MUNICIPALITIES OF THE METROPOLITAN REGION OF THE CUIABÁ RIVER VALLEY (RMVRC)

ABSTRACT: This article aims to discuss urban mobility and state intervention in urban transformations within the Cuiabá River Valley Metropolitan Region (RMVRC), especially regarding the physical and tariff integration between the metropolitan municipalities of Acorizal, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger and Várzea Grande. A survey was carried out to learn about the historical formation of the Cuiabá River valley metropolitan region, from its inception in 2009 to 2018. The increase in urbanization in the two largest cities of the RMVRC - Cuiabá and Várzea Grande - of population growth greater than the other metropolitan cities, and the lack of quality collective transport that meets the existing demand, fomented the acquisition of individual vehicles, which made the traffic chaotic in the two cities. The Integrated Development Master Plan for the Cuiabá River Valley Metropolitan Region (PDDI / VRC) is a planning tool developed by the Metropolitan Region (RM), the Cuiabá River Valley Development Agency (Agem / VRC), approved by the Legislative Assembly and sanctioned by the state government in 2018, through Complementary Law no. 609/2018, which provides guidelines for urban mobility within the framework of RMVRC and establishes guidelines regarding the articulation and integration of urban mobility. The PDDI is the first instrument that effectively addresses the issue of urban mobility in the region. The RMVRC remained for a long period without proper planning of public functions of common interest. During this time, without the elaboration of public policies directed to the urban mobility, the process was happening in a disordered and disarticulated way, entailing problems that compromised the integration in the region. Given the existing framework, one of the solutions is the implementation of actions that stimulate the use of collective public transportation. Currently, only between Cuiabá and Várzea Grande is the physical and tariff integration of collective transportation. The smaller municipalities were the ones that most felt the lack of integration, due to the great interdependence, especially the economic, with the core municipality of the RMVRC, Cuiabá. The excess of automobiles puts at risk the sustainability and quality of life of those who live in the two largest cities of RMVRC. The challenge lies in the search for a solution to the physical and tariff integration system in force only between Cuiabá and Várzea Grande, with the aim of improving and integrating the other metropolitan municipalities. It is hoped that this study will contribute to the elaboration of public policies of urban mobility aimed at improving the quality of life of the population living in the RMVRC.

KEYWORDS: Planning; Mobility; Metropolitan region.

1 | INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC) apresenta um padrão

de crescimento diferenciado em relação às demais regiões, pois vai na contramão da maioria das grandes Regiões Metropolitanas (RMs) do País, ela ainda apresenta taxas de crescimento populacional maior nas áreas urbanas centrais e, especialmente, na aglomeração formada pelas cidades de Várzea Grande e Cuiabá. A mobilidade na RMVRC dependerá de soluções em relação a qualidade do transporte público e a melhoria da acessibilidade para a circulação de veículos não motorizados e de pedestres. Isso exigirá ação compartilhada ou em rede entre as prefeituras e o governo do Estado de Mato Grosso.

O presente artigo tem a finalidade de discutir a mobilidade urbana e a intervenção do Estado nas transformações urbanas no âmbito da RMVRC. Para esse estudo destacam-se os seguintes objetivos: 1º. Verificar, entre o período de 2009 a 2018, como estava organizada a mobilidade urbana na RMVRC; 2º. Abordar a situação atual da mobilidade urbana e como está articulada a integração na RMVRC; e 3º. Identificar as diretrizes para a mobilidade urbana na região, definidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI/VRC). Quanto a metodologia, o estudo baseia-se na revisão de literatura que abordam temas relacionados às regiões metropolitanas e mobilidade urbana, com enfoque na abordagem qualitativa. Foi realizada pesquisa para conhecer a formação histórica da RMVRC em relação a mobilidade urbana, antes e após a elaboração do PDDI/VRC.

A pesquisa também possui abordagem qualitativa exploratória, com fontes primárias e revisão de documentos e relatórios provenientes de órgãos estaduais e municipais, onde se buscou informações a respeito da mobilidade urbana nos municípios metropolitanos. E ainda, trabalhos de observação que oportunizaram a coleta de dados para a análise empírica do objeto estudado. Entre os teóricos que embasaram o estudo, estão Vasconcellos (2001 e 2012), Santos (1996), Vilarinho (2009) e outros autores que substancialmente contribuem para a contextualização do estudo. O artigo também se preocupou em levantar um *arcabouço legal* em relação à mobilidade urbana no que se refere às regiões metropolitanas.

2 | A URBANIZAÇÃO E OS REFLEXOS NA MOBILIDADE URBANA NAS REGIÕES METROPOLITANAS

De acordo com Santos (1993) até o século XIX, a população urbana brasileira que residia nas cidades representava em torno de dez por cento. O autor também cita que a produção do café nesse período fez com que surgissem vários núcleos urbanos. Maricato (2001) menciona que os caminhos e os processos de urbanização das cidades brasileiras foram definidos por vários fatores, entre eles, a Abolição e a Proclamação da República, ocorridos no século XIX. Segundo Santos “Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86% [...]” (SANTOS, 1996, p. 29).

Em consequência a essa inversão citada por Santos, o território urbano das cidades se amplia e, com isso surgem vários problemas urbanos, entre os quais, o processo

de ocupação irregular efetivado pelo êxodo rural em busca de trabalho, principalmente na indústria. Parte significativa das pessoas envolvidas nesse processo passaram a se concentrar na periferia das cidades, sobretudo naquelas porções onde se aglomeram os segmentos de mais baixo poder aquisitivo. Deste modo, contribui-se para que se intensifique o processo de segregação socioespacial. Em relação a esse assunto, Vilarinho argumenta que “Na sociedade capitalista de periferia, como é a nossa, a classe média urbana, sobretudo os assalariados, vivem em condições cada vez mais difíceis, à medida que a urbanização-industrialização vai se firmando [...]” (VILARINHO, 2009, p. 85).

Para Lefebvre (2010), a produção do espaço na periferia, que é mais acessível, é uma forma de expulsar o mais pobre das áreas centrais que, devido aos investimentos em infraestrutura, tornaram-se mais valorizadas. O processo de urbanização no Brasil, nos últimos anos, tem ocorrido de forma significativa. Segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil já apresentava em torno de 85% de sua população vivendo em áreas urbanas, e esse processo entre os vários problemas que causou, intensificou aqueles relacionados a mobilidade urbana.

A mobilidade urbana é um dos temas que vem ganhando forte projeção nos últimos anos. As vias públicas das grandes cidades estão saturadas de veículos como consequência da supervalorização do transporte individual. De acordo com Maricato “a matriz de mobilidade urbana (que tenha como princípio o uso do transporte coletivo) está contida na Plataforma de Reforma Urbana, em prol da garantia de uma metrópole mais democrática e sustentável” (MARICATO, 2013b, p. 27). A a qualidade e a quantidade de transporte público ofertado é o caminho sustentável para atender à necessidade de se locomover do cidadão, pois, “A necessidade de circular está ligada ao desejo de realização das atividades sociais, culturais, políticas e econômicas consideradas necessárias à sociedade [...]” (VASCONCELLOS, 2012, p. 35).

A mobilidade urbana na contemporaneidade é um tema muito debatido e tem fomentado grandes discussões devido ao seu alto grau de complexidade, principalmente nas grandes cidades e regiões metropolitanas que experienciam cotidianamente os problemas que se apresentam ocasionados pela falta de planejamento. Moreira retrata muito bem essa questão:

O conceito de mobilidade assumiu contemporaneamente um valor que está ligado à ampliação da complexidade nos relacionamentos sociais e materiais, que demandam deslocamentos para terem consequências. A demanda da cidade contemporânea é cada vez mais diferenciada e diversificada, fazendo com que os fluxos tendam a ser caóticos [...] (MOREIRA, 2018, p. 153).

O que, em grande medida contribui com o caos no sistema de trânsito e intensifica os problemas de mobilidade urbana é o fato do transporte motorizado individual ter prioridade no planejamento urbano e, portanto, coloca-se em detrimento do transporte coletivo e dos não motorizados. No Brasil, o crescimento rápido das cidades aliado a falta de políticas

públicas voltadas à mobilidade urbana ocasionou graves problemas enfrentados hoje, preponderantemente, nas regiões metropolitanas concentradoras de grande contingente populacional.

Entre os instrumentos que tratam de diretrizes para as políticas urbanas está o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001). Em relação as RMs, o Estatuto não apresenta orientações significativas quanto ao seu planejamento, o art. 4º, inciso II, define como um dos instrumentos da política urbana “o planejamento das regiões metropolitanas [...]” (BRASIL, 2001, p. 3). Já a Lei Federal de Mobilidade Urbana nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, se constitui como um importante instrumento no processo de promoção da mobilidade urbana, pois, institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Sobre as RMs o IPEA, em seu comunicado nº 128, divulga a seguinte leitura em relação a Lei nº 12.587/2012:

[...] a lei estabelece as bases para uma agenda federativa cooperativa: a União deverá apoiar e estimular ações coordenadas e integradas entre Municípios e Estados em regiões metropolitanas no que concerne a políticas comuns de mobilidade urbana. [...] com a incumbência do governo federal em fomentar projetos no âmbito metropolitano, aumenta a possibilidade de um planejamento mais integrado entre estado e municípios, viabiliza-se a criação de instâncias decisórias no âmbito metropolitano que permita investimentos e gestão conjunta (IPEA, 2012, p. 12-13).

Para alguns Municípios metropolitanos, diversas questões relacionadas às RMs, não estão bem estabelecidas, o que causa dúvidas ao sistema de governança interfederativa como, por exemplo, o que é atribuição local e quando deixa de ser local, e passa à escala metropolitana. Um instrumento considerado um marco para as regiões metropolitanas brasileiras é o Estatuto da Metrópole, instituído pela Lei Federal nº 13.089/2015, que define os critérios para a criação de RMs, diretrizes para o planejamento, gestão e execução das funções públicas de interesse comum e condições para o apoio da união em relação ao aporte financeiro. O artigo 9º, diz que para o planejamento das RMs também serão utilizados entre os instrumentos, os planos setoriais interfederativos.

Gouvêa traça o cenário em que viveram as regiões metropolitanas brasileiras na década de 1980, com um olhar crítico voltado a todos os setores que compõem uma grande metrópole:

A partir da década de 1980, as regiões metropolitanas brasileiras se tornaram os *loci* mais notáveis de segregação espacial, violência, exclusão social e miséria. Isso se deveu, principalmente, aos níveis relativamente elevados de desemprego [...] e redução dos investimentos infraestruturais urbanos, frutos de sucessivas crises econômicas e do processo de desconcentração industrial então registrado no país [...] (GOUVÊA, 2015, p. 258-259).

De acordo com Gouvêa, por abrigarem grande contingente populacional, as RMs são detentoras de problemas de diversas natureza. Até a promulgação da Constituição de 1988, a instituição das regiões metropolitanas estava a cargo da União. A partir de então,

essa atribuição passou para os Estados, de acordo com o que determina o art. 25, §3º da Constituição Federal de 1988. Por volta de 1995, os Estados começaram a criar regiões metropolitanas, porém a falta de critérios quanto aos requisitos para as instituições fez com que muitas fossem criadas inadequadamente. Nesse sentido, Machado argumenta sobre a forma equivocada de como era tratada a criação de RMs quando cita, por exemplo, o caso de Santa Catarina:

Essa trajetória de metropolização em territórios catarinenses tem suscitado críticas, muitas das quais relacionadas quase sempre aos critérios adotados e o que deles efetivamente explicam e justificam as ações políticas, sem atender a quaisquer critérios urbanísticos e econômicos que justifiquem tais deliberações (MACHADO, 2008, p. 238).

Com base nesses aspectos, os critérios nem sempre se relacionam com a necessidade de planejamento para as regiões, mas sim, são referendados em interesses meramente políticos. De acordo com o IBGE (2017), existem, atualmente, 69 Regiões Metropolitanas no Brasil. Segundo dados do IPEA (2013), essas regiões respondem por cerca de metade do Produto Interno Bruto (PIB) do País, e abrigam em torno de 36% da população. Esse processo de grande urbanização, ocasionou nas RMs vários problemas de mobilidade urbana. É notória a busca nas RMs por soluções sustentáveis para os problemas de mobilidade urbana, que entre as causas, está urbanização vertiginosa, e que teve como consequência o aumento consideravelmente nos últimos anos do uso de automóvel individual.

Vasconcellos afirma que em relação as RMs, o transporte urbano integrado não tem obtido êxito e as experiências não são boas, com raras exceções. O autor aponta como causa, dois problemas centrais “A dificuldade da coordenação de sistemas de transportes – frente aos interesses e a autonomia dos municípios – e a regulamentação das linhas de ônibus intermunicipais, que geram conflitos com os sistemas locais de transporte público” (VASCONCELLOS, 2012, p. 125).

3 | CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA RMVRC E O PROCESSO DE MOBILIDADE URBANA

Em 2008, o Governo deliberou sobre a criação de RMs no Estado (LC nº 340/2008). No ano seguinte, em 2009, por intermédio da LC nº 359/2009 foi instituída a primeira RM, denominada de Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (Figura 1), que inicialmente era composta pelos Municípios de Cuiabá, Santo Antônio de Leverger, Nossa Senhora do Livramento e Várzea Grande, visando o planejamento integrado das funções públicas de interesse comum existentes entre esses municípios.

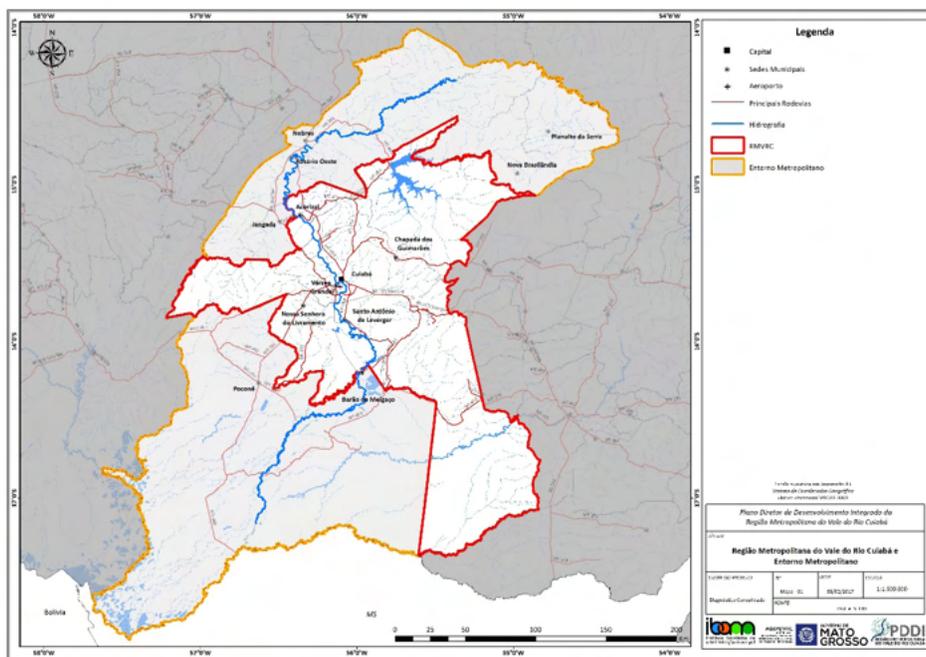


Figura 1. Mapa da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá e entorno Metropolitano

Fonte: PDDI VRC, 2018.

A Lei foi posteriormente alterada pela LC nº 577/2016, que incluiu na RMVRC, os municípios de Acorizal e Chapada dos Guimarães que, até então faziam parte do entorno metropolitano, que ficou composto pelos municípios de Barão de Melgaço, Jangada, Nobres, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé e Rosário Oeste. Vivem na RMVRC cerca de um milhão de habitantes, o que representa aproximadamente trinta por cento da população de Mato Grosso. Ao pesquisar o histórico da RMVRC após dez anos de existência, constata-se que durante esse período não houveram ações efetivas no sentido de atender as funções públicas de interesse comum definidas em sua lei de criação, a LC nº 359/2009, que entre as quais, a de mobilidade urbana. O que se verifica é que a região foi instituída de forma desarticulada. Em 2009 cria-se a RMVRC e em 2013 o sistema de gestão, e por fim, em 2018, elabora-se o instrumento de gestão, o PDDI/VRC.

A RMVRC não é diferente das demais RMs, em que a cidade núcleo é detentora da maior parte dos bens e serviços ofertados. Devido a esse fato, houve nos últimos tempos um acréscimo da frota de automóveis individuais transitando em vias públicas de Cuiabá, o que ocasionou impacto no sistema de mobilidade urbana. O Planejamento de Cuiabá e Várzea Grande em relação à reestruturação espacial encontra-se desatualizado, e não acompanhou a mudança no padrão de mobilidade.

Trata-se de uma realidade onde é evidente a presença de muitos automóveis

individuais, vias saturadas e falta de investimentos em infraestrutura. Além disso, o transporte público encontra-se defasado e sucateado o que, em certa medida, força o cidadão a priorizar o transporte individual, em detrimento do transporte público. A falta de integração entre os municípios metropolitanos ocasionada por um transporte coletivo pouco eficiente, bem como, a falta de diretrizes voltadas à articulação e gestão da dinâmica metropolitana, intensificaram o problema de mobilidade urbana na região. Em relação a importância da integração, Gonzaga e Kneib, afirmam que:

[...] as relações de deslocamento urbano ultrapassam os limites administrativos dos municípios, o que requer uma gestão integrada dos sistemas de transporte. No caso das grandes aglomerações urbanas, envolvendo vários municípios, a gestão das linhas de transporte público se caracteriza pela complexidade (GONZAGA e KNEIB, 2015, p. 2430).

Os municípios Cuiabá e Várzea Grande constituem o aglomerado urbano da RMVRC e demandam entre si principalmente o transporte coletivo. O grande desafio é a revisão do sistema de integração física e tarifária, que hoje ocorre somente entre os dois, com o intuito de aperfeiçoar e integrar os demais municípios metropolitanos que operam no formato de sistema de transporte intermunicipal independente. Raffestin, nesse sentido, afirma que o transporte urbano deve ser planejado de acordo com o arranjo social espacial de uma localidade. Para tanto “Os indivíduos ou grupos ocupam pontos e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade” (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

É fundamental a implantação de uma Rede Metropolitana de Transporte Coletivo. Outro fator perceptível na RMVRC é a desigualdade econômica e social existente no interior dos municípios que a compõe. A oferta de transporte integrado metropolitano também servirá como indutor para o desenvolvimento econômico sustentável dos municípios. O grande desafio da região em relação à mobilidade urbana é o entendimento da importância da articulação e construção de uma solução integrada. O PDDI/VRC indica programas voltados para o planejamento futuro da região. Entre os programas está o de mobilidade metropolitana integradora, definido no art. 35 da Lei do PDDI/VRC, com os seguintes objetivos:

Assegurar ampla mobilidade de pessoas e mercadorias, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população e contribuindo para a dinamização da economia e da produtividade geral da região metropolitana, mediante a execução das seguintes componentes: I - Integração da Mobilidade na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá; II - Calçadas Plenas (MATO GROSSO, 2018a, p. 14).

O instrumento aponta que o transporte público precisa, em relação a demanda, ser repensado sob a ótica da escala e da integração metropolitana. Aponta a necessidade de um modal de média capacidade para atender, principalmente, Cuiabá e Várzea Grande.

Indica ainda que o VLT seria uma solução positiva para o atendimento da demanda e estruturação da mobilidade urbana na RMVRC, por ser uma obra que já foi iniciada. Além de todas as orientações em relação aos modais motorizados necessários, pontua-se que para se ter uma mobilidade urbana sustentável na região, é necessário melhorar a qualidade das vias de circulação para atender aos ciclistas e pedestres.

Nesse estudo verificou-se a situação atual da RMVRC em relação aos problemas de mobilidade urbana, que entre as causas, está o processo acelerado de urbanização ocorrido principalmente nas duas maiores cidades da região, Cuiabá e Várzea Grande. Consequentemente, houve expansão da malha urbana no território metropolitano acompanhada de um aumento na utilização do meio de transporte individual motorizado com o objetivo de superar longas distâncias potencializando-se, nesse sentido, os problemas de mobilidade, além de promover impactos negativos ao meio ambiente.

Observou-se que a RMVRC passou por um longo período sem o devido planejamento. Sem a elaboração de políticas públicas direcionadas ao planejamento da mobilidade urbana, o processo ocorreu de forma desordenada, acarretando vários problemas decorrentes do aumento da frota de veículos individuais o que, em grande medida, tem comprometido a mobilidade urbana na região.

A falta de uma rede metropolitana de transporte coletivo, nesse sentido, muito prejudicou a integração entre os municípios metropolitanos. Somente em 2016 iniciou-se o processo de elaboração do instrumento de gestão, PDDI/VRC, sendo finalizado e aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em 28 de dezembro de 2018, por meio da Lei Complementar nº 603/2018, e pelo que se verifica até a presente data, os programas propostos no instrumento, não foram iniciados. O atual governo extinguiu o órgão gestor da RMVRC, o que significa o retrocesso para a região.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade apresentada da RMVRC, em relação a mobilidade urbana, conclui-se que são necessárias ações no sentido de desestimular a utilização de transporte individual para locomoção, prioritariamente, nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande. Tais ações devem estar baseadas em alternativas que estimulem o uso do transporte público coletivo. Essas ações devem ser elaboradas via proposta conjunta entre os gestores metropolitanos com o objetivo de promover a integração física e tarifária do sistema de transportes coletivo, levando-se em consideração os princípios vinculados à mobilidade sustentável e a acessibilidade de melhor qualidade.

É necessária a elaboração do plano integrado de mobilidade da RMVRC, tendo em vista, solucionar problemas e evitar novos. Um dos caminhos possíveis para a solução com os problemas de transporte público coletivo na região, é a retomada das obras para conclusão do VLT ou, ainda, a substituição do modal ferroviário por outro modal. Espera-

se que este estudo contribua com as políticas públicas de mobilidade urbana voltadas à melhoria da qualidade de vida da população que vive na RMVRC.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso: 08 abr. 2019.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso: 8 abr. 2019.

_____. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. **Política Nacional de Mobilidade Urbana**. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm>. Acesso: 30 jan. 2019.

_____. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. **Estatuto da Metrópole**. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm>. Acesso: 30 jan. 2019.

GONZAGA, A.S.; KNEIB, E.C. Centros urbanos: Potencializar a requalificação através do tratamento de entornos imediatos. **Anais... XV Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação e Pesquisa em planejamento urbano e regional**. Recife, 2015.

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. Diretrizes para a gestão metropolitana no Brasil. **EURE**, Santiago, v. 35, n. 104, p. 47-76, Abril 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://www.agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/9868-brasil-tem-tres-novas-regioes-metropolitanas>>. Acesso: 26 jan. 2019.

_____. **Estimativas da população**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2017/estimativa_dou.shtm>. Acesso: 5 abr. 2019.

IPEA. Comunicado nº 128 de 06 de janeiro de 2012: **A Nova Lei de Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12795> Acesso em: 8 abr. 2019.

_____. 40 anos de regiões metropolitanas no Brasil. COSTA, Marco Aurélio; TSUKUMO, Isadora Tami Lemos (org.) Brasília: IPEA, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens E. Frias. São Paulo: Centauro, 2010.

MACHADO, Ewerton Vieira. (Re) arranjos Sócio-Espaciais na Produção da “Região Metropolitana” de Florianópolis: trajetórias e tendências. In: SOUZA, Maria Adélia de (org.). **A Metrópole e o Futuro**. Campinas: Territorial, 2008.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Cidades no Brasil: neodesenvolvimentismo ou crescimento periférico predatório. **Política Social e Desenvolvimento**, Campinas, v.1, n.1, ano 1, nov. 2013.

_____. **Lei Complementar Estadual n. 340, de 17 de dezembro de 2008**. Diário oficial do estado de Mato Grosso, Cuiabá, 2008. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/LeiComplEstadual.nsf/9733a1d3f5bb1ab384256710004d4754/9fcbd862aa45ffa8042575c40046cb9d?OpenDocument>>. Acesso: 8 abr. 2019.

_____. Lei Complementar Estadual n. 359, de 27 de maio de 2009. **Instituição da RMVRC**. Cuiabá, 2009. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/LeiComplEstadual.nsf/9733a1d3f5bb1ab384256710004d4754/9fcbd862aa45ffa8042575c40046cb9d?OpenDocument>>. Acesso: 8 abr. 2019.

_____. **Lei Complementar 577, de 19/05/2016**, Cuiabá, 2016. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/LeiComplEstadual.nsf/9733a1d3f5bb1ab384256710004d4754/9fcbd862aa45ffa8042575c40046cb9d?OpenDocument>>. Acesso: 8 abr. 2019.

_____. Assembleia Legislativa de Mato Grosso – ALMT. Lei Complementar Estadual n. 609, de 28/12/2018a. **PDDI/VRC**. Cuiabá: ALMT, 2018. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/LeiComplEstadual.nsf/9733a1d3f5bb1ab384256710004d4754/9fcbd862aa45ffa8042575c40046cb9d?OpenDocument>>. Acesso: 8 abr. 2019.

MOREIRA, Rosane Aparecida. **Planejamento estratégico**: o desafio da mobilidade urbana na cidade de Manhuaçu (MG). **Pensar Acadêmico**, Manhuaçu, v. 16, n. 1, p. 64-87, janeiro-junho, 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. Involução Metropolitana e Economia Segmentada. O caso de São Paulo. In: RIBEIRO, Ana C.T. et al (org.). **Seminário Metropolização e Rede Urbana, Perspectivas dos anos 90**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1993.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. **Mobilidade Urbana e Cidadania**. São Paulo: Senac, 2012.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **A metropolização regional**: formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

CAPÍTULO 7

OCUPAÇÃO URBANA DO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA: O AVANÇO SOBRE O SÍTIO ARQUEOLÓGICO SAMBAQUI GAROPABA DO SUL

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 20/11/2021

Carolina Porto Luiz

Graduada em História; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (Grupep), da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) Tubarão/SC/Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1273471603403566>
<https://orcid.org/0000-0002-6125-6881>

Geovan Martins Guimarães

Doutor em Turismo; Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (Grupep), Professor do curso de História da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) Tubarão/SC/Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7166070219582615>
<https://orcid.org/0000-0002-9659-8240>

Bruna Cataneo Zamparetti

Mestra em Ciências da Linguagem; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (Grupep), da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) Tubarão/SC/Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5395283691814839>

José Gustavo Santos da Silva

Mestre em Ciências Ambientais; Pesquisador do Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial (LabPGT) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) Criciúma/SC/Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-0578-8266>

Juliano Bitencourt Campos

Doutor em Arqueologia; Pesquisador do Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS), Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) Criciúma/SC/Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1475008321154560>
<https://orcid.org/0000-0002-0300-1303>

RESUMO: No município de Jaguaruna, localizado ao Sul de Santa Catarina, encontra-se um dos maiores sambaquis do Brasil, o sambaqui Garopaba do Sul. Esse sítio foi amplamente explorado pela indústria caieira em meados do século XX, o processo de mineração do material conchífero levou a depredação parcial do sambaqui. Os sítios arqueológicos, mesmo após conseguirem proteção legal passaram por diversos processos de depredação. Por estarem em uma área litorânea em crescente expansão, estes sítios vêm sofrendo pressão diante do aumento na ocupação e urbanização no seu entorno. A partir desta realidade, definiu-se como objetivo central de pesquisa: compreender o crescimento da ocupação do território nas áreas circunvizinhas ao sambaqui Garopaba do Sul. Para realizar as análises geoespaciais foi organizado um Sistema de Informação Geográfica – SIG. Verifica-se com base nas análises de dados que o sítio Garopaba do Sul está em risco, o avanço urbano é crescente na região, com o surgimento de novos balneários. Embora há medidas protetivas de amortecimento de impacto

ao sítio, não há uma preocupação do poder público em aplicar medidas efetivas para ordenar a ocupação das áreas de entorno dos sítios. Diante desse cenário há a necessidade de se pensar medidas de concretas, sistemáticas na sensibilização e preservação dos patrimônios. **PALAVRAS-CHAVE:** Sítio arqueológico. Ocupação Urbana. Preservação. Sistema de Informação Geográfica.

URBAN OCCUPATION OF THE SOUTH COAST OF SANTA CATARINA: THE ADVANCEMENT ON THE SAMBAQUI GAROPABA DO SUL ARCHAEOLOGICAL SITE

ABSTRACT: In the municipality of Jaguaruna, located south of Santa Catarina, there is one of the largest sambaquis in Brazil, the sambaqui Garopaba do Sul. This site was widely explored by the caieira industry in the mid-20th century, the shell material mining process took the partial depredation of the sambaqui. Archeological sites, even after obtaining legal protection, have undergone several depredation processes. As they are located in a coastal area in growing expansion, these sites have been under pressure due to the increase in occupation and urbanization in their surroundings. Based on this reality, the main objective of the research was defined: to understand the growth of occupation of the territory in the areas surrounding the sambaqui Garopaba do Sul. To carry out the geospatial analysis, a Geographic Information System - GIS was organized. Based on data analysis, it is verified that the Garopaba do Sul site is at risk, urban advancement is increasing in the region, with the emergence of new spas. Although there are protective measures to cushion the impact of the site, the government is not concerned about applying effective measures to order the occupation of the areas surrounding the sites. Given this scenario, there is a need to think about concrete, systematic measures to raise awareness and preserve heritage.

KEYWORDS: Archaeological site. Urban occupation. Preservation. Geographic Information System.

1 | INTRODUÇÃO

A cidade de Jaguaruna, localizada ao Sul de Santa Catarina (figura 1) é detentora de um singular patrimônio cultural. Trata-se de sítios arqueológicos pré-coloniais, datados de diferentes períodos, com dimensões variadas. São encontrados pequenos sítios bem como os monumentais sambaquis. Estes patrimônios compõem a paisagem cultural desta região. Sambaquis, denominação dada pelos povos indígenas falantes da língua Tupi, que significa “montes de conchas”, são sítios arqueológicos que possuem uma forma monticular em que o principal material construtivo são as conchas, começaram a ser construídos por sociedades pescadoras-caçadoras-coletoras, no sul de Santa Catarina por volta de 7 mil anos (DeBLASIS *et al.*, 2007; GASPAR, 2000; KNEIP; FARIAS; DeBLASIS, 2018).

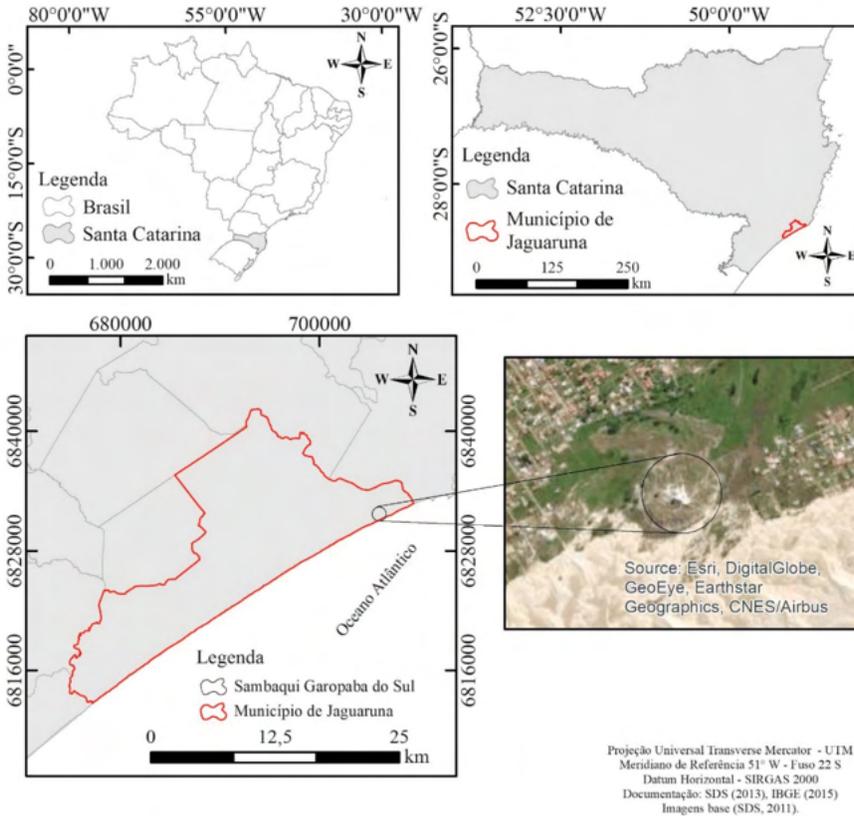


Figura 1: Localização da área de estudo

Fonte: Os autores (2021).

Os sambaquis, também são conhecidos com concheiros, casqueiro, berbigueiros, estão presentes em toda costa brasileira, ocupando áreas lagunares, baías e ilhas. Os sítios são construídos a partir de estruturas compostas de camadas de conchas, com presença de ossos de aves, mamíferos, peixes e sementes carbonizadas. Essas camadas são intencionalmente construídas, estando, em muitos casos, relacionada a rituais cerimoniais de sepultamentos (GASPAR *et al.*, 2002; DeBLASIS *et al.*, 2007).

Vários sambaquis foram utilizados recorrentemente por inúmeras gerações ao longo de centenas de anos, de modo a adquirir dimensões notáveis, constituindo-se como marcos permanentes na paisagem. Sua presença atesta a grande estabilidade temporal, territorial e simbólica da construção de sambaquis como um fenômeno cultural socialmente significativo e relevante (FISH *et al.*, 2013; DeBLASIS *et al.*, 2018).

O sambaqui Garopaba do Sul, ocupa uma área de 7,5 hectares, atualmente em sua parte mais elevada chega alcança por volta de 30 metros de altura. Foi amplamente destruído pela mineração, explorado principalmente pela indústria caieira da região,

aniquilando uma parte significativa do sítio. Mesmo com todos os processos de danos e destruição ainda é um dos maiores sambaquis na região (FARIAS, 2009; GUIMARÃES *et al.*, 2016).

Os sítios arqueológicos presentes nesta região vêm sofrendo, ao longo dos anos, diversas agressões, ligadas inicialmente às atividades de extração mineral, e atualmente à expansão imobiliária e à prática de esportes radicais.

No primeiro caso, as conchas dos sambaquis eram extraídas e moídas pelas indústrias mineradoras, para a extração de calcário ou mesmo para serem utilizadas como aterro em estradas e propriedades.

Na década de 1960, no auge da mineração no sul de Santa Catarina, muitos dos grandes sambaquis sofreram desmontes. (...) Devido à monumentalidade, alguns sambaquis se mostravam, aos olhos dos exploradores, como fontes inesgotáveis de material construtivo (FARIAS; GUIMARAES; ZAMPARETTI 2021, p. 90).

A partir da década de 1960 os patrimônios arqueológicos passaram a ser protegidos pela Lei 3.924 (BRASIL, 1961), entretanto registros de destruição desses patrimônios são observados com recorrência até a década de 1980 (FARIAS, 2009; FARIAS *et al.*, 2015).

Motivado pelo turismo de sol e mar, verifica-se um avançado processo de ocupação e expansão urbana, uma atividade desenvolvida sem um planejamento adequado, tendo pouca preocupação com os elementos naturais e culturais. Com a expansão imobiliária desordenada e o afã das prefeituras, com corpo técnico pouco qualificado, pela pura e simples captação de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) colocam em risco o patrimônio arqueológico. Muitos loteamentos litorâneos são implantados sem planejamento e/ou licenciamento ambiental, colocando em risco o patrimônio arqueológico e natural da linha costeira. Além disso, o aumento demográfico substancial durante o período de veraneio atrai todo tipo de turista. Muitos praticantes de esportes radicais, como Motocross, jipecross e *sandboarding*, atuam diretamente sobre as dunas e sítios arqueológicos, provocando sua destruição parcial, e, em alguns casos, total (GUIMARÃES, 2017).

Com base na lei promulgada em 1961, os patrimônios arqueológicos são considerados bens da União, devendo contar com proteção especial. Portanto, a preservação poderá, de fato, promover a proteção e impedir a descaracterização e depredação dos sítios arqueológicos (BRASIL, 1961; FARIAS, 2000).

Por mais que os sítios arqueológicos estejam protegidos por lei e até mesmo registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sua preservação não está garantida. Compreender a situação atual desses patrimônios é de fundamental importância para, futuramente, se estabelecer um programa de gestão com maior efetividade, possibilitando a criação de políticas públicas para a valorização desses bens (GUIMARÃES *et al.*, 2018). O uso de métodos para análise ocupacional integrado ao geoprocessamento poderá auxiliar na

gestão efetiva dos remanescentes arqueológicos pré-coloniais, considerando a inabilidade do poder público no monitoramento constante do patrimônio.

O geoprocessamento associado ao Sistema de Informação Geográfica (SIG) é ferramenta importante no monitoramento e avaliação do processo de ocupação das áreas circunvizinhas aos sítios arqueológicos, possibilitando, a partir de análises de informações especializadas, perceber os riscos aos quais os sítios arqueológicos estão expostos, mitigar e evitar novos impactos.

2 | METODOLOGIA

O estudo e planejamento do território são importantes para obter uma gestão correta da ocupação territorial e assim garantir a preservação dos patrimônios, tornando imprescindível o uso de ferramentas que auxiliem no diagnóstico, estratégias e tomadas de decisão para gestão e preservação do ambiente. Dessa forma, se utilizou do geoprocessamento e da ferramenta de Sistema de Informação Geográfica- SIG como método para realizar análises da ocupação da área adjacentes ao sítio arqueológico Garopaba do Sul.

A ferramenta SIG auxilia no delineamento das áreas de estudo, e conseqüentemente, ferramenta de suporte a tomada de decisão. Os métodos intrínsecos a estas ferramentas e as inúmeras alternativas inerentes à sua aplicação resultaram na construção de um diagnóstico dos problemas que afetaram e estão afetando os sítios arqueológicos.

As técnicas de Geoprocessamento adotadas, ao possibilitarem a integração dos dados, permitiram realizar análises da ocupação do território a partir de imagens aéreas georreferenciadas. Nessa pesquisa foram utilizadas imagens aéreas dos anos de 1938, 1957, 1978, 2003, 2009 e 2018. As imagens com datas de 1938, 1957 e 1978 foram disponibilizadas pela Secretaria do Estado e Planejamento de Santa Catarina, e as imagens a partir de 2003 foram acessadas no Google Earth. A área estudada foi definida por meio de um buffer de 400 metros a partir da área de delimitação do sítio, assim, todas as construções que aparecem dentro dessa área foram vetorizadas. Possibilitando a análise da ocupação das áreas circunvizinhas ao longo dos anos, observando a existência de algum controle de preservação do sítio arqueológico.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise da evolução territorial, observamos o avanço constante da urbanização das áreas circunvizinhas sobre o sítio arqueológico Garopaba do Sul, a ocupação das áreas contiguas ao sambaqui se inicia a partir da década de 1970. Na figura 2 se apresenta uma imagem aérea da região de Garopaba do Sul, em Jaguaruna, a imagem foi registrada no ano de 1978, nela pode ser observado o sambaqui sem evidência de edificação próximas. Nesse período o sambaqui se encontrava entre as dunas. É possível observar na imagem (à direita) as marcas de estradas delimitando loteamentos próximos

ao sítio, todavia essas não chegam na área mais proximal do sítio. A estrada dá acesso direto ao sambaqui, acesso esse utilizado durante muito tempo para a extração de conchas para a mineração, registros apontam a mineração desse sambaqui até a década de 1970 (FARIAS, 2000; GUIMARAES *et al.*, 2021).

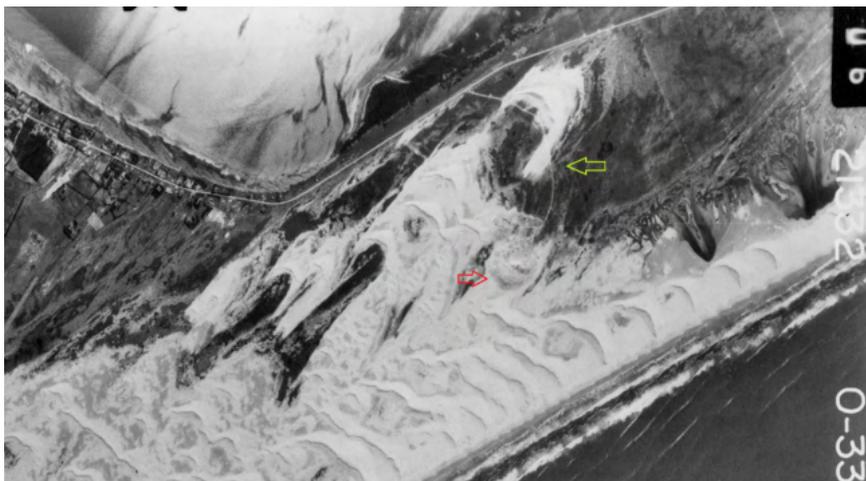


Figura 2: Imagem aérea do Sítio Sambaqui Garopaba do Sul no ano 1978.

Fonte: Secretária do Estado e Planejamento de Santa Catarina, 1978.

Legenda: a seta verde indica a estrada de acesso ao sítio arqueológico e a seta vermelha indica a localização do sítio.

No ano de 1973 o arqueólogo Rohr denuncia ao IPHAN a destruição do sítio Garopaba do Sul pela indústria caieira. O pesquisador também denuncia o descaso do Poder Público em colocar em prática a Lei 3.924/61 (BRASIL, 1961; FARIAS, 2000). Conforme relato, infelizmente, as práticas de destruição dos sítios não cessaram com a Lei de proteção patrimônios arqueológicos.

Considerando que o levantamento foi feito a partir de imagens aéreas disponíveis para consulta, após o ano de 1978 temos imagens do ano de 2003. Neste período o município de Jaguaruna sanciona uma importante lei para a preservação do sambaqui Garopaba do Sul. Essa lei foi criada em um contexto de intensa urbanização do entorno do sítio. A Lei 900/2001 considerava como “(...) Área de Preservação Permanente a faixa de 200 metros a partir da linha limítrofe do Sambaqui de Garopaba do Sul” (JAGUARUNA, 2001), entretanto em 2010 o município cria a Lei 1.385/2010 em que altera a redação da lei anterior de proteção ao sítio, considerando como área de preservação permanente, apenas 50 metros a partir da delimitação do Garopaba do Sul (JAGUARUNA, 2010).

Cabe destacar que já na Lei orgânica do Município artigo 289 (JAGUARUNA, 1990) se previa a proteção, por meio de tombamento, dos sambaquis do município. “artigo 289:

São considerados como patrimônio histórico-cultural e como tal deverão ser tombados por Decreto do Poder Executivo: (...) g) os sambaquis localizados na faixa litorânea do Município;” (JAGUARUNA, 1990).

Diante dessa alteração legal buscou-se analisar a ocupação nas áreas de proteção e preservação a partir do que previam as leis municipais. Portanto, além de analisar o buffer de 400 metros (proposto na pesquisa), se observou o processo de ocupação nas áreas de 50 e 200 metros a partir da delimitação do sítio arqueológico. Por meio das imagens de 2003 até 2018 é possível observar que já na primeira lei não houve o controle, por parte da administração pública municipal, da urbanização e ocupação nos limites de 200 metros do sítio. Os dados analisados entre os anos de 2003 e 2009 apontam um crescimento de 48 para 79 construções dentro do limite de 200m estabelecido por lei.

Após a revogação da lei e diminuição da área de preservação e proteção de 200m para 50m, os números de construções nessas áreas não cessaram ou diminuíram. Na área de proteção na lei vigente a partir de 2010 o número de residências triplicou. Na área de 200m, a partir de 2010 liberada para construção, praticamente triplicou. Na tabela 1 é possível observar o aumento contínuo do número de residências no entorno do sambaqui ao longo dos anos.

Ano	Buffer (metros)		
	50 m	200m	400 m
1938	0	0	0
1957	0	0	0
1978	0	0	0
2003	11	48	174
2009	14	79	187
2018	40	216	630

Tabela 1: Ocupação da área circunvizinha ao sítio arqueológico Garopaba do Sul.

Fonte: os autores (2020)

Mesmo com o afrouxamento da legislação municipal no que tange a extensão da faixa de preservação do patrimônio arqueológico, o avanço da ocupação do território se manteve. Aqui cabe, inevitavelmente, críticas ao poder público municipal acerca do gerenciamento do Sambaqui Garopaba do Sul, destacamos dois pontos que contribuíram diretamente para o cenário atual. Primeiramente, a inexistência de uma fiscalização efetiva da ocupação territorial de acordo com ordenamento do território. Outro ponto foi a incongruência ao permitir que infraestruturas urbanas como, arruamento, posteamento para instalação da rede elétrica e rede de abastecimento de água fossem implantados sobre as áreas de proteção, possibilitando a ocupação do local.

A partir de 2003, percebe-se um aumento de construções para moradias, e abertura de novos loteamentos adentrando o limite de 200 e 50 metros da área de proteção e preservação ao sítio arqueológico. Na figura 3, podemos observar que a partir de 2009 já tem construções na área de delimitação e sobre o sambaqui.

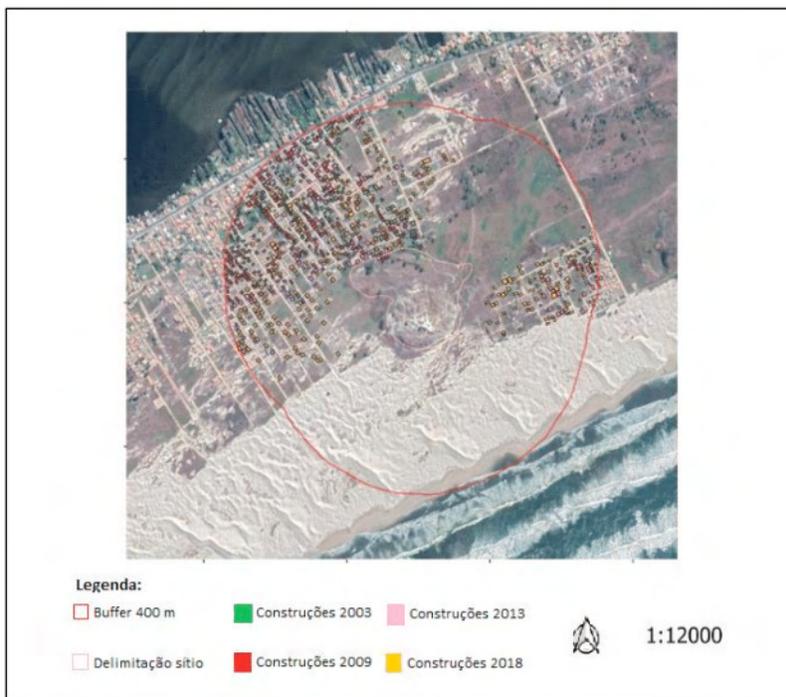


Figura 3: Ocupação em torno do sambaqui Garopaba do Sul

Fonte: Os autores (2020)

Nos últimos anos houve um avanço na ocupação de áreas circunvizinhas que antes eram alagadas. Uma dessas áreas encontra-se ao norte do sítio na qual foi construído um loteamento, esse cresce ao encontro do Sambaqui Garopaba do Sul. No ano de 2009 havia 12 casas nesse novo loteamento, em 2018 já eram contabilizadas 120 construções, dentre elas 29 estão dentro do raio de 200 metros do sítio e 1 construção está dentro da área de 50 metros da delimitação. Na figura 4 é possível observar o aumento da ocupação das áreas adjacentes ao sambaqui Garopaba do Sul no período de 2003 a 2018, nesse mapa podemos visualizar a evolução da ocupação dentro do buffer de 400 metros nos respectivos anos 2003, 2009, 2013 e 2018.

Ocupação na área circunzinha ao sambaqui Garopaba do Sul,
Período 2003 - 2018

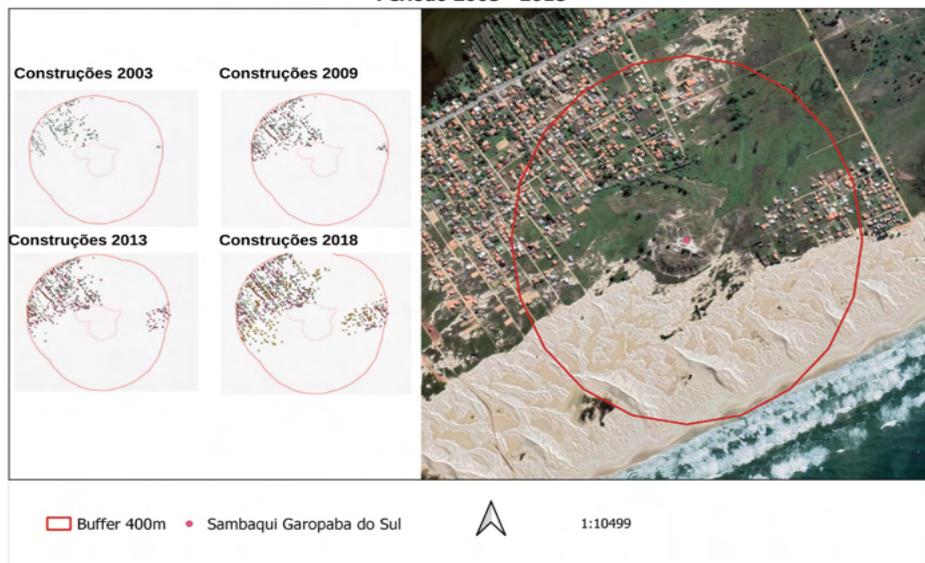


Figura 4: Evolução da ocupação das áreas circunvizinhas ao Sambaqui Garopaba do Sul, período 2003-2018.

Fonte: Os autores (2020)

Com base na análise de dados é notório a falta de aplicabilidade e fiscalização das leis de proteção ao patrimônio arqueológico. Com o passar dos anos a região litorânea vem crescendo exponencialmente e com isso é necessário pensar medidas efetivas de preservação e valorização do patrimônio local. Com a revogação da lei 1385/2010 para diminuir a área de proteção de 200 para 50 metros, é nítido que a área de amortecimento continua exposta, pois o número de construções próxima ao sítio triplica. Dessa forma, se faz necessário pensar em medidas de proteção que sejam discutidas junto com a comunidade, medidas que sejam fiscalizadas e que garantam a preservação e proteção do sítio arqueológico.

Em 2010, Zamparetti e Farias, na pesquisa intitulada “Patrimônio arqueológico e preservação – avaliando a percepção da comunidade de Garopaba do Sul, Jaguaruna–SC, sobre o patrimônio arqueológico local”, realizaram entrevistas e questionários com a comunidade a respeito do sambaqui Garopaba do Sul, dentre as perguntas estavam se elas sabiam da existência do sítio arqueológico no bairro, se achavam importante preservar esse bem e por fim, se sabiam de políticas de proteção ao sítio. O resultado foi que mais de 70% dos entrevistados tinham conhecimento sobre o que era um sambaqui e mais de 90% reconheciam a importância de sua preservação, entretanto apenas metade dos entrevistados sabiam da existência de políticas para proteção do patrimônio arqueológico

(ZAMPARETTI; FARIAS, 2010).

Avaliando as pesquisas desenvolvidas na área, percebemos que as comunidades circunvizinhas, talvez pela falta de informações, diálogo com órgão gestores do patrimônio arqueológico, interação com pesquisa e resultados dos estudos e, conseqüentemente, por desconhecerem a importância desses monumentos, ainda não são parceiras na preservação dos sítios arqueológicos.

É fundamental que a população seja envolvida no processo de gestão sítios arqueológicos, a comunidade precisa conhecer seus patrimônios para valorizar e assim participar do processo de proteção e preservação. Como reforça Pelegrini (2018, p.89, 90) “um patrimônio só será efetivamente preservado se os membros da comunidade o reconhecerem como tal e expressarem um sentimento de que pertencem àquele bem”. Contudo, para que isso ocorra é preciso ouvir e integrar a comunidade nas relações acerca do patrimônio em questão. Podemos já ver nos documentos da Unesco a relevância da participação ativa das comunidades nos processos de patrimonialização:

A Unesco, na Carta de Nara (1994), deixa claro, reforçando a Carta de Veneza (1964) que todas as culturas e sociedades possuem formas e significados particulares de expressões, tangíveis e intangíveis, e estas constituem seu patrimônio, e, portanto, devem ser respeitadas. Salienta ainda que o patrimônio cultural de cada um é o patrimônio cultural de todos, competindo responsabilidade na gestão do mesmo, inicialmente para a comunidade geradora para após chegar às instituições e grupos de cuidado para com o mesmo (ZAMPARETTI, 2019, p.35).

Segundo Zamparetti (2014) as medidas protetivas realizadas arbitrariamente não garantem eficácia, pois em muitos casos essas medidas não surtem efeitos, não são aplicadas e fiscalizadas e os sítios constantemente estão expostos a práticas de vandalismo e destruição. Dessa forma, se faz necessário pensar em medidas de proteção que visem uma integração da comunidade com o patrimônio arqueológico, medidas que deveriam estar pautadas nas produções simbólicas, significantes, identitárias e memoriais de comunidades acerca da produção do seu patrimônio.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sambaqui Garopaba do Sul teve parte de sua integridade depredada pelas indústrias caieiras e atualmente conta com proteção especial. Entretanto, podemos observar que mesmo protegido por lei, o sítio continua exposto a atos depredatórios, como avanço imobiliária, criação de animais, entulhos e ponto para descarte de lixo, além de ser usado para prática de esportes radicais. Essas ações ocorrem paralelas a uma ineficiência dos órgãos públicos de gestão e salvaguarda dos sítios arqueológicos – IPHAN, Secretarias Estaduais e Municipais, que pela falta de estrutura, pela quantidade de sítios arqueológicos e por uma visão ainda hierárquica de gestão, não conseguem alcançar a preservação

efetiva destes espaços (GUIMARÃES, 2017).

As medidas de proteção adotadas são pensadas e organizadas de forma verticalizada, buscando uma solução imediata, quase sempre fadadas ao fracasso. Nestas ações um agente muito importante não participa e em muitos casos se quer é ouvido, a comunidade do entorno. Aquém das discussões patrimoniais contemporâneas de que o patrimônio deve surgir do seio da comunidade e, portanto, esta deve estar envolvida no gerenciamento e formas de proteção e valorização destes, as ações junto aos bens arqueológicos perpetuam a forma verticalizada, colonial de ação e relação com o patrimônio.

Sendo assim, é necessário que medidas de valorização, sensibilização e preservação do patrimônio cultural que sejam realizadas de forma integrada com a comunidade, de forma que a comunidade conheça, crie um elo de sensibilidade sobre seu patrimônio e assim, em parceria com os órgãos responsáveis crie uma rede de proteção e preservação do patrimônio arqueológico

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Danilo. **Sambaquis da Paleolaguna de Santa Marta**: em busca do contexto regional do litoral sul de Santa Catarina. Sao Paulo, 2010. Dissertação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

BRASIL. **Lei no 3.924**, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricosBrasil, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em: 20 nov. 2015

DEBLASIS, Paulo. *et al.*, Sambaquis e Paisagem: Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. **Arqueologia Suramericana/Arqueologia Sul-Americana**, v. 3, n. 1, p. 29–61, 2007.

FARIAS, D. S. E. **Arqueologia e Educação: uma proposta de preservação para os sambaquis do sul de Santa Catarina (Jaguaruna, Laguna e Tubarão)**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS: Dissertação (Mestrado em História), 2000.

FARIAS, D. S. E. **Mapeamento dos sítios arqueológicos na localidade de Cigana – Laguna/ SC**: uma proposta de preservação patrimonial e ambiental. Universidade do Sul de Santa Catarina. Relatório Técnico. Tubarão, 2003.

FARIAS, D. S. E. **Dossiê de preservação para o Parque Arqueológico do Sul**. Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Aqueologia, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão - SC: Relatório técnico científico, 2009.

FARIAS, D. S. E. **Relatório Final Prospecção Arqueológica pré-histórica na área de cercamento do sambaqui Garopaba do Sul, Jaguaruna, SC**. Relatório técnico. Tubarão, 2014.

FARIAS, D. S. E. et al. Parque Arqueológico do Sul: Ambiente, Cultura e preservação em Santa Catarina, Brasil. In: FUNARI, P. P. A.; CAMPOS, J. B.; RODRIGUES, M. H. DA S. G. (Eds.). **Arqueologia pública e patrimônio**: questões atuais. Criciúma: UNESC, 2015. p. 425–472.

GASPAR, M. **Sambaqui**: arqueologia do litoral brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GUIMARÃES, G. M. et al. Turismo arqueológico, educação e os sambaquis do Complexo Lagunar Sul de Santa Catarina: Proposta de um circuito para visitação. **Revista Memorare**, v. 3, n. 3, p. 276–298, 2016.

GUIMARÃES, G. M. **Turismo, cultura e arqueologia**: O turismo arqueológico como vetor de proteção e valorização dos sambaquis. Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria - PPGTH, Curso de Doutorado em Turismo e Hotelaria. Balneário Camboriú: Tese (Doutorado em Turismo e Hotelaria), 2017.

GUIMARÃES, G. M. et al. Gestão do patrimônio arqueológico e desenvolvimento turístico : ações e propostas. **RBtur Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 12, n. 3, p. 47–80, 28 out. 2018.

GUIMARAES, G. M. ZAMPARETTI, B. C. FARIAS, D. S. E. **João Alfredo Rohr**: Registro e fiscalização dos processos destrutivos em sítios arqueológicos no litoral sul catarinense. p. 99 – 136. A trajetória arqueológica de Pe. João Alfredo Rohr em Santa Catarina / Liliane Janine Nizzola, Margareth de Lourdes Souza, Roberta Porto Marques, orgs ; Andreas Kneip ... [et.al], textos. Florianópolis, SC : IPHAN, 2021. 224 p.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Cartas patrimoniais**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004

JAGUARUNA. Lei organica n° **1385 de 15 de dezembro de 2010**. Altera a redação da lei nº 900/2001 que considera área de preservação permanente a área do sambaqui de garopaba do sul e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/jaguaruna/lei-ordinaria/2010/138/1385/lei-ordinaria-n-1385-2010-altera-a-redacao-da-lei-n-9002001-que-considera-area-de-preservacao-permanente-a-area-do-sambaqui-de-garopaba-do-sul-e-da-outras-providencias>. Acessado em 26 out. 2020

KNEIP, A.; FARIAS, D. S.; DEBLASIS, P. **Longa duração e territorialidade da ocupação sambaqueira na laguna de Santa Marta, Santa Catarina**. Revista de Arqueologia, v. 31, n. 1, p. 25–51, 25 jun. 2018.

PELEGRINI, Sandra. **Memórias e identidades**: a patrimonialização e os usos do passado. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 87-115, dez. 2018

SILVA, J. X; Z Aidan, R. T. **Geoprocessamento & análise ambiental: aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 368p.

SILVA, J. X; Z Aidan, R. T. **Geoprocessamento & meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 328p.

SILVA, M. S. **Sistemas de Informações Geográficas: elementos para o desenvolvimento de bibliotecas digitais geográficas**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, 2006

ZAMPARETTI, B. C. **Museus e patrimônio histórico: livro didático**. Palhoça: UnisulVirtual, 2019. 80 p.

ZAMPARETTI, B. C. Sambaqui Cabeçuda 01: **Um território resiliente**. Dissertação. Mestrado em Ciências da Linguagem, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão-SC, 2014.

ZAMPARETTI, B. C; FARIAS, D. E. **Patrimônio Arqueológico e Preservação** – Avaliando a Percepção da Comunidade de Garopaba do Sul, Jaguaruna –SC, Sobre o Patrimônio Arqueológico Local. Tubarão, 2010

UMA GEOGRAFIA HISTÓRICA URBANA/REGIONAL DA PROVÍNCIA FLUMINENSE

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 04/09/2021

Valter Luiz de Macedo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Geografia
Rio de Janeiro/RJ
<http://lattes.cnpq.br/3953886082603773>

RESUMO: O texto analisa a formação territorial fluminense no período imperial brasileiro através de uma leitura geográfica que incorpora também a dimensão temporal em seus estudos por compreender que toda forma social é produto historicamente construído em um espaço e que este, a cada momento, denota processos de diferentes tempos. Assim, o texto observa como algumas frações do território fluminense configuraram espaços diferenciados no contexto político, econômico e social da província em um momento em que um projeto nacional imperial buscava efetivação. A premissa aqui é a de que tal projeto tinha marcante base territorial e considerava vilas e cidades, espaços urbanos, como mecanismo articulador de esferas regionais. É, neste sentido, que o texto associa os conceitos de cidade e região em uma leitura geohistórica possível do atual estado do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Província fluminense, cidade e região, geografia histórica.

AN URBAN/REGIONAL HISTORICAL GEOGRAPHY OF PROVINCE OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT: The text analyzes the territorial formation of the province of Rio de Janeiro in the Brazilian imperial period through a geographic reading that also incorporates the temporal dimension in its studies as it understands that every social form is a product historically constructed in a space and that this space denotes processes of different times, at each moment. Thus, the text observes how some fractions of the Rio de Janeiro territory configured different spaces in the political, economic and social context of the province at a time when an imperial national project was being implemented. The premise here is that this project had an important territorial base and considered the urban spaces as mechanism for articulating regional spheres. In this sense, the text associates the concepts of city and region in a possible geohistorical reading of the current state of Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Rio de Janeiro province, city and region, historical geography.

1 | INTRODUÇÃO

O período imperial brasileiro marcou o surgimento de um projeto de Nação que, realizado pelas elites políticas e econômicas, mantinha as características estruturais da sociedade colonial a exemplo da centralização do poder, da forte desigualdade de classes, da manutenção de privilégios e, sobretudo, da escravidão. Tal período deve ser visto

como um momento em que se forja uma unidade nacional através da formação de uma hierarquia brasileira de valores e pela nobilitação dos senhores rurais agrupados em torno do Imperador. Este arranjo sociopolítico, sobretudo observado no Segundo Reinado, determinou uma ordem imperial marcada por um Estado conservador que via no território o elemento de coesão das elites e, no mote ideológico de “construção da nação”, a retórica para a manutenção do controle social nas formas até então consagradas.

A manutenção efetiva da unidade territorial do império pressupunha o seu efetivo controle, sobretudo, em se tratando de uma imensa extensão física ocupada de forma descontínua ao longo do tempo. Para além das atividades de ordem econômica assentada na produção agrícola, a gerência do espaço interno e o controle de suas relações e fluxos nos moldes pretendidos passaram a ser uma questão essencial para a própria manutenção de um poder centralizado como o foi o monárquico no Brasil. É, nestes termos, que nosso trabalho sinaliza para uma política imperial voltada para o fortalecimento da unidade territorial através da instituição de vilas e cidades como base levada à prática quando da configuração adotada pelo emergente espaço nacional.

Investigamos, portanto, o uso político das cidades (ou assentamentos urbanos de natureza e magnitude distintas) que passam a ser tomadas como centros do exercício de tais funções (no plano administrativo e de controle) e como nós na rede de comunicações e transportes que havia de ser montada nos padrões estabelecidos pelo nível técnico disponível na época pelo império brasileiro. Falamos aqui de uma rede de assentamentos urbanos com funções específicas (repetimos: rede incipiente, é bem verdade, mas integradoras uma vez que possibilitavam as comunicações pretendidas naquele momento) como forma de regulação e controle sobre uma dada região e de um projeto nacional visto como ações territoriais nestas escalas geográficas em essência.

Pensamos que a província fluminense, entorno imediato da capital imperial, demanda estudos sobre a relação cidade e região no contexto da política territorial do Império brasileiro. Dados dão conta de que a área do atual Estado do Rio de Janeiro, que até o fim do período colonial contava com 15 núcleos urbanos, registrava na década de 1890 um total de 48, além de uma série de “fixos” instalados em seus distintos centros urbanos que vão se constituir em “centralidades” no território que se apropriava. Tais números precisam ser investigados. E investigados de maneira a considerar as especificidades do estudo sobre o espaço em tempos pretéritos.

2 | O TEMPO NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS

Buscando alinhar-se aos debates mais recentes no campo da Geografia Histórica, este texto reforça a premissa de que uma análise de fato geográfica dos espaços incorpora necessariamente uma dimensão também temporal visto que toda forma social é produto historicamente construído em um espaço e que este, a cada momento, denota processos

de diferentes expressões de tempo. Para Santos (2004, p. 159), “a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é o que constitui o domínio propriamente dito da Geografia”. Por isto, a necessidade de se considerar as relações entre espaço e tempo no âmbito da Geografia, na análise dos espaços geográficos.

Neste sentido, e na linha do que indicou Abreu (2014), pontuamos que, ao se estudar o espaço no tempo pretérito, é importante adequar para o entendimento do passado as variáveis que operacionalizam as categorias de análise da Geografia (estas sim universais), contextualizando os processos estudados através tanto da análise do que se produziu sobre eles (nos recortes temporal e espacial adotados) quanto da investigação necessária às fontes primárias de informação (entendendo-as sempre como fragmentos da realidade e como narrativas de poder).

Tais pontos configuram, portanto, a busca por um “enquadramento espaçotemporal” sugerido pelo referido autor para os estudos do espaço no tempo para que tal quadro referencial possa ser efetivamente analisado à luz dos conceitos e variáveis trazidos como adequados à pesquisa geográfica pretendida (SILVA, 2012). Em outras palavras, não é apenas a recuperação das formas morfológicas e dos “fixos” (SANTOS, 2004) construídos no espaço que deve basear tal pesquisa. Para além da sua dimensão material, o que deve iluminar os estudos (mesmo diante das dificuldades inerentes) é a compreensão do que o referido autor chamou de “dimensão dos comportamentos obrigatórios” que são, em última análise, as formas jurídicas e sociais vigentes numa dada sociedade e em um dado tempo.

Neste caminho a ser seguido por pesquisas históricas em Geografia, de imbricação da materialidade do espaço com os processos em distintas escalas temporais, há de se destacar o papel instrumentalizador das técnicas humanas (desiguais no tempo e entre distintas sociedades, inclusive, em um mesmo momento histórico) como necessidade colocada para tais estudos.

Está na base da Geografia como ciência renovada e crítica a consideração de que é através do uso das técnicas que a relação entre homem e meio se estabelece. E isto independe do tempo analisado, variando sobremaneira em sua complexidade. Assim, é correto formular a premissa de que as técnicas (desde as mais simples) são os meios através dos quais os homens historicamente estabelecem seus processos e formas de vida, estabelecem meios de subsistência ou de produção econômica avançada, estabelecem formas específicas de produção do espaço em última análise. E este caráter é fundamental para os estudos de geografia histórica uma vez que “as técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham” (SANTOS, 2004, p. 54).

É este o caminho que adotamos na pesquisa: uma tentativa de “empiricização” do tempo através do levantamento dos “fixos” construídos no espaço em momento pretérito (documentados em fontes primárias e secundárias de informação) como possibilidade de

sistematização e compreensão de características, discursos e ideias vigentes no recorte temporal tomado como objeto de pesquisa.

No contexto que efetivava a ideia de construir a nação como ocupação do solo, investigamos se os núcleos urbanos (ou alguns) constituídos no território denotavam fins regionais, buscando perceber os marcos administrativos e/ou de serviços que conferiam “centralidade” a alguns núcleos urbanos na província fluminense: comarcas, distritos eleitorais, freguesias, mercados, sedes policiais, tribunais, escolas/liceus, hospitais, fluxos, etc..

Junto ao desafio de levantamento destas formas materiais do/no espaço, interessamos ainda a compreensão sobre determinados aspectos do contexto social e discursivo da época para discutirmos o que tornava, naquele tempo e de fato, um núcleo urbano central (se assim o podemos dizer), importante em um dado recorte territorial, elencando elementos fundamentais para o estudo sobre a gênese do território fluminense a partir do entendimento de um arranjo espacial decorrente de um plano regional de urbanização.

3 | REDE URBANA NO TEMPO PASSADO

Observar teoricamente a constituição das cidades brasileiras em tempos pretéritos não é tarefa elementar. O arcabouço conceitual sobre o tema e sobre a área do conhecimento humano em que ele está inserido apenas se institucionaliza a partir do final do século XIX. Lembremos, por exemplo, que na tradição geográfica são numerosos os estudos sobre hierarquia e natureza das redes urbanas. No entanto, tais questões foram colocadas apenas a partir do início do século passado e mesmo diante de distintas e importantes contribuições para o debate, a questão dos conceitos a serem considerados na análise das formações urbanas do passado continua posta.

No contexto de uma ex-colônia que se torna Império quando o mundo, liderado por forças econômicas provenientes do continente europeu, caminha para a afirmação e expansão do capitalismo em sua fase industrial, tomamos a cidade como um ponto do espaço geográfico que, considerada expressão de controle sobre um território conquistado e símbolo de poder, avança na apropriação dos excedentes agrícolas, canalizando e controlando a produção rural rumo à sua exportação. Mais: se seguirmos Corrêa (2006) e utilizarmos o termo “rede urbana” como o conjunto de núcleos urbanos funcionalmente articulados entre si ou a um núcleo principal através de acessos materializados no território, poderemos falar em uma “divisão territorial do trabalho” que enfatiza o papel da rede urbana através das funções de suas cidades. Na rede, cada cidade assume papel específico e sua existência será inviabilizada quando este papel, por algum motivo, não puder mais ser desempenhado ou deixar de ser necessário.

Essencial para nosso estudo é perceber, nos moldes definidos pelo autor em tela, que as cidades no Brasil configuraram desde o início um modelo espacial mais simples de

rede urbana geralmente orientada pela rede fluvial existente e caracterizada pela primazia de única cidade e sua hinterlândia. Assim, para Corrêa (2006), há de se constatar que tanto mediações e fluxos pouco complexos neste modelo de rede acabam por beneficiar a cidade principal em detrimento de outras quanto o fato de que a herança deixada no espaço pela forma dendrítica original da rede urbana no Brasil não desapareceu totalmente com o padrão mais complexo que o processo evolutivo da organização espacial da rede urbana brasileira viria a tomar.

Tais considerações reforçam nosso objetivo de estudos. Em nosso olhar sobre o Brasil do passado, um caminho metodológico que nos parece oportuno relaciona cidade e região através dos circuitos ou redes “dendríticas” entre os núcleos que emergiam, mostrando como dada cidade espelhou a região em que estava inserida e, por outro lado, como determinadas regiões refletiram a ação dos atores hegemônicos urbanos a elas associados.

Quando se pensou em um projeto nacional para o Brasil, as redes criadas desempenharam papel primordial na unidade territorial e na articulação do Império ao circuito econômico que se mundializava. Através de sua função de intermediação, podemos olhar as redes urbanas regionais como parte da divisão internacional do trabalho visto que, no contexto das sociedades modernas, a rede urbana foi a forma espacial adotada para a criação, apropriação e circulação do excedente ou, em outras palavras, para a viabilização dos ciclos de exploração da economia capitalista (*ibidem*).

Na escala regional, há de se observar que muitas cidades não tardaram em funcionar como local de consumo da renda fundiária, uma vez que pelo fato dos proprietários rurais nela residirem, parcela importante do valor excedente produzido no campo era transferida para o ambiente urbano. Exatamente, neste ponto, reforçamos a importância de estudos em geografia histórica que analisem a estruturação do território a partir das redes estabelecidas em diferentes tempos como expressão da drenagem da renda fundiária no Brasil, estudo este que necessariamente põe lado a lado a ação do Estado e das oligarquias rurais com a configuração espacial resultante e condicionante de tais relações.

Sabemos que a constituição de uma rede urbana brasileira ocorreu de forma muito lenta nos seus primeiros séculos, ao ritmo da exploração do vasto território e caracterizada por baixas densidades. Apenas no XIX, esta dinâmica sofre alterações significativas. Assim, tomamos o território fluminense e sua sociedade nobiliárquica e estratificada como realidade para nossos estudos sobre a estruturação de um território a partir de relações estabelecidas através dos sistemas de transportes implantados e da natureza dos núcleos urbanos que surgem no contexto da política territorial do Império brasileiro.

4 | IMPÉRIO BRASILEIRO: UNIDADE E CONTROLE DO TERRITÓRIO

A apropriação do ideário de nação moderna pelas elites políticas e econômicas

brasileiras no período imperial consubstancia uma percepção de país associado apenas ao seu território e tal retórica contextualiza as práticas de base territorial também no caso da província fluminense. Moraes (2005, 97), a esse respeito, sentencia que “ali onde a história pouco fornece para a elaboração de uma identidade regional, os argumentos de índole geográfica vão possibilitar a elaboração de discursos legitimadores onde o país é visto como um espaço, e mais, um espaço a ser conquistado e ocupado”. Ressalta-se a importância das ideias e das ações políticas e, no caso brasileiro, a ideia de “imaginação” é central como ferramenta explicativa da construção ideológica e material da nação no que diz respeito, sobretudo, às concepções de patriotismo e ao estabelecimento das fronteiras do Império. Parece-nos que tal ideia confirma a expressão “comunidade imaginada” de Anderson (1989).

Quanto à fundação imaginária e simbólica da nacionalidade brasileira, lembremos que “para realizar tal tarefa, o poder político precisa construir um semióforo fundamental, aquele que será o lugar e o guardião dos semióforos públicos. Esse semióforo-matriz é a nação” (CHAUÍ, 2000, p. 14). Neste sentido, ressaltamos que o poder político utiliza a ideia de nação para produzir uma unidade pretendida, inclusive, para a sociedade a ser integrada por valores que emanariam, por exemplo, da escola, do patrimônio histórico e artístico a ser construído, como os monumentos celebratórios previamente pensados. Afinal, semióforo é imagem e representação e, como fica evidente nas palavras da autora, o poder político aparece como agente principal na sua produção e reprodução. A questão dos mitos neste processo também merece ser observada e, neste sentido, devemos pensar a construção da nação brasileira como um processo de escolha de narrativas e de mitos a serem contadas como organizadores da nossa história.

De tal forma, constatamos o papel central do Estado na construção da narrativa da nação brasileira e confirmamos a assertiva de Hobsbawm (1990) na qual “as nações não fazem Estados e nacionalismo, mas o contrário”. A esse respeito, Graham (1997), ao observar a questão dos Estados-nacionais na América Latina, reafirma que “a nação não teria existido sem o Estado, que o moldou através dos séculos XIX e XX” e ainda repete que o mesmo ocorreu no subcontinente como um todo. No caso da centralização no Brasil promovida pelo Estado, registramos que este “estará ao ponto de esfacelar-se nos dias que imediatamente antecedem e sucedem à proclamação da Independência. Daí por diante irá fazer-se passo lento de sorte que só em meados do século pode dizer-se consumado” (HOLANDA, 1962, p. 16).

A despeito dos movimentos separatistas e revolucionários no Império, foi notória a união dos interesses dos senhores de terras e da economia ao poder central e, para a compreensão deste fato, vale registrar o argumento trazido por Mattos (1994). O autor se concentra no período de meados da década de 1830 até o início da década de 1860 e postula um bloco de fazendeiros de café recentemente enriquecidos, da região do Rio de Janeiro, liderados por um pequeno grupo de políticos/estadistas ativos, ou saídos daquele

bloco ou ligados a ele por laços de casamento, esforçando-se com sucesso para absorver líderes de outras regiões, formando uma classe única. Esta classe senhorial abraçou uma ideologia da ordem desenvolvida e defendida por advogados, juizes, jornalistas, professores, médicos, empresários, políticos e burocratas, “intelectuais orgânicos” no dizer de Gramsci). Através do processo de formação de uma classe poderosa que dominava todo o Brasil, prossegue o autor, emergiu um forte Estado centralizado. Interesses materiais e econômicos forjaram um Estado centralizado e a unidade nacional pretendida.

Seguindo Moraes (2005), lembremos que, nos países de formação colonial, a dimensão espacial adquire considerável importância na explicação de suas dinâmicas históricas, pois a colonização é um processo em si que relaciona sociedade e espaço. Assim, destacamos que a questão da unidade territorial, necessidade da nação como “semióforo”, sugere que argumentos de índole geográfica possibilitam discursos legitimadores do Brasil como espaço a ser conquistado. E um outro aspecto fundamental aqui é o que nos mostra que o padrão discursivo básico do século XIX estruturou-se em torno do conceito de “civilização” e da empreitada monárquica que se imbuíu de uma missão civilizadora. Neste contexto, os núcleos urbanos foram espaço dos semióforos desejados ao tempo em que também eram pontos de conexão para articulação regional e do Império como um todo.

Martins (2005) revela como um outro viés, o jurídico-institucional, nos ajuda a entender a monarquia constitucional brasileira a partir de um longo processo de organização de uma autoridade central no qual a instituição do Conselho de Estado desempenhou papel fundamental. Este Conselho, estudado pela autora, foi responsável pela montagem da estrutura jurídico-administrativa que fortaleceu as bases do Estado Imperial, constituindo-se em espaço de negociações, acomodação dos conflitos e conciliação de interesses das elites. Para ela, a compreensão das ações e do comportamento das elites imperiais brasileiras (sem que fossem um todo uno nem um grupo isolado) pode ser alcançada através da análise da dinâmica desta instituição e da identificação de suas redes de sociabilidade e parentesco que eram mantidas a cada momento. Os membros do Conselho de Estado integravam diferentes grupos que se perpetuavam e se constituíam desde o século anterior baseados em grupos familiares tradicionais e alianças clientelistas. Gravitando, em torno dos cargos mais importantes, a elite brasileira tornava o Estado a sua própria razão de ser. E, nesta lógica, a população, de uma forma geral, foi pensada apenas como instrumento do processo e não como o próprio objetivo da nação.

Falta-nos ver o rebatimento no território fluminense de tais processos, apontando os núcleos urbanos como espaços preferenciais para manifestação e reprodução dos semióforos pretendidos e como nós articuladores de redes.

5 | DINÂMICAS URBANO-REGIONAIS NA PROVÍNCIA FLUMINENSE

Temos enfatizado que a unidade de controle territorial alvejada pelo poder central

era, em essência, a região. E esta era atingida, de fato, através das cidades e redes para que, subjugadas, tais porções maiores do espaço viessem a configurar território imperial. Cabe aqui elencar algumas medidas de ordenamento territorial vigentes na província (a exemplo das freguesias e comarcas) e as principais dinâmicas econômicas desenvolvidas no território fluminense no período imperial (notadamente as questões do café e do açúcar), bem como a importância dos caminhos para “fluidez” no território e, sobremaneira, a instituição das grandes propriedades de terra. Começemos pela questão dos “fundos territoriais” (MORAES, 2005) que congregaram elites e impuseram dinâmicas espaciais importantes.

A partir de 1823, com a proibição legal de novas sesmarias e a transformação das capitanias em províncias, abre-se um hiato na atividade legislativa sobre as terras no Brasil que se prolonga até a Lei de Terras de 1850. Neste intervalo, observou-se uma progressiva ocupação do solo sem qualquer título e mediante a simples tomada da posse, por vezes através da força e refletindo a forte presença dos senhores na sociedade da época.

A este momento, uma das grandes discussões entre a elite imperial era a escolha dos critérios que definiriam a repartição dos territórios de maneira a contemplar os poderes do Estado, da Igreja e entes econômicos, salvaguardando a fala dos interesses nacionais. Em termos administrativos, o grande território foi dividido, como dissemos, em províncias e a este tempo também foi legitimada a divisão dos territórios em freguesias, atendendo às estruturas eclesiásticas de poder que vinham do período colonial, em comarcas, unidades de controle jurídico, e em distritos, para fins eleitorais.

De tradição colonial no Brasil, as freguesias passaram a se configurar como uma unidade elementar da partilha e da administração pública, sendo dotada de autoridade militar e policial e de relativa autonomia jurídica. Cada uma recebia nome de um santo católico e seu poder se via pela influência ideológica da Igreja e, economicamente, pela produção agrícola, pastoril e de serviços, além do acúmulo de propriedades imobiliárias dos grandes senhores de terra sob sua jurisdição. Se no início do século XIX existiam pelo menos 46 freguesias instaladas na província do Rio de Janeiro, Chrysóstomo (2006) nos mostra que este total chegara a 81 no ano de 1849 e a 119 em 1870.

Tal expansão nos mostra a necessidade de especialização das medidas de administração territorial e, neste sentido, é importante lembrar a Lei de Terras de 1850. Através dela, legitimava-se a aquisição pela posse no Brasil, mas esta apenas teria validade, isolando-se do domínio público, se levada ao Registro do Vigário, livro de notas da paróquia ou freguesia em que a terra estava localizada. Entre outros pontos, cabia, ao pároco das freguesias a indicação das terras que passariam a ser consideradas privadas e aquelas chamadas de devolutas ou do patrimônio das províncias, vindo daí o caráter obrigatório do registro e a importância administrativa das freguesias.

Quanto às comarcas, é sabido que foram instituídas pelo Código de Processo Criminal de 16 de dezembro de 1832, que extinguiu os Juizes Ordinários e estabeleceu

para cada uma delas um Juiz Municipal, um Promotor Público, um Conselho de Jurados, um Escrivão das Execuções e demais oficiais. E, segundo o CIDE (1988), se ainda no início de século XIX na província fluminense existiam apenas 6 comarcas (Rio de Janeiro, Ilha Grande, Paraíba Nova, Cantagalo, Cabo Frio e Campos dos Goytacases), este número passou para 9 em 1835 (em meio a um novo arranjo territorial com novas denominações como Resende, Vassouras, Angra dos Reis, Município Neutro, Niterói e Itaboraí) e para 13 em 1866 (quando se criam novas comarcas como as de São João Príncipe, Magé e Estrela), denotando subdivisões sucessivas do território que, pelo crescimento em importância, deveria ser administrado de forma mais próxima. Para Fridman (2005), “esse aumento do número de comarcas pode ser interpretado como uma preocupação por parte do Governo Provincial com a gestão política, judiciária, fiscal e militar do território fluminense, isto é, com uma divisão regional atrelada ao surto urbano.”

Neste contexto, eram os municípios mais importantes que funcionariam como “cabeça de comarca” e teriam sua influência mais uma vez confirmada sobre determinadas regiões da província. Com a criação de novas comarcas e elevação do status de diferentes núcleos urbanos, já eram 25 as comarcas instaladas na província no ano de 1885 (CHRYSÓSTOMO, 2006). Além da Corte, destacavam-se as de Campos dos Goytacazes e de Vassouras.

Importante observar que municípios se destacavam neste território em expansão visto que assumiram funções de primazia na rede urbana que se estruturava, inclusive no processo de ocupação do interior. No caso do Vale do rio Paraíba do Sul, vemos que sua ocupação se deu pela “empresa povoadora” controlada direta e indiretamente pelo Estado, que visava a conquista do solo. Com objetivos similares, e partindo da cidade do Rio de Janeiro ou chegando até ela, importantes caminhos desenhavam as comunicações estabelecidas até então, seja em traçado “direto” rumo às minas (via núcleos como Petrópolis e Três Rios) ou “circulares” como os que atingiam São Paulo ou que exploravam o baixo curso do rio Paraíba do Sul, na atual região norte do Estado.

Fridman (1999) indica a importância de tais caminhos no estabelecimento de comunicações e fluxos de mercadorias entre diversas localidades, enfatizando que eles foram abertos por particulares por cláusula nas cartas de sesmarias e, em muitos casos, aproveitavam o traçado derivado de antigas vias de circulação indígena. Ressaltou também que, por estes caminhos, surgiram aglomerados, pontos de feiras periódicas, vilas, cidades, sítios, fazendas, além de outras estradas tributárias, e que a prática de abertura de novas vias de circulação se intensificou com a atividade cafeeira.

Observamos que um comércio de gêneros alimentícios e de animais que, originário das Minas Gerais se articulava com o Rio de Janeiro, originou um setor de subsistência mercantil também responsável pela ocupação do interior fluminense. Os recursos e os caminhos das tropas tiveram destaque na expansão da economia cafeeira e de seus valores sociais. Por estas vias de penetração, fornecia-se à capital considerável parte dos

gêneros agrícolas que consumia, circulavam informações e estabeleciam-se engenhos produtores de açúcar e as primeiras fazendas de café. A articulação entre produção e comércio, viabilizada pelo crescente número de caminhos propiciou inclusive a formação de núcleos de povoamento, como já dito.

Desta forma, podemos entender que, desde os primórdios da ocupação e exploração do território fluminense, as atividades realizadas encontravam como eixo principal as estradas coloniais, tendência que persistiu durante o século XIX quando as grandes fazendas cafeicultoras (no Vale do Paraíba), o dinamismo açucareiro (na “região” de Campos dos Goytacazes) passaram a desempenhar papel de referência no “mapa das interações possíveis”, ostentando a riqueza que sustentou o Império. Na contrapartida, áreas da província como o litoral sul (Angra dos Reis e Parati) viveu momento de decadência e isolamento com a abertura das novas dinâmicas econômicas e seus correspondentes eixos espaciais. Como já havíamos apontado, ocorreu com esta porção sul da província o caso em que a importância de uma cidade em uma dada rede tornar-se inviabilizada quando seu papel, por um motivo qualquer, não pode mais ser desempenhado ou deixa de ser necessário.

Sobre estas questões, ressaltamos a articulação de um capital fundiário brasileiro e um capital produtivo internacional para a construção de ferrovias que viriam agilizar a produção e consolidar uma infraestrutura de transportes. O ponto a ser considerado é aquele que marca um processo de integração entre distintas regiões, entre produção e comércio, potencializado pelo advento das ferrovias, mas não iniciado através delas. As vias de circulação e de comunicação, mesmo que mais lentas, já estavam delineadas como testemunho da lógica social, política e econômica em vigor no território em tempos pretéritos. No entanto, e o caso fluminense nos mostra, a “rede” pensada e estabelecida não fugia de sua definição teórica e afirmava seu caráter seletivo do espaço tornado território.

Fridman (2005) enfatiza a ocupação territorial de caráter planejado na região fluminense conhecida por “sertão d’oeste”, que teve sua expansão no período associada ao café e que compreendia as localidades de Resende, Paraíba do Sul, Piraí, Paty do Alferes, Sacra Família do Tinguá, Vassouras, Mendes e Miguel Pereira. Para ela, tal planejamento, consubstanciado em um projeto de colonização, está reportado também à fundação de comarcas que compuseram a hinterlândia da cidade do Rio de Janeiro. E, nestes termos, propõe uma volta ao tema urbanização articulado ao projeto de colonização.

Após lembrar a “onda” colonizadora desta parte do território fluminense pela chamada “civilização do café”, com nítido plano regional de urbanização que avançava a interiorização já pensada desde metade do século XVIII ainda por Portugal, a autora enfatiza que “durante o século XIX alterações territoriais ocorreram através da política oficial de povoamento vinculada a interesses particulares da exploração agrícola” (FRIDMAN, 2005). E complementa com precisão tais características do processo que marcamos aqui quando se refere ao Vale do Paraíba fluminense como representativo da “expansão da fronteira

agrícola através dos latifúndios, da violência dos brancos contra os escravos negros e nativos, da fundação de colônias de parcerias e da criação de freguesias, vilas e comarcas como polos de poder político” (*ibidem*).

Destacamos ainda que, neste contexto de afirmação cafeeira, os eixos dinâmicos da economia fluminense (e nacional) partiam da cidade do Rio de Janeiro e se dirigiam para Resende (no sertão d’Oeste), para São Gonçalo (no sertão do leste) e para Cantagalo, nas serras do centro-norte da província. Ao longo dos caminhos, a expansão da fronteira agrícola dinamizava economias regionais, fazendo expandir os contingentes urbanos e suas atividades.

É basilar destacar ainda que a marca da espontaneidade dos lugares, em muitos casos, cede vez para uma ação cada vez mais intencional. Fala-se agora em um aparato burocrático que alia companhias de colonização e grandes proprietários fundiários de forma que novos pontos do território vão se constituir em centros de administração da vida econômica e social. Este surto urbano no território trouxe mudanças significativas como a valorização do solo e a sua concentração, a expulsão dos posseiros das terras e a transformação de significativa parte deste contingente em agregados das grandes fazendas de café e a criação de vilas ou elevação de pequenos núcleos urbanos a esta categoria. São exemplos ocorridos no período imperial: Valença (1823), Mangaratiba (1831), São Sebastião de Barra Mansa (1832), Vassouras (1833), Paraíba do Sul (1833) e Sant’ Anna do Pirai (1837).

Este dinamismo também se refletia no aumento da população urbana na região e o exemplo de Vassouras é ilustrativo: 20.589 habitantes em 1840 (sendo 14.333 escravos) e mais de 35.000 em 1850 (20.158 escravos). E o aumento populacional condicionava uma maior complexidade na vida econômica e social através, por exemplo, da vinda de diferentes artífices, portugueses, imigrantes e mascates para estes novos territórios. Além do mais, estes espaços, sobretudo os núcleos que assumiam papel de liderança nesta nova rede regional, passaram a receber os próprios senhores de terra que, ampliando suas atividades econômicas (eram ainda financistas e banqueiros) e seus horizontes culturais com os modismos modernos e “civilizados” passaram a optar por estabelecerem residência em palacetes citadinos.

Outra dinâmica regional importante no período em tela e já mencionada faz referência à opulência do norte fluminense capitaneada pela cidade de Campos dos Goytacases, significativa área produtora de açúcar e gêneros diversos voltados para o abastecimento interno da Província. Chrysóstomo (2006) discute a produção da rede urbana na província no contexto de afirmação da política centralizadora do Império, identificando o papel assumido pela antiga cidade no comando político, econômico e social da região. A autora assume o pressuposto de que este núcleo se constituiu em espaço privilegiado de legitimação do poder estatal e, nesse sentido, a política administrativa do Estado também pode ser entendida como uma política de ordenamento territorial nos espaços urbanos.

Por fim, ressaltamos que tais dinâmicas de base urbano-regionais aqui trazidas envolviam grupos de poder localizados em diferentes espaços da província e impunham uma dinâmica territorial que confirmará a instalação dos semióforos da nação nos termos aqui também apresentados. Tais dinâmicas foram responsáveis pela instalação de diversos aparatos administrativos de controle político e de veiculação de ideias (tais como escolas, cadeias, distritos eleitorais, mercados, sedes policiais, tribunais, hospitais, postos de fiscalização de rendas) que efetivamente asseguraram o controle do território por parte dos “nobres” do império. Controle este exercido a partir do alcance regional (possível via “fixos” e “fluxos” como ressaltamos) dos instrumentos políticos e ideológicos a serviço do projeto engendrado de nação e que se localizavam preferencialmente nos espaços urbanos.

Todas estas questões, que ressaltam das análises do “enquadramento espaçotemporal” adotado no texto, evidenciam, a nosso ver, a importância dos conceitos de cidade e de região para o estudo do espaço fluminense no tempo pretérito e apontam para a necessária continuidade de pesquisas centradas na relação Estado, oligarquias rurais e configuração espacial em tempos outros.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dinâmicas territoriais que evocam as escalas geográficas do urbano e do regional foram aqui elencadas e observadas em conjunto para percebermos o processo mais amplo de controle da província fluminense, considerando as especificidades dos estudos sobre o espaço em tempos pretéritos. Buscamos analisar ações “planejadoras” do território e observamos tal questão de modo a trilhar uma geografia histórica do atual estado do Rio de Janeiro. E o fizemos buscando contextualizar nossos objetos de pesquisa (materialidades espaciais, ideias e ordens) em um cenário maior do país e as determinações geográficas de sua formação enquanto nação pretendida.

No caso da província fluminense, observamos a constituição de um poder administrativo como garantia de disseminação dos interesses de determinados grupos que, por sua vez, expressaram tentativas de ordenação do território e da sociedade. Aliado aos outros mecanismos de dinâmica do território trazidos no texto (como abertura de caminhos, aparatos de ensino, de fiscalização de receitas e limites jurisdicionais), o texto ressaltou a subjugação de recortes regionais a determinadas dinâmicas urbanas por natureza.

Reafirmamos que, no território fluminense, os distintos níveis de acessibilidade em diferentes regiões denotavam um embrionário processo de divisão espacial do trabalho que indicava: 1) na escala da província, a existência de um comércio interno e de um incipiente processo de urbanização; e 2) em escalas maiores, a confirmação do uso seletivo de espaços articulados à expansão do capitalismo europeu e a confirmação do papel do Brasil como ofertador de matérias-primas na divisão internacional do trabalho que se consubstanciava. Novamente na escala provincial, vimos que a dinâmica urbana e

a alocação das infraestruturas administrativas a seu serviço consolidaram o poder político dos agentes econômicos mais importantes relacionados às atividades agrícolas, comerciais e manufatureiras. Foram também determinantes para o fortalecimento estatal na regulação dos fluxos e na ampliação de sua rede administrativa.

O caso da província fluminense nos permite investigar sobre a configuração de uma rede (simples, é verdade) e seus nós e sobre a importância das suas cidades e vilas, seus momentos de apogeu e de declínio, em alguns casos. Tal perspectiva nos permite entender, no pretérito, algumas das causas das configurações seguintes do território analisado, chegando a nos ajudar a entender, por exemplo, a constante desarticulação estabelecida entre o interior do Estado do Rio de Janeiro e a sua região metropolitana (o que poderia, inclusive, fomentar novas e futuras frentes de pesquisa).

Por ora, marquemos que os conceitos de cidade e de região se imbricam na nossa pesquisa histórica em Geografia e que a ideia de instrumentos técnicos disponíveis a cada momento nos permite elencar materialidades constituídas pelos representantes do poder vigente em suas estratégias de controle territorial. Assim, tal caminho investigativo nos permitiu afirmar o caráter regional que as cidades detinham no contexto da província fluminense e, em última análise, do próprio Estado imperial brasileiro. Discutir cidade naquele momento era discutir região.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (orgs). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, pp. 27-54.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.

CIDE (Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro). **Estado do Rio de Janeiro: Território**. 2ª ed. Rio de Janeiro: CIDE, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. **Idéias em ordenamento, cidades em formação: a produção da rede urbana na província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2006. (Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)

FRIDMAN, Fania. **Os donos do Rio em nome do Rei**. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Garamond, 1999.

FRIDMAN, Fania. As cidades e o café. VI Congresso Brasileiro de História Econômica. **Anais...** Conservatória, 04 a 07 setembro de 2005.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1997.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. Tomo III. São Paulo: Difel, 1962.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado 1842/1889**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2005. (Tese de Doutorado)

MATTOS, Ilmar R. **O tempo saquarema**. A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Access, 1994, 3ª ed.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EdUSP, 2004. 4. ed.

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado: conceitos, periodizações e articulações espaçotemporais. **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], 1, posto online em 05/11/2012. <<http://terrabrasilis.revues.org/246>>

CAPÍTULO 9

VIOLÊNCIA URBANA E TRÂNSITO. ANÁLISE ESPACIAL DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, ES

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 07/11/2021

Liziane de Oliveira Jorge

Profa. Dra. do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória – ES
<https://orcid.org/0000-0002-2047-5906>
<http://lattes.cnpq.br/9337220113834468>

Giovanna Souza Piassi

Discente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória - ES
<http://lattes.cnpq.br/0110393563800924>

RESUMO: Este trabalho discute os problemas do trânsito urbano e a violência decorrente da repetição de acidentes na cidade de Vitória, ES. Parte da base de dados da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Espírito Santo (SESP-ES) e procede o georreferenciamento e a análise espacial das ocorrências envolvendo acidentes de trânsito com pedestres e veículos entre 2015 e 2019. A partir da confecção de mapas de símbolos pontuais e mapas térmicos, são identificados os locais de maior gravidade e as vias urbanas que concentram as ocorrências. Por fim, o trabalho promove uma aproximação territorial para análise pormenorizada do Bairro Praia do Canto, escolhido pelos atributos morfológicos, de bairro planejado, viés sanitaria,

vias e calçadas largas, e presença de vitalidade urbana. Apesar das qualidades enumeradas, conclui-se que a velocidade elevada das vias estruturantes em meio urbano, o alto fluxo de veículos, a imprudência e a negligência da dimensão humana no espaço público viário são fatores determinantes para a manifestação da violência urbana.

PALAVRAS-CHAVE: violência urbana, acidentes de trânsito, georreferenciamento, atropelamentos.

URBAN VIOLENCE AND TRAFFIC. SPATIAL ANALYSIS OF TRAFFIC ACCIDENTS IN THE CITY OF VITÓRIA, ES

ABSTRACT: This paper discusses the problems of urban traffic and the violence arising from the repetition of accidents in the city of Vitória, ES. Examines the database of the Public Safety Policy in the State of Espírito Santo and proceeds the georeferencing and spatial analysis of occurrences involving traffic accidents with pedestrians and vehicles between 2015 and 2019. From the elaboration of point maps and heat maps, the most severe sites are identified, as well as the urban streets that concentrate the occurrences. Finally, the paper promotes a territorial approach for a detailed analysis of the Praia do Canto neighborhood, chosen for its morphological attributes, planned neighborhood, sanitary characteristics, wide roads and sidewalks, and presence of urban vitality. Despite the qualities listed, it is concluded that the high speed of the structuring streets in the urban environment, the high flow of vehicles,

imprudence and negligence of the human dimension in the public space are determining factors for the manifestation of urban violence.

KEYWORDS: urban violence, *traffic* accidents, georeferencing, pedestrian crash.

1 | TRÂNSITO E VIOLÊNCIA URBANA

Segundo Duarte, Sánchez e Libardi (2011, p.17), “a formação da cidade se dá pela estruturação de caminhos e convivência social, fazendo com que olhemos para ela de diferentes formas, dependendo dos meios de transporte que utilizamos”. Entretanto, *ser* pedestre é uma condição indissociável da natureza humana, sendo o meio de deslocamento prioritário e natural de todos os indivíduos. O ato de caminhar transcende a condição funcional de deslocamento, pressupõe uma atitude fenomenológica com os lugares, uma dimensão da experiência do encontro com os outros no espaço público, faz parte da convivência diária e necessita de percursos seguros, confortáveis e acessíveis.

Para tanto, é necessário entender que caminhar é sentir a cidade de uma forma que nenhum outro meio de transporte poderia fazer. É passar por ruas que há tantos anos foram palcos de importantes eventos, é observar detalhes e entender como - de fato - funciona o fluxo. Para Andrade e Linke (2017),

Caminhar é a forma mais democrática de se locomover. A liberdade de movimento é inerente ao pedestre e seu caminhar. O pedestre executa sua coreografia diária se movendo com fluidez e, com isso, propicia vitalidade às cidades, tornando os espaços mais democráticos. No caminhar cotidiano, o pedestre se apropria do espaço construído e tem a percepção ampliada para os detalhes da paisagem. Pedestres são crianças, adultos e idosos; são mulheres e homens. Pedestres podem ter limitações de locomoção permanentes – limitações físicas, como deficiências motoras e de visão; ou temporárias, como transporte de carrinhos de bebês, crianças de colo ou cadeiras de rodas. (ANDRADE e LINKE, 2017, p.6)

Essa visão é problematizada por Rozestraten (1986), à luz de um conflito de interesses no trânsito que incide sobre os indivíduos de acordo com os papéis que estes assumem enquanto pedestres, motoristas ou até mesmo passageiros. Para o autor,

O trânsito é um problema social. Em cada cruzamento, constatamos que os pedestres, os carros, os ônibus, as bicicletas etc. vão e vêm de diferentes direções. Em princípio, cada um deseja passar por esse cruzamento permanecendo ileso e deixando o outro passar também ileso. Na prática, a situação é mais complexa do que parece à primeira vista. O motorista quer fluidez do tráfego de veículos, o pedestre precisa de menor fluidez para que possa atravessar a rua e, por outro lado, o comerciante deseja que os fregueses possam estacionar em frente a sua loja. Portanto, os interesses das pessoas que participam do trânsito não são os mesmos, e entram necessariamente em conflito (ROZESTRATEN, 1986, p.22).

Para Vasconcellos (2012) a circulação é uma necessidade relacionada à realização de atividades sociais, culturais, políticas e econômicas da vida cotidiana e pode ocorrer

de forma coletiva ou individual. Um dos fatores preponderantes à circulação refere-se ao consumo de espaço-tempo dos indivíduos e envolve determinantes complexas: velocidade, desempenho operacional, custos, condição física dos indivíduos, oferta de modais, infraestrutura, condições socioeconômicas. A caminhada e a bicicleta são meios de circulação individuais que não requerem carteira de habilitação tampouco pagamento de tarifa, dependem unicamente das decisões pessoais para a sua prática. Já os modos coletivos, via ônibus, motocicletas, automóveis e metrô, permitem o uso simultâneo por várias pessoas e demandam o cumprimento de regras gerais de trânsito, regulamentações e controle por parte do poder público. Para Vasconcellos (2012) o deslocamento motorizado permite ampliar a quantidade de destinos em relação à caminhada, e envolve aumento da velocidade e redução de tempo de percurso.

A mecanização do transporte é uma condição ameaçadora aos pedestres e à saúde, envolve velocidades altas, acidentes e atropelamentos; consumo de espaço público e deterioração do espaço urbano; exposição à poluição atmosférica que causa doenças cardiovasculares, pulmonares, infecções respiratórias, alterações no sistema nervoso central, e até mesmo câncer de pulmão (SALDIVA, 2018); além de perdas econômicas e estresse. A dependência do automóvel acarreta prejuízos à sociedade e ao meio ambiente, como o aumento da violência no trânsito; falta de atividade física e doenças crônicas, obesidade; má qualidade do ar; elevado consumo de eletricidade; poluição sonora; contribui para acelerar mudanças climáticas; má qualidade de vida e desigualdades (NACTO-GDCI 2019, p.20).

Outro contorno menos aparente da violência urbana é o trânsito urbano e a banalização da violência pela repetição cotidiana de acidentes e pela insensibilidade coletiva que mina o caráter civilizador das cidades. Alva (1997) denomina esse fenômeno como guerra surda, travada entre automobilistas e pedestres, que competem pelo uso das vias públicas. Segundo o autor o automóvel é o traço característico da cultura urbana contemporânea, símbolo de bem estar das minorias que impõe altos custos sociais, pelo congestionamento do trânsito, contaminação atmosférica, degradação ambiental e do espaço urbano, desalojando pedestres, ocupando praças, calçadas, provocando congestionamentos e alterando a vida e a saúde das pessoas.

Dados surpreendentes apontam que, nos últimos dez anos, a frota de veículos automotivos no Brasil cresceu substancialmente; foram 28,6 milhões de automóveis e 13,7 milhões de motocicletas acrescidos entre 2008 e 2018. Neste mesmo período, “a frota total de automóveis no Brasil passou de 37,1 milhões para 65,7 milhões, sendo que as 17 principais regiões metropolitanas são responsáveis por 40% desse crescimento” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2019, p.3). Essa condição de satisfação e liberdade individual, pelo “uso irrestrito do automóvel como veículo de transporte de massa é incompatível com a eficiência social e econômica da metrópole” (ALVA, 1997, p. 37).

O trânsito é um problema de saúde pública mundial. Segundo o último relatório

global da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre segurança no trânsito (WHO, 2018), anualmente 1,35 milhões de pessoas perdem a vida em acidentes de trânsito, sendo a primeira causa de mortes entre crianças e jovens entre 5 a 29 anos de idade, a oitava principal causa de mortes de toda a população mundial de todas as idades. Além disso, mais da metade das mortes de trânsito acometem pedestres, ciclistas e motociclistas; e quando se trata de países em desenvolvimento, as taxas de mortalidade são três vezes mais elevadas que países de alta renda.

O trânsito mata, anualmente, 40 mil pessoas no Brasil, e os acidentes são responsáveis pela ocupação de 60% dos leitos hospitalares do Sistema Único de Saúde, resultando em custos anuais de R\$ 52 bilhões. Além do custo imenso pelas vidas perdidas, o trânsito deixa sequelas temporárias e permanentes e acomete os usuários mais suscetíveis do sistema: motociclistas (23%), pedestres (22%) e ciclistas (4%) (PERES, 2019).

Este artigo escrutina o panorama dos acidentes de trânsito no município de Vitória, capital do Espírito Santo, que absorve uma sinergia de atração metropolitana em virtude da concentração de atividades econômicas, serviços e órgãos e instituições públicas, além de absorver eixos de deslocamento metropolitano que provocam engarrafamentos, retenções, gargalos e cruzam a malha urbana de Vitória seja na porção ilha ou continente.

Este trabalho compreende uma pesquisa mais ampla que envolve, em estágio avançado, a análise comportamental dos transeuntes em localidades de maior concentração de atropelamentos no município de Vitória/ES, de modo a identificar o comportamento de risco dos sujeitos nas travessias urbanas.

Neste artigo, serão apresentados os mapas das ocorrências de trânsito relacionadas aos atropelamentos de pedestres, seja na forma de vítimas fatais e não fatais, com distintas escalas territoriais, seja em âmbito macro (escala municipal), e aproximada, para a escala de bairro. Optou-se por trabalhar o bairro Praia do Canto pelas suas qualidades morfológicas advindas de um traçado sanitário que tem a sua origem a partir do *Projeto Novo Arrabalde* (1896), desenvolvido ao final do século XIX, pelo engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (1864-1929). À época, o Projeto representou a indução da expansão da malha urbana rumo a região das praias, localizadas na porção nordeste da ilha de Vitória (Figura 1).

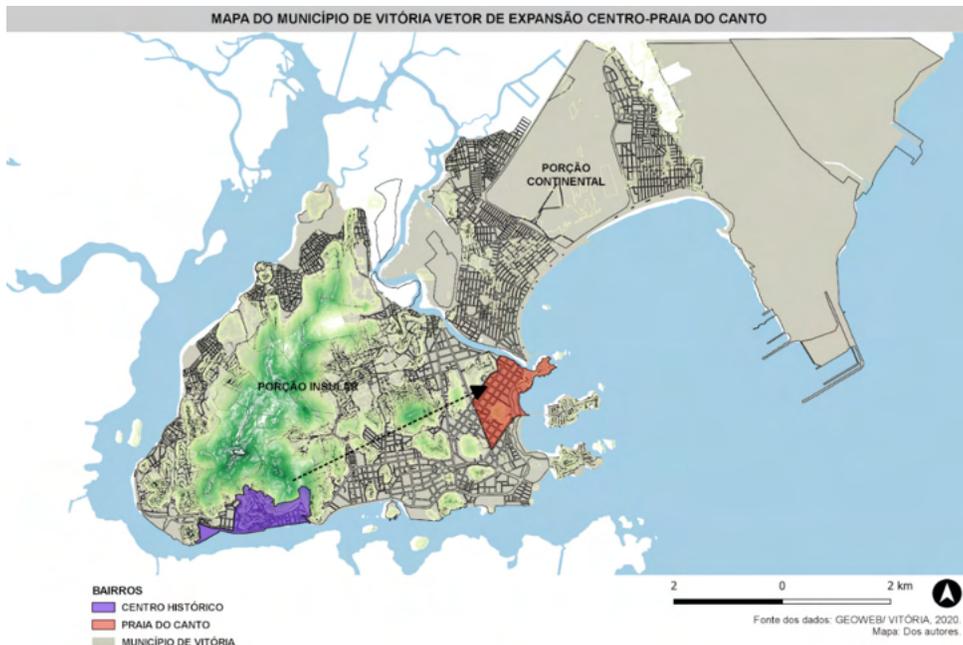


Figura 1 - Município de Vitória. Malha urbana e Vetor de expansão sentido Centro histórico-Novo Arrabalde (praias).

Fonte: Dos autores, 2020.

Segundo Campos Júnior (1996, p. 20), o loteamento Novo Arrabalde significou um projeto de expansão urbana de Vitória que, em 1895, pretendia sextuplicar o tamanho de Vitória, capital do estado (Figura 2). O viés sanitarista do projeto foi um objetivo máximo a ser atendido:

Além do traçado primoroso, e dentro de toda técnica existente da época, o projeto previa o suprimento de água aproveitando vertentes próximas, o que o tornaria barato e exequível. Por outro lado, também estipulava o fornecimento de iluminação à gás, através de canalização a estender-se desde o centro até o bairro. Por todas as maneiras, planejava-se um bairro dotado das melhores condições de higiene e salubridade, prevendo-se na nova área de expansão da cidade resolver o maior problema urbano daquele momento - o saneamento. (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 154)



Figura 2 - Planta Ilha de Vitória, de 1896, com a inserção do loteamento Novo Arrabalde na porção leste.

Fonte: Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/imagens/bcuna25.jpg>. Acesso em mar. 2020.

Os atributos naturais e paisagísticos, denominados pitorescos, foram determinantes para a identidade urbana e paisagística do bairro, contemplado por marcos visuais naturais, praias bucólicas e ideários positivistas. O bairro planejado, de feições modernas, só foi ocupado a partir da década de 1930, com a chegada da infraestrutura urbana e da ampliação das linhas transporte coletivo por bonde. As características morfológicas do bairro sinalizam a visão prospectiva do autor, ao preconizar vias com clara hierarquia, distribuída entre avenidas de 28 metros de largura, e vias internas de 21 metros de largura; lotes com duas dimensões padrão: 14x42m e 21x42m; quarteirões predominantemente retangulares, com a média de 98x63m; espaços livres de uso público e equipamentos (BOTECHIA e BORGES, 2018).

Complementarmente, a distribuição do uso do solo no bairro, evidencia que 51,46% da ocupação dos lotes destinam-se aos usos de comércio e serviço, e 43,63% ao uso

residencial, seja na forma unifamiliar ou multifamiliar. Pode-se afirmar que o bairro possui atributos de vitalidade urbana, concentração de equipamentos e espaços públicos distintos, como uma extensa orla de lazer adjacente ao mar, conquistada na década de 70 através de aterros promovidos pelo Estado, fator que impulsionou ainda mais a valorização do bairro.

2 | METODOLOGIA

O trabalho procedeu a análise dos dados de Ocorrências de trânsito do município de Vitória, disponibilizados através de solicitação oficial à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado do Espírito Santo (SESP-ES) para o desenvolvimento da pesquisa. A base de dados fornecida compreende uma amálgama de informações que reúne arquivos digitais georreferenciados, em extensão shapefile, e atributos relativos aos boletins de ocorrência envolvendo acidentes de trânsito com pedestres e veículos, por bairro, tipo de acidente, horário, dias da semana, dentre outros.

O recorte temporal dos dados analisados compreende o registro de cinco anos, entre 2015 e 2019, de todas as Ocorrências Municipais de trânsito. O foco da pesquisa compreende a pormenorização dos dados com ênfase nos acidentes envolvendo veículos e pedestres, com vítimas fatais e não fatais, em suas distintas modalidades. Foram confeccionados, através do software QGis, mapas de calor e mapas de símbolos pontuais, além da sobreposição com a hierarquia viária em escala metropolitana e municipal.

3 | RESULTADOS

Apresenta-se, oportunamente, a relevância da centralidade da capital em contexto metropolitano (Figura 3). Destaca-se o Centro histórico de Vitória (que se manteve até a década de 70 como o principal polo de comércio principal, serviços públicos e privados especializados, órgãos governamentais, entidades financeiras, dentre outros serviços) e o denominado novo centro, que se situa no vetor leste da ilha de Vitória, na região da Enseada do Suá (criada por aterros para abrigar órgãos públicos e entidades de elevado valor simbólico - sede do Centro de Comércio de Café, Assembleia Legislativa tribunais de contas do Estado e da União, Tribunal Regional Eleitoral, Capitania dos Portos, dentre outros). Na década de 90, com a conclusão das obras da Terceira Ponte, a instalação do Shopping Center Vitória e a concentração de novos edifícios corporativos e de serviços, intensificou-se a polaridade da região. A conexão com o município de Vila Velha, através da Terceira Ponte, induziu a verticalização e o adensamento do município, especialmente a faixa litorânea, multipolarizando-se os centros de ofertas de serviços em Vila Velha (IJSN, 2018).

De todo modo, as conexões com o município de Cariacica, pelo Centro de Vitória - através da Segunda Ponte, com Vila Velha - pela Terceira Ponte, e com a Serra - pela BR 101 e Rodovia Norte-Sul, significa movimentos pendulares atraídos pela capital, seja

pela concentração de empregos ou equipamentos de abrangência metropolitana. Apesar de tudo, os municípios adjacentes “Serra, Vila Velha e Cariacica têm reduzido seu nível de dependência da Capital, estruturando continuamente centralidades” (IJSN, 2018, p.104).

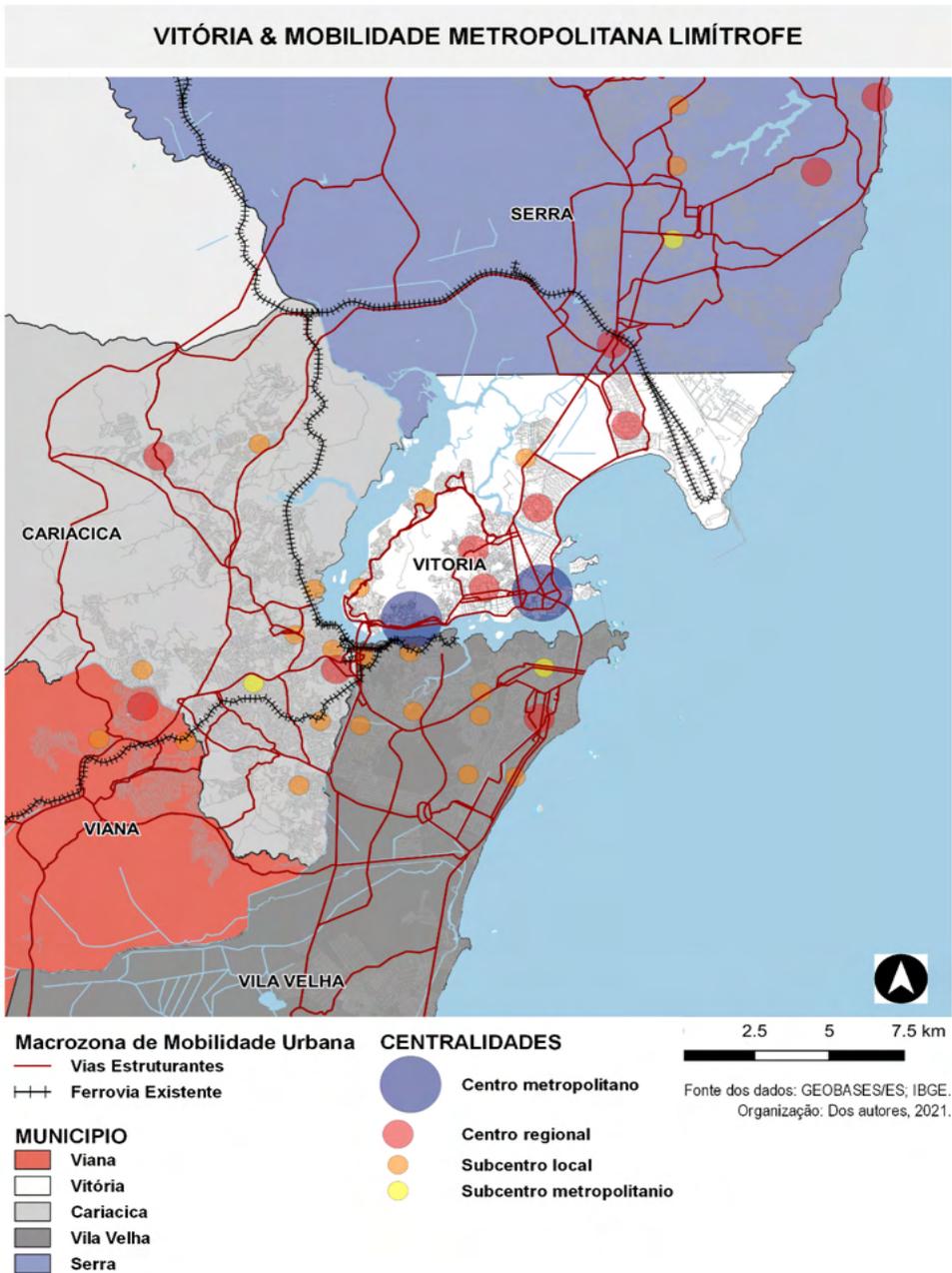


Figura 3 – Vias estruturantes e polos de atração metropolitana.

Fonte: Os autores, 2021.

A primeira análise dos dados da SESP-ES envolveu a confecção do mapa de Ocorrências Gerais de Trânsito (Figura 4), em escala municipal. Evidencia-se a elevada concentração de acidentes em vias arteriais metropolitanas e municipais, o que corrobora o efeito nocivo das altas velocidades em meio urbanas como o componente mais expressivo para a violência no trânsito. Este mapa considera as ocorrências de atropelamento (com vítima fatal e não fatal), choque/colisão, abalroamento, capotamento/tombamento. Segundo Peres (2019) o Brasil está no *ranking* dos países com maior violência no trânsito, sendo o limite de velocidade em áreas urbanas o pior quesito que ameaça a vida dos pedestres. Recomendações internacionais apontam para a adoção de limites máximos de velocidade de 50km/h para áreas urbanas e 30 km/h em áreas residenciais ou com grande circulação de pessoas. Infelizmente, o Brasil dispõe de uma legislação equivocada que permite a regulamentação de velocidades de 60 km/h e até 90km/h em muitas vias em centros urbanos, condição que somada ao desrespeito e à impunidade, provocam o aumento da violência e das mortes (PERES, 2019).

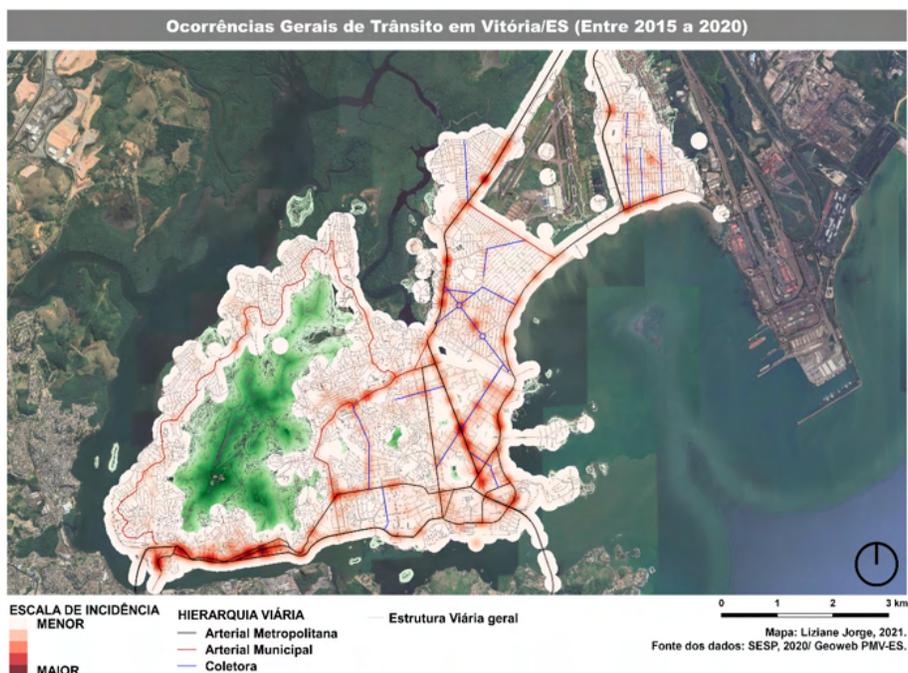


Figura 04 – Mapa de Ocorrências Gerais de trânsito em Vitória/ES.

Fonte: Os autores, 2021.

Quanto às ocorrências específicas de atropelamento, considerando os acidentes com vítimas fatais e não fatais, percebe-se uma concentração elevada de ocorrências no

Centro de Vitória e inúmeros outros polos distribuídos em trechos semaforizados das vias arteriais e em cruzamentos de vias (Figura 5).

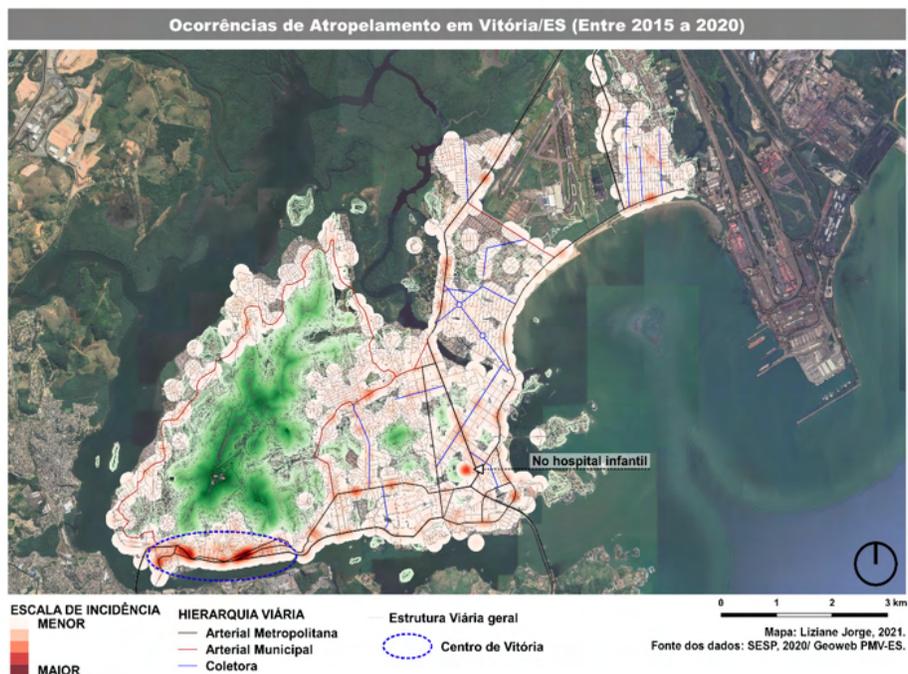


Figura 5 – Mapa de Ocorrências de atropelamento com vítimas fatais e não fatais em Vitória/ES.

Fonte: Os autores, 2021.

O Centro da cidade dispõe de vias de sentido unidirecional, fluxos de passagem metropolitana e grande concentração de linhas de transporte coletivo. Pode-se apontar, dentre as causas de acidentes de atropelamento, além da velocidade elevada das vias, atitudes e comportamentos que Da Matta, Vasconcelos e Pandolfi (2010) constataram em pesquisa qualitativa em municípios da Região metropolitana da Grande Vitória, que envolveu motoristas profissionais, motoristas cotidianos, pedestres e ciclistas (entrevista aprofundada, pesquisa vivencial), além de pesquisa observacional em pontos e vias estratégicas de fluxos metropolitanos: imprudência, falta de respeito às sinalizações, sinalização precária. As entrevistas com os pedestres destacam a sensação de insegurança e o estresse como componente psicológico cotidiano, além da percepção generalizada de falta de respeito e do descumprimento das regras de trânsito:

De modo geral [...] os motoristas capixabas não cumprem as regras. Os motivos disso seriam a cultura (faz parte da cultura do brasileiro não respeitar), a falta de educação, a impunidade, a falta de respeito à vida humana, a falta de conscientização, a pressa, a má sinalização, a impaciência, o cansaço,

a cobrança do mercado de trabalho e da sociedade. Alguns entrevistados relatam que por necessidade de autoafirmação as pessoas se transformam em outras ao entrarem em um carro. Em geral, as infrações estão relacionadas às punições brandas previstas no código de trânsito. Os entrevistados insistem em relatar casos de acidentes com vítimas fatais em que os motoristas, muitas vezes embriagados, apenas pagaram fiança e continuam em liberdade. Percebe-se que as mortes nestes casos são vistas como um assassinato como outro qualquer (DA MATTA; VASCONCELOS; PANDOLFI, 2010, Edição do Kindle).

Destaca-se, na visão do pedestre: “desrespeito à legislação, agressividade dos motoristas de ônibus, ultrapassagem do sinal e do limite de velocidade, não respeitar os pedestres, falar no telefone. Tais atitudes são consequências do sentimento de impunidade” (DA MATTA; VASCONCELOS; PANDOLFI, 2010, Edição do Kindle).

Por fim, procedeu-se a aproximação da análise para as ocorrências de atropelamento para o bairro Praia do Canto (Figura 6). Neste estágio, empregou-se o método observacional, com pesquisa de campo, para compreender os pontos críticos de atropelamento, com ênfase no comportamento dos pedestres e dos condutores. Comprovou-se, no Trecho 1 sinalização semafórica dedicada ao pedestre com tempo insuficiente para a travessia em andar habitual e despreocupado (situação corriqueira considerando a conexão com a orla de lazer), além de uma ampla extensão de faixas de rolamento, o que dificulta a travessia e o avanço de sinal por parte dos motoristas. O Trecho 2, situado à Avenida Rio Branco, via coletora, constitui um cruzamento em que há restrição para conversão de veículos, condição que expõe o pedestre a alto risco uma vez que se constatou desrespeito recorrente dos motoristas. O Trecho 3 situado à Avenida Nossa Senhora da Penha, principal vetor de conexão metropolitana Vitória-Vila Velha compreende a travessia de uma via arterial metropolitana com uma coletora municipal. Este cruzamento é amplamente utilizado, de modo recorrente absorve retenções, engarrafamentos e, em uma das conversões de veículos para a via arterial metropolitana há faixa de pedestre sem tempo para a travessia do pedestre, de modo que motoristas e pedestres precisam ficar atentos o tempo todo para compatibilizar as passagens. Por fim, o trecho 4 compreende uma localidade de ampla circulação de pedestres e travessias em decorrência da localização dos pontos de ônibus de alcance metropolitano. Ao longo da avenida, percebe-se o comportamento de risco dos pedestres ao atravessar a via com pressa para pegar a condução, além de uma euforia por parte dos condutores causada pela retenção em horários de grande fluxo. Acredita-se que a concentração presente no Hospital Infantil seja decorrente do atropelamento de crianças que, neste caso, estão atendidas pelo próprio hospital e que, por isso o registro localiza as ocorrências nesta localidade.

Ocorrências de Atropelamento na Praia do Canto, Vitória/ES
(De 2015 a 2020)

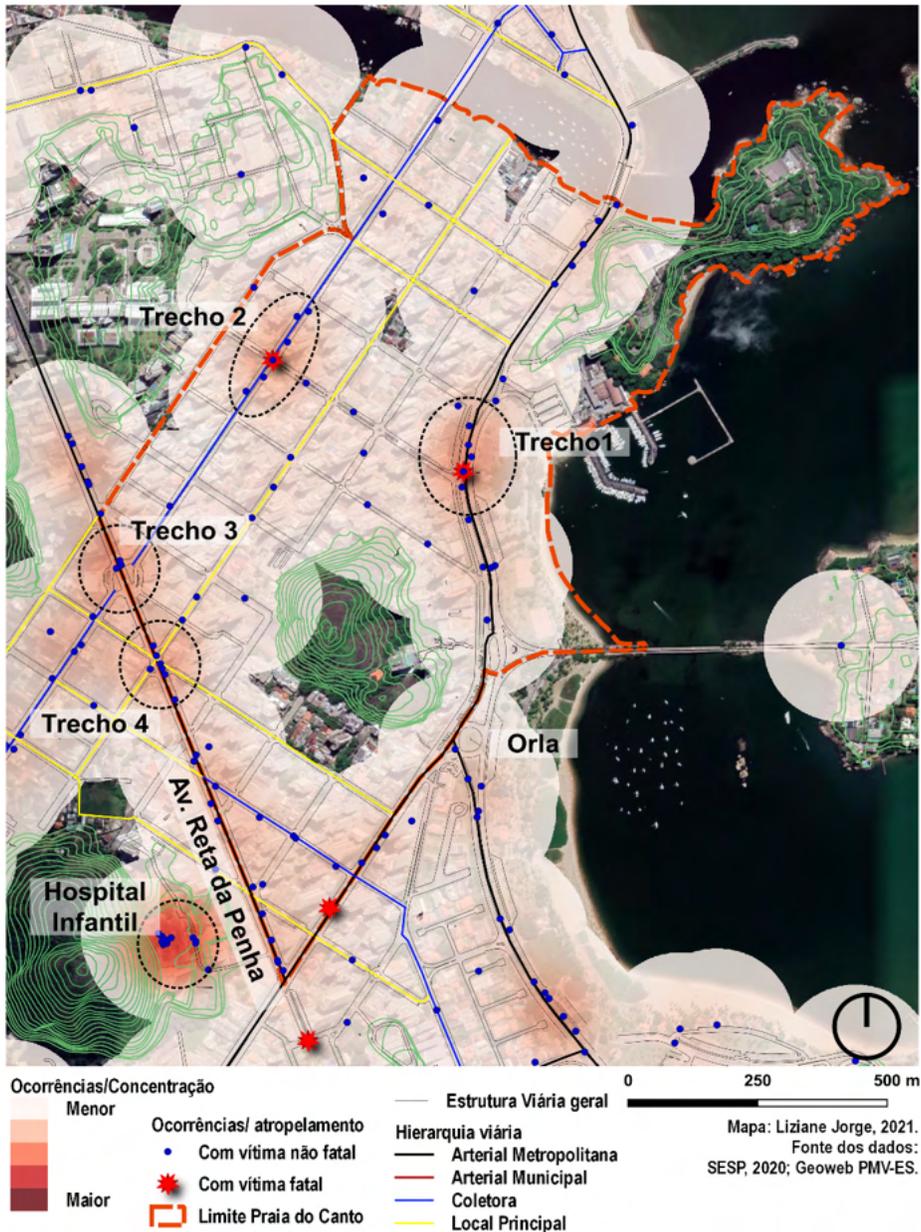


Figura 6 – Mapa de Ocorrências de atropelamento com vítimas fatais e não fatais na Praia do Canto, Vitória/ES.

Fonte: Os autores, 2021.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho discute, a partir de dados espaciais, a violência do trânsito no município de Vitória, com análise complementar do bairro Praia do Canto, terceiro colocado na *ranking* municipal de acidentes de trânsito. Destaca-se a relevância da transparência de dados públicos e a base de dados advindas da SESP-ES, que viabilizou a construção dos mapas georreferenciados das ocorrências. A análise aproximada da Praia do Canto, com pesquisa de campo nas localidades de maior concentração de atropelamentos foi decisiva para compreender melhor a configuração física do lugar e o comportamento de risco do pedestre. Constatou-se alta velocidade viária, menosprezo pela humanização viária, imprudência dos motoristas, avanço de sinal, ruído excessivo, pedestres desatentos na travessia. Em última instância, o trabalho sugere um método de análise que pode ser replicado para outras localidades da cidade.

REFERÊNCIAS

ALVA, Eduardo Neira. **Metrópoles (In)sustentáveis**. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 1997.

ANDRADE, Victor; LINKE, Clarisse Cunha; orgs. **Cidades de pedestres: a caminhabilidade no Brasil e no mundo**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Babilônia Cultura Editorial, 2017.

BOTECHIA, F. R.; BORGES, H. F. Novo Arrabalde aos pedaços: o quebra-cabeças das plantas de loteamento de Saturnino de Brito. In: **Congresso Pnum 2018**. A produção do território: formas processos e designios, 2018, Porto, Portugal. Pnum 2018. A produção do território. Porto: U.Porto, 2018. v. 01. p. 1068-1083.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O Novo Arrabalde**. Vitória. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

DA MATTA, Roberto; VASCONCELOS, João G. M; PANDOLFI, Ricardo. **Fé em Deus e Pé na tábu**a: ou como e por que o trânsito enlouquece no Brasil. Rio de Janeiro. Rocco, 2010. Observação: paginação irregular.

DUARTE, Fábio; SANCHÉZ, Karina; LIBARDI, Rafaela. **Introdução à mobilidade urbana**. Curitiba, Juará, 2011.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Plano de desenvolvimento urbano integrado. Região Metropolitana da Grande Vitória**. Diagnóstico integrado, v.2. Vitória, ES, 2018.

NACTO-GDCI (National Association of City Transportation Officials). **Guia Global Desenho de Ruas**. São Paulo: SENAC, 2016. Disponível em: <https://globaldesigningcities.org/publication/global-street-design-guide-pt/> .Acesso em ago. 2019.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Mapa da motorização individual no Brasil – Relatório 2019**. UFRJ. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR; Observatório das Metrópoles: Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2019/09/mapa_moto2019v2.pdf. Acesso em out. 2020.

PERES, Ana Cláudia. **Velozes e vulneráveis**. Revista RADIS - Comunicação e Saúde. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz), n.197 | FEV 2019. p.16-25.

ROZESTRATEN, Reinier J. A. A Psicologia Social e o trânsito. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 22-23, 1986. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931986000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em out. 2020.

SALDIVA, Paulo. **Vida urbana e saúde**. São Paulo: Contexto, 2018.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **Mobilidade urbana e cidadania**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global status report on road safety 2018**. Geneva: World Health Organization, 2018. Disponível em: https://www.who.int/violence_injury_prevention/road_safety_status/2018/en/. Acesso em out. 2020.

ZONIFICACIÓN Y ORDENAMIENTO TURÍSTICO DEL CANTÓN ZAMORA- ECUADOR

Data de aceite: 01/12/2021

María Gabriela Suasnavas-Rodríguez

Universidad Técnica Particular de Loja,
Departamento Ciencias Empresariales, Loja,
Ecuador

ORCID: 0000-0003-1817-5928

RESUMEN: La adecuada planificación del uso del espacio físico en los destinos es un factor clave para prevenir conflictos de uso entre los actores involucrados en el desarrollo de las actividades turísticas y recreativas; más aún, cuando de por medio existen recursos naturales y culturales que merecen especial atención, cuidado y potencialización. Este trabajo investigativo examina las potencialidades turísticas del cantón Zamora mediante aplicaciones metodológicas. Con la participación de actores locales se identifican tres zonas turísticas, se proponen cinco programas y quince proyectos que aportarán al desarrollo turístico sostenible del cantón Zamora. Esta propuesta se basa en la acción participativa y articula a todos los actores con una visión de desarrollo integral. Por otra parte, los resultados muestran la factibilidad de implementar dos nuevas rutas turísticas basadas en las características y potencialidades existentes en dos de las tres zonas identificadas, de tal modo que se dinamice la oferta turística del cantón. En tal virtud, la propuesta “Ordenamiento del desarrollo turístico del cantón Zamora”, es una herramienta viable para el desarrollo turístico sostenible del sector y contribuye al desarrollo

integral de la población.

PALABRAS CLAVE: Zonificación, ordenamiento, estrategias, turismo, Zamora-Ecuador.

ZONING AND PLANNING TOURIST OF THE CANTON ZAMORA- ECUADOR

ABSTRACT: Proper planning of the use of physical space in the destinations is a key factor to prevent conflicts of use between the actors involved in the development of tourism and recreational activities; Moreover, when there are natural and cultural resources that deserve special attention, care and empowerment. This research paper examines the tourism potential of the Zamora canton, using qualitative methodologies, such as: participatory action, focus group and direct observation. With the participation of local people, we defined three tourist areas, five programs and fifteen projects that will contribute to the development of sustainable tourism in the Zamora canton. This proposal is based on participatory action and includes all the people involved by means of a comprehensive development approach. On the other hand, the results show the feasibility of implementing two new tourist routes based on the existing characteristics and potentials in two of the three identified areas, in such a way that the tourist offer of the canton is boosted. Being a support tool for the sustainable tourism development in the sector and contribution to the population comprehensive development.

KEYWORDS: Zoning, planning, strategies, tourism, Zamora-Ecuador.

1 | INTRODUCCIÓN

El ordenamiento turístico requiere de una visión futura del territorio, de la disposición de herramientas que sean capaces de orientar su desarrollo al objetivo deseado; identificando las potencialidades, limitaciones, fortalezas y riesgos de un territorio, y sobre esta base distribuir y zonificar los asentamientos y las actividades turísticas para que se pueda garantizar la calidad de vida de los habitantes con condiciones de sostenibilidad, siendo los empresarios turísticos y los habitantes los actores principales del desarrollo.

Es así que, en varios cantones de la provincia de Zamora Chinchipe y particularmente en el cantón Zamora, la actividad minera a pequeña escala ha estado presente desde hace años y ha sido uno de los ejes de la economía local, sin embargo la minería al ser considerada por el actual gobierno como una línea estratégica, se ha iniciado la actividad minera a gran escala, de allí que se considera necesario y urgente empezar a incrementar alternativas de desarrollo basadas en la enorme riqueza y diversidad de los recursos naturales presentes en esta zona, en la administración y zonificación de los recursos turísticos de manera adecuada y sostenible, acciones en la que el capital humano sea el protagonista directo de su propio desarrollo, con actividades participativas y permanentes; que el ordenamiento del desarrollo turístico vayan de la par con la revalorización cultural y ambiental y sean la carta de presentación del cantón Zamora, y a la vez que integre a las comunidades en un marco colaborativo e incluyente. (Suasnavas, M. G., Maldonado-Eraza, C. P., & Ochoa, T. J. 2018).

Por otra parte, la adecuada planificación del uso del espacio físico en los destinos es un factor clave para prevenir conflictos de uso entre los actores involucrados en el desarrollo de las actividades turísticas y recreativas; más aún, cuando de por medio existen recursos naturales y culturales que merecen especial atención, cuidado y potencialización.

Para Jorge Gutiérrez (2009, pag. 4), el ordenamiento turístico del territorio es el proceso colectivo y técnico de organización del territorio en función de su vocación turística con la finalidad de utilizar racionalmente los recursos naturales y culturales de la nación.

A su vez, la zonificación turística es un proceso dinámico del ordenamiento territorial, que se establece como la herramienta de planificación más importante en el desarrollo y competitividad de un destino turístico. En tal virtud, la planificación y zonificación turística juegan un papel importante, debido a que de estas depende el uso eficaz y eficiente de los recursos existentes.

Alvarado et al. (2013), manifiestan que esta visión no trata de un inventario descriptivo, sino de tomar en cuenta los aspectos que condicionan los procesos de transformación y articulación del turismo en el territorio, desde el papel de los recursos naturales para la implantación turística y la influencia de la estructura territorial y socioeconómica actual sobre la que se organiza el turismo.

Por su parte, el Plan Nacional de Turismo PLANDETUR 2020, aspira generar un

proceso orientador que coordine los esfuerzos públicos, privados y comunitarios para el desarrollo del turismo sostenible, basado en sus territorios y bajo los principios de alivio a la pobreza, equidad, sostenibilidad, competitividad y gestión descentralizada (PLANDETUR, 2020).

En este contexto y ante la ausencia de una herramienta de zonificación y usos turísticos en el cantón Zamora, se realiza la investigación “Ordenamiento turístico del cantón Zamora”, misma que está fundamentada en el programa denominado “Ordenamiento para el turismo sostenible” propuesto en el Plan de Desarrollo Turístico (PLANDETUR 2020) herramienta que en la actualidad ha sido reformulado y da paso a los cinco pilares estratégicos para el desarrollo turístico del Ecuador. Los objetivos de esta investigación son: (1) diagnosticar y caracterizar el potencial turístico e infraestructura turística del cantón Zamora; (2) proponer la zonificación y usos turísticos del cantón Zamora; (3) elaborar estrategias que definan las líneas de acción para el desarrollo turístico del cantón Zamora.

Estas estrategias aspiran a generar un proceso orientador que coordine los esfuerzos públicos, privados y comunitarios para el desarrollo del turismo sostenible, basado en sus territorios y bajo los principios de alivio a la pobreza, equidad, sostenibilidad, competitividad y gestión descentralizada. Crear las condiciones para que el turismo sostenible sea un eje dinamizador de la economía ecuatoriana que busca mejorar la calidad de vida de su población y la satisfacción de la demanda turística actual, aprovechando sus ventajas comparativas y competitivas del país. Por otra parte; el ordenamiento turístico requiere de una visión futura del territorio, de la disposición de herramientas que sean capaces de orientar su desarrollo al objetivo deseado; identificando las potencialidades, limitaciones, fortalezas y riesgos de un territorio, y sobre esta base distribuir y zonificar los asentamientos y las actividades turísticas para que se pueda garantizar la calidad de vida de los habitantes con condiciones de sostenibilidad, siendo los empresarios turísticos y los habitantes los actores principales del desarrollo (Suasnavas, 2015).

Finalmente, para alcanzar el desarrollo turístico del cantón Zamora, se debe planificar y zonificar el espacio destinado a realizar actividades turísticas, además de identificar y formular propuestas para el mejoramiento de infraestructura y servicios, plantear normativas para el ordenamiento turístico del cantón, y sobre todo la articulación de los actores públicos, privados y comunidad en general, que todos unifiquen los esfuerzos y las acciones que se realicen vayan encaminadas al mismo objetivo, para de esta manera aprovechar los recursos eficazmente. Gobierno Autónomo Descentralizado del Cantón de Zamora. (2012).

2 | METODOLOGÍA

Para cumplir con los objetivos planteados en la presente investigación, se utilizaron metodologías cualitativas tales como observación, entrevistas, grupos focales, análisis de

contenido y se realizaron en tres fases que se detallan a continuación:

2.1 Primera fase: evaluación de las potencialidades turísticas del cantón Zamora

Esta primera fase, se realiza a través de fuentes de información secundaria tales como: planes de desarrollo del cantonal y provincial, información del INEC, artículos de revistas, mapas, fotografías, de la misma manera se realiza entrevistas y grupos focales con instituciones y organizaciones involucradas en la temática: Municipio del Cantón Zamora, Cámara de turismo, Ministerio de Turismo, Ministerio del Ambiente, empresarios turísticos, entre otros.

2.2 Segunda fase: zonificación y ordenamiento turístico

En esta fase correspondiente a la zonificación y ordenación es importante hacer un análisis integral del territorio.” (Ramírez, 2007). Para ello es necesario realizar la evaluación, clasificación y especialización de los procesos que representan la realidad actual del territorio en sus diversos componentes se toma como base el Inventario de Atractivos Turísticos (MINTUR 2006), y mediante trabajo de campo y visitas en situ se valida, actualiza, y documenta fotográficamente los atractivos turísticos del cantón Zamora, seguidamente se efectúa la georreferenciación de los atractivos turísticos utilizando software tales como: Garmin GPS y ArMap, que permitirá la localización exacta de los atractivos turísticos en el sistema de coordenadas UTM.

Por otra parte, la propuesta del ordenamiento turístico, se plantea con base a la metodología “Planificación del Espacio Turístico” de Roberto Boullón (2004) y de la “Guía Metodológica para el Ordenamiento Turístico de un Territorio” de Jorge Gutiérrez (2009) en las que se analiza el funcionamiento del espacio turístico destacando los cuatro componentes: la planificación u ordenamiento de los atractivos, la planta, la infraestructura, y la ubicación precisa en el territorio. De la misma manera señala la metodología práctica para planificar el espacio turístico de una manera organizada, que no está basado en la regionalización sino en la determinación del espacio turístico mediante la distribución territorial de los atractivos y de la planta a fin de detectar las agrupaciones y concentraciones turísticas con relación al tamaño de la superficie.

2.3 Tercera fase: formulación de propuestas de desarrollo Turístico

Las estrategias planteadas, están fundamentadas a partir de Plan Nacional del Buen Vivir (SENPLADES, 2013-2017), del plan de desarrollo de Turismo Sostenible para el Ecuador PLANDETUR 2020. (MINTUR, 2007) y del Plan de Desarrollo y Ordenamiento Territorial del Gobierno Autónomo Descentralizado del Cantón Zamora.

3 I RESULTADOS Y DISCUSIÓN

Esta investigación examina las potencialidades turísticas del cantón Zamora, en donde se evidencia que el cantón Zamora es una zona de gran interés turístico, ya que cuenta con recursos naturales y culturales como la presencia del Parque Nacional Podocarpus, la reserva de Biosfera El Cóndor – Podocarpus, cascadas, ríos, un sinnúmero de aves, una variada gastronomía y la presencia de dos nacionalidades indígenas, atributos que se deben aprovechar para lograr el desarrollo turístico del cantón de una manera ordenada, con una visión de sostenibilidad, complementándose con las actividades agropecuarias y dando una opción diferente a la explotación minera que se efectúa en este sector; que el turismo sea una fuente de ingresos alternativa, y con esto lograr mejorar las condiciones de vida de sus habitantes.

3.1 Propuesta de Zonificación Turística

Con la participación de actores locales se identifican tres zonas de interés turístico que se detallan seguidamente.

a) Zona Urbana: Esta zona está conformada por los atractivos turísticos que se encuentran en el área urbana del cantón Zamora, que atraen a turistas nacionales y extranjeros debido a que están dentro del casco urbano y a las facilidades turísticas que ofrecen, estos atractivos turísticos son de tipo naturales y culturales, ofreciendo a los visitantes una alternativa integrales, así mismo importante destacar que, en la zona urbana, se dispone de planta y equipamiento turístico, la mayor concentración de centros de alojamiento y alimentación está en el área.

Dentro de las actividades turísticas que se pueden realizar en esta zona, se enlistan: visita a monumentos, tomar de fotografías, vistas panorámicas de la ciudad, caminatas en el parque lineal y malecón, refrescarse en los ríos y cascadas, degustar la gastronomía típica, disfrutar con la familia y amigos en el centro recreacional Bombuscaro.

b) Zona de Protección natural: Esta zona se la ha denominado así, por encontrar dentro de su territorio áreas protegidas y sitios de protección natural, que aportan una convivencia sana y responsable entre el hombre y la naturaleza, tales como son:

- Reserva de Biosfera “El Cóndor Podocarpus”
- Parque Nacional Podocarpus
- Estación Científica San Francisco
- Reserva de Bosque Nublado San Francisco Bosque Protector Corazón de Oro
- Reserva Amucha Entza
- Reserva Shuar Kiim
- Eco-ruta Yawi-sumak

Las principales actividades que se pueden realizar en esta zona son: observación de flora y fauna, senderismo temático, caminatas en senderos auto guiados, interpretación de la naturaleza, visita al centro de interpretación de parque nacional Podocarpus, camping, involucrase en proyectos de conservación e investigación, entre otras.

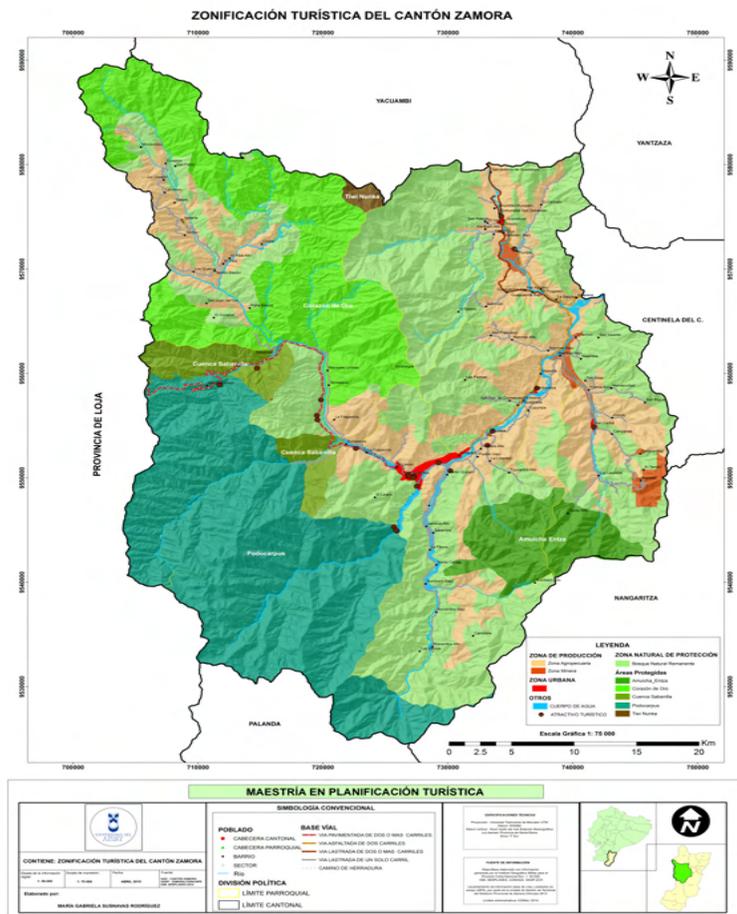
c) Zona de Producción: La zona de producción, está constituida por los sectores en donde se realizan actividades agropecuarias y mineras, forman parte de esta zona las parroquias de Sabanilla, Imbana, Cumbaratza, Timbara, Guadalupe y San Carlos de las Minas.

La producción agropecuaria, es la principal actividad de desarrollo del cantón Zamora, así mismo, el cultivo de tilapia y rana, en la parroquia Guadalupe y Cumbaratza, en donde se realiza la cría tilapia y ranas, inclusive estas últimas se exportan a Estados Unidos, Chile y algunos países asiáticos, y también para consumo local. La parroquia Timbara, se caracteriza por la producción de caña de azúcar, en esta localidad son muy típicas las molindas tradicionales, en donde se elabora panela y melcochas, que atraen a visitantes locales y regionales por su deliciosos aromas y sabores.

Dentro de las actividades turísticas que se pueden desarrollar en esta zona están:

- Visita a fincas
- Participación en siembras y cosechas de plátano, café, cacao.
- Observación en los procesos productivos de la tilapia y rana
- Elaboración de panela y melcochas
- Participar en la elaboración de vinos artesanales
- Participar en el ordeño de vacas
- Participar en la elaboración de productos lácteos
- Contacto directo con la naturaleza
- Degustación y compra de productos orgánicos
- Visita al museo petrominero y antropomorfo.

Los habitantes de esta zona, consideran que se debe aprovechar las actividades agroproductivas y vincularlas al turismo, como una alternativa complementaria de desarrollo económico – productivo, y de esta manera implementar un producto turístico basado en el turismo rural.



Gráfica 1. Zonas de interés turístico del cantón Zamora.

3.2 Propuesta de uso de suelo

Esta propuesta de uso de suelo, tiene el objetivo la optimización del uso del suelo en función de las actividades turísticas que se realizan en el territorio del cantón Zamora, dentro de la investigación se identificaron cinco zonas de usos turísticos.

a) Zona de Protección Estricta: está constituida por las Reservas naturales (reservas de biosfera, parques nacionales, reservas privadas y bosques protectores) con los que cuenta Zamora, en donde se debe implementar planes de manejo en donde se establezca las normativas para el uso adecuado de estas reservas, con el fin de conservar la biodiversidad existente en el área.

b) Zona de Amortiguamiento: esta zona tiene como objetivo, reducir, disminuir o moderar todas las actividades de producción, recreativas, eventos, circulación de personas, circulación vehicular evitando impactos que pueden alterar, o excluir

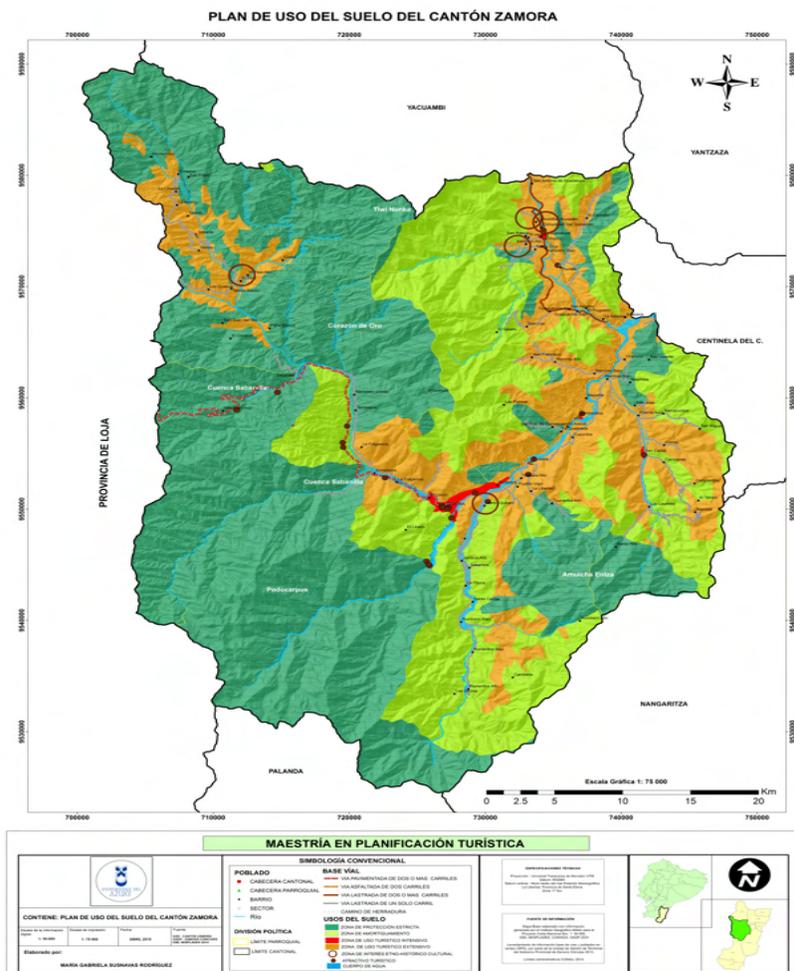
a grupos humanos locales (grupos indígenas, colonos y vecinos). En el cantón Zamora, en esta zona se encuentran las zonas de amortiguamiento del Parque Podocarpus, la reserva Copalinga, las parroquias Sabanilla, El Limón, el área rural del cantón Zamora y Guadalupe.

c) Zona de Uso Turístico Intensivo:

La zona de usos turístico intensivo tiene como objetivo, el desarrollo de asentamientos humanos para brindar a los visitantes, áreas de información, interpretación, servicios, infraestructura y comunicaciones que permitan satisfacer las necesidades básicas de la población residente y visitante. Además, el desarrollo de actividades de administración, producción, control, servicios básicos e infraestructura. Dentro de esta zona se encuentra el centro cantonal de Zamora, ya que, al ser capital de la provincia de Zamora Chinchipe, cuenta con varias instituciones públicas y privadas, factor que permite el desplazamiento los habitantes de los demás cantones de la provincia. Por otra parte, el área urbana del cantón ofrece a los visitantes servicios básicos, infraestructura y equipamiento turístico, conectividad, puntos de información turística, entre otros, brindando comodidad y satisfacción.

d) Zona de Uso Turístico Extensivo: permite actividades controladas de recreación y esparcimiento a través de actividades de bajo impacto en áreas que están fuera de los asentamientos humanos. La zona de uso turístico extensivo identificada en el cantón Zamora, la conforman las parroquias rurales Cumbaratza, Timbara y Guadalupe, ya que en estos sectores se ofrecen servicios de recreación y esparcimiento, debido a la presencia de hosterías, restaurantes campestres, granjas, moliendas artesanales, fábricas artesanales de elaboración de vinos, licores típicos, talleres de artesanía y otras atracciones más.

e) Zona de Interés Etno-histórico Cultural: El objetivo de esta zona es conservar y difundir las características de los rasgos de las culturas, nacionalidades, grupos étnicos y asentamientos humanos que han existido o que todavía existen en un área o territorio. Dentro de esta zona, se ubican las comunidades shuar: Martín Ujukam de la parroquia Timbara, San Sebastián, Numpam y Kansam de la parroquia Guadalupe y la comunidad Saraguro El Tibio de la parroquia Imbana, en donde los visitantes pueden conocer de las costumbres y tradiciones de estas etnias indígenas y participar en diferentes actividades tales como: rituales, elaboración y compra de artesanías, degustación de gastronomía, juegos tradicionales, entre otros.



Gráfica 2. Propuesta de usos del suelo del cantón Zamora.

3.3 Propuesta de desarrollo turístico

La propuesta de desarrollo turístico del cantón Zamora se enfoca en la planificación de las actividades turísticas partiendo del diagnóstico actual y proyectándose hacia el futuro, para que de esta manera sean beneficiadas las generaciones actuales y futuras, tomando en cuenta las necesidades del sector turístico y que los recursos sean aprovechados de una manera sustentable, promoviendo el uso equilibrado del territorio y que la población se sienta en armonía, procurando un desarrollo integral.

La riqueza y diversidad ambiental y cultural del cantón Zamora, hacen de esta zona un lugar propicio para el desarrollo de actividades ecoturísticas (Carchi, B., & Figueroa, J., s.f.) y culturales ante esta realidad es pertinente definir alternativas de desarrollo basadas

en la explotación turística responsable de los recursos naturales presentes tomando en cuenta que el uso óptimo de éstos es un criterio clave del ecoturismo ya que el disfrute de los mismos no puede poner en peligro su valor ecológico, la conservación del patrimonio natural y la biodiversidad (Gurung y Scholz 2008; Samdin 2008). Lo que significa que los programas y proyectos propuestos tienen que alinearse con la sensibilización de los diferentes agentes económicos para que tomen conciencia de la conservación del medio ambiente y beneficien a la economía de la comunidad local, ajustándose a los objetivos del ecoturismo (Drumm y Moore, 2005).

En este contexto, y con el objetivo de dar solución a la problemática y potencialidades identificadas, y con el propósito de que en cantón Zamora se convierta en un destino turístico competitivo y sustentable, se plantea cinco programas que abarcan quince proyectos, que se detallan en la figura 3.

Para la elaboración de los programas y proyectos se toma como base el Plan Nacional del Buen Vivir (SENPLADES, 2013-2017), el Plan de Desarrollo de Turismo Sostenible para el Ecuador PLANDETUR 2020. (MINTUR, 2007) y el Plan de Desarrollo Cantonal y Ordenamiento Territorial del Cantón Zamora.

Es importante resaltar, que los programas y proyectos que se plantean en este trabajo investigativo son la base para el desarrollo y dinamización del turismo en el cantón Zamora, en efecto, el éxito va a depender de la gestión y cumplimiento de los mismos.

Por otra parte, los resultados muestran la factibilidad de implementar dos nuevas rutas turísticas basadas en las características y potencialidades existentes en dos de las tres zonas identificadas, de tal modo que se dinamice la oferta turística del cantón.

PROGRAMAS	PROYECTOS
1. Programa Ordenamiento del Turismo y Fortalecimiento Institucional	1.1. Optimización de los usos turísticos del suelo
	1.2. Zonificación Turística
	1.3. Incentivo a la creación de alianzas estratégicas de los actores turísticos del cantón.
2. Programa de Desarrollo Cultural, Rescate de la Identidad y Fortalecimiento de las capacidades del Talento Humano	2.1. Rescate de la identidad cultural de las etnias indígenas del cantón.
	2.2. Puesta en valor de la riqueza cultural de las comunidades shuar
	2.3. Diseño y construcción de un centro de saberes ancestrales en la comunidad Martín Ujukam
	4.5.2.4. Capacitación técnica y formación del talento humano
3. Programa de Desarrollo Turístico y Mejoramiento de Infraestructura	3.1. Adecuación de Senderos y señalización turística
	3.3. Mejoramiento de la infraestructura aeroportuaria, de Cumarbatza.
	3.4. Fortalecer los productos turísticos existentes e impulsar la creación de nuevos productos.
	3.5. Promoción, Difusión y Comercialización Turística.
	4.1 Proyecto de Educación Ambiental
4. Programa de Gestión Ambiental	4.2. Evaluación de Impactos Ambientales en áreas protegidas- estudios de capacidad de carga
	5.1. Impulso y fortalecimiento al desarrollo de PYMES y microempresas turísticas.
5. Programa de Desarrollo Económico Productivo	5.2. Vinculación de las actividades agropecuarias al turismo

Gráfica 3. Programas y proyectos para el desarrollo turístico del cantón Zamora.

4 | CONCLUSIONES

La planificación turística es un factor primordial en el desarrollo turístico de un destino. El ordenamiento turístico del cantón Zamora se ve como una herramienta estratégica para el despegue de la actividad turística de este sector.

La identificación de zonas y productos turísticos aportan a la diversificación de las actividades económicas, productivas y turísticas de la zona. Al establecerse cuáles son las vacaciones turísticas del territorio se permite realizar un adecuado aprovechamiento de los recursos naturales y culturales existentes en la zona de estudio. (Suasnavas, M. G., Maldonado-Erazo, C. P., & Ochoa, T. J. 2018).

La participación activa de todos los actores involucrados en la cadena de valor de la actividad turística aumenta el empoderamiento y fortalecen los procesos de planificación.

Esta propuesta de zonificación turística es una herramienta de desarrollo de la actividad turística del cantón Zamora, y constituye una línea base para el ordenamiento turístico del cantón, que resulta imprescindible para que el turismo se lleve a cabo de una manera organizada y sustentable. Contribuirá al ingreso de recursos económicos y por ende a mejorar las condiciones de vida de sus habitantes, tal como lo manifiesta Alvarado et al. (2013: 89) [...] son de gran importancia las estrategias sobre la ordenación del destino turístico, en la que se debe prestar gran atención al papel de los agentes sociales locales y al entramado organizativo y competencial de las administraciones, cuando se decide el futuro de un territorio y se acepta el compromiso de la transformación o reorganización turística del territorio.

Este estudio, contribuye a la equidad social e igualdad de oportunidades de todos los habitantes del cantón Zamora, ya que el turismo es un eje transversal que permite el desarrollo de toda la comunidad, generando fuentes de trabajo, la participación ciudadana, siendo los habitantes los actores principales del progreso, permitiendo el desarrollo integral de las personas, apropiamiento de la identidad cultural, solidaridad, sentido de comunidad, equidad de género, factores que promueven mejorar la calidad de vida de los habitantes.

Finalmente, esta investigación refleja los resultados de la implementación de metodologías validadas para la identificación de potencialidades turísticas y la determinación de la acción participativa en la identificación de una propuesta turística viable, cuyo propósito es la creación de alternativas de desarrollo económico, social y productivo del territorio.

REFERENCIAS

Alvarado Sánchez, M., Flores Abogabir, M. L., & Miranda Álvarez, P. (2013). *Propuesta de Zonificación Turística como Modelo de Planificación Territorial para Comunidades del Golfo de Nicoya*.

Boullón, R. (2004). *Planificación del Espacio Turístico*. Mexico: Trillas.

Carchi, B., & Figueroa, J. (s.f.). *Plan De Desarrollo Turístico Del Cantón Zamora*, Provincia Zamora

Chinchi. Recuperado el 12 de octubre de 2014, de Repositorio ESPEC: <http://repositorio.espe.edu.ec/bitstream/21000/7499/2/T-ESPE-HC-002348.ppt>

Gobierno Autónomo Descentralizado del Cantón de Zamora. (2012). Plan de ordenamiento y desarrollo territorial de la provincia de Zamora Chinchipe. Zamora.

Gurría, M. (1996, octubre). Turismo Moderno de Orientación Ecológica, Un caso de estudio en Colombia. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, Vol. 5, N° 4, Buenos Aires: Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos.

Gurung DB, Scholz RW. (2008). Community-based ecotourism in Bhutan: expert evaluation of stakeholder-based scenarios. *Int J Sustain Dev World Ecol.* 15:397–441.

Guitierrez, J. (2009). *Guía Metodológica para el Ordenamiento Turístico de un Territorio*. Bolivia.

INEC. (2010). *Censo de Población y Vivienda, 2010*. Recuperado el 28 de Diciembre de 2014, de <http://www.ecuadorencifras.gob.ec/censo-de-poblacion-y-vivienda/inec/pdfs/empleoMetodologia.pdf>

Ministerio de Turismo del Ecuador. (12 de Enero de 2007). *Plan Estratégico de Turismo*. Obtenido de Ministerio de Turismo- Ecuador: <http://www.turismo.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/02/PLANDETUR-2020.pdf>

MINTUR, Gerencia Nacional (2004). *Metodología para inventario de atractivos turísticos*. Ecuador: Ministerio de Turismo.

MINTUR. (06 de Noviembre de 2007). <http://www.turismo.gob.ec>. Recuperado el 15 de octubre de 2017, de http://www.turismo.gob.ec/index.php?option=com_content&view=article&id=389&Itemid=79

MINTUR- Gerencia Nacional de Recursos Turísticos. (2004). *Metodología de Inventarios de Atractivos Turísticos*. Quito.

Ramírez, C. M. (2007). Ordenamiento Territorial. *Diálogo de Políticas*, 6.

SENPLADES. (2009). Plan nacional del buen vivir. Quito.

Suasnavas, M. G., Maldonado-Erao, C. P., & Ochoa, T. J. O. (2018). Ordenamiento Turístico del Cantón Zamora, Provincia de Zamora Chinchipe, Ecuador. In *Cultural Routes & Heritage Tourism & Rural Development: Book of Proceedings*. Caceres, Spain, February 27-28, 2018 (pp. 210-212). Publishing House of the Research and Innovation in Education Institute.

Suasnavas Rodríguez, M. G. (2015). Ordenamiento del Desarrollo Turístico del cantón Zamora Provincia de Zamora Chinchipe (Master's thesis, Universidad del Azuay).

CAPÍTULO 11

CONFLITOS AGRÁRIOS, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: BRAVOS CAMPONESES E A LUTA PELA(O) TERRA/TERRITÓRIO EM BALSAS NO MARANHÃO – BRASIL

Data de aceite: 01/12/2021

Vanderson Viana Rodrigues

Mestrando em Geografia - Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGG/UEPA – Belém/PA; Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA- São Luís/MA; Graduando em Direito Bacharelado pela Faculdade Laboro - São Luís/MA; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais no Campo – GEPQAM/UEMA/CNPQ e do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia – GPTECA/UEPA/CNPQ; Bolsista de Mestrado FAPEMA sob o Edital 12/2020 – 2021/2022

Eliezer Henrique da Silva Sousa

Graduando em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA- São Luís/MA; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais no Campo – GEPQAM/UEMA/CNPQ; Bolsista do programa institucional de balsas de Iniciação Científica - IC BIC/UEMA/FAPEMA

Ademir Terra

Professor Doutor adjunto do departamento de Geografia e História – DHG/UEMA; docente permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPDSR/UEMA; Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais no Campo – GEPQAM/UEMA/CNPQ

RESUMO: Neste trabalho realizamos um levantamento dos conflitos agrários que envolvem camponeses na busca por afirmação cultural e territorial, que resistem em seus territórios e os grandes produtores de grãos, tendo como cenário o município de Balsas – MA. Os conflitos aqui analisados têm sua gênese ligada às políticas de povoamento e incentivos agrícolas efetivadas pelos governos militares no período de 1970, quando Balsas recebeu um grande número migrante vindos do sul do país, os quais trouxeram consigo a “cultura da soja” e na região encontraram apoio para desenvolver seus projetos econômicos. A partir de então instalam-se novos e mais complexos conflitos socioespaciais que permanecem até os dias atuais, pois as atividades desempenhadas pelos produtores de soja nem sempre têm sido executadas com os melhores critérios do ponto de vista de preservação da natureza e da valorização da territorialidade preexistente, o que de certa forma, contribui para criar novos conflitos além do agravamento daqueles que já se faziam presente, como por exemplo o acirramento das mazelas urbanas ao impelir os camponeses em direção a cidade. Fato esse que contribuiu para o agravamento da realidade socioeconômica dos camponeses, que pressionados pela grande massa de produção mecanizada, são inviabilizados de manter seu modo de vida e a forma de uso da terra. Contudo os camponeses balsenses têm se articulado entre si e com entidades que os apoiam, e assim, vem resistido bravamente para manter suas tradições e autonomia, frente a esse novo cenário no município.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos agrários, Camponeses, Agronegócio.

AGRARIAN CONFLICTS, VIOLENCE AND CRIMINALITY: BRAVE PEASANTS AND THE STRUGGLE FOR LAND/TERRITORY IN BALSAS IN MARANHÃO - BRAZIL

ABSTRACT: In this work we carried out a survey of agrarian conflicts that involve peasants in the search for cultural and territorial affirmation, who resist in their territories and the large grain producers, against the backdrop of the municipality of Balsas – MA. The conflicts analyzed here have their genesis linked to the settlement policies and agricultural incentives implemented by the military governments in the period of 1970, when Balsas received a large number of migrants from the south of the country, who brought with them the “soybean culture” and in the region found support to develop their economic projects. Since then, new and more complex socio-spatial conflicts have arisen that remain to this day, as the activities carried out by soy producers have not always been carried out with the best criteria from the point of view of nature preservation and territoriality valorization preexisting, which in a way, contributes to creating new conflicts in addition to the aggravation of those that were already present, such as the intensification of urban ills by pushing peasants towards the city. This fact contributed to the worsening of the socioeconomic reality of the peasants, who, under pressure from the large mass of mechanized production, are unable to maintain their way of life and the way they use the land. However, the Balsense peasants have articulated among themselves and with entities that support them, and thus, they have been bravely resisting to maintain their traditions and autonomy, in view of this new scenario in the municipality.

KEYWORDS: Agrarian conflicts, Peasants, Agribusiness.

INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa averiguou-se os conflitos socioespaciais entre camponeses e sojicultores no município de Balsas no Maranhão, os processos de territorialização e configurações sociais associadas às principais atividades agropecuárias desenvolvidas no município. Nesta análise os conflitos socioespaciais abordados serão compreendidos enquanto parte das dinâmicas de territorialização e os processos de mudança nos modos de produção, como transformações espaciais provocadas pelas práticas dos atores sociais.

Objetivou-se levantar e analisar os principais conflitos socioespaciais que insurgem envolvendo as famílias camponesas e os sojicultores em razão da territorialização e espacialização da agricultura científica globalizada no município de Balsas no Maranhão. Para alcançar tal objetivo, fez-se necessário empreender reflexões teóricas visando caracterizar conflitos socioespaciais; traçar um perfil dos principais conflitos; confrontar as distintas percepções acerca destes conflitos socioespaciais entre lideranças de camponeses e sojicultores do município.

Para tanto, empregou-se como método o materialismo histórico, pois este possibilita analisar como o homem se organiza na produção e reprodução do capital, além do seu caráter histórico (como ele se organiza através dos tempos). No percurso metodológico

deste estudo, empreendeu-se em um primeiro momento uma pesquisa de caráter bibliográfico em busca de dados secundários, realizada em livros, periódicos, anais de eventos e projetos, anuários e outros documentos elaborados pelo poder público e as sociedades civis. (PISCIOTTA, 2003).

Desta forma, para o desenvolvimento da pesquisa e a obtenção dos objetivos propostos, foram realizados levantamentos bibliográficos sobre território, disputas por terra, produção de soja no Maranhão, expansão da soja no Maranhão, conflitos agrários e campesinato, em sites, anuários, periódicos, artigos (principalmente aqueles disponíveis no portal de periódicos da Coordenação Pessoal de Nível Superior – CAPES), livro e outros. Com o intuito de compreender os fundamentos desses conceitos, percebemos a necessidade de realizar leituras diversas, trazendo conceitos e temas de várias áreas da Geografia, e de outras ciências, como História, Agronomia, Economia, Sociologia, Direito, Ciência Política, dentre outras.

Nas atividades de campo foi possível uma maior aproximação com o público alvo da pesquisa o que proporcionou uma visualização da realidade, bem como das peculiaridades do recorte espacial proposto. Além de aplicar questionários aos camponeses, realizou-se entrevistas com lideranças de importantes organizações que atuam na defesa do campesinato no município, com destaque para: a presidente da Associação Camponesa – ACA, o coordenador e um agente da Comissão Pastoral da Terra – CPT local, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR de Balsas. Entrevistou-se também representantes dos produtores de *commodities* do município: o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Balsas – SINDIBALSAS e um representante da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado do Maranhão - APROSOJA – MA.

Com base em tais pressupostos é que se procedeu a análise dos conflitos pela posse da terra oriundos dos processos de mudanças no município de Balsas no Maranhão, provocados pela territorialização e espacialização da lavoura científica globalizada. A análise desses processos se pautou na compreensão dos principais atores sociais envolvidos, (camponeses e sojicultores) dando ênfase aos grupos sociais marginalizados (LITTLE, 2006), os mais afetados pelas relações assimétricas de poder (ZHOURI e OLIVEIRA, 2007), e analisando as especulações de legitimação das práticas sociais de apropriação do espaço e seus recursos naturais, para que as inter-relações fossem mapeadas e as conexões entre as esferas locais, regionais e nacionais fossem compreendidas.

A TERRITORIALIZAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DA LAVOURA CIENTÍFICA GLOBALIZADA NO MUNICÍPIO DE BALSAS NO MARANHÃO

A região sul do estado do Maranhão, que abrange hoje a Microrregião dos Gerais de Balsas, durante séculos teve suas terras utilizadas para a pecuária extensiva desenvolvida em latifúndios voltados para o abastecimento de centros urbanos nordestinos, além de pequenas lavouras praticadas por camponeses que tiravam da terra os recursos necessários

para sua subsistência e moradia, cujo modo de vida foi fundamental para a manutenção do bioma do cerrado, característico da região.

O solo da região até então considerado inadequado para o cultivo de lavouras comerciais, a partir dos anos 1970, em razão do avanço tecnológico e da modernização da agricultura, tornaram-se atrativos às novas frentes de expansão agrícola.

O cultivo da soja se expandiu rapidamente como resultado da combinação de preços, e subsídios governamentais diretos e indiretos, especialmente no que se refere a investimentos, e parceria entre o Estado e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para o desenvolvimento de novas variedades de cultivares de soja, adaptadas às condições da região,

Contudo, houve uma corrida de indivíduos com interesses diversos na região, Costa (1998, p. 46) assevera que foram atraídas “[...] empresas industriais, bancárias e comerciais em muitos casos de setores de ponta do desenvolvimento nacional, a par de grupos familiares latifundiários poderosos nas áreas antigas do País”.

Os sojicultores, oriundos do Sul do Brasil se deslocaram em busca de melhores oportunidades de desenvolvimento econômico que poderiam ser viabilizadas com a aquisição de terras. Todavia, os diferentes grupos sociais que participaram do processo de ocupação e colonização do município de Balsas - MA, ao longo dos anos, foram sendo distribuídos espacialmente a partir da dinâmica de territorialização e de suas práticas sociais e ambientais.

A partir dos anos de 1990, a produção do campo se torna, essencialmente, uma atividade empresarial que promove um intenso processo de concentração da posse da terra e de violentos conflitos entre especuladores de terras, sojicultores, populações tradicionais, trabalhadores rurais, lideranças sindicais e membros das Igrejas Católica e Luterana de Balsas.

Ou seja, a territorialização e a espacialização da nova dinâmica agrícola, com viés produtivista, na região por intermédio dos migrantes sulistas “levaram a um forte impacto social através da confrontação destes novos migrantes com as populações índias e caboclas já estabelecidas - confrontação que se reflete no crescimento dos conflitos pela posse da terra” (SALATI, 1990, p. 36).

OS CONFLITOS SOCIOESPACIAIS NO TERRITÓRIO BALSENSE

Moreira apud Rodrigues e Alencar (2007), afirma que o espaço nasce da tensão entre o local e a disposição, e que a seletividade é um processo importante que se dá devido às diferenças das estruturas. Essas diferenças são o resultado de inúmeros fatores de classificação espacial que vão desde os fatores físicos aos econômicos. A seletividade se dá de acordo com a demanda do modo de produção predominante do local.

Os atributos que cercam o município de Balsas são atraentes à expansão do

agronegócio uma vez que a localização do município o agrega características exigidas por esta atividade econômica, uma delas é a interligação das rodovias no município o que o torna privilegiado por facilitar o escoamento dos grãos até o complexo portuário de São Luís, este que é o quinto porto em movimentação de carga do Brasil, e que serve 10 estados Brasileiros (ANTAQ, 2015) é uma das mais significativas vantagens da região requeridas pelo agronegócio, o que tornou o município de Balsas o principal produtor da soja do Maranhão, contudo essa produção também tem se estendido para municípios de Tasso Fragoso e Riachão localizados na Microrregião Geral de Balsas - MA.

O conflito pela imposição de determinadas culturas agrícolas é uma das categorias de conflitos existentes entre o agronegócio e o campesinato na região de Balsas, é um conflito que se dá de forma encoberta, sem muito alarde, para não chamar a atenção da sociedade em geral, pois só é percebido quando se empreende uma análise comparativa dos dados disponíveis. Contudo, a luta do camponês contra o avanço do agronegócio sobre suas terras é para ele uma forma de manutenção dos seus meios de produção e de seu modo de vida, e desta forma, ser o compositor da sua própria história, ou seja, não submetendo sua vida aos caprichos do grande capital, que não mede esforços para esmagar o seu lugar e sua cultura.

Esse conflito é entendido como “[...] ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção” (CPT, 2007, p. 10), se caracteriza de muitas maneiras, primeiramente o conflito espacial pela produção, que se dá de forma mais violenta e mais cruel, pois mata, desaloja, e deixa marcas.

A dimensão da luta pela terra em Balsas no Maranhão, bem como, a forma banal com que esta questão é tratada pelas agências das diferentes escalas de governos pode ser avaliada através da confrontação dos dados expostos no Gráfico 1, sobre a evolução do número de conflitos pela terra e da criação de assentamentos rurais.

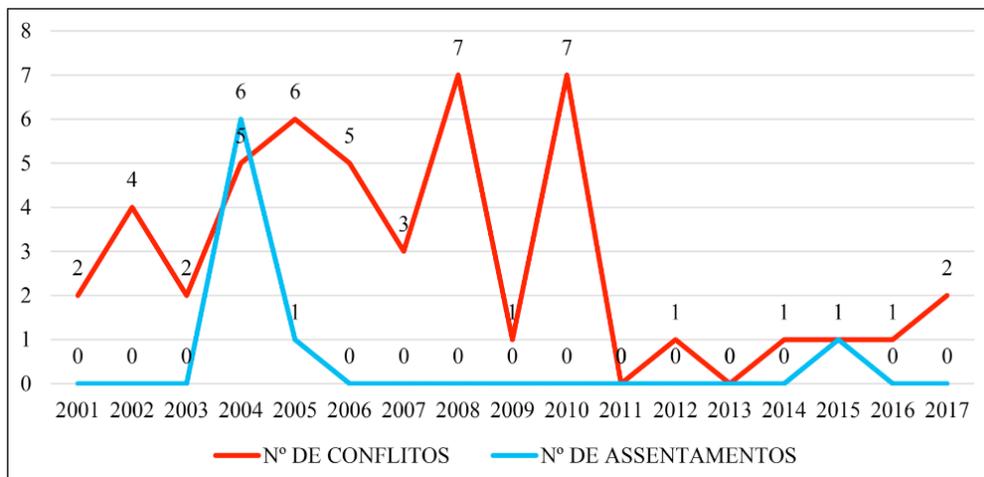


Gráfico 1- Evolução dos conflitos agrários e da criação de assentamentos rurais no município de Balsas entre 2001 e 2017

Fonte: CPT, 2017

Org.: RODRIGUES, 2017

O Gráfico revela que no município entre os anos 2001 a 2017 foram registrados 48 (quarenta e oito) conflitos fundiários, com alguns picos nos anos de 2008 e 2010, quando ocorreram 7 (sete) conflitos, porém nos últimos anos houve uma trégua, quando então registrou-se uma queda na ocorrência de conflitos. Não tardou muito para a efervescência da luta pela terra retomar seu ritmo, pois somente nos seis primeiros meses de 2017 foram registradas 2 (duas) ocorrências, as quais ainda estão sob investigação, cujo resultado raramente é favorável aos camponeses, como os dados do Gráfico 1 comprovam, pois no mesmo período foram criados apenas 8 (oito) assentamentos rurais, contrariando a lógica da paliativa criação de assentamentos rurais, mecanismo de apaziguamento pontual das disputas territoriais no campo, e ao mesmo tempo, uma alternativa ao não enfrentamento definitivo da questão, que somente viria através uma verdadeira reforma agrária.

Alguns conflitos são decorrentes da aquisição das terras por parte dos fazendeiros para implantação de campos de produção de soja nas proximidades dos assentamento rurais criados pelo INCRA, NEPE e ITERMA, tal localização é responsável inúmeros problemas que afetam os camponeses de diferentes formas, como por exemplo: o impedimento da criação dos animais de modo tradicional, ou seja, soltos nas áreas de chapada, prática esta que compõe o sistema de produtivo das famílias camponesas, no qual, as roças é que são cercadas, enquanto os animais pastoreiam nas áreas de uso comum, que no caso em análise se dá nas áreas de chapadas. Na situação atual ocorre o inverso, pois os campos de soja estão instalados justamente nas chapadas e não são cercados, desta forma, a criação dos animais dos camponeses é que devem ser limitadas.

Os assentamentos rurais têm a função de abrigar as famílias que em sua maioria lutam a anos para se manterem territorializadas em áreas que já ocupam, porém sem documentos que garantam sua posse, ou por aqueles, a maioria, que buscam sua territorialização para dar continuidade ao modo de vida camponês que em algum momento de sua vida ou das famílias que descendem fora interrompido, direito este que lhes são assegurados pela Lei nº 4.504/64 que traz em seu artigo 2º a garantia de que:

É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista na lei.

§1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a. favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b. mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c. assegura a conservação dos recursos naturais;
- d. observa as obrigações legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam (BRASIL, 1964).

Os assentamentos são regulamentados pelo INCRA ou pelos Institutos de Terras – ITs dos estados, criados a partir de decretos assinados pela presidência da república no que cabe a casa cível de assuntos jurídicos. Segundo Leite (2012) estão atrelados, por um lado, a atual ação estatal direcionada ao controle e a delimitação do novo “espaço” criado e, por outro, às características dos processos de luta e conquista da terra empreendidos pelos trabalhadores rurais. No entanto por conta da má aplicação e má distribuição das políticas públicas, inúmeros assentamentos enfrentam dificuldades para serem implantados e para serem equipados com estruturas que visem uma melhor qualidade de vida para os assentados.

Segundo Terra (2009):

Hoje, o processo de reflexão sobre o agrário, entendido na dimensão da luta social pela conquista da terra e da permanência nela, (re)dimensiona-se na proporção que a discussão pela reforma agrária intensifica-se, não apenas na distribuição de terras, mas também na potencialização de seus projetos. (TERRA, 2009, p. 44)

Assim em Balsas evidencia-se que a implantação do cultivo da soja na região trouxe consigo novas práticas agrícolas. Assim, a “roça” local, praticada pelos camponeses, passou a ter como vizinho o agronegócio representado hegemonicamente pela *commoditie* da soja. Esses campos de soja que vigosamente se espacializou nas áreas de chapadas, e estas, em razão das suas características edafoclimáticas, pelo uso de agroquímicos para correção da acidez do solo e de agrotóxicos para livrar das “pragas” e de vegetação indesejada se tornaram o *lócus* ideal para o cultivo da leguminosa.

Se por um lado o emprego dessas inovações refletem no aumento da produtividade,

e conseqüentemente em lucratividade para os produtores do setor, por outro lado, trouxe uma série de problemas como o desmatamento da vegetação do cerrado, contaminação do lençol freático, expulsão dos camponeses de seus territórios, entre outros problemas mais gerais que já são de domínio público, todavia, existem aqueles que não aparecem nos dados das estatísticas oficiais, mas que igualmente afetam endemicamente os camponeses assentados ou não da “reforma agrária”, como a morte de animais por envenenamento, muitas vezes de modo proposital por parte do seus novos vizinhos, que por vezes, empregam até mesmo o uso de armas de fogo; a contaminação dos mananciais que os abastecem, afetando assim a saúde das famílias camponesas; a destruição de suas lavouras pelas pragas que infestam suas lavouras em virtude de serem afugentadas das grandes lavouras pelo emprego do agrotóxico, obrigando os camponeses também recorrer ao uso destes produtos, o que lhes impedem de se dedicarem ao cultivo de uma lavoura orgânica etc. Estes problemas, são parte do corolário das causas que promovem os conflitos que envolvem os camponeses e os produtores de *commodities* na região.

Segundo a CPT, de 2001 a 2017 cerca de 3.350 famílias camponesas entraram em conflitos por terras no município de Balsas no Maranhão, e que a maioria destas famílias foram desterritorializada para ceder espaço às lavouras de soja.

As políticas brasileiras voltadas para a questão agrária, não abrangem as especificidades das disputas por terras no Maranhão. Fato esse que somente contribuiu para agravar ainda mais a precária situação dos camponeses assentados ou não pela política de distribuição de terra, os quais são pressionados pela grande massa de produção mecanizada, e constantemente questionados quanto à relevância do seu modo de vida e de uso da terra.

Considerando os dados levantados ao longo desta pesquisa, evidencia-se que os conflitos socioespaciais que envolve os camponeses no município de Balsas no Maranhão, ocorrem principalmente em virtude do avanço do agronegócio na região, tais conflitos, de acordo com os dados da (CPT, 2016), tiveram o seu ápice no ano de 2010, culminando com a ocorrência de 7 (sete) conflitos envolvendo uma área de aproximadamente 10.158 hectares de terras e 902 famílias. Contudo em razão da espacialização do agronegócio para outros municípios da Microrregião Gerais de Balsas os conflitos socioespaciais também se territorializam e especializam no demais municípios da microrregião.

CONFLITOS AGRÁRIOS, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA COMUNIDADE CAMPONESA DE GADO BRAVINHO

Tais conflitos são evidenciados antes mesmo da criação da PA, pois o Município de Balsa teve sua configuração socioterritorial modificada com a chegada de novos atores social, assim a área que hoje abriga o assentamento, mesmo já sendo habitada por camponeses à décadas, foi adquirida por um fazendeiro por volta do ano de 1970, tal

assertiva é corroborada pelo depoimento de um camponês assentado no PA Gado Bravinho:

A terra estava aqui, não tinha dono, nós mesmos que morávamos aqui. Um dia nós estávamos aqui sentado na frente de casa, quando chegou um “carrão” e de lá desceram uns cinco homens, uns moços todos chiques, de terno, um deles veio e pegou na minha mão, perguntou meu nome e depois sentou, eu pedi pra mulher passar um café para eles e, nós ficamos conversando, conversa vai e vem, um deles perguntou se eu tinha o documento da terra, eu disse que não tinha, mas que já morava aqui a mais de 40 anos, e que outras pessoas que moravam ali tinham documento, mas não era da terra toda, daí ele disse que comprou essa terra e tinha vindo olhá-la. (Entrevista realizada em 08 de fevereiro de 2018, com uma camponesa do assentamento Gado Bravinho - Balsas)

Contudo, mesmo após a aquisição da área pelo fazendeiro na década de 1970, os camponeses continuaram habitando na parte baixa da propriedade, num total de aproximadamente 10 famílias, aquelas que supostamente possuíam a documentação das terras continuaram habitando na área e desenvolvendo suas atividades sem serem incomodadas. Os camponeses relatam que a propriedade era improdutiva, e que ninguém da parte do fazendeiro habitava na fazenda, não havia se que uma sede.

Por volta dos anos 2000 o tal fazendeiro que havia visitado os camponeses teria dito que sua propriedade estava à venda e que, por isso, os camponeses teriam que sair da área. A partir deste momento inicia-se a luta e resistência dos camponeses pela manutenção de suas famílias na área, os quais pediram ajuda à igreja católica e às entidades (CPT, STTR e ACA) que já auxiliava outras famílias do município em suas lutas.

Os camponeses como forma de luta resistiram em sair da terra, fortaleceram a luta com a junção de outras famílias que haviam sido expulsas de fazendas vizinhas, foram até a regional do INCRA em Imperatriz-MA e pressionaram para a criação da PA (o projeto de solicitação da criação foi enviado no ano de 2007 pelo STTR ao INCRA). Nesse processo de luta e manutenção das famílias na localidade elaborou-se o projeto final da PA em 2010, após a realização do laudo agrônômico e do memorial descritivo da área. O decreto de criação foi assinatura pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2011.

Um detalhe no processo de criação da PA nos chamou atenção, segundo o memorial descritivo no item 3.13 - Superposição de áreas a outros imóveis (Resolução / INCRA/ CD/Nº 3/2006 e Instrução Normativa nº 28 de 24 de janeiro de 2006) temos a seguinte afirmação:

Foram apresentados documentos de ocupantes do imóvel em epígrafe, os quais constam no bojo do processo, no entanto as áreas não foram demarcadas, pois as mesmas não existem plantas e memorial descritivo, todavia, as benfeitorias e suas respectivas localizações estão calçados no mapa procedente do levantamento topográfico através do GPS (INCRA, 2013, p. 37).

Isto reflete a negligência do INCRA na hora de realizar a desapropriação da fazenda, que mesmo relatada no processo como um local de conflitos fundiários não teve a

problemática resolvida, pelo contrário o órgão público nem se quer teve a preocupação de levantar as informações e realizar a resolução do conflito, deixando tal circunstância sobre as costas dos camponeses que nada tem a ver com tal problema, mas sofrem por não terem autonomia em sua totalidade sobre “sua área” e seu território.

Dois áreas de conflitos estão dentro do próprio assentamento (Figura 1).

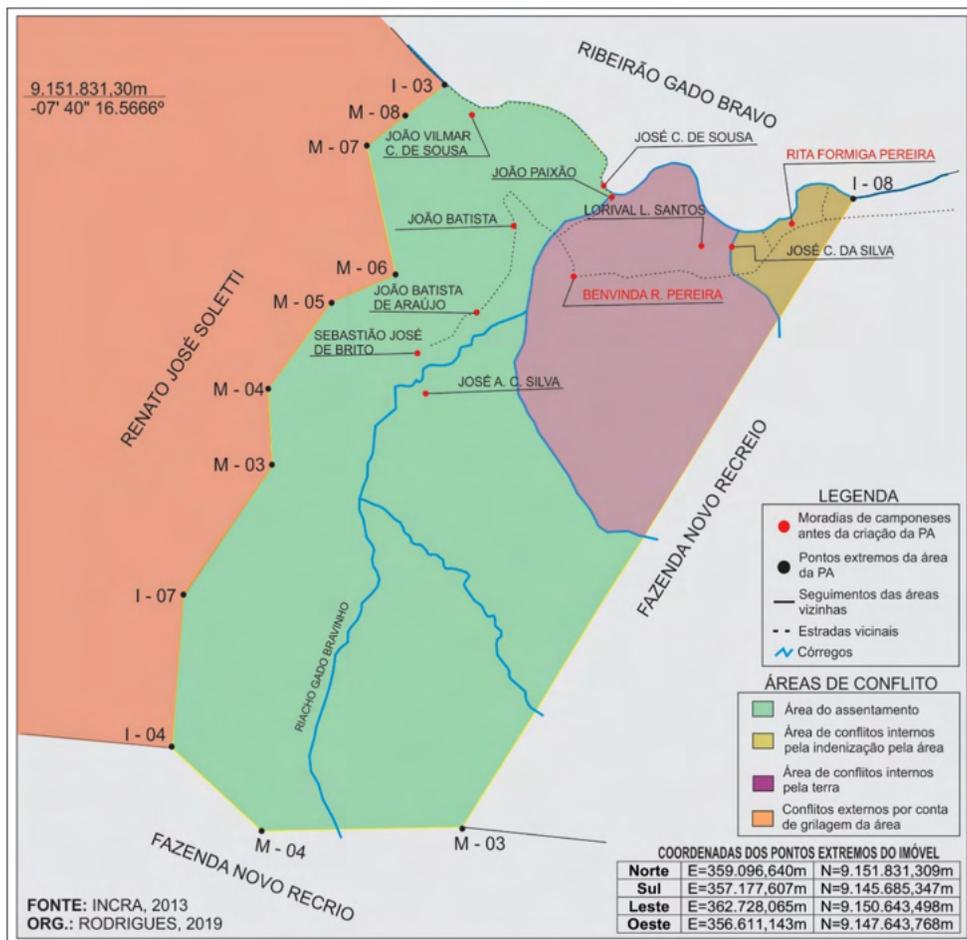


Figura 1 – Sobreposição e conflitos nas áreas na PA Gado Bravinho

Fonte: INCRA, 2013

ORG.: RODRIGUES, 2019

Na primeira visita que realizamos no PA em 2017, os únicos conflitos presentes na área eram esses dois, contudo a conjuntura se complexificaram no ano de 2018.

Como podemos vislumbrar nas Figura 10, na área destacada em laranja temos a principal zona de conflito, e de confronto estabelecida no assentamento. Trata-se de um

conflito fronteiriço onde um fazendeiro com propriedade vizinha ao assentamento, tem ameaçado os camponeses da PA, por meio de jagunços, tiros para o alto e todo tipo de pressão psicológica.

Em 16 de janeiro de 2018, foi registrado no 1º Distrito Policial de Balsas, um boletim de ocorrência que trata de um incidente de ameaças e queima de moradias (Fotos 1 e 2) de alguns camponeses do assentamento, segundo um assentado a ocorrência foi por conta da tentativa de um fazendeiro vizinho em mudar acerca do assentamento de local, avançando para dentro da área dos assentados cerca de 300 metros.



Foto 1 – Vista dos restos da primeira casa queima na PA
Fonte: CPT, 2018



Foto 2 – Registro de restos de moradia de um camponês após fogo
Fonte: CPT, 2018

Em 22 de janeiro do mesmo ano, novamente famílias da PA sofreram ameaças de jagunços, tais famílias foram expulsas de suas moradias e tiveram todos os seus bens queimados junto com a própria casa (Fotos 3 e 4).



Foto 3 – Casas queimada após expulsão de camponeses da área da PA
Fonte: CPT, 2018



Foto 4 – Parte interna da casa
Fonte: CPT, 2018

Essa situação foi relatada com mais calma por uma camponesa assentada no Gado Bravinho, numa visita que realizamos em 24 de fevereiro de 2019, a senhora desabafou dizendo: “esse homem quer as nossas terras para plantar soja, e onde não dá para plantar soja, ele vai transformar numa reserva de floresta para enganar as autoridades.” Entendemos que a ausência do poder público na área e a negligência dos mesmos tem agravado cada dia mais a questão fundiária do assentamento, deixando os camponeses em uma situação de abandono e encurralados em meio ao conflito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados até aqui analisados, conclui-se que os conflitos socioespaciais entre os camponeses e sojicultores no município de Balsas no Maranhão, de modo geral, se dá em virtude da ausência de uma reforma agrária, pois consideramos que a política de distribuição de terras, utilizada para amenizar tensões locais, que historicamente se adotou no Brasil, passa ao largo daquilo que poderíamos considerar como uma reforma agrária, não passando de uma pura e simples redistribuição de terras, e quando isso ocorre, se dá muito mais pela pressão promovida pelos movimentos sociais, ou seja, os assentamentos quando são criados, isto se dá muito mais em resposta às disputas territoriais que se desdobram em conflitos, do que por força de uma legislação que objetiva promover uma efetiva reforma agrária, assim sendo, a referida política de distribuição de terra é inócua, pois não promove a desconcentração da propriedade da terra no país,

A criação do PA Gado Bravinho no município de Balsas é um exemplo desta políticas emergenciais, sua criação se deu em virtude do recrudescimento das lutas no município que impeliu o INCRA a agir para evitar maiores consequências, todavia, tanto o INCRA na escala da união quanto o ITERMA na escala estadual, que são órgãos que deveriam atuar na realização de uma verdadeira reforma agrária, estão sucateados e enfraquecidos e muitas vezes cooptados pelo agronegócio, em detrimento das comunidades camponesas sejam elas comunidades tradicionais, quebradeiras de coco, geraizeiros, ribeirinhos, pescadores, quilombolas etc.

No Maranhão essa situação parece não ter soluções, pois o próprio governo negligencia investimentos em reforma agrária. A luta em busca da posse legal da terra e, pela afirmação da identidade tradicional cultural das diversas comunidades campesinas, se tornou uma luta ferrenha e sangrenta pois se desdobra em violência e impunidade. A CPT em diversos de seus relatórios anuais tem colocaram o Maranhão no primeiro no ranking dos conflitos agrários do país, principalmente no ranking de assassinato no campo. Isso mostra que muito pouco ou nada se tem feito para minimizar tais problema.

A falácia da reforma agrária, a violência policial, presente nos últimos registros de conflitos e a seletividade do Estado sobre a quem beneficia com políticas agrícolas, indicam a continuidade do processo de dilaceramento da cidadania no campo. O abandono dos

mais necessitados e a expulsão dos camponeses revelam a situação drástica do campo maranhense e reafirma a necessidade da organização dos trabalhadores do campo e dos setores progressistas para debelar tal situação.

Por isso, entendemos a importância dos movimentos sociais de luta e resistência com o intuito de ajudar na busca do direito à posse legal da terra no município de Balsas. A participação da sociedade maranhense e da comunidade de intelectuais é de suma importância para de fato a mudar a atual realidade. Faz-se necessário perceber que a luta pela terra no município de Balsas tem se tornado uma tarefa difícil, isso porque, os latifundiários e os produtores de *commodities* – que em última análise se fundem num só – são de fato os destinatários das políticas governamentais estaduais voltadas para o campo no Maranhão.

REFERÊNCIAS

ANTAQ. **Boletim Informativo Aquaviário**: 3º Trimestre 2015, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/porta/Estadisticas_BoletimPortuario.asp> Acesso em: 03 de jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 08 jan. de 2018.

Comissão Pastora da Terra – CPT. **Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2007**. Goiânia 2007.

_____. **Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia, 2016.

_____. **Ocorrência de Conflito por Terra**. Serie: 1985 a 2016. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/36-conflitos-por-terra-ocorrencias?Itemid=-1>>. Acesso em: 05 de junho 2017.

COSTA, F. A. **Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos**. Cadernos NAEA, Belém, v. 1, n. 1, jun. 1998.

LITTLE, P. E. **Ecologia política como etnografia**: uma guia teórica e metodológica. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

LITTLE, P. E. **Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política**. (Org.) BURSZTYN, M. In: A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. p. 107-122. 2001.

PISCIOTTA, Kátia. **Pesquisa científica em unidades de conservação da Mata Atlântica paulista**. 2003. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RODRIGUES, S.J.D. & ALENCAR, F.A.G. Conflitos territoriais no espaço agrário maranhense. apud MOREIRA, R. **O espaço e o contra-espaço**: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. (2007)

SALATI, E., and Marques, J., 1984: **Climatology of the Amazon region**, in H. Sioli, Ed., The Amazon: Limnology and Landscape Ecology of a Mighty Tropical River and its Basin. W. Junk, Dordrecht, The Netherlands. 1990, p. 36-37.

TERRA, A. **REFORMA AGRÁRIA POR CONVENIÊNCIA E/OU POR PRESSÃO? ASSENTAMENTO ITAMARATI EM PONTA PORÃ – MS: “o pivô da questão”**. tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente 2009.

VERGARA, S. Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, P. **Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil mal: o caso das usinas hidrelétricas**. Revista Ambiente & Sociedade, v. 10, n. 2, p. 119-135, jul./dez. 2007.

MEDIDAS PARA LA REDUCCIÓN DE LA VULNERABILIDAD DEL ACUEDUCTO RURAL DE POTOSÍ, PARROQUIA LA FLORIDA, MUNICIPIO CÁRDENAS, ESTADO TÁCHIRA, VENEZUELA

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 09/11/2021

Carmelina González Ramírez

Universidad Nacional Experimental del Táchira
San Cristóbal, estado Táchira – Venezuela

Betty Judith Ramírez Chaparro

Universidad Nacional Experimental del Táchira
San Cristóbal, estado Táchira – Venezuela

Sandra Yusbeth Bustillos Leal

Universidad Nacional Experimental del Táchira
San Cristóbal, estado Táchira – Venezuela

Karena Rodríguez Acero

Universidad Nacional Experimental del Táchira
San Cristóbal, estado Táchira – Venezuela

Cleomary Oliveros Oliveros

Universidad Nacional Experimental del Táchira
San Cristóbal, estado Táchira – Venezuela

Daniela Rey Romero

Universidad Nacional Experimental del Táchira,
Venezuela
San Cristóbal, estado Táchira – Venezuela

RESUMEN: El acueducto rural de Potosí (ARPOT), construido en 1978, abastece a 200 habitantes. Se encuentra expuesto a amenazas naturales y antrópicas, situándolo en condición de vulnerabilidad ante la ocurrencia de eventos adversos. En virtud de ello, se formularon medidas de mitigación y emergencia para disminuir su fragilidad y proporcionar agua en mayor calidad

y cantidad a la comunidad de Potosí, utilizando un enfoque cuantitativo, nivel proyecto factible con fase descriptiva y diseño de campo con apoyo documental, concebido en términos de investigación de campo. Las técnicas de recolección de datos fueron: observación directa, entrevistas, fichas de inspección de campo y análisis de contenido, empleando instrumentos como: bitácora de campo, cámara fotográfica, GPS, guías de entrevista no estructurada, documentos y computadora. La metodología utilizada para determinar la vulnerabilidad operativa, física y administrativa del sistema fue la de la Organización Panamericana de la Salud (1994), identificando como potenciales eventos adversos: las lluvias intensas, crecidas extremas, disminución del caudal de la quebrada La Clavellina en períodos secos, deslizamientos, movimientos de masas, fallas mecánicas y contaminación del agua. El componente más crítico, de acuerdo a la jerarquización de riesgos, resultó ser la obra de captación, seguida de las tuberías de conducción y aducción. Se recomienda como medidas de mitigación: hacer un manejo integral de la microcuenca de la fuente de producción e implementar una vigilancia frecuente en el período lluvioso, mantener un mínimo de repuestos para ejecutar mantenimiento preventivo y correctivo a los componentes hidráulicos del acueducto y desinfectar el agua (presencia de coliformes totales y aerobios mesófilos), con el fin de realizar una gestión integral de riesgo de desastres.

PALABRAS CLAVE: Acueducto, amenaza, vulnerabilidad, mitigación, riesgo.

MEASURES TO REDUCE THE VULNERABILITY OF THE RURAL AQUEDUCT OF POTOSÍ, LA FLORIDA PARISH, CÁRDENAS MUNICIPALITY, TÁCHIRA STATE, VENEZUELA

ABSTRACT: The Potosí Rural Aqueduct (ARPOT), built in 1978, supplies 200 inhabitants. It is currently exposed to natural and anthropogenic hazards, making it vulnerable to adverse events. Therefore, mitigation and emergency measures were formulated to reduce its fragility and provide Potosí with better quality and quantity of water, using a quantitative approach, feasible project level with descriptive phase and field design with documentary support, conceived in terms of field research. The data collection techniques were: direct observation, interviews, field inspection cards and content analysis, using instruments such as: field logbook, photographic camera, GPS, unstructured interview guides, documents and computer. The methodology used to determine the operational, physical and administrative vulnerability of the system was that of the Pan American Health Organization (1994), identifying as potential adverse events: heavy rains, extreme floods, reduction in the flow of La Clavellina stream during dry periods, landslides, mass movements, mechanical failures and water contamination. The most critical component, according to the risk hierarchy, was the catchment works, followed by the conduction and adduction pipes. The following mitigation measures are recommended: comprehensive management of the micro-watershed of the production source and frequent monitoring during the rainy season, maintaining a minimum of spare parts for preventive and corrective maintenance of the hydraulic components that make up the aqueduct, and disinfecting the water (presence of total coliforms and mesophilic aerobes), in order to carry out comprehensive disaster risk management.

KEYWORDS: Aqueduct, hazards, vulnerability, mitigation, risk.

1 | INTRODUCCIÓN

Los sistemas de abastecimiento de agua se construyen para cumplir con la demanda existente en las comunidades. Para ello, se interconectan distintos componentes que permiten llevar el agua desde la fuente proveedora (nacientes, quebradas, ríos y pozos subterráneos) hasta el punto de consumo; debiendo conocer cómo se ven afectados ante la ocurrencia de eventos adversos naturales y antrópicos.

Por lo tanto, es imprescindible analizar la vulnerabilidad para determinar las deficiencias y su capacidad de respuesta ante emergencias o desastres; definiendo la vulnerabilidad como un factor interno de un sujeto, objeto o sistema expuesto a una amenaza, que corresponde a su disposición intrínseca a ser dañado (USAID, 2006). En este sentido, se determinó la vulnerabilidad física, operativa y administrativa del acueducto rural que abastece a la comunidad de Potosí, con el fin de proponer medidas de mitigación y de emergencia, para el manejo adecuado ante la ocurrencia de un evento adverso.

2 | METODOLOGÍA

La metodología empleada fue la establecida por la Organización Panamericana

de la Salud (1994) cuyas fases son: 1) Identificación de la organización que administra el acueducto y legislación vigente, 2) Descripción del área de ubicación del acueducto y población abastecida, 3) Descripción física del acueducto y su funcionamiento, 4) Estimación de la vulnerabilidad operativa: producción, continuidad y calidad del servicio. 5) Estimación de la vulnerabilidad física: identificación de las amenazas naturales y antrópicas, eventos adversos e impacto en los componentes y en el servicio. 6) Estimación de la vulnerabilidad administrativa de la organización institucional en cuanto a operación, mantenimiento y capacidad de respuesta. 7) Estimación y jerarquización de riesgos; y 8) Formulación de medidas de mitigación y emergencia.

3 I RESULTADOS Y ANÁLISIS

La vulnerabilidad del ARPOT, según metodología OPS (1996) es la siguiente:

Primera fase: Identificación de la organización y legislación vigente

El ARPOT es operado, mantenido y administrado por la Junta de Agua, conformada por dos usuarios. Dentro de la legislación venezolana que regula la gestión hídrica y el manejo de emergencias y acción contra desastres, puede citarse: Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (2009), Ley Orgánica del Ambiente (2006), Ley Orgánica de Prestación de Servicios de Agua Potable y Saneamiento (2001), Ley de Aguas (2007), Ley de la Calidad de Aguas y del Aire (2015), Ley de Gestión Integral de Riesgos Socio Naturales y Tecnológicos (2009), Ley de la Organización Nacional de Protección Civil y Administración de Desastres (2001), Decreto 883 Normas para la Clasificación y el Control de la Calidad de los Cuerpos de Agua y Vertidos o Efluentes Líquidos (1995) y Normas Sanitarias de Calidad del Agua Potable (1998).

Segunda fase. Descripción del área donde se encuentra instalado el acueducto y población abastecida

Características físico-naturales y socioeconómicas de la aldea El Potosí. Potosí, significa “riqueza extraordinaria”. Está localizada en la parroquia La Florida, municipio Cárdenas, estado Táchira, Venezuela. Es la aldea más grande y más antigua de la parroquia La Florida. Limita por el Norte con Mesa del Tigre, Parroquia Eleazar López Contreras del Municipio Sucre y con Loma del Buey de Cordero del Municipio Andrés Bello, por el Sur con Macanillo Parroquia Francisco Romero Lobo del Municipio San Cristóbal, por el este con la Aldea La Arenosa de la misma Parroquia La Florida y por el Oeste con el páramo La Maravilla y El Junco. Su capital Potosí, es un pintoresco pueblo andino, posee una población de 200 habitantes, fue fundada en 1856 por Don José Ramón Ramírez y está ubicado a una altura de 1460 msnm. (Ramírez, E., 2011).



Figura 1. Vista panorámica de Potosí, aldea El Potosí, parroquia La Florida y vista satelital.

Fuente: Google Earth

Geología: Rocas de edades diferentes que van desde el Cretáceo hasta el Cuaternario. Afloran las siguientes: **Formación Aguardiente:** areniscas calcáreas duras de gris a verde claro, en sectores de Las Cumbres y El Cazadero, y **Formación La Quinta:** conglomerados rojos oscuros con cantos redondeados y cementados, mucha biotita, areniscas arcillosas blandas rojo ladrillo, en capas espesas, localizadas en San Francisco y páramo Las Mayitas (Vera, 1994).

Geomorfología y Suelos: la aldea El Potosí se encuentra dentro de la Depresión Táchira, zona de fractura de origen eminentemente tectónico, con un complicado relieve y alta actividad sísmica; de allí la presencia de la Falla Boconó. Los suelos presentan un alto grado de lixiviación y se han desarrollado en áreas con una pendiente pronunciada, formados sobre sedimentos del Eoceno inferior medio, integrados por lutitas arenosas y areniscas. Predominan el grupo de color rojizo en San Francisco, constituidos por arcillas y limos en proporciones distintas.

Clima, Hidrografía y Vegetación: las precipitaciones alcanzan entre 882 y 1.370 mm anuales. Periodo lluvioso entre abril-octubre y temperatura entre 17 y 21°C, con un clima Sub Tropical según Köppen. Su hidrografía es muy rica, constituida por el río Potosí y quebradas La Almendras, Cuaja Piedras, La Honda, La Negra, El Muerto, La Brava (Oeste), La Paja y La Clavellina (Este); todos afluentes del río Uribante (hoya hidrográfica del río Orinoco). La Clavellina surte el acueducto rural de Potosí. La vegetación natural, según Holdridge, comprende bosque húmedo premontano, intervenido para la cría de ganado vacuno (SEGECFA, 1979).

Economía: destaca la ganadería de ceba y leche, aves de corral y cerdos; se cultiva la caña de azúcar, café, pastos, maíz, guineos, caraoatas y legumbres, procesamiento de la caña de azúcar, fabricación de aguardiente y quesos, entre otras actividades.

Vías de Comunicación, medios de transporte y de comunicación. Al ARPOT se accede por tres rutas agrícolas solo en vehículos de doble transmisión, dada la topografía irregular con presencia de pendientes mayores de 30° casi en su totalidad. Estas son: 1) **San Cristóbal–Chorro El Indio–Macanillo–Potosí– San Francisco**. Vía principal construida hace 60 años, aproximadamente 50 Km. La ruta es cubierta por Expresos La Florida. 2) **Cordero–Loma de Buey–Páramo Las Mayitas–Potosí**. 22 Km, posee pendientes pronunciadas. No existen cursos de agua y debido a que el Instituto Nacional de Parques no ha permitido mayor intervención en el bosque ni asentamientos poblacionales, permanece estable facilitando siempre el tránsito vial. El transporte lo realiza la línea “Páramo Las Mayitas”. 3) **San Cristóbal–El Zumbador–Sector Los Pinos–Mesa del Tigre–Potosí**. 140 Km, atraviesa a Mesa del Tigre, municipio Sucre, por las instalaciones del Acueducto Regional del Táchira.

Entre los medios de telecomunicación se cuenta con telefonía pública y privada, acceso a internet y televisión digital.



Figura 2. Carretera Páramo Las Mayitas Potosí vía Cordero (izquierda) y San Cristóbal–Chorro El Indio–Macanillo–Potosí– San Francisco (derecha).

Servicios básicos: Servicios de salud. Posee un ambulatorio rural tipo I, dependiente del Distrito Sanitario N° 9, CORPOSALUD–Táchira. **Instituciones educativas.** Se cuenta con educación inicial hasta la universitaria. **Energía eléctrica.** Es facilitada por CORPOELEC. **Servicio de saneamiento.** Existe un sistema de cloacas para recolectar las aguas residuales domésticas.

Tercera fase: Descripción física y operativa del sistema de abastecimiento (tabla 1)

El ARPOT fue construido en 1978 por el Ministerio de Sanidad y Asistencia Social.

Elemento hidráulico	Descripción	Fotografía
Fuente de Producción	La quebrada La Clavellina nace en el páramo El Portachuelo, municipio Andrés Bello, aproximadamente 1800 m.s.n.m. (Parque Nacional Chorro El Indio) con un caudal aproximado de 6,3 l/seg, medido en agosto de 2018. Se encuentra en buenas condiciones.	
Obra de Captación	Ubicada a 1635 m.s.n.m, sobre el cauce de La Clavellina, corresponde a una toma sumergida con rejilla de desbaste conectada a la línea de aducción. Coordenadas: 7° 49.264' N y 72° 5.826' W. La rejilla posee las siguientes dimensiones: ancho 0,25 m y largo 1 m. Se encuentra en buenas condiciones.	
Tubería de Aducción	Parte desde la obra de captación hasta el desarenador. Comprende dos tramos de tubo de hierro galvanizado, uno de 4" de 10.5 m y el otro de 3" de 1.95 m. alcanzando una longitud total de 12,45 m. Se encuentra en buenas condiciones.	
Desarenador	Ubicado a 12,45 m de la captación, 1648 m.s.n.m., 07°49.268' N y 072°.05.829' W. Rectangular, de concreto armado: 2,5 m de longitud, 0,70 m de ancho y 1,15 m de altura, capacidad de 2,013.. No cumple la función de desarenador, debido a que no posee pantallas difusoras para sedimentar las partículas de menor tamaño ni tolva de lodos. Posee una llave para la salida de los lodos en labores de mantenimiento. Constantemente se rebosa el agua, debido a que es mayor el caudal de entrada que su capacidad de almacenamiento, por lo que sus paredes laterales se encuentren un poco deterioradas.	
Tuberías de conducción	Del desarenador sale la tubería de hierro galvanizado de 3" que va hacia Potosí. También hay tubos PVC de 4", ubicados superficialmente o aéreos. La existencia de roturas son corregidas provisionalmente con caucho y alambre, evidenciándose pérdida de agua.	
Válvulas reguladoras	Regulan la presión y controlan el correcto fluido del caudal en las tuberías de conducción. Se encuentra en buenas condiciones	
Válvulas ventosas	Son dos válvulas ventosas que extraen el aire del sistema de abastecimiento para evitar que se produzca el golpe de Ariete. Se encuentra en buenas condiciones.	

Válvulas de purga	Existen cuatro válvulas de purga o tubos limpiadores que son utilizadas para lavar los tramos cuando se encuentren obstruidos con sedimentos. Se encuentra en buenas condiciones.	
Tanque de almacenamiento	Está construido de concreto armado y ubicado a 6 Km de la obra de captación. Dimensiones: 4 m de longitud, 4 m de ancho y 4 m de alto, capacidad de 64 , ubicado a 7°47.897' N y 72° 5.437'W y a una altura de 1495 m.s.n.m. Se observa deterioro en las paredes del mismo. La caseta de desinfección localizada en la parte posterior nunca ha sido utilizada. Funciona de forma adecuada.	

Tabla 1. Descripción física y operativa del sistema de abastecimiento

Cuarta Fase: Estimación de la vulnerabilidad operativa del ARPOT

a) Cantidad, calidad y continuidad del servicio de agua. Para determinar el caudal de la fuente de producción, quebrada La Clavellina, se aplicó el método volumétrico, utilizando un recipiente de **19 L** y el tiempo promedio **3 s** en que tardó el mismo en llenarse ($t_{1=}$ 2,9 s $t_{2=}$ 3 s $t_{3=}$ 3,1 s).

$$Q = \frac{v}{t} \quad (1)$$

Donde: Q = caudal, v = volumen y t = tiempo

Se aplicó la ecuación 1, determinándose el caudal de 6,3 L/s.

Calidad del agua suministrada. En el Laboratorio Bioambiental de la Universidad Nacional Experimental del Táchira, Venezuela se realizaron los análisis a dos muestras recolectadas en puntos distintos; el primero en la quebrada La Clavellina y el segundo en un grifo de una vivienda de la comunidad. Seguidamente en la tabla 2, se muestran los resultados de la caracterización físico-químico de las muestras N° 1 y N° 2, según lo establecido en las Normas Sanitarias de Calidad del Agua Potable (1998).

	Unidades	Valores Muestra 1	Valores Muestra 2	Valor Deseable Menor a	Valor Máximo Aceptable	Método de Análisis
pH		6,72	7,48	6,5-8,5	9,0	Peachímetro
Cloruros	mg/L	0,35	0,71	250	300	Titulación con AgNO ₃
Sulfatos	mg/L	2,67	2,67	250	500	Spectronic 20 BaCl ₂
Dureza	MgCaCO ₃ /L	45,50	45,00	250	500	2340. Dureza AWWA y APHA Métodos Normalizados para aguas Potables y Residuales
Sodio	mg/L	6,6	8,3	200	200	Absorción Atómica

Zinc	mg/L	0,03	0,04	3,0	5,0	Absorción Atómica
------	------	------	------	-----	-----	-------------------

Tabla 2. Caracterización físico - químico de la muestra N° 1. Quebrada La Clavellina (muestra 1) y grifo de una vivienda (muestra 2).

Los valores obtenidos en los parámetros físico-químicos de las muestras de agua, cumplen con los parámetros establecidos en las Normas Sanitarias de Calidad de Agua Potable; por lo tanto, esta agua es apta para el consumo desde el punto de vista físico-químico y está clasificada como subtipo 1A de acuerdo al Decreto 883.

Análisis realizados	Resultados Muestra 1	Resultados Muestra 2	Límites		Conformidad		Método de Ensayo
			Min.	Max.	SI	NO	
Aerobios Mesófilos	2	1	100		X		COVENIN 902
Coliformes Totales (NPM/ml)	9	4	0			X	COVENIN 3047
Coliformes Fecales (NPM/ml)	0	0	0		X		COVENIN 1104

Tabla 3. Características microbiológicas del agua. Quebrada La Clavellina (muestra 1) y grifo de una vivienda (muestra 2).

Nota. Fuente: Laboratorio Bioambiental UNET (2018)

Las Normas Sanitarias de Calidad del Agua Potable, establecen que ninguna muestra de 100 mL, deberá indicar la presencia de organismos coliformes termorresistentes (coliformes fecales) y en ningún caso deberá detectarse organismos coliformes totales en dos muestras consecutivas de 100 mL, provenientes del mismo sitio. De acuerdo a resultados obtenidos, las muestras de agua presentan coliformes totales; lo que indica que pudieran existir coliformes fecales, por lo tanto, no es apta para el consumo humano desde el punto de vista microbiológico, necesitando tratamiento de desinfección, tanto en el desarenador como en el tanque de almacenamiento, así como análisis microbiológico más detallado para determinar la presencia de coliformes fecales.

Al hacer referencia, a **la continuidad** del servicio puede afirmarse que es constante, sólo falla cuando ocurren lluvias intensas en la microcuenca de la fuente de producción. En cuanto al exceso o déficit de agua, se puede afirmar que durante el período lluvioso la cantidad de agua suministrada es suficiente para la dotación de los usuarios, no así en períodos secos prolongados; donde disminuye el caudal de la fuente de producción. Por tanto, en época seca hay un déficit de agua y que a medida que la población aumente será mayor.

Quinta fase: Vulnerabilidad física e impacto en el servicio.

Se clasificaron las amenazas naturales y antrópicas presentes en la Aldea El Potosí de acuerdo a su origen, según la tabla 4.

Origen de la Amenaza	Clasificación de la Amenaza	Evento Adverso
Natural	Hidrometeorológica	Lluvias intensas– crecidas extremas quebradas La Clavellina y La Paja
Natural	Hidrometeorológica	Disminución del caudal quebrada La Clavellina
Natural	Topológica	Deslizamientos por lluvias intensas y sismos
Natural	Topológica	Movimiento en masa por lluvias intensas y sismos
Natural	Geológica	Sismos
Antrópica	Técnica	Falla Mecánica
Antrópica	Sanitaria	Contaminación del agua
Antrópica	Social	Hurto de componentes)

Tabla 4. Identificación de las amenazas naturales y antrópicas.

Parte de la vulnerabilidad física, puede evidenciarse en las siguientes figuras, relativas a la crecida de la quebrada La Paja el día 11 de octubre de 2018.



Figura 3. Tubería de conducción impactada por la crecida de la quebrada La Paja, fuertes lluvias acaecidas en el páramo El Portachuelo- sector San Francisco.

1) Amenaza natural hidrometeorológica: Zona de Convergencia Intertropical (ZCIT). 2) Amenaza natural geológica (falla geológica activa “Boconó”) y formación geológica “La Quinta”. 3) Amenaza natural topológica (suelos arcillosos)	
Eventos adversos:	1.1. Lluvias intensas (evento básico) generador de: a) Crecidas en quebradas La Clavellina y La Paja (evento hidrometeorológico), b) Deslizamientos o movimientos de masa en suelos arcillosos (evento hidrogeológico). 2.1. Sismos (evento geológico básico) generador de deslizamientos o movimientos de masa (evento topológico derivado). 3. Deslizamientos
Prioridad relativa	Lluvias (1), Crecidas (1), Deslizamientos (2) y Sismos (3)
Sistemas de información y alerta	-INAMEH, -Junta de Agua, -Consejo Comunal y -Medios de comunicación (radio, televisión y redes sociales).
Características	-Gestación: rápida; de acuerdo a la intensidad, duración, cantidad de lluvia y saturación del suelo. -Probabilidad: lluvias (alta); deslizamiento (alta), movimientos en masa (media) y sismos (baja)
Área de impacto y componentes expuestos.	Las microcuencas de la fuente de producción y área de captación en la Clavellina y quebrada La Paja, los terrenos de mayor pendiente adyacentes a los elementos hidráulicos del sistema de abastecimiento rural y todos los elementos físicos del ARPOT.
Daños estimados e impacto en el servicio.	-Destrucción parcial o total de la obra de captación en la Clavellina, desarenador y tanque de almacenamiento; desplazamiento y roturas parcial o total de las tuberías de aducción y conducción; modificaciones de la calidad física, química y bacteriológica del agua suministrada; suspensión parcial o total del servicio de agua y reclamos por fallas en el servicio.

Tabla 5. Matriz de vulnerabilidad física e impacto en el servicio.

Sexta fase: Vulnerabilidad administrativa

Radica en que la Junta de Agua de Potosí no posee figura jurídica, así mismo, no está capacitada en materia de manejo de emergencias y atención contra desastres; y no posee la capacidad financiera para ejecutar labores de mantenimiento mayor, tanto preventivo como correctivo. El operador realiza inspecciones y mantenimiento correctivo solo cuando el suministro falla, en ocasiones acompañado por otro usuario. No existe un stock de repuestos y no está establecida cuota mensual ni anual por el servicio. Tampoco se cuenta con apoyo económico de un ente gubernamental, bien sea local, regional o nacional, ni con un área administrativa para atender quejas de los usuarios ni plan de emergencia.

Séptima fase: Estimación y Jerarquización de Riesgos

Se incluye esta fase, la cual constituye un aporte realizado por Ramírez, B. (1998), y se considera como la herramienta principal en la toma de decisiones de la Junta de Agua, al momento de implementar medidas de mitigación y emergencia con el fin de disminuir la vulnerabilidad existente y lograr una respuesta adecuada ante la ocurrencia de eventos

adversos.

Para jerarquizar los daños estimados que puedan ocurrir en los componentes del sistema de abastecimiento, se otorgó un orden jerárquico mediante el análisis de los siguientes factores: 1) **frecuencia de ocurrencia (F)** de cada evento adverso al que está expuesto el sistema, tomando en consideración la repetición del evento natural o antrópico en un tiempo establecido por las investigadoras, 2) **magnitud de la disminución de la producción (MDP)** del caudal total en función del caudal disminuido por cada componente averiado y 3) **tiempo de reparación de falla (TRF)** de cada componente en caso de que resulte averiado al estar expuesto a un evento adverso, bien sea natural o antrópico.

En cuanto a la **frecuencia**, el valor de jerarquización asignado a los eventos adversos que ocurren y los daños generados, de acuerdo a información obtenida por parte del encargado de operación y mantenimiento del acueducto, así como de las vivencias propias y criterios tomados por las autoras, fue Alta (A), Media (M) y Baja (B), tal como se presenta en la tabla 6:

Origen de la Amenaza	Clasificación de la Amenaza	Evento Adverso	Frecuencia
Natural	Hidrometeorológica	Lluvias intensas generadoras de crecidas extremas en quebradas La Clavellina y La Paja	(A)
Natural	Topológica	Deslizamientos por lluvias intensas.	(A)
Natural	Hidrometeorológica	Disminución del caudal quebrada La Clavellina	(M)
Antrópica	Técnica	Falla Mecánica	(M)
Antrópica	Sanitaria	Contaminación del agua quebrada La Clavellina	(B)
Natural	Geológica	Sismos	(B)
Natural	Topológica	Deslizamientos por sismos	(B)
Antrópica	Social	Hurto	(B)

Tabla 6. Frecuencia de ocurrencia de los fenómenos naturales y antrópicos

La MDP de cada componente hidráulico, se calculó en función del caudal total y del caudal disminuido en el componente averiado, resultados que se evidencian en la tabla 6. Así mismo, se muestra su respectiva jerarquización en: alta (A) [$>60 < 100$], media (M) [$>30 < 60$] y baja (B) [< 30]

Componente	MDP (%)	Jerarquización
Obra de captación	100	A [>60<100],
Tubería de aducción y conducción	100	A [>60<100],
Desarenador	32	M [>30<60]

Tabla 7. Resultados de la magnitud de disminución de producción (MDP) y su jerarquización

El otro factor que se toma en cuenta en esta jerarquización, mencionado anteriormente, es el TRF. Según el encargado del ARPOT, para cada componente se necesita un determinado número de días para poder solventar cualquier falla que se presente debido a los eventos adversos ya mencionados. Por lo tanto, se consideraron los siguientes aspectos: 1) magnitud del daño, 2) disponibilidad de recursos humanos, materiales y financieros, y 3) acceso al sitio; el cual se jerarquizó como largo (L), medio (M) y Corto (C), en función de la dificultad de accesibilidad a la obra de captación, desarenador y tramo de inicio de las tuberías de aducción; así como el estado de las vías agrícolas de acceso al caserío San Francisco desde las ciudades de San Cristóbal, Táriba y Cordero, donde se puede adquirir repuestos en caso de una avería mayor de los componentes. En el mismo orden de ideas, para la jerarquización de riesgos se considera los **días perdidos de producción (DPP)** como la unidad de medida, equivalente a la disminución de la capacidad total del sistema durante el tiempo de restitución de la falla (TRF), expresado en días.

Cabe destacar que, la obra de captación y las tuberías de aducción y conducción han sido afectadas en el período lluvioso debido a las crecidas extremas y a los deslizamientos generados, a causa de la saturación del suelo por las lluvias intensas, requiriendo aproximadamente de 3 días para corregir la avería presentada.

Como ejemplo de los cálculos realizados se muestra sólo los de la obra de captación por ser el componente más afectado y a su vez deriva fallas en los demás componentes, dada su interconexión.

$$MDP = \left(\frac{Q_{disminuido}}{Q_{total}} \right) \times 100 \qquad MDP = \left(\frac{6,3}{6,3} \right) \times 100 = 100\%$$

Componente	Escenario	TRF (días)	DPP (MDP x TRF)
Obra de captación	1 (labores de mantenimiento preventivo)	1	1
	2 (crecidas y deslizamientos)	4	4
	3 (sismos)	30	30

Tabla 8. Magnitud de Disminución de Producción (MDP) de la obra de captación.

Además, para jerarquizar los riesgos es necesario que el sistema de abastecimiento posea una capacidad de reserva, es decir que exista cualquier dispositivo de almacenamiento

comunal o en cada vivienda, diferente al principal, que permita disfrutar del agua al momento de interrumpir el suministro del ARPOT. En lo que respecta a la población de Potosí, no existe un tanque secundario, ni ninguna casa cuenta con dispositivos de almacenamiento; por lo que la capacidad de reserva es nula, lo que conlleva a jerarquizar los riesgos solamente con el tiempo de restitución de la falla.

A continuación, en la tabla 9, siguiendo la técnica del semáforo y de acuerdo a los escenarios fijados por las investigadoras, se especifica para cada color el nivel de riesgo en función del TRF empleado en el restablecimiento de la falla de acuerdo a las amenazas presentes en la aldea El Potosí, resultando evidente que los componentes hidráulicos más críticos al momento de la ocurrencia de un evento adverso, son la obra de captación y las tuberías de aducción y conducción que componen el sistema de abastecimiento, tomando en consideración que las lluvias, crecidas y deslizamientos son los eventos adversos con prioridad y frecuencia alta de ocurrencia.

Riesgo	Grado de afectación
Rojo. Inhabilitación y destrucción de todos los componentes del ARPOT ante la ocurrencia de un sismo generado por la falla de Boconó (frecuencia baja). TRF largo (mayor a 30 días). La Junta de Agua deberá solicitar ayuda a los entes gubernamentales competentes (Gobernación del Estado y Alcaldía del municipio Cárdenas), para realizar un reconocimiento y evaluación de los daños ocasionados y planificar la reparación del ARPOT.	Alto DPP>5
Amarillo. Daños ocasionados por crecidas extremas (quebradas La Clavellina y La Paja) producto de precipitaciones intensas, afectándose la obra de captación por acumulación de sedimentos y rocas de pequeño y mediano porte, la tubería de aducción y las tuberías de conducción pueden presentar roturas. Así mismo, estas tuberías pueden presentar fallas mecánicas, y dado lo difícil del acceso, lo complicado para transportar tuberías y otros elementos hidráulicos y la inexistencia de repuestos, resulta elevado el riesgo.	Medio DPP≥3≤4
Verde. Los DPP de este escenario corresponden al tiempo empleado durante la limpieza del cauce de la quebrada La Clavellina, adyacente a la obra de captación, rejilla, estructura de la toma de fondo, desarenador, purgado de la tubería de aducción y lavado de las tuberías de conducción, tomando en consideración el acceso al lugar y los recursos humanos y materiales disponibles.	Bajo DPP≥1<3

Tabla 9. Nivel de riesgo en función del TRF empleado en el restablecimiento de la falla de acuerdo a las amenazas presentes en la aldea El Potosí.

Octava fase: Formulación de medidas de mitigación y emergencia:

- a) **Vulnerabilidad Operativa: Medidas de mitigación:** 1) Realizar análisis físico-químico y bacteriológico al agua semestralmente. 2) Poner en marcha la unidad de desinfección para garantizar la calidad del agua. 3) Dictar charlas a los agroproductores para que establezcan los corrales de ganado aguas abajo de la captación a fin de prevenir la contaminación del agua. 4) Reubicar las tuberías de conducción en los tramos vulnerables. 5) Disponer de recursos materiales y humanos para solventar los daños. **Medidas de emergencia:** 1) Trasladar recursos

materiales y humanos a las áreas afectadas. 2) Jerarquizar reparación de daños e informar a la comunidad. 3) Eliminar la turbiedad del agua. 4) Sustituir tuberías que presentan roturas. 4) Distribuir agua en tanques portátiles previa desinfección. 3) Establecer horarios de racionamiento. b) **Vulnerabilidad Física: Medidas de mitigación:** 1) Recuperar instalaciones del antiguo acueducto y aplicar medidas de conservación de sus nacientes para disponer de una fuente de reserva. 2) Capacitar a los miembros de la Junta de Agua junto con otros habitantes para realizar reparaciones. 3) Proteger los taludes y aumentar resistencia del terreno mediante barreras vivas, para evitar erosión. 4) Adquirir tuberías y válvulas. **Medidas de emergencia:** 1) Evaluar los daños de los componentes y hacerlo del conocimiento de los habitantes. 2) Limpiar el cauce de las quebradas. 3) Solicitar ayuda a los entes gubernamentales para habilitar las vías, en caso de deslizamientos. 4) Trasladar materiales necesarios para solventar los daños. 5) Reparar las unidades averiadas. 6) Realizar pruebas de funcionamiento y rehabilitar el servicio, y c) **Vulnerabilidad administrativa: Medidas de mitigación:** 1) Definir una política comunitaria para atender emergencias. 2) Ejecutar programa de mantenimiento preventivo. 3) Elaborar manual de operación y mantenimiento. 4) Establecer una cuota anual por el servicio. 5) Crear un fondo financiero de emergencia. **Medidas de emergencia:** 1) Solicitar apoyo a entes públicos locales, regionales y nacionales.

CONCLUSIONES

Los componentes hidráulicos se ubican dentro de un área que posee un clima subtropical según la clasificación de Koppen, con lluvias que oscilan entre 882 y 1370 mm anuales, lo que propicia el alto riesgo que presenta el acueducto ante las lluvias intensas, crecidas extremas y períodos secos que hacen vulnerable en mayor grado a la obra de captación y a las tuberías de aducción y conducción.

Por otra parte, las instalaciones de dicho acueducto se encuentran dentro del área de influencia directa de la Falla de Boconó, lo que constituye una amenaza que pone en riesgo la totalidad del sistema (riesgo rojo).

RECOMENDACIONES

Dada la vulnerabilidad operativa, física y administrativa que posee el acueducto rural de Potosí es imprescindible aplicar las medidas de mitigación y emergencia. Así mismo, se debe incentivar a las instituciones educativas para que desarrollen proyectos de gestión del recurso hídrico que involucren a todos los habitantes y adquieran el compromiso y la responsabilidad de la conservación y manejo del agua.

REFERENCIAS

AGENCIA INTERNACIONAL DE DESARROLLO DE LOS ESTADOS UNIDOS USAID (2006). **Bases Administrativas para la Gestión del Riesgo**. Manual del participante. Normas Sanitarias de Calidad de Agua Potable. (1998). Gaceta Oficial N°36.395.

GONZÁLEZ, C. **Propuesta de medidas de mitigación y emergencia para disminuir la vulnerabilidad del acueducto rural de Potosí, parroquia La Florida, municipio Cárdenas, estado Táchira, Venezuela.** Proyecto Especial de Grado. Universidad Nacional Experimental del Táchira, San Cristóbal, Venezuela.

VENEZUELA. Decreto 883 **Normas para la Clasificación y el Control de la Calidad de los Cuerpos de agua y Vertidos o Efluentes Líquidos.** (Gaceta Oficial N°35.445) (1994, Abril 13)

VENEZUELA. **Normas Sanitarias de Calidad de Agua Potable.** (Gaceta Oficial N°36.395) (1998, Febrero 13)

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (1994). **Guías para la elaboración del análisis de vulnerabilidad de sistemas de abastecimiento de agua potable y alcantarillado sanitario.** OPS/CEPIS/Pub. 96-24. Lima, Perú.

RAMÍREZ, Betty (1998). **Análisis de vulnerabilidad del Acueducto Metropolitano de Caracas ante el impacto de fenómenos naturales y Antrópicos.** Trabajo de grado de MSc. en Ingeniería Sanitaria Opción Ingeniería Ambiental. UCV. Caracas, Venezuela.

RAMÍREZ, Edgar (2011). **El Perfil de un pueblo andino: Potosí.** Primera Edición.

SERVICIO DE GEOGRAFÍA Y CARTOGRAFÍA DE LAS FUERZAS ARMADAS SEGECAFA (1979). **Información geográfica general del Distrito Cárdenas (Estado Táchira).** Ministerio de la Defensa. Caracas, Venezuela.

VERA, J. (1994). **Vicisitudes de La Formación La Quinta en Táchira.** Editorial Rueda. S. L. Madrid

FRONTEIRAS RACIAIS E GENOCÍDIO DAS COMUNIDADES NEGRAS COVID-19

Data de aceite: 01/12/2021

Elinton Fabio Romão

Graduando em Geografia na Universidade Federal Fluminense, participa do Programa Desenvolvimento Acadêmico

RESUMO: O presente artigo busca articular os dados da atual pandemia de COVID-19 e aumento da pobreza devido a grave crise econômica e sanitária com a construção histórica de uma classe trabalhadora super explorada, empobrecida; Racializada primeiro por um sistema raça/trabalho na invasão das Américas e mantidos por sistemas de ressignificação de subalternidades o que a vulnerabiliza frente a pandemia gerando maior letalidade nesse grupo social que nos demais.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo, trabalho, pandemia.

RACIAIS FRONTEIRAS E GENOCÍDIO DAS BLACK COMMUNITIES COVID-19

ABSTRACT: This article seeks to articulate the data of the current COVID-19 pandemic and the increase in poverty due to the serious economic and health crisis with the historical construction of an overexploited, impoverished working class; Racialized first by a race/work system in the invasion of the Americas and maintained by systems of ressignification of subalternities, which makes it vulnerable to the pandemic, generating greater lethality in this social group than in others.

KEYWORDS: Racism, work, pandemic.

INTRODUÇÃO

O atual quadro da pandemia de COVID-19 no qual chegamos a 576.645 pessoas falecidas pela contaminação, dados do dia 25 de agosto de 2021, que teve em seu dia anterior 835 pessoas vieram a óbito, com a média dos últimos sete dias período que apresenta uma média de 730 mortes por dia, a menor média desde a semana do dia seis de janeiro. Diante do quadro de tamanha letalidade alcançada pela pandemia em pouco mais de um ano, e a inoperância do governo, houve a necessidade de instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em 27 de abril de 2021, para investigar omissões e irregularidades nas ações do governo.

Alguns grupos de estudos foram convocados para exemplificar aos parlamentares os impactos da pandemia; Informações veiculadas pela Agência Senado (2021) revelam que estudos do grupo Alerta (2021) demarcam o destaque negativo que o Brasil teve na pandemia global, sem o controle, ou pelo menos o conhecimento, da propagação do vírus, sem fornecimento de equipamentos básicos ao sistema de saúde. Faltaram desde equipamentos de proteção individual, os respiradores, ventiladores, leitos hospitalares, falta de oxigênio, a não entrega dos hospitais de campanha e a desmontagem do pouco que foi construído no meio da pandemia, as acusações de superfaturamento em todos esses processos.

Os estudos do grupo Alerta ainda revelam que das 305 mil mortes registradas no primeiro ano de pandemia, de março de 2020 a março de 2021, em torno de 120 mil poderiam ter sido evitadas se as medidas de distanciamento social, uso de máscara, uso de álcool em gel tivessem sido melhor implementadas, essas medidas reduziriam em 40% a transmissão do vírus. Embora em fevereiro de 2020 mudanças na legislação autorizaram o governo a mobilizar recursos e ampliou o orçamento público, no fim do mesmo ano o Ministério da Saúde havia executado apenas 60% do seu orçamento. Os baixos recursos para pesquisas científicas e o discurso público de membros do governo contra a ciência e ao conhecimento científico, diminuindo e menosprezando os impactos da pandemia.

O grupo revela ainda que a não testagem em massa da população, até novembro de 2020, apenas 14% da população teve acesso a testes de COVID-19 (ALERTA, 2021), ou seja, nunca se teve a real dimensão das formas que o vírus se espalhou e dos níveis de contaminação, já que o próprio número de contaminados só é computado as pessoas que se submetem ao teste voluntariamente ou as que dão entrada em um hospital com sintomas graves, logo as pessoas que não desenvolvem sintomas ou vem a óbito antes de entrar em um hospital ficam de fora das estatísticas.

O acesso à rede de saúde, ou a diferença do acesso, se deu pela renda; Pessoas com renda maior que quatro salários mínimos consumiram quatro vezes mais testes do que as pessoas que recebem meio salário mínimo (ALERTA, 2021)., demonstrando o claro recorte de classe da sociedade brasileira no que se refere a acesso a rede de saúde, e como no Brasil classe tem fortes implicações raciais.

A agência Senado recorreu ainda aos estudos do grupo EPICOID19 (2021), que demonstram que o Brasil tem 2,7% da população mundial concentrando 13% das mortes no mundo, no dia 23 de agosto de 2021 33% das mortes mundiais ocorreram no Brasil, se o Brasil estivesse na média mundial quatro em cada cinco mortes poderiam ter sido evitadas; Ou seja, 400 mil mortes não teriam ocorridos, aqui morreram em média 2.345 pessoas para cada milhão de habitantes enquanto a média global é de 494 pessoas, se configurando no pior quadro quando comparados os dez países mais populosos do mundo. No recorte de renda os estudos indicam que os 20% mais pobres tem o dobro de chance de contaminação que os 20% mais ricos. Quando se faz o recorte racial para os níveis de exposição ao vírus foi de 7,8% dos entre os indígenas tiveram, 4,5% dos pardos, 3,6 dos negros, 3,6% dos amarelos e apenas 1,7% dos brancos. Para o EPICOID19 A demora na compra da vacina, fruto da não participação ou entrada tardia nos acordos internacionais e discursos de membros do governo contra as pesquisas e produção de determinados países pode ter provocado entre 95,5 e 145 mil mortes.

Outro levantamento de quando a pandemia completou um ano é de Oliveira (2021) ao relembrar as falas do atual presidente do Brasil. Em nove de março de 2020 o presidente classificou a pandemia como um caso “Superdimensionado”, tínhamos 25 casos acumulados e 0 mortes. No dia 26 de março ele disse que “Brasileiro pula em esgoto e não

acontece nada” contabilizamos 2.915 casos acumulados e 77 mortes. Em 28 de abril: “E daí, quer que eu faça o que? – 72.149 casos acumulados e 5.050 mortes. Chegamos em 19 de maio com 271.628 casos acumulados e 17.971 mortes, o presidente declarou que: “Cloroquina” e “Tubaína” –ao fazer referência a Cloroquina remédio que comprovadamente não tem resultados benéficos no combate à COVID-19, mas o próprio presidente receitava para os seus seguidores; Para aqueles que não quisessem tomar Cloroquina, chamados de esquerdistas, o presidente recomendava tubaína, uma técnica de tortura.

No meio do ano 2 de junho em meio a 555.383 casos acumulados e 31.199 mortes disse: “A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo”. Em 7 de julho: “É como uma chuva, vai atingir você”, 1.668.589 casos acumulados e 66.741 mortes. No dia 10 de novembro, “País de maricas”, 5.700.044 casos acumulados e 162.829 mortes. No final do ano, 17 de dezembro “Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso”, 7.110.434 casos acumulados e 184.827 mortes. No início de 2021 em cinco de janeiro, “O Brasil está quebrado. Eu não consigo fazer nada”, 7.810.400 casos acumulados e 197.777 mortes e em 22 de janeiro, “Não está comprovada cientificamente” disse Bolsonaro sobre Coronavac – 8.753.920 casos acumulados e 215.243 mortes.

Essas falas, presidenciais, feitas em atos públicos, que articulamos a que “um ato público constitui por si um ato de instituição e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação” (Bourdieu pud AGUIÃO, 2018). O uso desses espaços de construção de representação nos mostra o modo como o Estado se faz mais Estado, ou se faz menos Estado, a ocupação desses espaços é realizada por poucos sujeitos, e essas disputas, de poder, são feitas por meio da mobilização de diferentes capitais, fazem-se com o corpo, com a cor/raça, com diferentes performances de gênero (AGUIÃO, 2018). Para quem, ou com quem, o presidente dialoga, quando faz essas falas, que imagem o Estado projeta de si, para nossa análise é uma imagem héteronormativa e cristã. Historicamente essa lógica, articulada à lógica militar, organiza de forma militarizada as formas de vida e de governo invisibilizando, precarizando e eliminando outros modos e meio de vida, servindo de elemento de significação e ressignificação de quem é e de quem não é cidadão, se configurando como um método de estabelecer subalternidades.

A FACE ATUAL DO GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA

Para desenharmos o quadro dessas ressignificações de subalternidades, no quadro atual da pandemia global de COVID-19 recorreremos aos estudos de Flauzina, no texto *Fronteiras Raciais do Genocídio* (2014); Vamos recorrer primeiro ao termo genocídio: O termo genocídio, cunhado pelo jurista judeu Rafael Lemkim, baseado nos impulsos colonialistas e imperialistas alemãs que levaram a Segundo Guerra Mundial. Esses impulsos provenientes e conectados a tradição filosófica da que se dedicou sobre a moralidade da colonização europeia desde a invasão e dominação das Américas no século XV, a destruição do padrão

do oprimido e a imposição do padrão do opressor se configurando como um plano de diferentes ações coordenadas que visam à destruição dos elementos essenciais à vida de determinados grupos, elementos políticos, sociais e econômicos. Não se restringindo assim a esfera apenas da eliminação da vida, mas englobando toda uma dimensão cultural.

Recorremos agora à fronteira: Na invasão das Américas foi constituída uma fronteira racial baseada em um sistema raça/trabalho (QUIJANO, 2005); Onde os brancos pobres ocupando o trabalho assalariado, os indígenas que sobreviveram as guerras e epidemias foram colocados em um sistema de servidão, a população negra seqüestrada no continente africano relegada a escravidão. Essas fronteiras apresentavam certas porosidades e mobilidades, porém nada, nem mesmo a renda ou sistemas de alforria e a cooptação intelectual e política, eliminava o privilégio social de ser branco. Então a centralidade da cor e do corpo, e quanto mais distante do que remetesse ao continente africano, mais fácil seria a sua aceitação social.

Esse sistema será constantemente ressignificado pelos aparelhos hegemônicos do poder. Todo o aparato político-jurídico que se manifesta em forma de leis, a igreja, a escola, os manuais de urbanidade e os mapas. Se ergue uma cidade letrada, das constituições que estabeleciam filtros de humanidade para estabelecer quem era digno de ser cidadão e quem não o era;

Se no auge do catolicismo o negro podia ser escravizado por ser sem alma e que por meio do trabalho alcançaria a graça dos céus, com a queda do poder da Igreja este passará a ser, com as graças das ciências, o inumano. No advento do liberalismo e do trabalho livre, agora mediado pela relação trabalho/salário subalternizado, em um país super populoso o que pressiona para baixar o preço pago pela mão-de-obra, mais uma vez por ser reclassificado como o inapto ao trabalho livre. Esse trânsito que se inicia com invenção do negro colocado como quilombola, capoeira, sambista, funkeiro, favelado modos e meios de marginalizar os seus corpos, lugares, meios e modos de vida.

A criminalização como técnica de controle institucionalizada, sistemática e silenciosa ao se camuflar nas leis e discursos praticados pelo poder constituído, são reclassificações de sistemas de subalternização que precarizam e vulnerabilizam as populações negras diante da atual pandemia.

Se a Coroa portuguesa em 1740 definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (BRASIL, 2003). A não exigência pela lei de existência de instrumentos técnicos seja de ranchos, que demonstraria uma permanência no mesmo lugar; ou de pilões, indicando meio de produzir e processar de maneira sistemática o alimento. Coloca apenas na presença do corpo negro do escravizado a necessária justificativa para a punição; Logo, esse corpo, negro, que antes mesmo de produzir-se e reproduzir-se, ele é espaço e ocupa um lugar no espaço (HAESBAERT, 2020).

Revela uma prática social determinante-determinada (LEFEBVRE, 2006)

“propriedade” cultural que deve ser controlada e eliminada por relações de poder e dominação. Investimento político em sistemas de sujeição para sua utilização econômica, o corpo produtivo é o corpo submisso (FOUCAULT, 1984), lhe impondo condições de vida e trabalho precárias.

A cor presume esse corpo, usado, super explorado, precarizado e literalmente consumido pela pobreza e pela fome, na má nutrição (QUIJANO apud HAESBAERT, 2020). O controle, o castigo, a repressão, os massacres tem no corpo negro a sua centralidade e violência é a forma de linguagem da Coroa, do Império, da República, nas idas e vindas de ditaduras e regimes democráticos.

LEI DE TERRAS 1850 E A NÃO TITULAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS E QUILOMBOLAS

Esse corpo para ser subalternizado pelos sistemas de sujeição, não pode acessar meios que garantam a sua liberdade; Leis que impediam o acesso á terras, Lei de Terras 1850, ao estabelecer “que só poderia ser dono de uma terra quem comprasse ou recebesse em doação do governo. Com isso, impediu-se que posseiros livres, como os quilombolas, pudessem ser oficialmente donos das terras que ocupavam.” (BRASIL, 2011).

Concordamos com Gassen que: “Distribuir terra é distribuir poder, é distribuir poder tanto econômico quanto político.” (GASSEN, 1994, p. 21), a propriedade privada é uma estrutura o poder político e jurídico, a igualdade teórica da lei se reconfigura em uma desigualdade prática, a propriedade privada é poder privativo, poder de privar os outros dos meios mínimos à condição de manutenção da vida, forçando-os a vender a sua força de trabalho pelo valor que o proprietário quiser pagar. A retirada da terra e do trabalho digno se revela como uma dupla despossessão (HARVEY, 2009).

A propriedade é esse poder privado, que é absoluto, exclusivo e permanente, sendo economicamente determinante, a classe dominante no Brasil tem plena noção disso e o mantém por meio da concentração de terra usando de violência. A propriedade esvaziada de função social alimenta e contrasta com o êxodo rural apresentado pelo Brasil durante muitas décadas.

Em 1940 tínhamos no Brasil uma população rural de 28,4 milhões e urbana de 12,8 milhões. Assim 69% do total da população viviam no campo e 31% nas cidades. Cinco décadas depois, em 1990, a população rural é de 35 milhões, enquanto a urbana cresceu paia 105 milhões. No total, 25% agora residem no meio rural e 75% no urbano. (GASSEN, 1994, p.25)

A concentração de terra se mostra em todos os estados brasileiros, em todos os 10% dos maiores imóveis rurais detêm mais de 50% da área agricultável do estado. E em seis estados e no região chamada Matopiba (região de fronteira entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e os 10% maiores imóveis rurais detêm mais de 70%

da área agricultável (PINTO et al, 2020).

No ano de 1950 51,9 milhões de pessoas, com 32,2% vivendo em áreas entendidas à época como urbana, e 63, 2% vivendo em áreas rurais. Nos ano de 2010, aproximadamente 190,7 milhões, 84,3% da população vivendo em áreas urbanas e apenas 15,6% em áreas entendidas como rurais (EMBRAPA, 2017).

Em 2015, as estimativas de migração mostraram que as pessoas não naturais em relação à Unidade da Federação de residência somavam um contingente de 31,4 milhões, representando 15,3% da população do País. Em relação ao município de residência, o contingente de pessoas não naturais foi de 78,3 milhões, ou seja, 38,2% da população (PNAD, 2015, p.41)

As áreas consideradas urbanas correspondem a menos de 1% (0,63%) do território nacional (EMBRAPA, 2017). A renda domiciliar per capita média da população urbana, que é de R\$ 882,60, é quase duas vezes maior do que a da população rural, de R\$ 312,70 (IPEA, 2010). A escolaridade nos centros urbanos também é maior do que nas áreas rurais: 60% da população urbana com mais de 18 anos possui o ensino fundamental completo, contra apenas 26,5% da população rural (IPEA, 2019), ou seja o espaço urbano, mesmo extremamente concentrado e precário ainda apresenta condições de vida que podem ser entendidas como melhores que as fornecidas pelo espaço rural.

O estado do Rio de Janeiro tem a segunda maior região metropolitana do país e a quinta com maior densidade demográfica, tendo na cidade de Nilópolis, localizada na Baixada Fluminense a maior densidade demográfica nacional, com 158.309 pessoas ocupando menos de 10km²; E a capital do estado à cidade do Rio de Janeiro é a segunda maior cidade do país (EMBRAPA, 2017).

O atual momento político se mostra esvaziado da velha tática das forças políticas conservadoras que no discurso admitia a necessidade da reforma agrária, mas a negava na prática. Como mostrado pelo TV Folha, no documentário *A ascensão dos sem terra de direita* (2020), na atualidade o discurso hegemônico nega a reforma agrária e a titulação das comunidades quilombolas e consegue voltar pessoas estão na luta pela propriedade da terra contra as terras já demarcadas para as comunidades indígenas; posturas essas que dialogam com o discurso do presidente da República ao afirmar que: “muita terra para pouco índio, a minha decisão é não demarcar terra para índio”. Ou seja, os aparelhos hegemônicos conseguem deixar o latifúndio e toda a concentração de terra fora da discussão.

A DESIGUAL DO ESPAÇO APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

A apropriação desigual do espaço mediada pela relação trabalho/salário inviabiliza para os subalternizados o acesso as condições promotoras da saúde, lembramos que “o espaço não é um reflexo da sociedade, ele é a sociedade” (BERGER *apud* OLIVA, 1999, p.36), essa população que não consegue arcar com os custos de moradia no tecido

urbano, vai construir suas moradias nos locais em que o custo de construção inviabiliza para o sistema regular de produção de moradias, os fundos de vale, os altos dos morros, locais de risco frente as dinâmicas ambientais e atribuídos a locais de difícil acesso para o fornecimento de políticas públicas básicas, como água encanada, coleta de esgoto, coleta de lixo desenhando um espaço urbano como nos mostra Correa (1989):

“O espaço urbano capitalista - fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social - cheio de símbolos e campos de lutas é um produto social resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato” (CORRÊA, 1989, p. 11).

Identificar os agentes que produzem e consomem espaço buscar a apreensão totalizante dos fenômenos sócio-ambientais que seja capaz de sustentar transformações efetivas da realidade (OLIVEIRA; REIS, 2011) que seja a função de uma geografia crítica. Revelar as relações sociais, que em nossa análise é entender o racismo é uma ideologia que funciona como estratégia de poder de uma parte determinada da sociedade que por força de mecanismos de persuasão - a igreja, a ciência, meios de comunicação - precisa ver correspondidas suas necessidades imediatas, expectativas e desejos e que essas são construções sociais e históricas (ARENDRT, 1998) que determinam “[...] aqueles que não são adequados ou são indesejáveis para uma determinada projeção ou idéia de Estado com a qual se está operando” (AGUIÃO, 2017, pág. 6).

Por meio da ideologia, esses agentes, que tem o poder de criar uma crise de escassez, que pode se referir a qualquer coisa; Escassez de terra, escassez de água, de moradia, de alimento, de serviços básicos, cria desse modo um constante estado de necessidade que demandam medidas de segurança e controle que terá nos corpos negros - empobrecidos e precarizados - e nas suas práticas sociais, principalmente aquelas que remetam ao trabalho e a circulação pela cidade a centralidade das suas ações, autosegregação, seja nos shoppings ou condomínios para os que podem arcar com os custos de morar nas cidades e a segregação para os demais que estão desenhando uma cidade uma cidade (i) legal, nas margens do poder constituído, mas nunca fora dele; A favela e os cortiços estão integrados e a serviço do sistema capitalista, servindo como o meio de reprodução mais barato para uma classe trabalhadora superexplorada.

Esses espaços tornados inadequados à moradia pelo poder público - ao não fornecer serviços básicos adequados, que muitas vezes é o não fornecimento de transporte público, ou um transporte que só se aplica para levar e trazer do trabalho, negando a essas pessoas acesso aos espaços de lazer da cidade - por isso é importante para a ciência geográfica se debruçar sobre os espaços de poder e de representação - onde se manifestam os interesses dos agentes que consomem e produzem espaço, fornecendo meios para a territorialização do capital. Buscando deste modo uma melhor compreensão das escalas

e espacialidades dos fenômenos, sendo assim, para uma melhor compreensão da própria formação socioespacial, e como essa se manifesta para essas populações empobrecidas como política pública, seja nos megaempreendimentos desenvolvimentistas, que abarcam o discurso do emprego, seja nas políticas públicas de reconhecimento e/ou redistributivas, que geram sujeitos portadores de direitos.

Esse quadro geográfico que buscamos desenhar, objetiva demonstrar a condição histórica e social que tem na criminalização como técnica de controle institucionalizada, sistemática e silenciosa ao se camuflar nas leis e discursos praticados pelo poder constituído, reclassificações de sistemas de subalternização que precarizam e vulnerabilizam as populações negras, empobrecidas, e seus locais de moradia, precarizados, diante da atual pandemia.

QUAIS POLÍTICAS, PARA QUAIS SUJEITOS

Quando o governo no início da pandemia, ainda em março de 2020, estabelece a liberação de 10 bilhões de reais para planos de saúde, com o objetivo de reforçar a sistema de saúde no combate a pandemia (ISTOÉ, 2020); Mas, por outro lado, ao longo do ano de 2020 executou apenas 60% do orçamento do liberado para o combate a pandemia pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (TESOURO TRANSPARENTE, 2021). O SUS atende a maior parcela da população, em torno de 162 milhões ou aproximadamente 77% do total, e destes 68% são de negros (GUIMARÃES, 2020) lembrando que 56% da população brasileira é composta de pessoas negras e pardas, os planos de saúde detém 56% dos leitos de Unidade de Tratamento Intensivo para atender 23% da população que têm plano de saúde podem e devem, se assim desejarem, ser atendidas pelo sistema público, e historicamente o procuram em processos de maior complexidade que não são cobertos pelo plano e/ou para fugir dos altos custos financeiros (GUIMARÃES, 2020).

A maior vulnerabilização dessa classe trabalhadora gerada pela estrutura jurídica-institucional para a flexibilização dos direitos sociais, desregulamentação das relações de trabalho, privatizações e todo um campo de discurso político midiático criado para o convencimento público das necessidades de tais medidas, adotadas no Brasil principalmente a partir da década de 1990, mas que teve nos últimos governos com a liberação da livre negociação entre funcionários e patrões e a liberação de terceirização da atividade fim da empresa, o que acentuou a precarização dos vínculos trabalhistas, com um grave aumento das desigualdades econômicas e sociais devido ao aumento do trabalho autônomo e pet-time (ANTUNES, 1999). Trabalhos precarizados que não oferecem plano de saúde, ou se oferecem, apenas planos básicos. Uma massa de trabalhadores que recebem por diária, não podendo se ausentar do trabalho sem perda direta de recursos financeiros, que tiveram que se submeter ao risco da doença para não passar fome, distanciamento social e quarentena, únicas medidas adotadas para conter a pandemia, ou os baixos valores

de auxílio financeiro fornecidos pelo governo insuficientes para repor as perdas pela paralização das atividades econômicas (GIOVANAZ, 2021).

A população branca tem duas vezes mais acesso aos planos de saúde (31,3%) que a população negra (15,2%), que para nossa análise se refere ao histórico acesso diferenciado, racializado, ao mercado de trabalho. Em uma sociedade capitalista tal fato que se reflete como acesso diferenciado, à educação e ao sistema de saúde as condições de alimentação, moradia e possibilidades de circulação pelo espaço. O número de brasileiros vivendo na pobreza triplicou durante os últimos quatro anos, o país já vinha em um quadro de crise econômica, agravado pela pandemia, o que colocando o país novamente no mapa da fome o país chegou a 23,3 milhões de pessoas, 11,2% da população, em fevereiro de 2021 (FGV, 2021). Essa diferenciação se manifesta no registro de óbitos da COVID-19, o Brasil registra 250 óbitos por 100 mil habitantes, quando se trata da população branca cai para 140 óbitos por 100 mil (PECHIN, 2020).

Então fica claro que ao favorecer os planos de saúde o governo está determinando quais vidas lhe são prioritárias; O Estado mobiliza, o que Araújo (2019) chamou de racismo camaleão, que gerou o negro e suas sociabilidades como um problema espacial, demarcando mais uma vez a constituição política e econômica da zona do não ser (ARAÚJO, 2019). Lembramos que no fim do século XIX quando a recém fundada República concentrou esforços em combater a febre amarela que vitimava pessoas brancas, principalmente migrantes europeus, enquanto a doença que realmente assolava a população, e vítima até hoje as pessoas negras é a tuberculose (CHALHOUN, 2017) que não teve, e não tem, o mesmo empenho no combate, priorizar o atendimento em políticas que deveriam ser públicas, mas se manifestam como políticas de governo (AGUIÃO, 2018) prioriza um grupo social em detrimento de outro demarcando mais uma vez as fronteiras raciais do genocídio.

Os dados do último Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, produzido no período de 20 à 26/09, sobre os óbitos provocados pela pandemia, demonstra que a cor parda (51.042; 36,8%) a mais frequente, seguida da branca (45.233; 32,6%), preta (7.617; 5,5%), amarela (1.597; 1,1%) e indígena (563; 0,4%) (BRASIL, 2020). Quando somados todas as categorias de cor ficam faltando 23,6% que estão nas categorias ignorados e sem informação. O quesito raça/cor entrou como dado para o sistema saúde em 1990, o que demonstra a baixa adesão dos estados o à Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e o racismo institucional nos órgãos.

CONCLUSÃO

O presente artigo trouxe uma articulação dos sistemas de ressignificação das subalternidades com o sistema de trabalho; processo que se inicia na invasão das Américas com a relação raça/trabalho que por sistemas de ressignificação permanece pós abolição pelo sistema salário/trabalho onde as populações negras continuaram relegadas

as funções com menor rendimento, logo dificultando ou impossibilitando o acesso à terra, acesso à moradia de qualidade, a uma boa alimentação e acesso ao próprio sistema de saúde.

Quadro que vulnerabiliza as populações negras e empobrecidas frente a pandemia de COVID-19, apresentando um quadro maior de risco à contaminação devido as condições precárias de trabalho e de maior mortalidade devido a não adequação do sistema de saúde pública para enfrentar uma pandemia, enquanto o governo liberou recursos para os planos de saúde o que em nossa análise demarcou mais uma vez os corpos negros, consumidos no trabalho, e suas sociabilidades a uma zona do não ser, estado de precarização das condições da vida que gera um constante estado de necessidade que permite aos blocos hegeônicos obilizar discursos de crise que corrobora para o racismo institucional que regula as fronteiras raciais do genocídio frente a pandemia de COVID-19.

REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Sílvia. **Fazer-se no Estado**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018

AGÊNCIA SENADO. Pesquisas apontam que milhares de mortes por covid poderiam ter sido evitadas no Brasil. 24/06/2021 Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-milhares-de-mortes-por-covid-poderiam-ter-sido-evitadas-no-brasil> Acesso em: 31/08/2021

ARENDT, Hannah. (1949). **Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARAÚJO, D. Inscrição espacial do racismo e do antirracismo: A 'Pequena África' como forma espacial de descolonização da área central portuária do Rio de Janeiro. **XII ENANPEGE**, 2019.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O Movimento Quilombola no Oeste do Pará. Ed. Alho e Nascimento Ltda, 2011. Disponível em: <https://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2015/10/cartilha-QUILOMBOLAS-montada-1.pdf>. Acesso em 30/08/2021

BRASIL, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, EMEI nº 58 de Em 20 de novembro de 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/exm/2003/emi58-ccv-minc-mda-seppir-03.htm. Acesso em: 30/08/2021

CHALHOUB, S. **Cidade Febril**. 2º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Coronavirus Brasil. Dados de casos e mortes da Covid 19. **COVID SAÚDE**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> acesso em : 29/07/2020

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

EPICOVID19. EPICOVID19-BR divulga novos resultados sobre o coronavírus no Brasil. Universidade Federal de Pelotas Disponível. em: http://www.epicovid19brasil.org/wp-content/uploads/2020/09/press_release_6.pdf Acesso em: 06/09/2021

EMBRAPA, 2017, Mais de 80% da população brasileira habita 0,63% do território nacional. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/28840923/mais-de-80-da-populacao-brasileira-habita-063-do-territorio-nacional#:~:text=As%20%C3%A1reas%20consideradas%20urbanas%20no,urbanas%20j%C3%A1%20feito%20no%20Pa%C3%ADs>. Acesso em: 06/09/2021

FLAUZINA, A. L. P. As fronteiras raciais do genocídio. Direito.UnB - **Revista de Direito da Universidade de Brasília**, v. 1, n. 1, p. 119-146, 1 jan. 2014.

FGV SOCIAL. QUAL FOI O IMPACTO DA CRISE SOBRE A POBREZA E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA? Centro de Políticas Sociais. Disponível em: <https://cps.fgv.br/fgv-social-divulga-dados-ineditos-sobre-o-aumento-da-pobreza-e-da-desigualdade> Acesso em: 06/09/2021

GIOVANAZ, Daniel. Auxílio insuficiente e próximo do fim impõe urgência sobre “novo Bolsa Família”. **Brasil de Fato**. 04/08/2021 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/04/auxilio-insuficiente-e-proximo-do-fim-impoe-urgencia-sobre-novo-bolsa-familia>. Acesso em: 06/09/2021

GUIMARÃES, C. Especialistas analisam a disponibilidade de leitos no país e discutem possibilidades. **EPSJV/FIOCRUZ**, 08/05/2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/especialistas-analisam-disponibilidade-de-leitos-no-pais-e-discutem-possibilidades> . Acesso em: 15, setembro de 2020

HAESBAERT, R. (2020). DO CORPO-TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO-CORPO (DA TERRA): CONTRIBUIÇÕES DECOLONIAIS. **GEOgraphia**, V. 22, n. 48: Jan./jun. 2020, p. 22(48).

ISTOÉ. Planos de saúde terão R\$ 10 bilhões da União. Economia, 20 de março de 2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/planos-de-saude-terao-r-10-bilhoes-da-uniao/> . Acesso em: 06/09/2021

IPEA, 2019 EDUCAÇÃO: CONTRASTE ENTRE O MEIO URBANO E O MEIO RURAL NO BRASIL. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9661/1/BRUA21_Ensaio5.pdf Acesso em: 06/09/2021

WERNECK, Guilherme Loureiro et al. Mortes evitáveis por COVID-19 no Brasil. **IDEC**, Junho de 2021. Disponível em: http://idec.org.br/sites/default/files/mortes_evitaveis_por_covid-19_no_brasil_para_internet_1.pdf Acesso em: 30/08/2021

PECHIM, Leticia. Pretos e pardos também têm mais chance de ser infectados e correm maior risco de hospitalização. Faculdade de Medicina/UFGM, 2020. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/negros-morrem-mais-pela-covid-19/acesso> em: 06/09/2021

OLIVA, Gabriela. 251 mil mortes por covid: Relembre as falas de Bolsonaro sobre a pandemia. **PODER 360**. 26 de Fevereiro de 2021, Disponível em: <https://www.poder360.com.br/1-ano-de-covid-no-brasil/251-mil-mortes-por-covid-relembre-as-falas-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia/>. Acesso em 30/08/2021

Pesquisa nacional por amostra de domicílios : síntese de indicadores 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf> Acesso em: 31/08/2021

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

TESOURO TRANSPARENTE, Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19 Agosto de 2021 Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> . Acesso em: 01/09/2021

ALIMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Data de aceite: 01/12/2021

Vandrezza Amante Gabriel

Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/5012119778228438>

Marilda Rosa Galvão Checucci Gonçalves da Silva

Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/1411273954746730>

RESUMO: Neste artigo, iremos analisar a relação entre alimentação e desenvolvimento como parte de um sistema agroalimentar, formado a partir do trabalho de determinados grupos culturais, que desenvolvem uma relação de longa duração com seu território, criando ou recriando uma agricultura e uma culinária próprias, que os identifica. Esse processo se dá permeado por valores, saberes e fazeres culturais próprios, constituindo um rico patrimônio agroalimentar. Esse artigo, toma por base pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelas autoras com grupos que compartilham esse sistema, analisa a importância de ações afirmativas, projetos científicos e culturais, que contribuam para a sua preservação e continuidade, tendo em vista um tipo de desenvolvimento que leve em conta a soberania alimentar, biodiversidade e sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação; Modo de Vida; Patrimônio Cultural; Desenvolvimento Regional; Território.

FOOD, CULTURAL HERITAGE AND REGIONAL DEVELOPMENT

ABSTRACT: In this article, we will analyze the relationship between food and development as part of an agrifood system, formed from the work of certain cultural groups, which develop a long-term relationship with their territory, creating or recreating their own agriculture and cuisine, which identifies them. This process is permeated by its own values, knowledge and cultural practices, constituting a rich agrifood heritage. This article, based on research that has been developed by the authors with groups that share this system, analyzes the importance of affirmative actions, scientific and cultural projects, which contribute to its preservation and continuity, with a view to a type of development that leads taking into account food sovereignty, biodiversity and sustainability.

KEYWORDS: Food; Lifestyle; Cultural Heritage; Regional development; Territory.

INTRODUÇÃO

Podemos pensar a relação entre alimentação e desenvolvimento sob vários aspectos, já que a alimentação se constitui naquilo que Marcel Mauss (2003) define como um “fato social total”, englobando aspectos culturais, políticos, econômicos, sociais, ambientais e como tal engloba diferentes esferas da vida social. Muito embora a relação entre alimentação e desenvolvimento possa ser considerada sob diferentes aspectos, estaremos privilegiando aqui a alimentação enquanto parte

de um sistema agroalimentar localizado, formado a partir do trabalho de determinados grupos que desenvolveram uma relação de longa duração com seu território, criando ou recriando uma agricultura e uma culinária próprias, que o identificam enquanto um grupo específico, portador de um patrimônio agroalimentar. Esse processo se constrói permeado por valores, saberes e fazeres culturais próprios, na relação que estes grupos estabelecem com o seu *habitat*. (SILVA, 2020). Nesse artigo, tomando por base pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelas autores, em especial com grupos de agricultores familiares e indígenas, se analisa a importância do desenvolvimento de ações afirmativas, projetos científicos e culturais, que contribuam para a preservação desses sistemas alimentares, tendo em vista sua importância para um desenvolvimento agrodiverso, que leva em conta a nossa soberania alimentar, a preservação da nossa biodiversidade e da sociodiversidade, criadora dos modos de vida dos grupos que englobam esses sistemas.

A alimentação faz parte do cotidiano de todos os grupos culturais, é parte de um planejamento com ações territoriais que são determinantes para a segurança alimentar. Muito tem se falado sobre a necessidade de conhecer o que se come e consumirmos os produtos locais ou regionais, como forma de preservarmos a nossa saúde, bem como a agrobiodiversidade (SANTILLI, 2015). Aqui entendemos como um sistema agrobiodiverso, aquele que utiliza e preserva a biodiversidade de espécies através da criação, bem como uma sociodiversidade própria, característica daqueles que compartilham de uma agricultura e culinária própria na relação com essa biodiversidade. Esse alimento faz parte da história de uma comunidade ou de um grupo, tornando-se um elemento importante na construção da sua identidade alimentar, revelando memórias que perpassam gerações como os saberes sobre o cultivo, a colheita, os rituais simbólicos, o paladar e os saberes relacionados à culinária em um processo contínuo de aprendizagem pela dinâmica da natureza e do meio ambiente (GEERTZ, 1978).

Os saberes apreendidos, transmitidos por meio da experimentação entre diferentes gerações faz com que a relação entre natureza e cultura seja dinâmica, conferindo tradições e atualizações demarcadas, nos seus modos de fazer. Um exemplo é a incorporação de novos temperos e a adaptação alimentar em razão das migrações que estabelecem mudanças pela necessidade de adaptação ou sobrevivência ao novo contexto, mas o vínculo afetivo permanece, tendo o alimento como parte de um sistema alimentar concreto que o identifica pela relação de alteridade. A construção da identidade cultural atravessa a história de uma pessoa e manifesta o percurso educativo no qual ela esteve inserida, revela referências passadas como bases de suas influências culturais e a alimentação é o centro dessa organização social (PIERONI, 2018, ALVAREZ, 2005, BRAGA, 2004).

A diversidade sociocultural e alimentar intrínseca à humanidade é reconhecida no Brasil e em diversos países como patrimônio cultural imaterial, contribuindo com as reivindicações identitárias de povos e grupos culturais por meio de organizações locais, favorecendo o turismo de base comunitária e o desenvolvimento regional. Comunidades

tradicionais, povos indígenas, agricultores familiares, imigrantes, entre outros coletivos atuam em defesa de seus bens culinários e alimentares, modos de fazer e ofícios, revelando um país diverso e multicultural, colonizado primeiramente por povos originários, africanos e imigrantes europeus, e com muitos elementos de migrações mais recentes. As trocas culturais características da fricção interétnica criam novos caminhos e reelaboram os saberes culinários ancestrais. Para compreendermos algumas das ligações entre alimentação e cultura iremos trazer conceitos que revelam as dimensões socioculturais que atravessam o tema (GABRIEL, 2020, FONSECA, 2003, IPHAN, 2003).

CULTURA ALIMENTAR: DO ALIMENTO À COMIDA

Por meio da Antropologia da Alimentação podemos compreender o contexto social e simbólico do processo que transforma o alimento em comida, processos culturais culinários que fazem parte de sistemas alimentares diversos e dinâmicos. A relação entre natureza e cultura se estabelece no ato de cozinhar, assar ou cozer os alimentos e suas relações com a cultura de diferentes povos, como analisa Lévi-Strauss (2004). Para DaMatta (1986, p. 33-34) “temos então alimento e temos comida. Comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido como também aquele que ingere”. Ele estabeleceu uma perspectiva de considerar os códigos que remetem ao conjunto práticas que transformam o alimento em comida por meio de um saber cultural.

Segundo Gonçalves (2002) a alimentação pode ser vista como instrumento de identificação social que revela: 1) como e por que alguns elementos têm uma função identitária e 2) quais posições ocupam dentro de sistemas de relações sociais e de significados, pois são parte inseparável de um sistema de significados partilhados pelas relações sociais. Para entender as significações da alimentação “é preciso considerá-las parte de um sistema de relações sociais e parte de um ‘sistema culinário’, o qual põe em foco (ou ritualiza) os valores mais caros a essa sociedade” (GONÇALVES, 2002, p. 8-12), revelando a dinâmica da cultura (DURHAM, 2004).

Woortmann (2013) faz referência ao que pode ou não pode ser ingerido em cada cultura alimentar como parte de experimentações e tabus próprios do grupo. “As práticas culinárias são linguagens dinâmicas, aponta-se que a diferença entre o que é considerado culturalmente comível ou não, diz respeito também a diferentes épocas, diferentes gerações, numa mesma região e grupo étnico” (WOORTMANN, 2013, p. 21). A autora ressalta que a relação da pessoa com o alimento é parte de uma etno-concepção de identidade, onde a “transformação do alimento em comida e sua distribuição no prato, não é algo aleatório, ela fala de etno-concepção de idade, gênero e outros elementos” (WOORTMANN, 2013, p. 31). Para ela, “constitui um processo de trabalho que resulta de algo que se pensa. Como vimos, é uma ‘linguagem’ por meio da qual, além de se construir a hierarquia familiar

e o gênero, se refletem sobre a condição humana, como clara expressão do habitus” (WOORTMANN, 2013, p. 31 – grifo da autora).

Bourdieu (1989, p. 9) afirma que as estruturas de sistemas simbólicos são “como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados”, sendo um processo contínuo e dinâmico. Ele comenta que o poder simbólico estabelece um sentido imediato, uma ordem gnoseológica na construção da realidade, do mundo social e os símbolos são os instrumentos que unem esta comunicação social, tornando possível o consenso. O ato cotidiano de comer, alimentar-se, é uma atividade central para Mintz (2001) “porque cedo se torna a esfera onde se permite alguma escolha. Para cada indivíduo representa uma base que liga o mundo das coisas ao mundo das ideias por meio de nossos atos [...] é também a base para nos relacionarmos com a realidade” (MINTZ, 2001, p. 32).

A relação complexa entre alimento, comida e cultura é expressa por Contreras (1992) pela tomada de consciência de suas diversas dimensões, pois torna-se necessário “tomar conciencia de la extrema complejidad del hecho alimentario. Y esta complejidad obliga a tomar en cuenta cuestiones muy diversas, de carácter biológico, ecológico, tecnológico, económico, social, político, ideológico” (CONTRERAS, 1992, p. 99). Para o autor a alimentação constitui um signo que compreende diferentes condutas, “en definitiva, alimentarse es una conducta que se desarrolla más allá de su próprio fin, que sustituye, resume o señala otras conductas; y, em esa misma medida, la alimentación constituye um signo” (CONTRERAS, 1992, p. 99-102). Para ele é “um signo de la atividade, del trabajo, del deporte, del esfuerzo, del ocio, de la fiesta, de la sociabilidad, de la hospitalidade, de las emociones, de los sentimientos y de los conflictos, y de cada circunstancia social, em definitiva” (CONTRERAS, 1992, p. 102).

Em uma outra perspectiva, e dentro da esfera da Sociologia da Alimentação, Poulain (2004, p. 32) vê as “culturas locais como lugar de resistência identitárias” e lugares de memória. Para ele, “o que um grupo humano gosta de comer e as técnicas que ele emprega para procurar ou produzir alimentos para si, transformam e modificam o meio natural” (POULAIN, 2004, p. 247), deixando evidências. O autor analisa que “o espaço do comestível oculta o conjunto de regras que concorrem para a definição social de um alimento. É o por que uma coletividade humana indica sua conexão com a natureza” (POULAIN, 2004, p. 252). Ele explica que os saberes ligados à alimentação utilizam tecnologias adequadas e desenvolvidas para tal fim, pois o “‘espaço social alimentar’ corresponde ao conjunto de estruturas tecnológicas e sociais que, da coleta até a cozinha, passando por todas as etapas da produção-transformação, permitem ao alimento chegar até o consumidor e ser reconhecido como comestível” (POULAIN, 2004, p. 252). Ele indica que há um percurso de experimentação coletiva, de aceitação e inserção do alimento no grupo, em um processo gradativo que perpassa o espaço do culinário, o espaço social alimentar e a temporalidade alimentar. A alimentação pode ser colocada como um “fato total humano” pois respeita a

autonomia e as imposições sociais, a tradição e o diálogo com a ciência (POULAIN, 2004, p. 269).

A CULINÁRIA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

A política de patrimônio cultural imaterial no Brasil é assegurada pela Constituição Federal de 1988, Artigo 216, descrito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como “referências simbólicas dos processos e dinâmicas socioculturais de invenção, transmissão e prática contínua de tradições fundamentais para as identidades de grupos, segmentos sociais, comunidades, povos e nações” (VIANNA, 2016). A participação social é uma característica importante nessas práticas, pois são os atores sociais que detém os conhecimentos, seus sentidos e significados. São considerados patrimônios culturais imateriais comidas, saberes, modos de fazer, danças, músicas, celebrações, conhecimentos tradicionais repassados de uma geração para outra. Segundo Vianna (2016) as “técnicas próprias da diversidade cultural só se conservarão, efetivamente, se vivenciados pelas pessoas; pelos sujeitos com motivações em suas comunidades, em condições, com garantias, liberdade e interesses em vivenciar e preservar, de modo dinâmico e criativo, as expressões de suas identidades culturais”.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma das principais organizações internacionais que trabalha pela proteção do patrimônio cultural, atuando na organização de documentos, convenções, projetos e programas que assegurem o comprometimento dos diferentes países com a temática. Por meio do apoio de fundos de financiamento é possível desenvolver projetos com ações afirmativas que valorizem o patrimônio cultural imaterial. A promoção do patrimônio alimentar, genético, os saberes e fazeres culinários, relacionados às plantas e à floresta são parte de acordos internacionais contínuos, que procuram valorizar a biodiversidade existentes nos diferentes biomas, a capacidade de resiliência dos serviços ecossistêmicos e a sociodiversidade das relações. Considerar o processo de mudanças climáticas é compreender o risco por que passam esses saberes. Podemos destacar a ética socioambiental (FLORIT et al, 2019,) como uma das razões culturais a serem levadas em consideração nas decisões alimentares dos grupos em direção a soberania alimentar.

No Brasil, as ações de salvaguarda dependem da articulação entre a sociedade civil e o Estado, mas podem ser fortalecidas por meio de iniciativas locais que valorizem o patrimônio imaterial. Para Santilli (2015) “as políticas de salvaguarda dos bens culturais imateriais dependem, entretanto, de melhor articulação com as demais políticas de desenvolvimento econômico e social, para que incluam e valorizem a bio e a sociodiversidade brasileira” (SANTILLI, 2015, p. 602). A integração das políticas de desenvolvimento regional deve ser executada para que promovam o acesso ao trabalho e renda dos grupos culturais envolvidos, que possam ter suas necessidades básicas supridas com dignidade. A autora

Santilli (2015) enfatiza a necessidade de melhoria na qualidade de vida dos detentores dos saberes e fazeres relacionados ao patrimônio cultural imaterial para que o “verdadeiro desenvolvimento” tenha sentido e seja efetivo.

Além disso, é fundamental que tais políticas públicas promovam a inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial. O desenvolvimento social e econômico deve ser integrado à conservação do meio ambiente e à inclusão social e produtiva de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, com respeito a suas especificidades culturais e étnicas. Afinal, não há desenvolvimento efetivo e verdadeiro sem a incorporação das referências culturais dos grupos sociais envolvidos (SANTILLI, 2015, p.603).

Ratificando a ideia de desenvolvimento regional por meio do patrimônio cultural imaterial e estimulando o caráter instrutivo da consciência social LIMA FILHO (et al, 2007) identifica três aspectos essenciais que podem contribuir com o entendimento da dimensão simbólica da vida social: o exercício de cidadania, a necessidade de diálogo interdisciplinar e o potencial de interação dos museus com a população (LIMA FILHO et al, 2007, p. 9). O aspecto educativo que cerca o patrimônio cultural imaterial abre canais de diálogo com diferentes esferas da sociedade por seu caráter plural. É um conceito convergente em uma sociedade desigual. O movimento de uma memória coletiva que traduz o tempo vivido em uma determinada parte da história que resiste na personificação dos atores sociais (MENASCHE et. al., 2012).

Segundo dados do IPHAN, até o ano de 2018 foram 47 Bens Imateriais Registrados, alguns deles ligados à alimentação: Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas no Rio Grande do Sul, Ofício das Baianas de Acarajé, Ofício das Panelleiras de Goiabeiras no Espírito Santo; Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas Regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre; Sistema Agrícola Tradicional de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, Região Sudeste do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná; Feira de Campina Grande na Paraíba; Feira de Caruaru em Pernambuco; Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí; Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro no Amazonas em um contexto indígena contexto multiétnico e multilinguístico; Modo de Fazer Cuias do Baixo Amazonas, no Pará.

Por meio do IPHAN, os Bens Imateriais em Processo de Instrução para Registro ligados à alimentação são: Pesca com Arpão do Pirarucu no Amapá; Processos e Práticas Culturais Referentes à Canoa Caiçara no Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro; Modo de Saber Fazer do Queijo Artesanal Serrano de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Ofício das Quitandeiras de Minas Gerais. Citamos alguns dos Projetos Realizados de Identificação de Bens Culturais Imateriais pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) até o momento: da Farinha de Mandioca no Pará; Cultura do Babaçu na Região do Bico do Papagaio em Tocantins; Documentação Audiovisual das Referências Culturais da Mandioca e Taipa em Alagoas; Pesca da tainha na Ilha do Mel no Paraná; lidas campeiras

do município de Bagé no Rio Grande do Sul; Inventário do Queijo Kochkäse no Vale do Itajaí, em Santa Catarina (SILVA, 2017).

As políticas desenvolvimentistas afetaram profundamente no passado e afetam na atualidade as dinâmicas das culturas, os sistemas agroalimentares e as adaptações culinárias em um processo estruturante voltado para a exportação por meio do agronegócio, por exemplo. Em um outro movimento, camponeses, indígenas, ribeirinhos desenvolvem projeto de resgate das sementes nativas, crioulas, compartilhando a esperança de uma nova plantação. Há urgência de que as políticas públicas voltadas à alimentação sejam reconsideradas no país, com distribuição de renda para retirar o Brasil do Mapa da Fome, agravada pela Covid-19. O acesso à terra como fonte de vida é essencial no processo de plantação e distribuição do alimento, para que os modos de fazer e os saberes tenham continuidade, e o patrimônio cultural imaterial permaneça vivo. Considerar os diferentes contextos culturais, o acesso aos recursos que permeiam as práticas alimentares, as escalas, as regiões, pode contribuir decisivamente na atuação de redes para que o Desenvolvimento Regional seja, de fato, uma realidade para os grupos culturais.

A PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PELO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A relação entre Cultura e Desenvolvimento pode parecer antagônica para alguns pesquisadores, mas há muitas potencialidades que surgem da relação entre os dois conceitos. Com o apoio de áreas do conhecimento como nas Ciências Humanas e Sociais, como a antropologia, sociologia, filosofia, história, comunicação social, entre outras, é possível que diferentes ângulos sejam abordados nessa relação para que se compreendam os limites e as potencialidades a serem analisados, tendo continuidade ou sendo superadas. Para que os projetos tenham êxito e possam representar o grupo étnico que atua diretamente com o patrimônio cultural imaterial em questão, é fundamental que o agente de desenvolvimento regional conheça a realidade local, ouça as propostas das comunidades e compreenda efetivamente as vontades convergentes, as reivindicações comuns consideradas necessárias para serem trabalhadas pela etnicidade.

Os teóricos da área do Desenvolvimento Regional em seus diagnósticos expõem alternativas e sugestões na busca de autonomia nos processos de levantamento de dados, planejamento e execução de projetos que busquem compreender e atender as demandas locais, regionais e globais na atualidade. Randolph (2016) descreve as transformações tidas como “desenvolvimento” sendo o resultado de variadas e complexas interações sociais, pois para ele, é “extremamente pertinente e desafiante associar o conceito do desenvolvimento à ideia de um aumento de potencialidades futuras de uma sociedade” (RANDOLPH, 2016, p. 43). O autor enfatiza que o campo de ação pode ser estendido com as potencialidades coletivas exigindo a ativação de sujeitos e recursos.

Theis (2016) incentiva projetos interdisciplinares para o desenvolvimento regional e alerta que, para se chegar a futuros alternativos possíveis, a dimensão política a ser revelada deve considerar os caminhos que beneficiam o capital nas suas diferentes frentes de atuação, que expressam a organização e reprodução de uma base social. Ele confere a responsabilidade de ação enfatizando que “ao analista do planejamento que seja intelectual e politicamente comprometido com a construção de futuros alternativos se impõe, de um lado, captar os movimentos do capital no espaço e, de outro, identificar as estratégias de resistência popular” (THEIS, 2016, p. 94).

Quanto ao conhecimento sobre planejamento regional, são vários os desafios postos aos seus estudiosos. Inicialmente, há que reter que o planejamento é um objeto de caráter interdisciplinar. Isto significa que se deva continuar persistindo em enfoques integrados do planejamento, sobretudo do planejamento regional, buscando o auxílio de diversos campos do saber, de molde a captar nuances que, em perspectivas estritamente disciplinares, tendem a escapar do analista. Outro desafio diz respeito à dialética entre o abstrato e o concreto. Trata-se da necessidade de (estabelecer, se ela inexistente) promover, se ela existe) contínua interlocução entre a teoria (o conhecimento) e a realidade econômica e sociocultural sobre a qual incidem as intervenções planejadas no território. Por fim, o estudioso do planejamento precisa ampliar seu conhecimento teórico e empírico sobre a própria realidade econômica e sociocultural do Brasil, dele se exigindo leitura e releitura de seus principais intérpretes, tanto para entender a tal formação quanto, sobretudo, para imaginar futuros alternativos para a sobrevivência do homo brasiliensis e de sua ainda rica natura (THEIS, 2016, p. 93).

O mexicano Rodolfo Stavenhagen (1971) faz referência à dinâmica da cultura dizendo que “el hombre no es solamente una criatura ciega de las fuerzas históricas, sino que también moldea su propia historia, com las limitaciones que esta misma historia li impone” (STAVENHAGEN, 1971, p. 43). Stavenhagen (1985, p. 37) analisa, por outro ângulo, algumas formas como a “etnicidade se articula ao processo de desenvolvimento”. Considera que na questão local, primeiro, é essencial “determinar as circunstâncias históricas concretas em que surgem tais movimentos e como eles se relacionam com os conflitos sociais e econômicos mais amplos de seu tempo e lugar” (STAVENHAGEN, 1985, p. 38-39). Segundo o autor, “os planejadores e políticos de todo o mundo têm que lidar com fatores étnicos no desenvolvimento. No entanto, muitos deles preferem ignorar o assunto, porque ele pode questionar as premissas do estado-nação” (STAVENHAGEN, 1985, p. 40). Ele reafirma seu posicionamento propondo que “o etnodesenvolvimento, isto é, o desenvolvimento de grupos étnicos no interior de sociedades mais amplas, deva tornar-se a principal questão da reflexão sobre o desenvolvimento, tanto teórica quanto praticamente (STAVENHAGEN, 1985, p. 41).

Admite-se a possibilidade de diálogo sob as responsabilidades históricas, as compensações ou equiparações sociais, econômicas e ambientais possíveis na atualidade, em ações pós coloniais e decoloniais (LUGONES, 2008), por meio da construção e

fortalecimento de redes que atuam com o patrimônio cultural imaterial, para que o processo ensino-aprendizagem seja contínuo e mostre a capacidade de ter eficiência. São caminhos de oportunidades inseridos em uma perspectiva coletiva. Na área da alimentação como patrimônio, as ações que visam a segurança alimentar se tornaram questões urgentes no território (ETGES, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que as ações em prol do Desenvolvimento Regional sejam aliadas a alimentação e a culinária por meio do Patrimônio Cultural Imaterial de um grupo é fundamental o apoio de equipes multidisciplinares, que compreendam o processo de construção histórica na formação do hábito alimentar, do recurso ou da escassez alimentar do entorno, as adaptações culinárias e as características culturais que constroem ou revelam aquela comida. Traduzir a cultura pela alimentação, ou vice e versa, é um processo de identificação de elementos como referências simbólicas que fundamentam as escolhas sobre as mudanças e permanências na alimentação, sendo parte indissociável de cada pessoa, e do sistema alimentar que ela foi inserida ou está sendo inserida. A possibilidade de atuação, considerando a diversidade cultural no território, suscita a oportunidade de compreendermos os processos migratórios históricos e o deslocamento de pessoas que trazem consigo a histórias de suas famílias e os hábitos de suas comunidades, incorporando sentidos pela troca cultural local, promovendo a diversidade alimentar.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Marcelo. La cocina como patrimonio (in) tangible. In: MARIANI, Víctor (Org.) Temas de Patrimonio Cultural. Vol. 6. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires/Secretaria de Cultura, 2005.

BRAGA, Vivian. Cultura Alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. Saúde em Revista, Piracicaba. v. 6, n. 13, 2004. p. 37-44. Disponível via: https://www.academia.edu/27049875/CULTURA_ALIMENTAR_CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES_DA_ANTROPOLOGIA_DA_ALIMENTA%C3%87%C3%83O. Acesso em: 04 jan. de 2021.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Tradução de Fernando Tomaz, Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

CONTRERAS, Jesús. Alimentación y cultura: reflexiones desde la Antropología. Revista Chilena de Antropología. n.11, 1992, p. 95-111. Disponível via: <http://www.revistadeantropologia.uchile.cl/index.php/RCA/article/view/17643> . Acesso em: 13 out. 2014.

DA MATTA, Roberto. O que faz o brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia. Cosac Naif, 2004.

ETGES, Virginia Elisabeta. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. REDES. Santa Cruz do Sul, v.10, n.3, p. 47-55, set/dez, 2005. Disponível via: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/11050> Acesso em: 11 jan. de 2021.

FLORIT, Luciano Félix; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PHILIPPI, Arlindo Jr. **Ética Socioambiental**. 1.ed. São Paulo: Manole, 2019.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In R. Abreu e M. Chagas, (coord.), *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*, Editora DP&A, Rio de Janeiro, 2003, 56-80.

GABRIEL, Vandreza Amante. Tradição e identidade no território: a alimentação da criança Mbyá-Guarani no tekoá vy'a em Major Gercino (SC). Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) PPGDR/FURB. Blumenau, 2020. Disponível via: https://bu.furb.br/docs/TE/2020/366916_1_1.pdf. Acesso em 20 jan. de 2021.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Trad. Fanny Wrobel – Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A fome e o paladar: uma perspectiva antropológica. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos; CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR (BRASIL). Ministério da Cultura. *Seminário alimentação e cultura*. Rio de Janeiro: Funarte-CNFCP, 2002, p. 7-16.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *O Registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial. Relatório final das atividades da comissão e do grupo de trabalho do Patrimônio Imaterial*. 2 ed. Brasília: MinC-IPHAN/Funarte, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (Orgs.) *Antropologia e patrimônio cultural: Diálogos e Desafios contemporâneos*. ABA. Blumenau: Nova Letra, 2007. 368p. Disponível via: http://www.aba.abant.org.br/administrator/product/files/42_0013967.pdf. Acesso em: 04 jan. de 2021.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Tabula Rosa*. Bogotá. Nº 9: 73-101, jul-dez, 2008. Disponível via: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892008000200006&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 29 de jul. 2020.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUS, M. *Sociologia e antropologia*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 185-314.

MENASCHE R, ALVAREZ M, Collaço J. Alimentação e cultura em suas múltiplas dimensões. In: MENASCHE, Renata; ALVAREZ, Marcelo; COLLAÇO, Janine. (Orgs). *Dimensões socioculturais da alimentação: diálogos latinoamericanos*. Porto Alegre: UFRGS; 2012. p. 7-28. Disponível via: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172899> Acesso em: 04 jan. de 2021.

MINTZ, Sidney W. Comida e Antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v 16, n. 47. outubro/2001, p. 31-41. Disponível via: <http://www.uff.br/saudecultura/artigos-encontro-6/Texto08.pdf> . Acesso em: 21 set. 2016.

PIERONI, Gabriella Cristina. Fazedores de cultura, comedores de patrimônio: Estado e sociedade civil no registro do patrimônio imaterial ligado à alimentação (2000/2016). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. [Dissertação]. Rio de Janeiro, 2018. Disponível via: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PIERONI_Gabriella-Dissertacao_Mestrado\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PIERONI_Gabriella-Dissertacao_Mestrado(2).pdf) Acesso em: 04 jan. de 2021.

POULAIN, Jean-Pierre. Sociologias da Alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. De Rossana Pacheco da Costa Proença, Carmen Silva Rial e Jaimir Conte. Tradução Editora da UFSC: Florianópolis, 2004.

RANDOLPH, Rainer. A tríade de desenvolvimento, planejamento e política (poder): proposições para investigações de transformações e políticas regionais. In: ETGES, Virginia Elisabeta; CADONÁ, Marco André (orgs.). Globalização em tempos de regionalização: repercussões no território. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016, p. 39-62.

SANTILLI, Juliana. O reconhecimento de comidas, saberes e práticas alimentares como patrimônio cultural imaterial. Revista Demetra; 2015; 10(3); p. 585-606. Disponível via: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/16054/13752>. Acesso em: 04 jan. de 2021.

SILVA, Marilda Rosa Galvão Checucci Gonçalves da. Alimentação, Patrimônio Agro-Alimentar e Desenvolvimento: o Kochkäse como Patrimônio Cultural Imaterial do Vale do Itajaí (SC). Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul (RS), 2017. Disponível via: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16714/4281>. Acesso em: 04 jan. de 2021.

SILVA, Marilda Rosa Galvão Checucci Gonçalves da. Patrimônio agroalimentar, território e desenvolvimento regional: um estudo de caso entre agricultores familiares do Vale do Itajaí (SC). Artigo apresentado no VI Congresso da Associação Latino-Americana de Antropologia - ALA 2020. Modalidade Virtual/ 23 al 28 de noviembre de 2020. Uruguai. Eixo Temático 23: Práticas y representaciones alimentarias y Intervenciones Antropológicas. Coord.: Gustavo Labirde y F. Xavier Medina Luque. Disponível via: https://ala2020.com.uy/?page_id=115&lang=pt

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: Uma Dimensão Ignorada no Pensamento Desenvolvimentista. Anuário Antropológico. vol. 84, 1985, p. 11-44.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Cómo descolonizar las ciencias sociales. 1971. Disponível via: http://hblog.nuevaradio.org/b2-img/stavenhagen_como_descolonizar_las_cs.pdf . Acesso em: 1 fev. 2017.

THEIS, Ivo Marcos. Desenvolvimento Desigual e Planejamento Regional no Brasil. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, v.37, n.131, p.79-97, jul./dez. 2016, p.79-97.

VIANNA, Leticia C. R. Patrimônio Imaterial. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, 04 jan. de 2021. Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Disponível via: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural?letra=p>. Acesso em: 04 jan. de 2021.

WOORTMANN, Ellen F. A comida como linguagem. Revista Hábitus. Goiânia, v.11, n.1, p.13-34, jan./jun. 2013.

INVESTIGAÇÃO DA CORRELAÇÃO ENTRE OS DADOS DO ENA (ENERGIA NATURAL AFLUENTE) PARA A PRODUÇÃO DE ENERGIA BRASILEIRA ATRAVÉS DA ANÁLISE MULTIVARIADA, COMO FATOR RELEVANTE DE ANÁLISE DA CRISE HÍDRICA

Data de aceite: 01/12/2021

Débora Gaspar Soares

Escola Nacional de Ciências Estatísticas –
ENCE
Rio de Janeiro
<https://lattes.cnpq.br/1106186788602404>

Glenda Rafaela de Sousa Quirino

Escola Nacional de Ciências Estatísticas –
ENCE
Rio de Janeiro. LATTES
<http://lattes.cnpq.br/0385330685873940>

Juliana Fonseca de Meira

Escola Nacional de Ciências Estatísticas –
ENCE
Rio de Janeiro
<https://lattes.cnpq.br/9880324264780142>

Mariana Torres Lima

Escola Nacional de Ciências Estatísticas –
ENCE
Rio de Janeiro
<https://lattes.cnpq.br/1292251630131527>

RESUMO: Atualmente, a sociedade busca ferramentas que desenvolvam a capacidade de produção e inovação tecnológica e científica, dessa forma são desenvolvidas pesquisas, com vistas de responder as questões humanas. Este presente trabalho apresenta métodos estatísticos úteis para a realização de uma pesquisa, para tanto, foi selecionado um banco de dados da bibliografia recomendada denominado ENA (Energia Nacional Afluyente). O objetivo desse

estudo é examinar se há correlação entre a produção de energia e as principais bacias geradoras, quais fatores que influenciam nessa produção hídrica de energia através da análise multivariada com a utilização do software RStudio, que é um software livre e de código aberto desenvolvido com ambiente integrado para o R. Realizou-se uma investigação se as variáveis são correlacionadas através do teste de Bartlett, e o teste de K.M.O; Verificou-se a estimativa da matriz de variâncias e covariâncias, tendo sido necessário a padronização das variáveis de estudo; Determinou-se as Componentes principais e Analisou-se os Critérios para escolher o número de Componentes, utilizando-se o gráfico Scree plot e o Scree test. Os resultados encontrados indicaram que há correlação entre a produção de energia e as principais bacias geradoras do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Energia Natural Afluyente, Produção de energia, Análise Multivariada.

INVESTIGATION OF THE CORRELATION BETWEEN ENA DATA (NATURAL AFFLUENT ENERGY) FOR THE PRODUCTION OF BRAZILIAN ENERGY THROUGH MULTIVARIATIONAL ANALYSIS, AS A RELEVANT FACTOR IN THE ANALYSIS OF THE WATER CRISIS

ABSTRACT: Currently, society is looking for tools that develop the capacity for production and technological and scientific innovation, in this way research is carried out, with a view to answering human questions. This present work presents useful statistical methods to carry out a research, therefore, a database of the recommended

bibliography called ENA (Affluent National Energy) was selected. The aim of this study is to examine whether there is a correlation between energy production and the main generating basins, which factors influence this water energy production through multivariate analysis using the RStudio software, which is a free and open source software developed with an integrated environment for R. An investigation was carried out if the variables are correlated using the Bartlett test, and the KMO test; The estimation of the matrix of variances and covariances was verified, and it was necessary to standardize the study variables; The main components were determined and the criteria to choose the number of components were analyzed, using the Scree plot and the Scree test. The results found indicated that there is a correlation between energy production and the main generating basins in Brazil.

KEYWORDS: Affluent Natural Energy, Energy Production, Multivariate Analysis.

1 | INTRODUÇÃO

O presente estudo baseia-se num banco de dados ENA escolhido na bibliografia recomendada, para análise de métodos estatísticos para a realização de uma pesquisa. Esses dados são um reconhecimento destinado a determinar energia natural (afluente). As usinas elétricas representam a maior parte da produção de energia nacional, aproximadamente 85% da produção de energia é obtida por meios hídricos. A realização do trabalho do SIN (sistema interligado nacional) deriva da operação da produção hídrica de energia. Dessa maneira, torna-se importante contabilizar essa produção para a execução do trabalho, e isso tem sido através dos dados de ENA (energia natural afluente), que retratam a vazão turbinada das bacias, ou subsistemas, gerados pelas usinas. Esses dados são imprescindíveis para criação de cenários futuros, que influenciam o planejamento energético nacional. Para investigar se há correlação entre a produção de energia e as principais bacias geradoras o presente trabalho utiliza técnicas relevantes de análise multivariada.

O conjunto de dados ENA está descrito na **Tabela 1** abaixo, há uma descrição das principais variáveis.

Variáveis	Bacia do Rio
B1	Amazonas
B2	Capivari
B3	Doce
B4	Grande
B5	Iguaçu artificial
B6	Itabapoana
B7	Itajaí-Açu
B8	Jacuí
B9	Jequitinhonha
B10	Mucuri
B11	Paraguaçu
B12	Paraguai
B13	Paraíba do Sul
B14	Paranaíba
B15	Paraná Artificial
B16	Paranapanema
B17	Parnaíba
B18	São Francisco
B19	Tiête Artificial
B20	Tocantins

Tabela 1. Tabela de Variáveis de Energia Natural Afluente.

Fonte: Operador Nacional do Sistema Elétrico, Brasil. Disponível em: <http://www.ons.org.br/home/>. Acesso em Setembro de 2021.

A crise hídrica é caracterizada como a falta de água para o abastecimento humano. Com origem em períodos de seca extrema, mesmo em regiões com alto índices pluviométricos, a baixa regularidade de chuvas causa o colapso de reservatórios hídricos, bem como a má gestão dos recursos; a falta de uma infraestrutura adequada que atenda a demanda da população; o consumo consciente e racional de água; a busca e utilização de outras fontes aos reservatórios; o desmatamento e a poluição dos cursos d'água. De acordo com o site da Câmara dos Deputados, em Brasília, os eventos de extremos sobre escassez de água no Brasil, vêm se acumulando nas últimas duas décadas, como apontado em projeções do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*), correlacionando os eventos extremos às mudanças climáticas (CÂMARA DOS DEPUTADOS).

A conjuntura econômica atual do país anunciou a criação de uma nova bandeira para a conta de luz, denominada de bandeira de escassez hídrica, a taxa que foi regulamentada pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) tem o valor de R\$14,20 por 100 kWh. Nesse sentido, para entender a crise hídrica das bacias dos Rios do ENA, de acordo

com a ANA (2016)¹, os maiores índices de criticidade encontram-se em Bacias dos Rios com intenso uso da água para irrigação, bem como a baixa disponibilidade hídrica está relacionada aos lançamentos de efluentes domésticos e industriais existentes. Por essa razão, o nosso país necessita estar capacitado e prevenido sejam quais forem os eventos climáticos extremos. Têm-se observado de maneira citadina - escassez ou excesso de chuva, impactos na agricultura e saúde e perdas econômicas altamente dispendiosas— que representam uma amostra bem exígua de um futuro não tão distante. Cabe salientar que fatores como o contínuo aumento de demandas, além das alterações no ciclo da água decorrentes de cenários como o das mudanças climáticas globais acarreta considerável ampliação na diversidade de ações de gestão em contexto de crise, como o atual, que exige tomada de atitude, a começar pela revisão dos planos base. Motivo pelo qual trouxemos aqui tal abordagem. Salienta-se ainda que a vulnerabilidade decorrente de um balanço hídrico desfavorável, associada a baixos investimentos em infraestrutura hídrica, períodos de precipitações abaixo da média, podem agravar a situação e conduzir a períodos de crise hídrica por escassez, como verificado em diversas regiões do país nos últimos anos. Em relação a Gestão e Regulação da Água, o presente estudo destaca que a educação inclusive é um importante fator a ser analisado, pois a gestão e regulação dos recursos hídricos pelos governos e a adoção de novos hábitos para enfrentamento do desperdício de água pela população fazem a diferença quando se trata de soluções eficazes para a crise hídrica. A figura 1 apresenta o mapa das regiões hidrográficas do Brasil, onde estão localizadas as 21 bacias com Rios do ENA para auxiliar a compreensão da localização geográfica.

1 ANA (Agência Nacional de Águas): “O presente relatório, denominado RF – Relatório Final de Identificação e Classificação de Trechos Críticos- é parte integrante do Estudo de Modelagem Quantitativa e Qualitativa de Trechos de Rio em Bacias Hidrográficas Consideradas Críticas, constituindo-se em seu nono produto. Este documento atende aos requisitos constantes nos Termos de Referência (TDR) que orientam o desenvolvimento dos trabalhos e, também, aos desdobramentos resultantes da Conferência Prévia realizada durante o processo licitatório, trazendo consigo avanços metodológicos importantes para a condução do trabalho.”

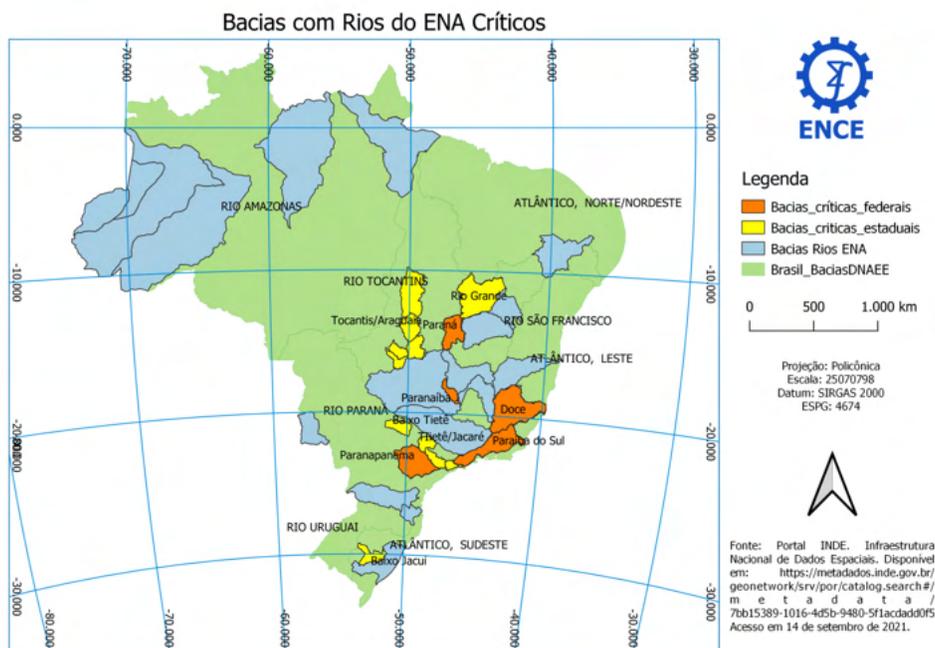


Figura 1: Bacias com Rios do ENA críticos

Fonte: Portal INDE. Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais. Disponível em: <<https://metadados.inde.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadatos/7bb15389-1016-4d5b-9480-5f1acdadd0f5>>. Acesso em 14 de setembro de 2021.

Em defluência, “uma imagem vale mais que mil palavras” e a figura 1 apresenta indício de que entre as bacias dos rios analisadas pela ANA (2016) definindo os trechos críticos em corpos d’água em todo território nacional, para subsidiar as ações de gestão em função das classes de criticidade encontradas estão correlacionadas as bacias dos rios de energia natural afluentes analisados pelo ENA, destacando-se da seguinte maneira: pela bacia paraná artificial; Iguaçu artificial, Parapananema, Tiête Artificial, Jacuí, Itajaí-açu, Paraguaçu, Itabapoana, Mucuri, Capivari, Parnaíba, Paraíba do Sul, Amazonas, Paraguai, Doce, Jequitinhonha; pela bacia Tocantins; e pela bacia São Francisco, Grande e Paranaíba.

Baseado no banco de dados ENA (Energia Natural Aflente), retirados do ONS, os dados retratam a vazão turbinada das bacias ou subsistemas, gerados pelas usinas hidrelétricas; tornando-se imprescindíveis para criação de cenários futuros, que influenciam o planejamento energético nacional. No intuito de investigar se há correlação entre a produção de energia e as principais bacias geradoras, algumas técnicas de análise multivariada serão citadas ao longo do trabalho.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

Este presente trabalho apresenta métodos estatísticos, de análise multivariada, úteis para a realização de uma pesquisa, para tanto, é importante a qualidade dos dados coletados, ou seja, verificar a consistência, e erros de digitação ou mensuração antes da análise. Foram selecionadas 21 bacias hidrográficas brasileiras pertencentes ao ENA (energia natural afluyente), disponibilizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), representando a produção de energia nacional em 2013. O objetivo desse estudo foi examinar se há correlação entre a produção de energia e as principais bacias geradoras, quais fatores que influenciam nessa produção hídrica de energia através da análise multivariada com a utilização do software RStudio, que é um software livre e de código aberto desenvolvido com ambiente integrado para o R. Realizou-se uma investigação se as variáveis são correlacionadas através do teste de Bartlett, e o teste de K.M.O; Verificou-se a estimativa da matriz de variâncias e covariâncias, tendo sido necessário a padronização das variáveis de estudo; Determinou-se as Componentes principais e Analisou-se os Critérios para escolher o número de Componentes, utilizando-se o gráfico Scree plot e o Scree test. Os resultados encontrados indicaram que há correlação entre a produção de energia e as principais bacias geradoras do Brasil

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo apresenta um panorama da crise hídrica das bacias do ENA desde antes do critério de criticidade da ANA (2016), na qual áreas rurais e redes urbanizadas estão sendo impactadas no cotidiano pela seca dos rios afluentes, bem como pela possibilidade do risco de um apagão elétrico nacional.

Utilizando o RStudio para o Teste de Kaiser, o coeficiente de energia natural afluyente observado, encontrou o resultado igual a 0,8457193, indicando que é favorável a realização de ajuste de modelo de análise fatorial. Pois o valor encontrado no teste deve ser maior ou igual a 0,8 para a realização da análise de fatores. Para o Teste de Bartlett, o RStudio apresentou o valor de $2,2e^{-13}$, para um nível de significância igual a 5%, o que significa que as p-variáveis observadas não são mutuamente independentes.

Na análise de componentes principais, os grupos de bacias X1, X5, X9, X13 e X17, correspondem aos autovalores encontrados. O autovalor para um componente principal sugere o quanto de variância ele encerra do total de variâncias, explicitando o quanto cada componente principal explica da variância total, isto é, explicar a importância de cada componente principal em termos de suas variâncias em comparação com as variâncias das p-variáveis de energia natural afluyente observadas. Portanto é possível a comparação entre as p-variáveis de energia natural afluyente.

Já para a análise de fatores os resultados encontrados demonstram que as p-variáveis de energia natural afluyente observadas, não são mutuamente independentes,

portanto deve-se verificar o grau de correlação entre cada fator e cada p-variável. Dessa forma, as p-variáveis de energia natural afluyente se correlacionam positivamente.

Na análise de *cluster*, o RStudio demonstrou que há 4 classes distintas compostas de p-variáveis de energia afluyentes observadas e que cada classe foi dividida por p-variáveis, de energia natural afluyente, similares.

3.1 Critério do gráfico de declive ou scree plot

Foi utilizada a ferramenta Rstudio para análise do gráfico scree plot que por definição aceita que se os fatores na forma gráfica que apresentam grande diferença serão capazes de explicar grande parcela da variância das p-variáveis de energia natural afluyente, tal que quando essa diferença se torna pequena, uma suavização da curva, este ponto determina o número de fatores a serem estudados. O resultado encontrado foram 4 fatores.

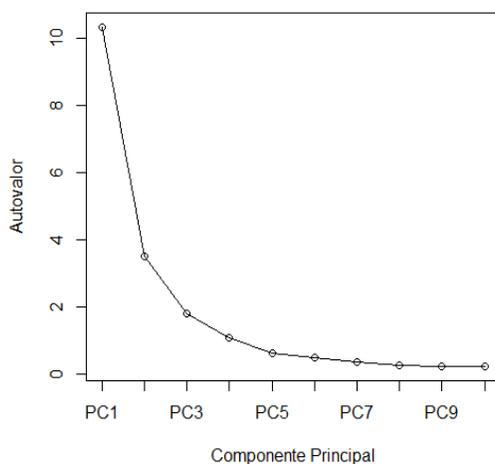


Gráfico 01- Scree plot

Com a utilização do R-studio os resultados analisados possuem: graus de liberdade para o modelo é de 116 e o ajuste foi de 4.6895. Para representar os resultados encontrados na análise de fatores, utilizou-se o R-studio, a ferramenta “scree test”, que é o gráfico abaixo. Apresenta que o modelo escolhido consegue relacionar os 4 fatores encontrados com cada p-variáveis de energia natural afluyente observadas.

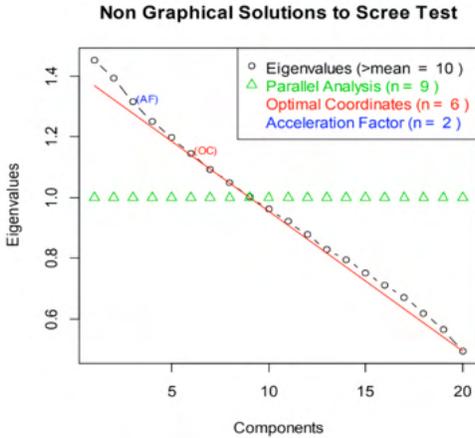


Gráfico 02: Scree Test

3.2 Análise de Cluster

É uma análise de agrupamentos da amostra de p-variáveis de energia afluyente, que usa os fatores das variáveis para agrupar as p-variáveis em classes de modo que as p-variáveis similares estejam na mesma classe. Utilizando-se o R-studio foi destacado que há 4 classes distintas compostas de p-variáveis de energia afluentes observadas: A primeira classe é composta por X15, a segunda classe é composta por X5, X16, X19, X8, X7, X11, X6, X10, X2, X17, X13, X1, X12, X3, X9; a terceira classe é composta por X20; e a quarta classe é composta por X18, X4, X14. E que cada classe foi dividida por p-variáveis, de energia natural afluyente, similares. Esse resultado pode ser observado no gráfico abaixo.

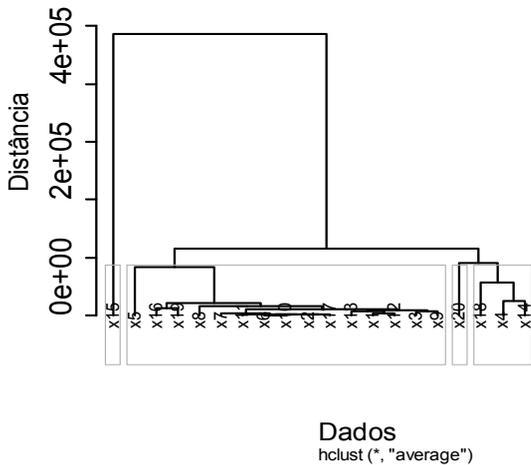


Gráfico 03: Análise de Cluster

4 | CONCLUSÕES

a) Ao testar a possibilidade de utilizar os dados das p-variáveis de energia natural afluyente para uma análise multivariada, usando-se a ferramenta R-studio, encontraram-se os seguintes resultados: *KMO* igual a 0,8457193 e para o Teste de Bartlett obteve-se o p-valor igual a $2,2e^{-13}$. Indicando que é favorável a realização de ajuste de modelo de análise fatorial e que as p-variáveis observadas não são mutuamente independentes;

b) Ao verificar a possibilidade de comparação entre as p-variáveis de energia natural afluyente através da análise de componentes, utilizando-se o Rstudio obtiveram-se os seguintes resultados: as bacias *X1*, *X5*, *X9*, *X13* e *X17* correspondem aos autovalores encontrados; o pacote *pca* encontrou 4 autovalores: *PC1*, *PC2*, *PC3* e *PC4*; e a análise do gráfico *scree plot* apresentou 4 fatores. Portanto é possível a comparação entre as p-variáveis de energia natural afluyente, visto que a variância das mesmas é o próprio autovalor;

c) Ao realizar a análise de fatores e verificar se existe correlação entre as p-variáveis de energia natural afluyente, com o uso da ferramenta R-studio encontraram-se os seguintes resultados: grau de explicação de cada fator com cada p-variável observada de energia natural afluyente, dessa maneira percebe-se que: o fator 1 explica 87,7% da variável *X1*, 68,4% da variável *X3*, 83,3% da variável *X4*, 60,4% da variável *X9*, 82,6% da variável *X12*, 76,5% da variável *X13*, 91,1% da variável *X14*, 88,7% da variável *X15*, 87,8% da variável *X17*, 87,3% da variável *X18*, 66,8% da variável *X19* e 95,9% da variável *X20*; o fator 2 explica 73,5% da variável *X9*, e 74,8% da variável *X10*; o fator 3 não explica nenhuma variável; o fator 4 explica 72,6% da variável *X5*, e 70,5% da variável *X7*; e também que as p-variáveis de energia natural afluyente se correlacionam positivamente, tanto que apresenta-se o seguinte resultado: o fator 1 está correlacionado com as variáveis *X4*, *X12*, *X13*, *X14*, *X15*, *X16*, *X19*; O fator 2 está correlacionado com as variáveis *X3*, *X9*, *X10*, *X11*; O fator 3 está correlacionado com as variáveis *X1*, *X17*, *X20*; O fator 4 está correlacionado com as variáveis *X5*, *X7*, *X8*;

d) Ao utilizar a análise de Cluster para agrupar as p-variáveis de energia natural afluyente similares, usando-se a ferramenta R-studio obteve-se o seguinte resultado: a análise do gráfico *scree test* apresentou que há 4 classes distintas compostas de p-variáveis de energia afluentes observadas: A primeira classe é composta por *X15*, a segunda classe é composta por *X5*, *X16*, *X19*, *X8*, *X7*, *X11*, *X6*, *X10*, *X2*, *X17*, *X13*, *X1*, *X12*, *X3*, *X9*; a terceira classe é composta por *X20*; e a quarta classe é composta por *X18*, *X4*, *X14*. E que cada classe foi dividida por p-variáveis, de energia natural afluyente, similares.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fator 1 explica 65% da variância total, composto por 13 p-variáveis de energia natural afluyente positivamente relacionadas, representando a relação de produção de

energia obtida por energia natural afluyente. O fator possui p-variáveis com cargas fatoriais altas das 20 bacias das regiões hidrográficas brasileiras.

O fator 2 representa 10% da variância total, composto por 2 p-variáveis de energia natural afluyente positivamente relacionadas. O fator possui p-variáveis com cargas fatoriais altas das 20 bacias das regiões hidrográficas brasileiras.

O fator 4 representa 10% da variância total, composto por 2 p-variáveis de energia natural afluyente positivamente relacionadas. O fator possui p-variáveis com cargas fatoriais altas das 20 bacias das regiões hidrográficas brasileiras. Mantendo a caracterização do fator 2.

Foram geradas no trabalho 4 classes de bacias que possuem características similares, o que indica que as p-variáveis de energia natural afluyentes estão correlacionadas, portanto, conhecer quais bacias estão correlacionadas favorece o trabalho de implementação e gestão da produção de energia nacional. As 4 classes são compostas pelas bacias: a primeira classe apenas pela bacia Paraná artificial; a segunda classe pelas bacias Iguazu artificial, Parapanema, Tietê artificial, Jacuí, Itajaí-Açu, Paraguaçu, Itabapoana, Mucuri, Capivari, Parnaíba, Paraíba do Sul, Amazonas, Paraguai, Doce e Jequitinhonha; a terceira classe apenas pela bacia Tocantins; e a quarta classe pelas bacias São Francisco, Grande e Paranaíba. Por consequência, esse resultado evidencia que o sistema elétrico nacional que depende fortemente dos recursos hídricos, ou seja, é altamente vulnerável tanto as demandas de abastecimento humano e irrigação do sistema agrícola quanto a problemas hidroclimatológicos, do qual áreas rurais e redes urbanizadas estão sendo impactadas no cotidiano pela seca dos rios afluyentes, bem como pela possibilidade do risco de um apagão elétrico nacional.

Em razão do exposto, o presente estudo destaca que uma Gestão e Regulação da Água necessitam de uma análise mais aguda da distribuição de chuva e vazão dos rios da bacia Amazonas, uma vez que notadamente os períodos de seca também se tornam mais críticos, fator esse assustadoramente negativo, já que as secas do norte ocasionam impactos extremadamente na produção agrícola e no cotidiano das pessoas. Dessa maneira, não somente as demandas de abastecimento humano precisarão de se adaptar, mas também a irrigação do sistema agrícola, que tenderá a eventos extremos de secas mais profundas e cheias mais brandas. Esse tipo de variação hidroclimatológica pode impactar praticamente todas as demandas do recurso hídrico do país.

Como sequela, observou-se que os dados oficiais da ONS evidenciam a conjuntura econômica atual do país que anunciou a criação de uma nova bandeira para a conta de luz, denominada de bandeira de escassez hídrica, pelo fato de sendo o recorte histórico anterior e as bacias hidrográficas do ENA que possuem características similares estarem correlacionadas com a caracterização de criticidade determinada pela ANA (2016), ou seja, o pouco-caso com a crise hídrica do sistema energético engendra-se há muitos anos. Em seguimento, o presente estudo enfatiza que deve considerar-se não só a expansão do crescimento urbano, bem com o seu adensamento de ocupação urbana, mas a Gestão

e Regulação da Água na rede urbana, que pode influenciar tanto no aumento como na diminuição do nível de criticidade caracterizadas pela ANA (2016) para as distintas bacias hidrográficas do ENA analisadas por meio das políticas públicas regulamentadas.

Diante do exposto, para além das alterações hidrológicas relacionadas ao aquecimento global, a Gestão e Regulação da Água na rede urbana brasileira necessita ser uma prioridade dos tomadores de decisão. A análise da ANA (2016) enfatiza em relação à criticidade das bacias dos rios nacionais que, com temperaturas mais elevadas, a escassez pela evaporação em reservatórios abertos pode chegar a índices de 30% a 40%. Esses resultados são indícios, e não representam a nossa realidade quicá uma solução adequada, entretanto, um alerta que devem-se analisar e planejar ações de médio e longo prazo, levando sempre em consideração as projeções climáticas iminentes. São relevantes ações de educação e informação direcionadas não exclusivamente à orientação da população, mas para a prevenção e participação, bem como indicar providências eficazes para as contas econômicas ambientais de água², e enfrentamento à criticidade atual das bacias dos rios nacionais.~

Ainda para efetivação de análise dos resultados, sobretudo com a análise da ANA (2016) em relação à criticidade das bacias dos rios nacionais para uma comparação dos dados das vazões futuras (2011 – 2099) das bacias dos rios do ENA, vale explicitar que o histórico de vazões dos rios do ENA do período anterior a 1970 não configuram significativamente as vazões atuais: uma chuva pregressa e a mesma no presente gerariam vazões diferentes. Então, o que devo fazer de ti, ENA? O presente estudo aponta que não é uma coincidência o valor da produção agrícola nacional ter recorde em 2020 e ser regulamentada em 2021 a criação de uma nova bandeira para a conta de luz, denominada de bandeira de escassez hídrica, em outras palavras, a crise hídrica das bacias dos rios do ENA são decorrentes da mudança de uso do solo, especialmente pela substituição das florestas por áreas agrícolas.

Sendo o Brasil um cenário muito favorável as inovações energéticas, propostas que favoreçam o fornecimento de energia mais confiável, menos poluentes e com mais qualidade, são muito bem-vindas. Pensar em fontes de energia renovável é fundamental para minimizar os impactos da crise, tanto na economia do país, quanto ao meio ambiente, principalmente sobre os recursos hídricos. Cabe aos setores responsáveis, público e privado, implementar soluções ao setor energético.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Brasil enfrenta pior crise hídrica em 91 anos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-09/brasil-enfrenta-pior-crise-hidrica-em-91-anos>. Acesso 27/09/21.

2 De acordo com a ANA (2018, p.14):As CEAA conforme o Modelo SEEA-Water são compostas por um conjunto de tabelas padronizadas que expressam a disponibilidade, demandas e fluxos estabelecidos entre o meio ambiente e as atividades econômicas, constituindo-se de conteúdos mínimos que a ONU encoraja os países a compilar, sistematizar e disponibilizar. Incluem informações de disponibilidade, uso, consumo e retorno e as atividades econômicas associadas a cada uma delas, bem como a correlação entre os setores da economia, incluindo serviços sanitários (Gutiérrez-Martin *et al.*, 2017).

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil). Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2020: informe anual. Brasília: ANA, 2020. Disponível em: <http://conjuntura.ana.gov.br/static/media/conjuntura-completo.23309814.pdf>. Acesso em: 27/09/21.

BRASIL. Lei Federal nº 9.433/1997. Política Nacional dos Recursos Hídricos – PNRH. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm. Acesso em: 27/09/21.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Crise hídrica. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/fiquePorDentro/temas/crise-hidrica-mar-2018>. Acesso 27/09/21.

DOHOO, I.; MARTIN, W.; STRYHN, H. Veterinary Epidemiologic Research. 1.ed.Canadá. Island. Ed.AVC,2003.727p.

ENERGIA HOJE. A crise energética no Brasil em 2021. Disponível em: <https://energiahoje.editorabrasilenergia.com.br/a-crise-energetica-no-brasil-em-2021/>. Acesso 27/09/21.

HAIR, Jr, J.F. Análise Multivariada de dados. 5.ed. Porto Alegre. Ed. BOOKMAN, 2005.

LEITE, F. Introdução à Análise Multivariada. Notas de aula, Curso de Especialização em Estatística Aplicada. Seropédica: DEMAT/UFRRJ, 2013.18p.

MANLY, B. Métodos estatísticos multivariados: uma introdução. 3.ed. Porto Alegre. Ed. BOOKMAN,2008.

MANN, P. S. Introdução à estatística. 5ª.ed. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2006. 758p.

MINGNOTI, S. A. Análise de dados de métodos de estatística multivariada: Uma abordagem aplicada. 1.ed. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2005.

MONTGOMERY, D. C.; RUNGER, G. C.;HUBELE, N. F. Estatística Aplicada à Engenharia. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2004. 335p.

MORETTI, A. R. Inferência estatística. Notas de aula, Curso de Especialização em Estatística Aplicada. Seropédica: DM/UFRRJ, 2012. 30p.

PAULA, D. Testes de hipóteses. Notas de aula, Curso de Especialização em Estatística Aplicada. Seropédica: DEMAT/UFRRJ, 2013. 16p.

PORTAL INDE. Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais. Disponível em: <https://metadados.inde.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadata/7bb15389-1016-4d5b-9480-5f1acdadd0f5> . Acesso em 14 de setembro de 2021.

REVISTA GALILEU. Crise hídrica: Raízes da nova escassez de água no Brasil. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2021/09/crise-hidrica-raizes-da-nova-escassez-de-agua-no-brasil.html>. Acesso 27/09/21.

TRIOLA, M. F. Introdução à estatística. 9ª.ed. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2005. 656p.

SOBRE O ORGANIZADOR

ADILSON TADEU BASQUEROTE - Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio de Doutorado Sanduíche no Instituto de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/UL). Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Especialista em Práticas pedagógicas interdisciplinares: Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Médio (UNIFACVEST). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) e em Estudos Sociais- Geografia pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professor no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Compõe o corpo editorial, científico e de pareceristas de editoras e revistas científicas na área de Ensino e de Educação Geográfica. Possui experiência na Educação Geográfica e Ambiental, dedicando-se em especial ao uso das TIC no Ensino e na aprendizagem, Ensino e Aprendizagem, Recursos didáticos. Paralelamente, pesquisa os seguintes temas: Agroecologia, Agricultura Familiar, Gênero em contextos rurais, Associações agrícolas familiares e Segurança alimentar. <http://orcid.org/0000-0002-6328-1714>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise 3, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 28, 29, 39, 40, 41, 42, 45, 48, 50, 62, 73, 85, 86, 90, 93, 96, 97, 98, 101, 107, 109, 112, 115, 117, 119, 121, 136, 137, 139, 140, 147, 166, 170, 172, 173, 187, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Aprender 14, 15, 19, 20, 21, 25

Aprendizagem 16, 19, 25, 177, 184, 199

Avaliação 59, 86

B

Brasil 16, 25, 27, 28, 29, 37, 38, 39, 48, 51, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 67, 70, 74, 75, 76, 80, 81, 82, 85, 87, 92, 93, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 111, 112, 117, 121, 135, 138, 139, 146, 147, 148, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 177, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 192, 197, 198

C

Cidadania 16, 25, 26, 27, 69, 81, 122, 146, 181

Cidade 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 57, 58, 65, 67, 74, 75, 77, 80, 81, 83, 95, 96, 98, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 113, 118, 121, 135, 167, 169, 170, 173

Conflito 64, 110, 139, 144, 145, 146, 147

Conhecimento 3, 10, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 90, 98, 164, 165, 179, 182, 183

Contexto 6, 12, 14, 16, 17, 22, 26, 27, 32, 38, 40, 47, 48, 51, 56, 87, 92, 95, 96, 98, 99, 101, 103, 105, 107, 115, 122, 125, 132, 177, 178, 181, 190

Cultura 1, 2, 3, 8, 12, 45, 49, 50, 51, 67, 68, 92, 93, 111, 118, 121, 135, 139, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

D

Dados 16, 17, 19, 32, 33, 34, 40, 42, 55, 59, 61, 62, 73, 76, 82, 86, 88, 90, 96, 107, 109, 111, 115, 117, 121, 137, 139, 140, 142, 146, 164, 172, 173, 174, 181, 182, 187, 188, 191, 192, 195, 196, 197, 198

Desenvolvimento 7, 9, 11, 17, 26, 27, 32, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 78, 81, 93, 112, 115, 121, 135, 137, 138, 148, 164, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 190, 199

Desenvolvimento regional 64, 68, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Diversidade 7, 30, 33, 41, 67, 177, 180, 184, 190

E

Educação 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 40, 47, 51, 55, 59, 63, 66, 68, 69, 82, 92, 93, 118, 172, 174, 180, 190, 197, 199

Educação geográfica 199

Ensinar 14, 15, 19, 20, 21, 25, 26

Espaço 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 63, 64, 65, 70, 74, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 137, 138, 141, 142, 147, 167, 169, 170, 172, 173, 179, 183, 186

Espaço geográfico 15, 22, 23, 26, 29, 98

Estudo 13, 16, 22, 24, 26, 28, 29, 31, 33, 36, 39, 42, 53, 55, 64, 69, 71, 73, 79, 80, 84, 86, 96, 98, 99, 106, 108, 137, 147, 186, 187, 188, 190, 192, 196, 197

F

Fonte 2, 4, 18, 42, 43, 44, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 77, 84, 87, 88, 89, 90, 113, 114, 116, 117, 118, 120, 140, 144, 145, 182, 189, 191

Formação 8, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 46, 58, 68, 70, 71, 73, 81, 95, 96, 101, 104, 106, 107, 108, 110, 171, 183, 184

G

Geografia 1, 2, 4, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 38, 42, 52, 53, 54, 63, 64, 70, 71, 74, 81, 95, 96, 97, 99, 106, 107, 108, 135, 137, 148, 164, 170, 199

H

Humano 7, 8, 21, 22, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 98, 124, 156, 179, 189, 196

I

Indígena 1, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 103, 172, 181

Informação 33, 65, 69, 82, 83, 86, 93, 97, 172, 197

L

Linguagem 1, 2, 10, 12, 65, 82, 94, 168, 178, 186

Lugar 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 13, 22, 24, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 54, 55, 59, 60, 63, 64, 65, 73, 100, 121, 131, 139, 161, 167, 179, 183

M

Metodologia 10, 13, 17, 41, 73, 86, 115

Mobilidade urbana 42, 43, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 121, 122

Município 34, 35, 39, 40, 43, 44, 45, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65,

66, 67, 71, 82, 87, 88, 103, 109, 112, 113, 115, 121, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 146, 147, 169, 182

N

Natureza 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 21, 23, 24, 26, 29, 70, 75, 96, 98, 99, 106, 108, 110, 135, 177, 178, 179

Necessidade 23, 37, 47, 50, 69, 74, 76, 78, 83, 97, 101, 102, 110, 119, 137, 147, 164, 169, 170, 173, 177, 181, 183

O

Ocupação 31, 34, 35, 36, 56, 57, 58, 74, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 93, 98, 102, 103, 104, 112, 114, 138, 166, 196

Organização 6, 8, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 40, 45, 46, 47, 49, 50, 53, 67, 68, 69, 99, 101, 112, 147, 177, 180, 183

P

Paisagem 11, 22, 83, 84, 92, 110

Participação 54, 58, 61, 62, 64, 65, 67, 69, 91, 147, 165, 180, 197

Patrimônio 45, 50, 83, 85, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 100, 102, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 185, 186

Pesquisa 1, 2, 6, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 24, 25, 27, 28, 29, 33, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 45, 49, 50, 51, 61, 62, 65, 71, 73, 80, 82, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 106, 107, 112, 115, 118, 119, 121, 135, 136, 137, 138, 142, 147, 148, 174, 187, 188, 192, 199

Pessoas 6, 7, 15, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 40, 41, 45, 46, 53, 54, 56, 57, 58, 65, 74, 78, 110, 111, 112, 117, 119, 143, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 180, 184, 196

Poder 1, 26, 32, 34, 40, 41, 43, 45, 46, 49, 51, 52, 65, 66, 67, 68, 70, 74, 81, 83, 86, 87, 88, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 111, 137, 146, 160, 166, 167, 168, 170, 171, 174, 179, 184, 186

População 29, 32, 37, 49, 51, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 66, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 80, 91, 101, 105, 112, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 174, 181, 189, 190, 197

Problema 3, 11, 34, 78, 110, 111, 113, 144, 146, 172

R

Relações 2, 3, 4, 7, 8, 15, 21, 22, 23, 24, 26, 31, 32, 34, 36, 37, 48, 51, 63, 65, 68, 78, 91, 96, 97, 99, 137, 141, 168, 170, 171, 178, 180

Rio 7, 11, 12, 27, 38, 41, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 78, 80, 81, 92, 93, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 119, 121, 122, 147, 169, 173, 174, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 198

S

Sociedade 1, 3, 6, 8, 9, 10, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 33, 37, 38, 46, 47, 63, 68, 70, 74, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 111, 119, 139, 147, 148, 165, 169, 170, 172, 178, 180, 181, 182, 186, 187

Socioambientais 57, 69, 147

Socioeconômicas 111

T

Tecnologia 31, 37, 39, 41, 67, 148

Teórico 3, 26, 28, 29, 183

Território 6, 10, 11, 22, 36, 38, 53, 61, 66, 70, 73, 79, 82, 86, 88, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 121, 135, 137, 138, 144, 169, 174, 176, 177, 183, 184, 185, 186, 191, 199

Trabalho 2, 14, 16, 17, 23, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 57, 67, 68, 69, 74, 96, 98, 99, 106, 109, 112, 115, 119, 121, 135, 139, 141, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 180, 185, 187, 188, 190, 191, 192, 196

Turismo 51, 82, 85, 93, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 177

U

Urbano 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 73, 74, 76, 78, 80, 82, 85, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 107, 109, 111, 113, 121, 127, 168, 169, 170, 173, 174, 196

V

Violência 7, 75, 105, 109, 110, 111, 117, 121, 135, 142, 146, 148, 168



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade


Ano 2021